

AMÁBILE TOLIO BOESSIO

**JOVENS RURAIS E PROCESSOS DE SUCESSÃO: EM ANÁLISE UMA
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA NO TRIÂNGULO MINEIRO**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Extensão Rural, para obtenção do
grau de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2015

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

Boessio, Amábile Tolio, 1987-
B672j Jovens rurais e processos de sucessão : em análise uma
2015 cooperativa agropecuária no Triângulo Mineiro / Amábile Tolio
Boessio. – Viçosa, MG, 2015.
xiii, 183f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Sheila Maria Doula.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.160-170.

1. Empresas agrícolas - Sucessão. 2. Juventude rural.
3. Cooperativas agrícolas. 4. . I. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de
Pós-graduação em Extensão Rural. II. Título.

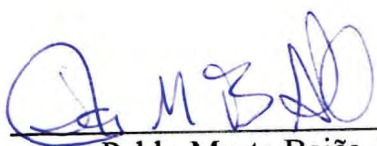
CDD 22. ed. 658.041

AMÁBILE TOLIO BOESSIO

**JOVENS RURAIS E PROCESSOS DE SUCESSÃO: EM ANÁLISE UMA
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA NO TRIÂNGULO MINEIRO**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Extensão
Rural, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

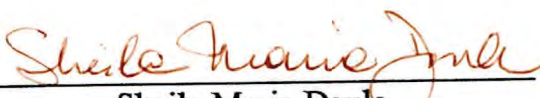
APROVADA: 25 de junho de 2015.



Pablo Murta Baião Albino



Brício dos Santos Reis



Sheila Maria Doula
(Orientadora)

A minha família que esteve sempre presente em meus dias, mesmo com tanta distância física, em especial minha mãe Marizete Tolio, pelo apoio e compreensão. A minha amiga-irmã, Aline Barasuol por tamanho companheirismo, dedico este trabalho com amor e gratidão.

*Olha guri
Repara o que estás fazendo
Depois que fores é difícil de voltar
Aceite um pito e continues remoendo
Teu sonho moço desse rancho abandonar*

*Olha guri
Lá no povo é diferente
E certamente faltará o que tens aqui
E só te peço não te esqueças de tua gente
De vez em quando manda uma carta guri*

*Se vais embora por favor não te detenhas
Sigas em frente não olhes para trás
Que assim não vais ver a lágrima existente
Que molha o rosto do teu velho meu rapaz*

*Olha guri
Pra tua mãe cabelos brancos
E pra este velho que te fala sem gritar
Pesa teus planos eu quero que sejas franco
Se acaso fores pega o zaino pra enfrenar*

*Olha guri
Leva uns cobres de reserva
Pega uma erva pra cevar teu chimarrão
E leva um charque que é pra ver se tu conservas
Uma pontinha de amor por este chão*

Um Pito – Osvaldir e Carlos Magrão

AGRADECIMENTOS

Este texto não pode ser atribuído apenas a duas mãos, pois foram incontáveis mãos que permitiram que ele hoje existisse, foi um fazer coletivo. Penso que esse trabalho simboliza um período determinado de tempo, os quase dois anos e meio que foram necessários para tal feito. Aqui, onde a gratidão pode ser exposta em palavras, o desafio é maior que o de finalizar esse ciclo, pois seria ingenuidade pensar que tamanho sentimento cabe em algumas linhas. Mesmo sabendo dessa impossibilidade, farei o esforço de nessas linhas traduzir o meu carinho por todos.

Não digo que primeiramente, mas fundamentalmente, sou grata a Deus, pois ele é o criador e sem ele nada seria possível. Ao Universo pela luz, pela energia e por conspirar sempre na direção do bem e da perfeição como conduziu meus caminhos até aqui.

Aos amigos de luz que sinto diariamente ao meu lado e em especial a estrela mais cintilante, meu avô Jorge.

Sou grata de todo meu coração a minha família, que mesmo com mais de dois mil km de distância (física) me apoiou incondicionalmente e soube entender minha ausência nos churrascos de domingo, nos aniversários, casamentos e batizados, esse apoio foi minha base.

A vó Nely com todos os seus santos e rezas diárias me ajudou a permanecer no caminho e completar essa maratona. A Tia Bete, Tia Júlia, aos tios e as esposas, minhas tias queridas, primos e primas, o meu muito obrigada.

A minha família de Brusque, Oti-mamãe Marléte e Tio Nuca, o amor de vocês não tem medidas. A minha família Prestes Beltrame por serem sempre tão amorosos. A minha família Barasuol, pelo afeto incondicional. E a minha família Boessio, meu pai, Roger e Jocelaine, obrigada pelo carinho.

As minhas irmãs de caminhada Viviane e Andréia Silveira, vocês moram no meu coração. As minhas amigas de longa data, Angela, Ali, Carize, Marci e Tarsila, obrigada por tudo sempre.

A minha mãe, Marizete por ser muito mais que uma mãe, por me apoiar sem limites, por ser tão presente com tanta distância, meu amor e gratidão.

Aos professores do Politécnico que proporcionaram a base para essa construção. Ao professor Jaime pelo estímulo da Mobilidade acadêmica, pois foi a porta de entrada do Mestrado. Ao amigo Gilberto pelo incentivo e amor ao cooperativismo.

Nesta cidade que tão bem me acolheu, tenho enorme gratidão a Família Ramos Salgado, pelo carinho e amizade. Aos amigos Claudinha, Estevão e Erica, obrigada pelas risadas, pelos amigos que com vocês pude partilhar, foram fundamentais.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Extensão rural, por compartilharem do conhecimento e vivências possibilitando minha formação. Em especial a

Professora Nora e a Professora Ana pelo estímulo desde os tempos da Mobilidade, sou muito grata.

A minha orientadora, Professora Sheila Maria Doula, pela paciência, por compartilhar comigo o seu saber e por tão bem me conduzir no desenvolvimento deste trabalho, minha gratidão.

A todos os membros do grupo de pesquisa, Observatório da Juventude Rural, por tornarem as reuniões momentos prazerosos e de construção coletiva. Obrigada Débora, Bruno, Inacio, Poliana, Polly, Diana e Thaynara vocês são mais que um grupo, juntos somos uma família.

Aos meus queridos colegas dessa doce e bela caminhada, galera da Extensão, em especial a turma de 2013, vocês foram incríveis. A turma de 2014 que foi tão próxima como se fosse a minha. E aos que me mostraram que aqui era possível fazer amigos e levá-los para a vida toda, Eulália, Dayane, Nayhara, Gabriel, Camelo, Marlene, Michelle, Alan e Alair, não tenho palavras para agradecer.

Ao Julio pela amizade, convivência e pelos belos mapas feitos com tanto carinho e profissionalismo.

Aos funcionários do DER que incansavelmente e carinhosamente sempre dispuseram de seu tempo para ajudar sem medir esforços, Romildo, Carminha, Myrna e Cassiane, obrigada.

A Cooperativa Agropecuária de patrocínio – COOPA, ao Renato, Roberta, Vanessa, Angélica, aos técnicos de campo e aos cooperados e suas famílias, sem vocês o trabalho não seria possível.

Ao CNPq pela concessão da bolsa e ao apoio financeiro advindo do Convênio do Observatório Mineiro do Cooperativismo juntamente da SEDE – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais.

A banca examinadora, Professor Brício que sabiamente proporcionou reflexões tão importantes. Ao Professor Pablo por fazer parte desde trabalho desde a banca do projeto e como debatedor no seminário de defesa, suas contribuições foram fundamentais. E ao Professor Rennan por auxiliar nesta construção participando da banca de projeto.

Por fim, mas com importância imensurável, agradeço a minha amiga-irmã peça chave, fator motivacional, companheira, minha gêmea Aline, por ser amor em forma de gente, sem teu apoio incondicional essas linhas jamais seriam escritas, minha eterna gratidão.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE GRÁFICOS	x
LISTA DE FIGURAS	xi
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
INTRODUÇÃO	1
Contextualização do tema	1
Justificativa da pesquisa	4
O problema de investigação.....	5
Objetivo geral	8
Objetivos específicos.....	8
Estrutura da dissertação.....	9
CAPÍTULO 1.....	11
TRANSFORMAÇÕES DO “RURAL” E A EMERGÊNCIA DA JUVENTUDE	11
1.1 Contextualização histórica e contemporaneidade do “rural”	11
1.2 Conceituações da categoria juventude em seus contextos	18
1.3 Noções de geração e seus conflitos	28
CAPÍTULO 2.....	31
INSTITUIÇÕES SOCIAIS E SEUS PROCESSOS SUCESSÓRIOS.....	31
2.1 Instituições sociais	31
2.2 A Família e seus conceitos.....	33
2.2.1 Sucessão familiar na agricultura.....	41
2.3 Cooperativas: historicidade e conceituação	48
2.3.1 Sucessão em cooperativas agropecuárias	57
CAPÍTULO 3.....	63
METODOLOGIA E O UNIVERSO EMPÍRICO	63
3.1 Metodologia.....	63
3.2 Caracterização da Região de localização da COOPA.....	65

3.3 A Cooperativa Agropecuária de Patrocínio – COOPA	80
CAPÍTULO 4.....	92
OS PROCESSOS SUCESSÓRIOS NA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PATROCÍNIO - COOPA	92
4.1 Processos sucessórios: o olhar institucional	92
4.2 O COOPAJOVEM e os processos sucessórios.....	102
4.3. A sucessão familiar sob as lentes dos cooperados.....	112
4.4 Os jovens da COOPA e suas percepções sobre a sucessão geracional.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	160
ANEXO A – Organograma	171
APÊNDICE A – Apresentação da pesquisa e seus objetivos	172
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	173
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista para os colaboradores e direção	174
APÊNDICE D – Questionário para os jovens filhos de cooperados.....	176
APÊNDICE E – Questionário para os cooperados	178
APÊNDICE F – Roteiro de entrevista para os jovens	180
APÊNDICE G – Autorização para pesquisa de campo.....	183

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População segundo situação do domicílio – Brasil	13
Quadro 2 - Princípios cooperativistas.	54
Quadro 3 - Ramos do cooperativismo.....	56
Quadro 4 - Ranking mineiro e nacional do PIB agropecuário.....	70
Quadro 5 - Oferta de Instituições de Ensino Superior do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.....	71
Quadro 6 - Número de cooperados por colaborador.....	89
Quadro 7 - Número de cooperados por número de técnicos de campo.	89
Quadro 8 - Incentivo para a permanência no campo e na atividade agropecuária (dos pais e da COOPA), jovens participantes da Assembleia Geral Ordinária do COOPAJOVEM.....	108
Quadro 9 - Tempo de participação no COOPAJOVEM, jovens participantes da Assembleia Geral Ordinária do COOPAJOVEM.....	110
Quadro 10 - Idade dos cooperados entrevistados, COOPA.....	115
Quadro 11 - Idade dos filhos das famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.	118
Quadro 12 - Tempo de associação na cooperativa, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.	119
Quadro 13 - Atividades produtivas secundárias, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.	121
Quadro 14 - Benefícios em ser associado da cooperativa, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.	122
Quadro 15 - Incentivos da Cooperativa para a permanência dos jovens no campo e na atividade agropecuária, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.....	124
Quadro 16 - Motivações para a participação nas atividades da Cooperativa, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.	125
Quadro 17 - Motivações para a participação em treinamentos /capacitações da Cooperativa, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.....	126
Quadro 18 - Atividades que envolvem a família do cooperado na Cooperativa, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.	128
Quadro 19 - Motivos para a não associação dos filhos na cooperativa, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.	130
Quadro 20 - Tipos de atividades oferecidas pela cooperativa para os jovens, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.	131
Quadro 21 - Idade dos jovens filhos de cooperados, COOPA.....	141
Quadro 22 - Tempo de residência no meio rural, jovens filhos de cooperados, COOPA.	142
Quadro 23 - Local de trabalho, jovens filhos de cooperados, COOPA.	144
Quadro 24 - Escolaridade, jovens filhos de cooperados que não estavam estudando no momento da pesquisa, COOPA.	147

Quadro 25 - Incentivo da família e da cooperativa para a permanência no campo e na atividade agropecuária, jovens filhos de cooperados, COOPA.	148
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pirâmide etária de Patrocínio – MG.	73
Gráfico 2 - População de Patrocínio/MG – Total e Rural.....	73
Gráfico 3 - IDHM de Patrocínio – MG.....	74
Gráfico 4 - Fluxo Escolar por Faixa Etária – Patrocínio/MG.....	75
Gráfico 5 - Frequência escolar de 15 a 17 anos – Patrocínio/MG – 2010.....	76
Gráfico 6 - Frequência escolar de 18 a 24 anos – Patrocínio/MG – 2010.....	76
Gráfico 7 - Produção de Café, 2006 -2010.	77
Gráfico 8 - Produção de Leite, 2003-2007.....	78
Gráfico 9 - PIB do município de Patrocínio/MG – Valor adicionado em R\$ 1.000,00 - 2010.	78
Gráfico 10 - População economicamente ativa do município de Patrocínio/MG.....	79
Gráfico 11 - Participação dos setores econômicos no Valor Adicionado Bruto – R\$1.000,00.....	79
Gráfico 12 - Participação em reuniões nas Comunidades Cooperativistas da COOPA em 2013.....	86
Gráfico 13 - Evolução do número de cooperados da COOPA, 2006-2013.	88
Gráfico 14 - Idade dos participantes da Assembleia Geral Ordinária do COOPAJOVEM.....	105
Gráfico 15 - Residência dos jovens participantes da Assembleia Geral Ordinária do COOPAJOVEM.....	105
Gráfico 16 - Comunidades de residência das famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.....	116
Gráfico 17 - Grupo familiar e número de filhos das famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.....	117
Gráfico 18 - Tamanho da propriedade e mão-de-obra, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.....	120
Gráfico 19 - Principal atividade produtiva, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.....	121
Gráfico 20 - Produção comercializada por meio da cooperativa, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.....	122
Gráfico 21 - Filhos associados da cooperativa, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.....	129
Gráfico 22 - Conhecimento dos Cooperados a respeito das atividades da cooperativa voltadas para os jovens, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.....	130
Gráfico 23 - Expectativa de sucessão, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.....	137
Gráfico 24 - Comunidades de residência dos jovens filhos de cooperados, COOPA.....	143

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mesorregiões do estado de Minas Gerais com destaque às microrregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.	66
Figura 2- PIB agropecuário dos municípios de Minas Gerais, com destaque para a região do TM/AP.	69
Figura 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Minas Gerais, 2010. ..	70
Figura 4 - Localização do município de Patrocínio – Minas Gerais.....	72
Figura 5 - Área de atuação da COOPA.....	81
Figura 6 - Loja Agroveterinária e Sede da COOPA.	82
Figura 7 - Armazém graneleiro da COOPA.....	82
Figura 8 - Laticínio da COOPA	83
Figura 9 - Loja Agrícola da COOPA, em Patrocínio.....	83
Figura 10 - Supermercado da COOPA.....	84
Figura 11 – Posto de combustível da COOPA.....	84
Figura 12 - Assembleia Geral Ordinária do COOPAJOVEM.....	104
Figura 13 - Percentual de jovens participantes da Assembleia Geral Ordinária do COOPAJOVEM que são associados da COOPA.	105
Figura 14 - Jovens participantes da Assembleia Geral Ordinária do COOPAJOVEM que estavam estudando no momento da pesquisa e seus respectivos cursos.	106
Figura 15 - Inserção no mercado de trabalho, jovens participantes da Assembleia Geral Ordinária do COOPAJOVEM.....	106
Figura 16 - Reunião Pré-assembleia na Comunidade Cooperativista Lagoa Seca.	113
Figura 17 - Reunião Pré-assembleia na Comunidade Cooperativista Coromandel.	113
Figura 18 - Reunião Pré-assembleia na Comunidade Cooperativista Macaúbas de Cima.	114
Figura 19 - Dia de campo na Comunidade Cooperativista Serra do Salitre.	114
Figura 20 - Propriedade de Família cooperada da COOPA.....	115
Figura 21 - Reunião do Grupo de mulheres – AMACOOA.....	116
Figura 22 – Organograma da COOPA.	171

RESUMO

BOESSIO, AMÁBILE TOLIO, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2015. **Jovens rurais e processos de sucessão: em análise uma cooperativa agropecuária no Triângulo Mineiro.** Orientadora: Sheila Maria Doula.

No movimento cooperativista atualmente se vem destacando a necessidade da manutenção do sistema, quando se refere à sucessão dos dirigentes das cooperativas, assim como se tem mencionado a necessidade de pensar sobre o debate da permanência dos jovens filhos de associados, tanto no quadro social da cooperativa como na propriedade familiar e ainda, na atividade agrícola, pois este empreendimento além de necessitar de novos dirigentes, necessita obviamente da manutenção de suas atividades por meio de seu quadro social. Nesse sentido, objetivou-se analisar as ações desenvolvidas pela Cooperativa Agropecuária de Patrocínio – COOPA – em relação aos processos sucessórios nas propriedades dos cooperados e no próprio quadro social da organização. É importante mencionar que por ações entendem-se os programas de educação, de capacitação, eventos que aproximem os jovens, os homens e as mulheres nas atividades diárias da cooperativa, projetos que auxiliem na gestão da propriedade familiar não apenas tendo como foco o cooperado, mas também considerando as relações familiares na produção. A metodologia utilizada constituiu-se em um estudo de caso e o desenvolvimento da pesquisa apresenta abordagem qualitativa do tipo exploratória. Foram analisados: o posicionamento da instituição cooperativa, da instituição familiar, do grupo de jovens da cooperativa e ainda dos filhos dos cooperados. Duas foram as principais ações notadas, porém nenhuma delas tem o intuito, em sua essência, de focar nos processos de sucessão, em especial nas unidades produtivas familiares. São elas: o grupo de jovens da cooperativa – COOPAJOVEM e as bolsas de estudo. Ainda, pode-se notar a importância do técnico de campo, pois além de ser uma extensão da instituição, tornando-a próxima das famílias cooperadas, é um instrumento de estímulo para os produtores rurais, bem como para seus sucessores. O que se percebeu foi que o anseio em ser sucessor somente se dará se a atividade proporcionar rentabilidade, além disso, constatou-se também que os jovens estudados querem um “rural” que possibilite conforto e qualidade de vida e ainda, um trabalho que não seja penoso como foi na época de seus avós.

ABSTRACT

BOESSIO, AMÁBILE TOLIO, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2015. **Rural youth and succession processes: analysis an agricultural cooperative in the Mining Triangle.** Advisor: Sheila Maria Doula.

In the cooperative movement currently has highlighted the need for system maintenance when it comes to succession of leaders of cooperatives, as has mentioned the need to think about the debate of the permanence of young children of associates, both in the social cooperative framework as in family property and even in agriculture, because this venture as well as requiring new leaders, need obviously maintaining its activities through its membership. In this sense, it aimed to analyze the actions taken by the Cooperativa Agropecuária de Patrocínio - COOPA - for succession processes on the properties of the cooperative and in membership of the organization itself. It is important to mention that for shares shall refer to educational programs, training, events that bring young people, men and women in the daily activities of cooperative projects that help in family property management not only focusing on the cooperative, but also considering the family relationships in production. The methodology consisted in a case study and the development of research presents a qualitative approach of exploratory type. It was analyzed: the positioning of the cooperative institution, the family institution, the cooperative youth group and also of the children of members. Two were the main actions noted, none of which is intended, in essence, to focus on the succession process, especially in family production units. The actions are: the youth group of the cooperative - COOPAJOVEM and scholarships. Still, it may be noted the importance of field technician, as well as being an extension of the institution, making it close to the cooperative families, is an incentive tool for farmers, as well as his successors. What became apparent was that the longing to be successor will only occur if the activity provide profitability, in addition, it was also found that young people studied want a "rural" that allows comfort and quality of life and also a job tha's not painful as it was at the time of their grandparents.

INTRODUÇÃO

Contextualização do tema

No meio acadêmico, ao longo das últimas décadas, o “rural” vem sendo objeto de debates acerca de suas especificidades, principalmente no que tange ao modo de vida e às suas reconfigurações econômicas. Wanderley (2009) salienta que o meio rural se caracteriza como espaços de vida multifacetários e multifuncionais, onde as relações entre os atores caracterizam-se como dinâmicas e em constante transformação. Graziano (1996) enfatiza que a multifuncionalidade, principalmente no que se refere aos aspectos econômicos do rural, afeta as dimensões específicas de trabalho, que deixa de ser apenas agrícola e passa a combinar diversas outras atividades, antes ligadas apenas ao espaço urbano.

É nessa complexa realidade que os jovens rurais estão inseridos e, por meio de suas vivências e experiências, fazem suas escolhas sobre o futuro. Por isso, o esvaziamento, bem como o envelhecimento do campo, entre outros fatores, vem instigando as pesquisas com foco na permanência ou saída dos jovens no meio rural. Autores como Carneiro (1999), Stropasolas (2006) e Castro (2005) destacam a inquietação acerca do entendimento das escolhas dos jovens rurais, procurando evidenciar se as transformações mais recentes ocorridas no espaço rural propiciam a permanência ou a saída dos segmentos juvenis em relação aos seus locais de origem.

Neste contexto de incertezas, destaca-se o problema da sucessão em propriedades familiares, pois sem pelo menos um sucessor para as atividades desenvolvidas pela família, não haverá continuidade e assim, não ocorrerá a sucessão. Pesquisadores como Abramovay et al. (1998), Silvestro et al. (2001), Spanevello e Lago (2007) entre outros, vêm dedicando pesquisas acerca do assunto, evidenciando a ampliação dos espaços de debates dentro das famílias e, em contraponto, a falta de aporte de políticas públicas que auxiliem nos impasses da reprodução social da unidade familiar, o que pode afastar os jovens da atividade agrícola.

Nesse sentido, as cooperativas, em especial as agropecuárias, são instituições que podem dar aporte ao seu quadro social no que diz respeito a esses processos. Cabe salientar aqui que muito do que se vê na literatura sobre a doutrina

cooperativista traz uma visão romântica e relativamente distante da realidade em que se encontram essas instituições, porém a preocupação com a comunidade onde a cooperativa está inserida é fundamental para a manutenção de seus negócios. Por vezes a comunidade abrange apenas seu quadro social, já em outros momentos agrega aqueles que indiretamente fazem parte da vida social e econômica da cooperativa¹.

Muito é discutido na academia no que tange ou à sucessão na agricultura familiar, ou à sucessão em empresas familiares, ou à sucessão na gestão de cooperativas, porém ainda se tem um vazio nas discussões que abarquem a união desses temas. No movimento cooperativista atualmente se vem destacando a necessidade da manutenção do sistema, quando se refere à sucessão dos dirigentes das cooperativas, assim como se tem mencionado a necessidade de pensar em estratégias que motivem a juventude a permanecer no campo e que ela passe a integrar as cooperativas agropecuárias e também as cooperativas de crédito que tenham foco no rural.

Porém, percebe-se de forma ainda incipiente, em especial na academia, o debate acerca de uma situação bastante complexa, ou seja, a permanência dos jovens filhos de associados, tanto no quadro social da cooperativa como na propriedade familiar e ainda, na atividade agrícola, pois este empreendimento além de necessitar de novos dirigentes, necessita obviamente da manutenção de suas atividades por meio de seu quadro social. Spanevello, Drebes e Lago (2011) destacam, ao analisarem algumas cooperativas no Rio Grande do Sul, que a sucessão geracional, além da sobrevivência das propriedades rurais, afeta também a própria sobrevivência das cooperativas agropecuárias. No movimento cooperativista esses processos vêm sendo abordados mais recentemente, pois as cooperativas em suas atividades diárias já vêm sentindo dificuldades no que tange os processos ligados à sucessão.

Quando se trata de cooperativas do ramo agropecuário, observa-se que para estas, além da manutenção da saúde financeira e de uma relação saudável com seus cooperados, é fundamental a presença dessas mesmas características nas propriedades dos cooperados. Assim, as relações familiares na propriedade e a participação familiar nas atividades da cooperativa passam a se constituir problemas

¹ Em concordância com o 7º Princípio do Cooperativismo – “Interesse pela comunidade - as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros” (OCB, 2014).

mais amplos, como a gestão das atividades econômicas no campo. Com este entendimento é que as cooperativas, principalmente as ligadas ao meio rural, podem desempenhar um papel importante na promoção de espaços onde os jovens filhos dos associados possam se sentir parte da cooperativa e da propriedade da família, o que pode auxiliá-los em melhorias na produção e gestão de seus negócios, consequentemente melhorando a renda e a qualidade de vida.

Autores como Spanevello e Lago (2007), Rosa e Silva (2010) e Spanevello, Drebes e Lago (2011) em suas pesquisas no sul do país, vêm dando início aos estudos que permitem visualizar ações de cooperativas agropecuárias que têm como propósito auxiliar os jovens a permanecerem no campo. Suas pesquisas focalizam o processo sucessório, bem como as ações que pouquíssimas cooperativas vêm desenvolvendo quanto ao tema da sucessão nas propriedades dos cooperados. Salienta-se que as cooperativas estudadas por estes pesquisadores são todas vinculadas à OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, critério este também utilizado nesta pesquisa.

Entende-se que as cooperativas, principalmente aquelas que atuam no espaço rural, poderiam desenvolver mecanismos para fomentar nos filhos dos cooperados a vontade de continuar os negócios familiares, para que a propriedade familiar se mantenha ativa, consequentemente mantendo a cooperativa ativa também. Porém, pode-se ainda argumentar que não necessariamente esse quadro deva ser uma responsabilidade da cooperativa. Por esses entendimentos e ainda ao perceber a ausência de pesquisas que focalizem empiricamente essa conexão, surgiu a motivação para a realização desta investigação.

Considera-se de suma importância realizar estudos nesse sentido, que proponham entender as estratégias que as cooperativas vêm desenvolvendo para minimizar os impactos que a dinamicidade do rural pode causar no futuro dos empreendimentos familiares e cooperativos. Entender como as cooperativas interpretam e agem no que tange à juventude e ao futuro da própria organização, bem como ao futuro das propriedades de seus cooperados, é relevante não apenas para a manutenção dessas cooperativas e do sistema cooperativista, mas também para compreender os mecanismos, as dificuldades ou as possibilidades nos processos de reprodução social que envolvem essas duas instituições.

Para tanto, é importante salientar que esta pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro – Cooperativa Agropecuária de Patrocínio (COOPA).

Justificativa da pesquisa

Um dos fatores que motivou esta pesquisa é a lacuna existente na literatura no que diz respeito aos processos de sucessão em empreendimentos cooperativos, isso tanto no que tange ao ambiente interno da cooperativa, quanto ao âmbito da propriedade familiar dos cooperados, em especial nas cooperativas agropecuárias. Outro fator que motivou a realização da pesquisa é de cunho pessoal; a formação acadêmica voltada para as cooperativas, em especial as vinculadas ao meio rural, e ainda a complementação com os estudos de juventude rural, oportunizada pelo grupo de pesquisa Observatório da Juventude Rural (UFV), foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Na academia muito se produziu sobre o tema da sucessão em propriedades da agricultura familiar, da divisão da propriedade familiar quando no momento da sucessão, assim como vem sendo discutida de forma ampla a sucessão do quadro social em cooperativas de todos os ramos. Porém, ainda não se tem um debate que abarque, além da sucessão familiar da propriedade e da necessidade de sucessão do quadro social, a continuidade da produção agrícola nas empresas familiares geridas pelos associados de cooperativas agropecuárias. Spanevello, Drebes e Lago (2011, s.p.) alertam em sua pesquisa que

a sucessão geracional não diz respeito apenas à sobrevivência das propriedades rurais e da agricultura familiar, mas também a sobrevivência das próprias cooperativas agropecuárias, pois com a saída cada vez mais acentuada dos jovens, fica a perspectiva de como se dará a renovação das gerações de agricultores no campo e do corpo de associados das cooperativas (SPANVELLO; DREBES; LAGO, 2011, s.p.).

Elucidando o debate sobre a sucessão em propriedades familiares Silvestro et al. (2001), ao realizarem pesquisa no oeste catarinense, concluíram que os espaços de discussão dentro da família vêm sendo ampliados, porém destacam a falta de aporte de políticas que permitam novas possibilidades de realização profissional dos jovens. Ainda segundo os autores “Existe um enorme e crescente isolamento social dos

jovens que vivem nas comunidades rurais. Verificou-se preocupante ausência das organizações representativas e de apoio, sobretudo no segmento dos agricultores em transição e descapitalizados” (SILVESTRO et al., 2001, p. 103). Aqui se salienta o importante papel político das cooperativas ao desenvolverem iniciativas para enfrentar tais problemas.

No sul do país as cooperativas agropecuárias, em casos específicos, vêm tendo destaque com algumas iniciativas no intuito de aproximar os jovens filhos de cooperados nas atividades da cooperativa. Estudos como de Spanevello e Lago (2007), Rosa e Silva (2010) e Spanevello, Drebes e Lago (2011) mostram alguns exemplos nesse sentido, porém não mergulham na discussão aqui realizada.

Ao mapear as pesquisas citadas acima se percebe que essas estão concentradas no sul do país, o que abre o campo de possibilidades para a realização de pesquisas nas demais regiões. Não se pode afirmar a ausência de pesquisas nessas outras regiões, porém não foram encontrados até o momento mais estudos que abarquem situações similares a estas. Assim, a pesquisa situada e desenvolvida em torno de um estudo de caso em Minas Gerais se constitui em outro fator que motivou a realização desta investigação.

O problema de investigação

A necessidade do desenvolvimento de iniciativas que aproximem os jovens do cooperativismo vem sendo percebida pelas cooperativas nos últimos anos. A partir disso surgiram programas voltados para a educação cooperativa e ainda programas ligados à capacitação de jovens que estejam ingressando na gestão das cooperativas. O SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – vem investindo nesses programas e exemplos deles são: o Cooperjovem² e o Jovem Aprendiz Cooperativo³. A partir dessas iniciativas e com a percepção de que não basta apenas aproximar o jovem dessas instituições muitas vezes sem o entendimento dos anseios da juventude, e ainda entendendo a complexidade das relações no núcleo

² Programa do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) que oferece formação/capacitação continuada dentro dos princípios e valores cooperativistas aos estudantes de ensino fundamental e médio, vinculado às cooperativas (OCB, 2014).

³ Projeto do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) que visa auxiliar as cooperativas à inserirem os jovens no mercado de trabalho com capacitação voltada para os princípios cooperativistas.

familiar no mundo rural contemporâneo, o que se propõe analisar são as iniciativas que as cooperativas estão desenvolvendo em relação aos processos de sucessão.

O dilema da sucessão familiar nas propriedades rurais, em especial nos locais onde as cooperativas agropecuárias são bastante ativas, vem integrando a pauta de discussão do movimento que as representa, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, de forma mais imediata e também em uma perspectiva a longo prazo. Casos de sucesso vêm sendo apresentados pelas cooperativas, principalmente no sul do país que é conhecido como o berço do movimento cooperativista no Brasil.

A preocupação com os processos de sucessão em cooperativas começa a ser discutida dentro do movimento cooperativista, não apenas no Brasil, mas em vários outros países, como percebida na entrevista de Charles Gould (Diretor-geral da ACI – Aliança Cooperativa Internacional), publicada na Revista Saber Cooperar (2012), quando este se refere à importância de aproximar o jovem ao movimento cooperativista, citando ainda o Programa Cooperjovem desenvolvido no Brasil pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). Nesse sentido, como mencionado por Rosa e Silva (2010), no “I Curso Internacional sobre Cooperativismo e Desenvolvimento Rural”, realizado em 2005 na Universidade Estadual de Maringá, há casos de cooperativas na Espanha que desenvolvem ações específicas na gestão das propriedades rurais com o intuito de otimizar a produção agrícola estimulando a permanência dos jovens no campo.

No Brasil o tema ainda é muito recente. Fazendo referência ao meio acadêmico, pesquisadores como Rosa e Silva (2010), Spanevello, Drebes e Lago (2011), por meio de suas pesquisas respectivamente no Paraná e no Rio Grande do Sul, trazem à tona a forma como as cooperativas vêm reagindo aos processos sucessórios. Os autores identificam a presença de ações em cooperativas agropecuárias no que se referem à preocupação com a permanência dos jovens no campo e que têm como objetivo a aproximação dos filhos dos cooperados à identidade da cooperativa.

Para Spanevello e Lago (2007), em seu estudo nos municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca, localizados na região central do estado do Rio Grande do Sul, grande parte dos jovens estudados por eles procuram nas cooperativas um suporte para manter a saúde financeira das propriedades rurais, além de beneficiarem-se com cursos de capacitação e ainda da facilidade no acesso ao crédito. Para esses autores, a situação econômica das propriedades é um fator

importante no processo de sucessão, pois somente com a propriedade ativa e lucrativa os filhos de agricultores teriam interesse em permanecer no campo. Os autores enfatizam a importância das cooperativas nessa região, pois seriam facilitadores da inserção dos produtores no mercado e na permanência de pelo menos um sucessor na propriedade familiar.

De acordo com Spanevello e Lago (2007) o acesso ao crédito, assistência técnica, inserção mercadológica, acesso a insumos, armazenamento, retorno das sobras, informação e capacitação são fatores apontados pelos sucessores quando se referem às vantagens oferecidas pela cooperativa. Assim, as cooperativas caracterizam-se como uma extensão da propriedade. Porém, embora os sucessores apontem um número grande de fatores positivos decorrentes do fato de serem cooperados, não são apontadas pelos autores ações específicas em relação aos processos de sucessão familiar e ações que objetivem aproximar os jovens filhos de cooperados às atividades das cooperativas pesquisadas. Um fato importante presente na pesquisa realizada por esses autores é que os filhos de cooperados que ficam nas propriedades e ainda permanecem em atividades agrícolas inserem-se nas cooperativas, pois estas dão condições de continuidade da produção nas propriedades herdadas.

Spanevello, Drebes e Lago (2011), em pesquisa realizada com oito cooperativas agropecuárias na região do Alto Jacuí, no Rio Grande do Sul, identificam que de forma geral nas cooperativas estudadas são encontradas ações indiretas interligadas ao conjunto familiar de seus cooperados. Embora indiretas, as ações percebidas pelos autores “voltam-se para os aspectos econômicos-produtivos (fomento do uso de tecnologias, modernização da propriedade, organização e busca da qualidade, projetos de diversificação produtiva, projetos voltados à busca de crédito) e sociais (lazer entre os associados, auxílio educacional, eventos para mulheres e jovens, entre outros)” (SPANVELLO; DREBES; LAGO, 2011, s.p.). A justificativa dos dirigentes dessas cooperativas para a ausência de ações mais específicas junto aos jovens é a falta de recursos financeiros e de pessoal qualificado para desempenhar tais funções.

É importante mencionar que por ações e iniciativas que auxiliem nos processos de sucessão podem ser entendidos os programas de educação, de capacitação, eventos que aproximem os jovens, os homens e as mulheres nas atividades diárias da cooperativa, projetos que auxiliem na gestão da propriedade

familiar não apenas tendo como foco o cooperado, mas também considerando as relações familiares na produção. Faz-se necessário entender essas ações de forma global e ainda interligadas entre si, pois isoladamente elas podem não apresentar foco na sucessão.

Esta pesquisa teve como foco as cooperativas agropecuárias e as iniciativas desenvolvidas que possam auxiliar os processos sucessórios em propriedades de seus cooperados para a própria manutenção de seus empreendimentos, atualmente ou em um futuro próximo, visando ainda a continuidade da produção agrícola nessas propriedades. Dessa forma, a pesquisa foi norteada pelas seguintes questões:

- Como as cooperativas agropecuárias enfrentam o desafio da sucessão geracional?
- Como as cooperativas agropecuárias podem contribuir para os processos sucessórios nas propriedades familiares de seus cooperados?
- Que mecanismos as cooperativas agropecuárias estão criando para atrair os jovens para seus quadros institucionais e organizativos?

O aporte teórico que deu corpo e sustentação para as discussões, incluiu as seguintes categorias analíticas: Instituições (cooperativas e família), Juventude rural, Sucessão geracional (na agricultura familiar e em cooperativas agropecuárias).

Objetivo geral

Analisar as ações desenvolvidas pela Cooperativa Agropecuária de Patrocínio – COOPA – em relação aos processos sucessórios nas propriedades dos cooperados e no próprio quadro social da organização.

Objetivos específicos

- Identificar a forma como vem sendo organizado o quadro social da cooperativa, em termos de faixa etária, composição de gênero, escolaridade e produção;
- Verificar como internamente a cooperativa se prepara para os processos sucessórios;

- Investigar a interpretação dos jovens filhos de cooperados sobre as ações internas da cooperativa e sobre o projeto de permanência no campo;
- Investigar a opinião dos cooperados sobre os processos sucessórios em suas propriedades e na cooperativa.

Para alcançar tais objetivos a metodologia utilizada constituiu-se em um estudo de caso e o desenvolvimento da pesquisa apresenta abordagem qualitativa do tipo exploratória. O universo para investigação empírica foi constituído pela Cooperativa Agropecuária de Patrocínio – COOPA, localizada na mesorregião do Triângulo Mineiro.

Estrutura da dissertação

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos. Após a parte introdutória apresentada até então, o capítulo um, intitulado: “Transformações do “rural” e a emergência da juventude”, versa sobre o contexto rural, onde a juventude observada nesta pesquisa, está inserida. Neste capítulo são expressas tanto uma contextualização histórica do meio rural quanto conceituações da categoria juventude, em especial a rural, sendo finalizado por algumas noções acerca da geração e seus conflitos.

O capítulo dois, intitulado: “Instituições sociais e seus processos sucessórios” apresenta como foi entendida a categoria instituição, bem como quais instituições foram bases de análise nesta pesquisa. Dentro de cada instituição (família e cooperativa) foram discutidos seus processos sucessórios.

O capítulo três, “Metodologia e o universo empírico”, inicialmente descreve metodologicamente como foi realizada a pesquisa. Na sequência, o capítulo traz um panorama sobre as características gerais da Região de localização da COOPA e ao ser finalizado apresenta a cooperativa lócus da pesquisa.

O capítulo quatro, intitulado: “Os processos sucessórios na Cooperativa Agropecuária de Patrocínio – COOPA” é subdividido em quatro seções que correspondem aos segmentos de análise. O capítulo, além de apresentar as características dos sujeitos da pesquisa, realiza uma análise das percepções da instituição, dos cooperados e de seus filhos sobre os processos sucessórios que os envolvem. E ainda, apresenta as intenções (dos pais e dos filhos) sobre a sucessão

familiar nas unidades de produção dos entrevistados. Ao longo do capítulo são feitas considerações acerca das ações da cooperativa, identificadas pelos sujeitos da pesquisa, no que tange os processos sucessórios, bem como é o capítulo que dá voz aos sujeitos da pesquisa.

A parte final da dissertação expõe algumas considerações sobre as ações que envolvem a sucessão geracional nas cooperativas agropecuárias, considerando o caso da COOPA, os limites da pesquisa, bem como a sua contribuição nos estudos sobre sucessão familiar.

CAPÍTULO 1

TRANSFORMAÇÕES DO “RURAL” E A EMERGÊNCIA DA JUVENTUDE

Este capítulo está dividido em três partes: na primeira contextualiza-se historicamente o “rural” abarcando sua contemporaneidade, objetivando um panorama geral do meio onde os sujeitos estão inseridos. Na segunda parte do capítulo discute-se conceitualmente a categoria juventude, considerando em especial a juventude rural e sua relação com o trabalho na agricultura familiar. Por fim, são consideradas algumas noções sobre geração e seus conflitos.

1.1 Contextualização histórica e contemporaneidade do “rural”

O processo de colonização ao qual o Brasil foi submetido, o legado das problemáticas relativas às disputas de terras e a forma como foi aplicada e difundida a tecnologia no campo acarretaram uma visão simplista e discriminatória que grande parte da população ainda carrega e absorve em relação ao espaço rural. Até pouco tempo o meio rural era quase completamente esquecido, ou deixado de lado, principalmente ao se tratar de políticas públicas.

O início do processo de colonização do Brasil foi consequência de uma estrutura colonial voltada à monocultura, ao latifúndio e ao trabalho escravo. Para Caio Prado Junior (1966) esse conjunto de fatores envolvia o “Estatuto Colonial” do país que já estava atrelado ao modo de produção capitalista, onde a produção interna era totalmente voltada para a metrópole. A acumulação de riqueza pela Europa, propiciando a chamada “Acumulação Primitiva de Capital”, deu suporte à grande movimentação de capital e o “pontapé” inicial para expansão do capitalismo mundial.

A Lei de Terras de 1850 é um exemplo nítido de um marco incentivador do sistema capitalista. Essa lei visava reestruturar o sistema de terras no Brasil, pois as terras públicas não eram mais passíveis de apropriação e poderiam ser tomadas apenas mediante o pagamento de determinada quantia em dinheiro. Definido por Caio Prado Jr (1966) como “Capitalismo Agrário”, esse momento histórico criou duas vias, a vinculada ao latifúndio que possuía a superioridade da grande exploração

pelo efeito da escala de produção e a do camponês, representada pela ausência da mais-valia no que refere à unidade familiar de produção.

Em 1940 foi difundido o modelo Euro-Americano de modernização agrícola; “os princípios da Revolução Verde, intensiva no uso de mecanização e produtos químicos por variedades para esse fim desenvolvidas, entraram firme na agricultura brasileira” (BARROS, 2014, p. 13). Isso acabou por desvalorizar a mão-de-obra, forçando com isso a população ao êxodo rural e conseqüentemente aumentando o desemprego e a aglomeração periférica nos centros urbanos. De acordo com Ferrão (2000, p. 47) “a industrialização da agricultura, particularmente visível a partir do final da 2ª Guerra Mundial, veio introduzir uma nova inflexão importante, ao facturar o mundo rural em duas realidades bem distintas: o *mundo rural moderno* e o *mundo rural tradicional*”.

O efeito dessa modernização da agricultura dividiu o rural entre moderno e atrasado; o moderno ligado às classes dominantes agrárias e proprietários de terra e o atrasado à massa da população que não tinha condições de modernizar-se. Nesse momento criava-se a ideia de que somente a grande propriedade poderia absorver a modernização e que a escala se tornava uma exigência para o desenvolvimento. “Aos pequenos poder-se-ia oferecer a fixação no campo, uma eventual melhoria da renda, o acesso a certos bens, mas jamais a parceria no progresso da agricultura” (WANDERLEY, 2009, p. 11).

Neste contexto, em 1964, em meio à Ditadura Militar, cria-se o Estatuto da Terra no Brasil, que estabelece a função social da terra, ou seja, a propriedade privada deve estar em conformidade com as relações legais de trabalho, com a produtividade e as legislações ambientais. Apesar de ser um marco político da luta pela terra, os latifúndios não foram diluídos em função das forças políticas dominantes no interior do país, o que representa ainda um obstáculo ao pleno desenvolvimento da agricultura. Em seu livro “O mundo rural como um espaço de vida”, Wanderley (2009) reafirma que a concentração de terra foi e continua sendo a peneira social que distingue os que serão ou não reconhecidos como capazes de promover o desenvolvimento. E “é por esta razão que a modernização da agricultura continua sendo tão “dolorosa”” (Wanderley, 2009, p. 11), aos que não têm condições de se adequar às exigências de modernização.

Percebe-se que a ideia de modernização não estava presente apenas no meio rural, mas era consequência da influência de um mundo urbano, capitalizado e

industrializado. Nesse momento, a massa da população que não tinha condições de modernizar-se no meio rural começava um movimento migratório para as periferias das cidades em busca de trabalho na indústria moderna, objetivando com isso melhores condições de vida. Este movimento migratório ficou conhecido como êxodo rural, denominado por muitos pesquisadores como “esvaziamento do meio rural”.

Guedes, Torres e Campos (2014, p. 10), apontam que ao mesmo tempo em que o processo de modernização influencia um crescimento significativo da agricultura na economia brasileira, acompanha este processo “uma situação de seletividade social, na qual predominarão, cada vez mais, os produtores tecnologicamente modernizados”. Barros (2014), analisando este processo histórico, considera que

é preocupante e frustrante que em 2012, depois de mais de sessenta anos de esforço intencional dirigido à industrialização e modernização dos diversos setores econômicos (inclusive agricultura) com propósito de gerar melhores empregos e maior renda para a população brasileira, ainda prevaleça grande parcela dessa população mal empregada e sem rendimentos suficientes para tirá-la – através da inclusão produtiva – da condição de miserável ou pobre (BARROS, 2014, p. 30).

Maia (2014) apresenta uma estimativa que, considerando apenas os residentes em domicílios particulares e seguindo a definição de espaço rural do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, houve uma redução da população rural de 17% em menos de 30 anos, de 36 milhões em 1991 para 30 milhões em 2010. “A dinâmica demográfica das populações urbanas e rurais entre 1991 e 2010 indica a continuidade da tendência de esvaziamento demográfico rural no Brasil, mesmo que em ritmo mais ameno na última década” (MAIA, 2014, p. 1085). Esses dados podem ser observados no Quadro 1.

Ano	Urbano			Rural		
	Pessoas (mil)	%	Domicílios (mil)	Pessoas (mil)	%	Domicílios (mil)
1991	110,423	75.6	27,248	35,714	24.4	7,633
2000	137,434	81.2	37,516	31,848	18.8	7,508
2010	160,438	84.4	49,296	29,655	15.6	8,131

Quadro 1 - População segundo situação do domicílio – Brasil

Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Excluído em domicílios coletivos. Elaboração Maia (2014).

Maia (2014, p. 1085) expõe em sua pesquisa que “um aspecto relevante dessa dinâmica demográfica rural é que o número de domicílios rurais cresceu ligeiramente nesses 20 anos. Ou seja, caiu expressivamente o número médio de membros por domicílio rural”. Além da migração de residentes rurais para os centros urbanos ser apontado como fator determinante da redução do número de membros nos domicílios rurais, há uma influência histórica de mudanças na estrutura das famílias e também pela recente queda na taxa de fecundidade. Ainda, é mostrado pelo autor em seu estudo a distribuição da população segundo as faixas etárias onde se constata “uma brusca redução na participação da população jovem de 20 a 29 anos de idade em relação às demais faixas etárias nas áreas rurais” (MAIA, 2014, p. 1086). É verificado por ele um crescimento na população rural de 40 anos ou mais (7,7 milhões em 1991 para 9,4 milhões em 2010) passando a representar praticamente um terço da população rural em 2010. “Houve, assim, um substancial processo de envelhecimento das populações urbana e, sobretudo rural” (MAIA, 2014, p. 1087).

Guedes, Torres e Campos (2014) referenciam-se a Navarro e Campos (2014) quando retratam a possibilidade do esvaziamento populacional do meio rural a curto e médio prazo e “mais do que isso, a pressão por ganhos de produtividade exigirá mão de obra mais qualificada, para atuar em trabalhos mais especializados (com uso mais intenso de automação e precisão)” (GUEDES; TORRES; CAMPOS, 2014, p. 128).

Neste cenário de transformações sociais, surgiram diversas teorias em relação ao rural e ao urbano, muitas vezes criando a ideia de antagonismo entre os dois espaços. Além da dicotomia criada na perspectiva da modernização, alguns autores afirmavam que “ocorreria uma urbanização ou uma desruralização, onde o rural seria invadido pela modernidade até o seu fim” (OLIVEIRA, 2006, p. 17). Sociologicamente, de acordo com o Dicionário de Ciências Sociais (1986, p. 1090) “o termo rural é usado com o antônimo urbano explícito ou implícito”. Explica ainda que:

uma sociedade ou comunidade pode ser classificada como rural, e não urbana, pelos seguintes critérios, que indicam áreas de um continuum: menor densidade demográfica; menor diferenciação social; menor mobilidade social e espacial; índices mais baixos de mudança social; agricultura como ocupação principal; posse de

terra como o centro convergente do sistema político-econômico (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986, p. 1090).

Contraopondo essa ideia, com a intensificação das transformações sociais os pesquisadores deste tema perceberam que o meio rural não poderia mais ser definido por tais critérios. Veiga (2002) afirma ser um equívoco relacionar o território rural à exclusividade de atividades primárias, pois este meio deixou de ser sinônimo de agropecuário. Wanderley (2009) também compartilha desta ideia e destaca que “está em curso uma nova visão do rural, que propõe uma nova concepção das atividades produtivas, especialmente daquelas ligadas à agropecuária, e uma igualmente nova percepção do “rural” como patrimônio a ser usufruído e a ser preservado” (WANDERLEY, 2009, p. 250).

Seguindo nessa linha, Rosa e Ferreira (2010, p. 190) apontam a existência de uma “ressignificação ao meio rural em função das novas formas de produção e trabalho que se desenvolvem no campo e que resultam na própria modificação da configuração espacial desse meio”. Isso porque, o meio rural – sempre associado à atividade agrícola – passou a comportar uma série de outras atividades que anteriormente eram desenvolvidas nos centros urbanos, como turismo, moradia, entre outras.

Nesse sentido é que Graziano (1996) define, em sua perspectiva, o que é o homem rural na contemporaneidade:

[...] sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural (GRAZIANO, 1996, p. 5).

Wanderley apresenta e endossa a crítica de Bruno Jean em relação ao chamado “fim do rural” quando o autor traz em sua análise argumentos demográficos, morfológicos e culturais e apresenta a perspectiva de que “o fim das “sociedades rurais”, ao contrário, não significa o fim do rural”: assiste-se, nas sociedades contemporâneas, a um processo de “recomposição do rural” e da emergência de uma “nova ruralidade”. Esta perspectiva contesta o desaparecimento das diferenças espaciais e sociais entre o rural e o urbano e afirma a necessidade de uma nova abordagem que consiga “recompôr o objeto e repensar a realidade rural em

seus modos contemporâneos de recomposição ou reestruturação” (WANDERLEY, 2009, p. 245).

De acordo com Medeiros (2011), o rural em um debate contemporâneo é abordado diferentemente da ruralidade tradicional que apresenta de forma marcante foco na dicotomia rural-urbano/campo-cidade. Salienta-se que “o rural até então considerado tradicional, conservador e atrasado se transforma e a ele é dada uma nova re-significação que contempla elementos, como por exemplo, a cultura” (MEDEIROS, 2011, p. 63).

Em publicação recente, o sociólogo José de Souza Martins elucida o entendimento atual sobre o “rural”.

O conhecimento referencial de senso comum relativo ao mundo rural e agrícola está em crise no Brasil. Seu sistema de noções populares vem perdendo a solidez, disputado ideologicamente, questionado pela ciência. Há alguns anos começou-se a falar, em textos acadêmicos, em “o rural”, o adjetivo havia se transformado em substantivo. Mas um substantivo indefinido, residual, dotado de vida própria, embora abstrato. De geográfico, o conceito passava a ser sociológico, para se referir não mais, propriamente, ao espaço até então definido como rural, mas sim a um sujeito político, um sujeito territorial, dotado, como alguns preferem, de territorialidade. No plano político surgiram as organizações e os movimentos sociais que falam em nome do rural. Os sujeitos de demanda social e política já não são categorias propriamente sociais, mas sujeitos abrangentes porque dotados de territorialidade. Rural é categoria que chegou até nós através dos geógrafos e a partir deles se difundiu para outros campos de conhecimento (MARTINS, 2014, p. 14).

Nesse sentido, Favareto (2007) visualiza o começo de um atual debate sobre os espaços ditos rurais, enfatizando o fato de estarem cada vez mais atrelados em dinâmicas territoriais complexas. O autor sugere a abordagem que presume o território rural em uma trama de relações, sendo esta visão a superação da percepção dicotômica de períodos anteriores. Hoje, todas as instituições interligam-se em maior ou menor grau, construindo então um tecido social, onde surgem novos agentes, variáveis, interesses, bem como novas estruturas de oposições e identidades na configuração rural – urbano.

Medeiros (2011, p. 60) concorda que “o conceito de rural, então, se transforma, pois, se transforma o espaço agrário. Novas dimensões são agregadas àquelas já tradicionais e pertinentes ao processo de produção agrícola”.

Rosa e Ferreira (2010), no entanto, destacam que a literatura contemporânea acerca das relações campo-cidade/urbano-rural deveriam considerar as especificidades que fazem do rural um lugar com estilo de vida gerador de uma identidade própria. Nesse sentido, para Paulo (2011, p. 93) “não podemos dizer que não haja diferenças significativas entre o rural e o urbano, uma vez que o mundo social é também simbólico, e os significados que são atribuídos aos mesmos signos no rural e no urbano podem ser completamente diferentes”.

Ao fazer uma análise conceitual do rural e ampliando o foco sobre a América Latina, Romero (2012) salienta que se deve observar fatores produtivos, econômicos, sociais e a historicidade de forma que contextualize a localidade. Para o autor o vínculo dos sujeitos com o local é o que torna diferentes as interpretações sociológicas acerca do “rural”, fazendo com que este adquira novos significados.

Zago e Bordignon (2012, p. 10) afirmam sinteticamente que, “o rural não é uma ficção ou mistificação: é produto necessário de um modo de construir a realidade social”. Atualmente, o rural apresenta-se como um espaço “multifacetário e multifuncional” e é entendido enquanto um singular espaço de vida onde se constroem, se reproduzem ou se redefinem relações sociais específicas, além de “compreender o agricultor familiar⁴ como um ator social partícipe pleno de progresso, da sua sociedade, em geral, e mais diretamente, das transformações da agricultura e do meio rural” (WANDERLEY, 2009, p.16). O agricultor familiar, sendo percebido como protagonista dos processos sociais que vivencia, e ainda do lugar que ocupa na sociedade, não correspondendo a um destino ideologicamente traçado, por vezes, resiste às inovações e imposições “externas” da sociedade, em especial mercadológica (WANDERLEY, 2009).

José Graziano da Silva (1997), tratando do “Novo Rural Brasileiro”, salienta que este é entendido espacialmente como um “continuum” e que sua urbanização apenas em parte explica suas transformações. Para o autor, a sociedade atual carrega fortes resquícios de um momento “pós-industrial”, caracterizado por intensas mudanças políticas, econômicas e sociais, ou seja, se tem uma nova sociedade em gestação – emergindo dessa transformação.

⁴ Aqui esta nomenclatura se utiliza como fator da generalização dos agricultores de menor poder econômico, que cultivam em pequenas propriedades rurais, se encontram descapitalizados e têm baixa inserção no mercado. “Além da importância da agricultura familiar no desenvolvimento econômico do Brasil, essa atividade se destaca por combinar, ao mesmo tempo, unidade de produção, unidade de consumo e unidade familiar” (BATTESTIN; COSTA, 2007, p. 88).

Considerando o avanço tecnológico da sociedade, de forma geral as unidades de produção familiar necessitaram se adaptar, em especial, no que tange à produção, tornando-se mais tecnicizada. A industrialização no meio rural, por sua vez, torna a mão-de-obra, em destaque a familiar, excedente, fazendo com que os membros necessitem acessar os trabalhos fora das propriedades familiares para garantir o sustento (GRAZIANO, 1997).

Diante disso, cabe salientar a importância de se pensar nos sucessores dos empreendimentos familiares, pois estes é que serão os futuros atores formadores do novo rural. Nesse sentido, para Kiyota e Perondi (2014) a agricultura, ao ser comparada com outras profissões presentes na sociedade contemporânea, ainda é uma ocupação herdada, geralmente passando o controle da propriedade para membros de uma mesma família. “Esse processo de sucessão que ocorre entre duas gerações da mesma família é um dos estágios mais críticos no desenvolvimento da unidade de produção” (KIYOTA; PERONDI, 2014, s.p.).

Por fim, vale destacar que, de acordo com Spanevello (2005, p. 9) “as relações no meio rural antes e após a ampliação do espaço rural através da unificação do mercado de bens simbólicos nos mostra que ocorre mudança ou transformação na identidade social dos jovens”. O que por sua vez, segundo a autora “ocasiona entraves na reprodução geracional, podendo até mesmo não haver garantias da reprodução da unidade produtiva familiar”. Tal situação pode ser agravada pela masculinização e envelhecimento da população rural, destacadas em especial nas pesquisas do sul do país.

Diante dos diversos recortes da realidade do meio rural e percebendo as significativas transformações ocorridas nesse meio, torna-se importante entender os jovens como atores sociais fundamentais no processo de desenvolvimento dos espaços rurais contemporâneos em suas perspectivas de futuro.

1.2 Conceituações da categoria juventude em seus contextos

O termo “juventude”, de acordo com o Dicionário de Ciências Sociais (1986, p. 661), quando “aplicado a uma pessoa, expressa o período de tempo compreendido entre o fim da infância e o início da idade madura”. De outra forma, “o termo juventude tem um sentido coletivo de maior interesse para os estudos sociológicos,

significando uma parte da população total de cada país ou grupo de países”. Ainda, “esse período de tempo, que na vida pessoal se inicia com o fim da puberdade e se estende até o início da maturidade, expresso em anos, tem limites máximo e mínimo variáveis em cada momento histórico”.

Em 1964 foi realizada uma Conferência Internacional sobre a Juventude, onde a UNESCO estipulou um conceito para o termo “juventude”, sendo este:

um estado transitório, uma fase da vida humana de começo bem definido pelo aparecimento da puberdade; o final da juventude varia segundo os critérios e os pontos de vista que se adote para determinar se as pessoas são “jovens”. Por juventude entende-se não só uma fase da vida, mas também os indivíduos que pertencem aos grupos de idade definidos como jovens (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1987, p. 661).

Karl Mannheim, em meados do século XX, ao problematizar sociologicamente questões vinculadas ao segmento juvenil, dá início aos estudos de juventude. “O que a juventude nos pode dar?” “O que a juventude pode esperar de nós?”. Esses questionamentos, para Mannheim (1968), resumem o problema da juventude na sociedade moderna, embora o autor destaque que ela não terá sempre o mesmo significado social. Da mesma forma, sempre variam de uma sociedade para outra as funções desempenhadas pelos jovens, como por exemplo, nas sociedades modernas o jovem é considerado uma força em potencial.

Para o autor, a juventude é percebida como um conjunto de “recursos latentes” que a sociedade tem acesso e condições de manipular. Assim “a função específica da mocidade é um agente revitalizante; é uma espécie de reserva que só se põe em evidência quando essa revitalização for necessária para o ajustamento para circunstâncias em rápida mudança ou completamente novas” (MANNHEIM, 1968, p. 72). De acordo com Mannheim (1968, p. 75) “na linguagem da sociologia, ser jovem significa sobretudo ser um homem marginal, em muitos aspectos um estranho ao grupo”.

Nesse sentido, de acordo com Battestin e Costa (2007, p. 82) “dizer que juventude é uma parcela da sociedade compreendida entre uma idade e outra, como se costuma fazer, é reduzir por demais uma realidade que vai muito além de dados meramente biológicos ou etários”.

Pierre Bourdieu (1983), em seu texto “A “juventude” é apenas uma palavra”, atenta que faixas etárias são inconsistentes para entender a juventude, bem como as

classificações por sexo, classe social, entre outras, criando limites ao impor uma ordem aos grupos, sendo que “cada um deve se manter em seu lugar”. Para o autor “somos sempre o jovem ou velho de alguém. [...] a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos” (BOURDIEU, 1983, p. 113). A ênfase dada por Boudieu reside na posição social da juventude e na forma sempre relativa e relacional com que ela é reconhecida nas interações com outros segmentos da sociedade.

Segundo Castro (2010, p. 66) “muitos trabalhos tratam a juventude como categoria autoevidente ou autoexplicativa, utilizando idade e/ou comportamento como definições metodológicas”. Ainda para a autora, “permeada de definições genéricas, associada a problemas e expectativas, a categoria tende a ser constantemente substantivada, adjetivada, sem que se busque a autopercepção e formação de identidades daqueles que são definidos como “jovens” (CASTRO, 2010, p. 65).

Amartya Sen (2010) referindo-se à juventude latino-americana salienta que

aceitar a sua especificidade, a necessidade de saber o que ela pensa e sente, o porquê de essa juventude, vista normalmente de modo subestimado, agir como age, bem como seus sinais conflituosos, eis uma necessidade imperiosa, para que não se continue cometendo erros em sua abordagem e para construir caminhos capazes de possibilitar a mobilização de seu imenso potencial. Assim como evitar que se dilua a sua especificidade, é preciso, também deixar para trás um outro equívoco, muito comum: o de fazer generalizações a seu respeito (SEN, 2010, p. 213).

Diante dos diversos aspectos da realidade do meio rural e percebendo as significativas transformações ocorridas nesse meio, torna-se importante entender os jovens, como atores sociais fundamentais no processo de desenvolvimento dessa complexa e contemporânea ruralidade. Na década de 1960, Sustaita (1968), referindo-se aos jovens rurais, norte americanos, já visualizava a relação desses com o meio onde viviam e com as cidades, e ainda o autor percebia a proximidade entre os anseios dos jovens rurais e urbanos pertencentes a uma mesma classe social.

Guigou (1968) em um contexto francês, também na década de 1960, ao se perguntar quem são os jovens rurais, os classifica em um corte entre 16 e 24 anos subdividindo-o em três grupos, como descritos a seguir:

De 16 a 18 anos é a época final da adolescência, da participação ativa no “grupo de colegas”; o momento da afirmação de si, no

seio da família e na cidade. Nesta idade as jovens fixam sua escolha: trabalho na fábrica ou no escritório, na cidade vizinha, e espera do casamento para muitas delas. Entre 19 e 21 anos situa-se um período de transição, marcado pelo serviço militar para os rapazes. [...] É o momento da escolha definitiva de uma profissão; momento também em que muitas jovens se casam. [Por fim] A época 22-24 anos é frequentemente a do “conflito das gerações” a propósito da gestão da exploração agrícola; época da submissão [...] Nesta idade, os jovens constituem um lar, instalam-se definitivamente na aldeia ou escolhem o êxodo. Responsabilidades mais importantes são tomadas nos negócios locais (GUIGOU, 1968, p. 74).

O debate sobre juventude rural, em especial no Brasil, é contemporâneo e apresenta-se sobre diversas faces; muito é discutido sobre a temática e os pesquisadores conceituam diferentemente esses atores. Weisheimer (2005, p. 26) considera “mais correto privilegiar as noções de juventudes e jovens rurais no plural, uma vez que eles vivem realidades sociais bastante diversas”. Segundo Stropasolas (2006, p. 180) a categoria juventude “unifica simbolicamente um grupo que é composto diversamente, que encobre realidades socialmente diversificadas”. Castro et al. (2009) destacam a necessidade de analisar a juventude como categoria analítica e principalmente social.

Podemos afirmar que o peso da transitoriedade aparece como uma “marca” recorrente nas definições e percepções sobre juventude nos mais diferentes cenários e contextos. Juventude é percebida assim, como uma categoria social que, via de regra, relega aqueles assim identificados a um espaço de subalternidade nas relações sociais. Paradoxalmente, *jovem* é associado a *futuro* e à *transformação social* (CASTRO et al., 2009, p. 43).

Carneiro e Castro (2007) compreendem a juventude rural como uma dupla dinâmica social. Por um lado, a dinâmica territorial que relaciona a casa (a família), a vizinhança (a comunidade local) e a cidade (o mundo urbano-industrial) e por outro lado, a dinâmica temporal, relacionada ao passado das tradições familiares que inspira práticas e estratégias do presente e conseqüentemente o encaminhamento do futuro. “Mais do que espaços distintos e sobrepostos, trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão conteúdo à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade” (CARNEIRO; CASTRO, 2007, p. 24).

De acordo com Stropasolas (2013, p. 4) a categoria juventude torna-se diferenciada pela busca desse segmento por emancipação, por suas escolhas de valores, pelas formas de construção de suas identidades que são consequência pelo

contexto social de vivência. Ainda segundo o autor, os “diversos segmentos de jovens rurais” são diferenciados por vários aspectos, dentre eles: “renda, etnia, raça, gênero, orientação sexual, religiosidade, disparidade regional, etc”. Para o autor,

as concepções pautadas nos dualismos reducionistas rural-urbano ou tradição-modernidade – que acabou inferiorizando e estigmatizando populações e dimensões de sua vida - não dão mais conta ou não conseguem mais explicar as complexidades vivenciadas pelos diversos segmentos de jovens rurais, que se mobilizam de forma interativa nos diferentes espaços sociais, não sem experimentar renovados conflitos de valores e de visão de mundo entre os gêneros e as gerações, que se manifestam sobretudo na dimensão da vida social e cultural, especificamente, nos significados de ser jovem e rural, nas escolhas profissionais e nos projetos de vida, nas relações de sociabilidade, nos modelos de família e casamento, na religiosidade, na vida afetiva e orientação sexual, entre outros (STROPASOLAS, 2013, p. 2).

Nesse sentido, Paulo (2011) considera que não se pode definir o jovem apenas de forma objetiva, mas sim em conjunto da subjetividade e que há a necessidade de entender esse segmento por meio da concepção de uma construção sócio-cultural que está ligada a um processo histórico. Com isso, a autora enfatiza a necessidade de entender o meio rural como um espaço de vida e as relações que os jovens vivenciam, pois para ela somente por meio do conjunto dessas relações, com a família e com o mundo, e juntamente com a percepção que o próprio jovem tem dele mesmo é que será possível entender as identidades desses atores sociais.

As interpretações sobre a condição juvenil demonstram que esta é uma construção social, cultural e histórica dinâmica e diversificada, o que implica considerá-la como uma realidade múltipla, visto que os jovens não formam um todo homogêneo (WEISHEIMER, 2005, p. 26). Nessa perspectiva, Wanderley (2006, p. 103) afirma que “não cabe isolar, mas não cabe também diluí-los numa pretensa homogeneidade que desconhece as particularidades de viver a juventude quando se é jovem nas áreas rurais brasileiras. Mesmo nestas [...] é muito grande a diversidade”.

O cenário de mudanças no meio rural tem sido destacado por pesquisadores do segmento juvenil, pois este processo fez com que os jovens rurais de hoje mostrem diferentes perspectivas frente à vida neste meio (CARNEIRO, 1999). Atualmente, o fato de o rural não ser mais apenas agrícola, mostrando-se pluriativo e multifacetário, vem afetando de forma direta os projetos de vida dos jovens rurais, pois são oferecidas maiores oportunidades de trabalho, não apenas voltadas à

agricultura (CARNEIRO, 2007). De acordo com Castro et al. (2009) o papel atribuído aos jovens rurais entre os anos 90 e 2000 focaliza a importância desse segmento para o futuro da agricultura familiar.

Os jovens rurais seriam aqueles que vivem o “dilema” do trânsito entre o campo e a cidade, e sofreriam de forma mais direta as transformações sociais do meio rural. Essa tendência migratória dos jovens e as características da transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares às novas gerações são questões recorrentes nas pesquisas sobre os jovens rurais, que evidenciaram para o campo acadêmico a necessidade de compreender os fatores que contribuem para a saída dos jovens do meio rural (CASTRO et al., 2009, p. 56).

Considerando que os jovens rurais desejam “o melhor dos dois mundos”, do rural e do urbano, Carneiro (2007) aponta a necessidade de investigações sobre um universo simbólico que está se ampliando e que permite novas configurações da identidade do jovem rural. Assim, o que os pesquisadores deste tema apontam é que esse segmento social estaria localizado em um ponto de interseção entre dois espaços e dois estilos de vida.

Para Stropasolas (2006, p. 173) “os jovens reclamam por mudanças na condição social dos agricultores na sociedade e nos valores que fundamentam as relações de gênero e geração na agricultura familiar; todavia, por não encontrarem espaço para as transformações, mudam-se para a cidade”. O autor evidencia que os jovens rurais almejam uma mudança no padrão de vida quando migram para as cidades; porém, mesmo quando já estão no contexto urbano se deparam com grande dificuldade em acessar direitos básicos de cidadania, pois passam por situações conflituosas de adaptação e acabam não se integrando de forma completa a esse novo estilo de vida. O autor conclui que os jovens “embora busquem “mudar de vida”, também mantêm uma forte identidade cultural com um *ethos* [...] expresso na procura regular, nos finais de semana, pela sociabilidade das comunidades rurais” (STROPASOLAS, 2006, p. 173).

Ao realizar uma pesquisa em dois contextos rurais diferentes, Carneiro (1999) percebeu que os jovens, por mais que almejem um padrão de vida melhor e interligado ao estilo moderno e urbano, também demonstram um sentimento de compromisso com a família e com o local, sendo essa uma das contradições presentes no desejo de ter “o melhor dos dois mundos”. Abramovay et al. (2007), ao realizarem uma pesquisa no oeste de Santa Catarina, constatam que existe vontade

por parte de rapazes em continuar nas atividades agrícolas já desenvolvidas por seus pais, porém destacam a precariedade dessas propriedades, em grande parte por falta de apoio e de organização das instituições que representam os agricultores deste determinado local. O autor salienta que esse quadro não é presente apenas ali, mencionando que a necessidade de espaços para participação desses atores é fundamental no meio rural.

Contudo, ao correlacionar às discussões, o debate acerca das políticas públicas, Weisheimer (2005) enfatiza que diferentes estudos apontam para a “necessidade de desenvolvimento de políticas públicas específicas para os jovens rurais” (WEISHEIMER, 2005, p. 27). Corroborando com tal reflexão, Redin (2014, p. 39) aponta “certo consenso entre os pesquisadores que o jovem é posto em segundo plano nas formulações de estratégias de desenvolvimento”; ainda segundo o autor, “nota-se, muitas vezes, que nem sempre a migração do jovem rural está ligada a falta de condições básicas neste espaço, mas de um complexo contexto que envolve muito mais que a relação estritamente econômica, propriamente dita” (REDIN, 2014, p. 39).

Como salientado por Pais (2005) sabe-se que os jovens não participam da construção e formulação das políticas direcionadas para o público juvenil, sendo assim as mesmas não proporcionam canais que escoem as reais intenções e necessidades dos jovens rurais, pois além de desconhecê-las, desconsideram seus anseios. Tais situações não são apenas presentes no âmbito das políticas públicas; a falta de espaço para que o segmento juvenil dê vazão aos seus anseios e necessidades, de forma geral, são vetados até mesmo dentro da instituição familiar.

Nessa perspectiva, Brumer (2006), em pesquisa realizada com jovens filhos de agricultores familiares no Rio Grande do Sul, observou dois aspectos nas reivindicações desses jovens:

Acesso a uma renda própria, cujos recursos eles possam decidir como utilizar; e a autonomia em relação aos pais. O primeiro é dificilmente equacionável dentro da economia familiar, cujos recursos geralmente são indivisíveis e ficam sob o controle do pai. Uma alternativa para os jovens é o assalariamento, principalmente no meio urbano, que marca uma ruptura temporária ou definitiva com a atividade agrícola. A solução do segundo requer a mudança nas relações familiares, através da participação maior de todos os trabalhadores familiares no processo de tomada de decisões e de um maior espaço para a atuação dos jovens (BRUMER, 2006, p. 5).

Observa-se que isso é um fator relevante no processo migratório, pois influencia os jovens na procura de novos trabalhos que gerem autonomia financeira, que por sua vez pode aumentar o fluxo migratório. Em pesquisa realizada no Alto Jequitinhonha, em Minas Gerais, Mendonça et al. (2013) não perceberam significativa mudança no processo migratório dos jovens daquela localidade, ao contrário, ressaltaram que os filhos continuam migrando na mesma proporção que seus pais. Ainda nesta mesma pesquisa, os autores perceberam a ausência de critério para a escolha do sucessor da propriedade, ou seja, qualquer filho pode assumir a propriedade da família e dar continuidade à produção. Um fato importante colocado pelos autores e já mencionado em outras pesquisas aqui apresentadas, é a baixa rentabilidade da agricultura interferir na escolha do jovem de permanecer ou não na propriedade.

Doula et al. (2014) em pesquisa realizada na Zona da Mata Mineira, ao analisarem a elaboração dos projetos de vida de jovens trabalhadores rurais, constaram que a propriedade da família é considerada como lócus central do trabalho. De maneira geral, os jovens entrevistados pelas autoras demonstraram interesse em exercer profissões ligadas ao setor agropecuário, puderam constatar também a baixa oferta de cursos de nível superior e técnico para suas capacitações, em suas regiões e municípios de origem. Considerando os aspectos positivos do meio rural, Doula et al. (2014) salientam que os mais citados pelos jovens da pesquisa foram a tranquilidade, segurança, ser dono da propriedade e ainda a liberdade. Por fim, as autoras destacam que:

Os dados da pesquisa nos levam, então, a tomar com cautela os planos de permanência dos jovens no meio rural, na medida em que as oportunidades de continuar os estudos, de ter opções variadas de formação profissional, de ter acesso às novas tecnologias, a atividades de cultura e lazer ou a direitos trabalhistas não estão disponíveis a eles, fazendo-nos questionar sobre a privação das suas capacidades e liberdades e sobre a qualidade de vida e desenvolvimento na qual essa permanência se dará (DOULA et al., 2014, s.p.).

Nesse sentido, Redin (2012) ao considerar oportunidades de ingresso à educação superior dos jovens rurais vinculados à agricultura, no sul do país, enfatiza que:

Contracenar com a valorização do jovem no campo é, antes de tudo, fornecer condições materiais, espaços de sociabilidade, possibilidade de continuar os estudos sem necessitar migrar para grandes centros urbanos, dar subsídios ao produto do trabalho na agricultura familiar, proporcionar formas de amenizar o isolamento cultural, político e social, bem como aumentar o leque de alternativas de desenvolvimento. A premissa fundamental é, portanto, assegurar condições que possibilitem, ao jovem rural, munir qualidade de vida aliada aos projetos individuais ou aos coletivos, no rural (REDIN, 2012, p. 124).

O autor ainda expõe que esse segmento se constitui de sonhos, expectativas e ambições, simbologias que se vinculam aos projetos de vida da juventude rural, o que por sua vez além de estarem interligados aos espaços sociais que os permeiam, são vinculados em sua maioria às condições da propriedade familiar. Assim, Redin (2012, p. 130) afirma que “famílias consolidadas economicamente podem proporcionar uma estrutura educacional que, talvez, induza o jovem a migrar parcialmente, com intuito de qualificação superior”. Nesse sentido, o autor coloca que se por ventura o jovem optar por algum curso superior na área agrícola, a possibilidade de retorno possa ser mais elevada.

Diante disso, “a *juventude rural* é constantemente associada ao problema da “migração do campo para a cidade”. A decisão entre “ficar” ou “sair” do meio rural envolve múltiplas questões mediante as quais a categoria *jovem* é construída e seus significados, disputados” (CASTRO et al., 2009, p. 23). De acordo com Battestin e Costa (2007),

dentre os principais fatores que podem contribuir para a saída dos jovens estão o conflito com a família, no que diz respeito à liberdade e autonomia, pesando principalmente sobre as mulheres. O controle que os pais e irmãos exercem sobre as jovens as leva a vislumbrarem na cidade, através de um emprego, liberdade pessoal e autonomia financeira. Mas o peso da autoridade paterna não recai somente sobre as filhas. Os filhos se vêm logo cedo com responsabilidades na produção, porém não lhes é permitida participação nas decisões e gestão das atividades e, para agravar, muitas das vezes essa situação persiste inclusive depois do casamento até que se tenha a posse da terra de fato. (BATTESTIN; COSTA, 2007, p. 94).

Stropasolas (2006), referindo-se aos jovens no Oeste Catarinense, visualizou que aqueles que optam por não continuar nas atividades agrícolas da propriedade familiar, em grande maioria o fazem pelo fato de estas não terem boas estruturas, dessa forma o jovem acaba inserindo-se no mercado de trabalho até mesmo para

obter recursos financeiros para manter os estudos. Assim, o autor percebe que esses jovens, ao adentrarem o mercado de trabalho, “depositam no trabalho a esperança de sustentar a continuidade dos seus estudos, residindo na busca da realização do desejo de fazer uma faculdade a maior das aventuras” (STROPASOLAS, 2006, p. 232). Porém, é notória a ilusão acerca disso, pois assim como aponta o autor, os jovens acabam recebendo salário apenas para se manter, o que torna improvável o investimento em seus estudos.

O autor menciona que os jovens rurais, quando pensam a relação do trabalho (realizado nos frigoríficos) com o trabalho ligado à agricultura, comentam “que são ambientes diferentes, valorizando o trabalho na agricultura, que é realizado em “ambiente aberto”, em “contato com a natureza”” (STROPASOLAS, 2006, p. 228). Ainda, qualificam positivamente o trabalho agrícola como uma possibilidade de estarem em contato com as trocas de experiências que surgem com a proximidade junto ao grupo familiar e com os vizinhos.

Nesse sentido, referindo-se aos aspectos positivos tanto do rural quanto das cidades, Battestin e Costa (2007, p. 95) apontam que “se por um lado a cidade pode representar ascensão social, por outro os jovens não têm a mesma expectativa quando se trata de tranquilidade e qualidade de vida”. Contudo, como mencionado por Abramo (1997),

de um modo geral, pode-se dizer que a “juventude” tem estado presente, tanto na opinião pública como no pensamento acadêmico, como uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade. A juventude, vista como categoria geracional que substitui a atual, aparece como retrato projetivo da sociedade. Nesse sentido, condensa as angústias, os medos assim como as esperanças, em relação às tendências sociais percebidas no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura. (ABRAMO, 1997, p. 29)

Por fim, Castro (2010, p. 61) aponta que, “a “juventude rural” reaparece nos diferentes contextos rurais da atualidade como uma categoria-chave para a própria reprodução social do campo e, em especial, da produção familiar”. Em conformidade, vale evidenciar o exposto por Silva (2012, s.p.) de que “os jovens rurais têm sido vistos pelos estudos como uma categoria que carrega a responsabilidade da reprodução social da agricultura familiar. As estratégias de reprodução perpassam a sucessão da terra e do trabalho agrícola, mas não acontecem sem conflitos intergeracionais”.

1.3 Noções de geração e seus conflitos

Como exposto no Dicionário de Ciências Sociais (1987) o termo “geração” sociologicamente pode ser definido de quatro formas:

- a) uma geração compreende todos os membros de uma sociedade, cujo comportamento entre si e com relação aos membros de outras gerações se baseia no fato de serem contemporâneos, ou de descenderem de um ancestral comum no mesmo número de graus;
- b) uma geração compreende a prole do mesmo progenitor ou progenitores e é contada como um único grau ou passo para calcular a descendência de uma pessoa ou família de um ancestral mais distante;
- c) uma geração compreende todos os membros de uma sociedade que nasceram aproximadamente na mesma época, aparentados ou não por laços de sangue;
- d) uma geração é o segmento de tempo entre o nascimento dos membros de uma sociedade nascidos na mesma época e o nascimento de sua prole, considerado este segmento de tempo estatisticamente admitido pelo cientista social um certo período, geralmente 30 anos (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1987, p. 514).

Para Mannheim (1982) uma geração não seria um grupo concreto e menos ainda se configura como uma associação, em sua ótica geração é assemelhada às posições de classe. No entendimento do autor, os indivíduos são pertencentes a classes, mesmo que desconheçam tal fato, o que acontece também com relação à geração. Mesmo relacionando geração com fatores biológicos, Mannheim considera que a interação social entre os indivíduos, a presença de estruturas sociais definidas e ainda a necessidade de continuidade, o pensamento sobre geração não seria alocado como um “fenômeno de localização social” mas apenas haveria o nascimento, envelhecimento e a morte.

De acordo com Eisenstadt (1956) em sua obra “De geração em geração” a interação entre indivíduos de faixas etárias diferentes é essencial para que o sistema social funcione e tenha continuidade; ainda chama atenção para as divisões sociais, em especial no trabalho, relacionadas às diferenças etárias.

Qual é a significação destas características para a vida familiar, para o indivíduo e para a sociedade? Sua maior importância parece residir no fato de que indicam os vários tipos de relações sociais e atividades que se acham combinadas no seio da família. É a combinação destas várias atividades [...] que permite à família desempenhar sua função socializante e ser a viga mestra da solidariedade e continuidade social. Na família, o indivíduo

aprende os vários tipos de atividades que exigem dele, na qualidade de membro pleno da sociedade e as várias maneiras de superar as tensões e frustrações inerentes à vida social disciplinada (EISENSTADT, 1956, p. 13).

Feixa e Leccardi (2010), ao realizarem um levantamento histórico sobre o conceito de geração a partir das teorias sobre juventude, propõem uma revisão das raízes do pensamento sociológico no que tange à conceituação de geração. Dessa forma, os autores descrevem que a noção de geração surgiu em três momentos históricos distintos, com quadros sociopolíticos específicos: na década de 1920 entendia-se como um “revezamento-geracional”, com uma perspectiva de coexistências de gerações; na década de 1960, quando surge a noção de “problema geracional” e seus conflitos e por fim, em meados de 1990, entendida como uma “sobreposição geracional”. Ainda cabe fazer referência ao fato de nessa última abordagem os autores descreverem um jovem mais habilidoso que os jovens de gerações anteriores.

Na ótica de Foracchi (1972, p. 24) “as relações entre as gerações, o conflito ou a continuidade que entre elas se estabelecem, são analisadas com base na crise da juventude ou, mais precisamente, na crise de uma geração”. A autora ao afirmar a necessidade da continuidade das gerações, esclarece que o conflito entre as gerações seria o embate de uma geração com os valores básicos de outra geração, por desconhecê-los ou não os querer preservar. Quando uma geração se nega a seguir tais valores se dá o conflito, “o conflito se estabelece quando a crítica não é absorvida, quando as tradições mais ricas perecem na apatia, no conformismo, na negociação de si. As barreiras de idade são irrelevantes nesse conflito que é de valores, de adesões prévias”. Porém, “isso não impede que a idade seja objeto de definição social e que, sob esse ângulo, o conflito de gerações seja estabelecido em torno de limites de idade” (FORACCHI, 1972, p. 25).

Para Dowbor (2005) é por meio das gerações sucessivas que a sociedade se reproduz e onde se dá a organização dessa reprodução é na família, considerando que atualmente o processo ocorre de forma mais complexa perpassando outras instituições. O autor, ao considerar essa temática em localidades rurais, expõe que:

Nas sociedades tradicionais, havia uma certa continuidade na organização da produção de uma geração para outra. Na era rural de agricultura familiar, a inserção produtiva ocorria naturalmente, pelo fato de haver coincidência do domínio e do espaço produtivo. O filho ia pouco a pouco aprendendo com o pai as fainas agrícolas;

organizavam-se diversas formas de divisão de trabalho familiar. Em outros termos – e mantendo a nossa visão de que a família constitui um processo de reprodução social –, o trabalho representa uma continuidade entre as gerações (DOWBOR, 2005, p. 302).

Considerando as relações geracionais em contextos rurais, Krauskopf (2005, p. 176) salienta que “a diferença entre o que o indivíduo projeta para a sua vida e os projetos que sua família forjou para ele pode ser considerada como indicador da velocidade de mudança na sociedade”. Ainda, segundo a autora,

mantém-se o “adultocentrismo”, que provém das tradições patriarcais: discrimina as pessoas que estão na fase juvenil pela idade, não incorpora nem legitima suas perspectivas, desqualifica ou estigmatiza as manifestações que não coincidem com as expectativas dos interlocutores mais velhos. [...] A distância entre jovens e adultos se modificou. Os jovens sabem coisas que os adultos não sabem e os adultos têm recursos e capacidades para oferecer. Por isso é fundamental a colaboração e a coresponsabilidade ente as gerações (KRAUSKOPF, 2005, p. 177-178).

A autora finaliza que para os adultos é difícil encarar a necessidade de redistribuir o poder caracterizado pela participação do segmento juvenil, porém afirma que é necessário valorizar a juventude e flexibilizar a geração anterior para que se possam incorporar conhecimentos e ainda contribuir com inovações. Vale retomar o que nos anos 1970 foi exposto por Balandier (1976) o confronto de gerações; para ele a relação de gerações é algo central que explicita de forma clara o problema da reprodução social.

Outra perspectiva a respeito do conceito de geração é dada por Lima (2008) quando esta a entende como categoria social. A autora expõe que:

As **categorias sociais** – ou gerações – como a infância, a adolescência ou a juventude, são resultados das transformações materiais, conceituais, religiosas, históricas, culturais, sociais, econômicas, ideológicas e outras, que as ações humanas no mundo desencadeiam, criando assim novas realidades e formas de existência para cada segmento geracional (LIMA, 2008, p. 32).

Por fim, como exposto por Barros (2006), atualmente é por meio de reflexões acerca das formas de sociabilidade, das experiências de vida dos distintos segmentos da sociedade e ainda grupos etários que se pode entender as gerações.

CAPÍTULO 2

INSTITUIÇÕES SOCIAIS E SEUS PROCESSOS SUCESSÓRIOS

Este capítulo é subdividido em três partes, a primeira, expõe de forma sintetizada o recorte acerca do entendimento de instituições sociais, enfatizando as instituições bases para a pesquisa, sendo elas família e cooperativa. A segunda parte do capítulo é composta por duas seções, inicialmente enfoca a conceituação da instituição família, sendo finalizada pelo entendimento de família rural e na sequência é apresentada uma discussão sobre a sucessão na agricultura familiar. Por fim, a terceira parte do capítulo é composta também por duas seções, sendo a primeira uma contextualização histórica do cooperativismo e ainda a conceituação da instituição cooperativa, ademais ao finalizar a seção, discute-se a sucessão nessa instituição.

2.1 Instituições sociais

Nessa pesquisa entende-se como instituição, em especial instituição social, o “complexo integrado por ideias, padrões de comportamento, relações inter-humanas [...] organizados em torno de um interesse socialmente reconhecido” (DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA, 1974). Como descrito por Turner (2000, p. 136) “uma instituição social pode ser vista como um tipo especial de estrutura social cujas posições de status são organizadas em torno do que é visto pelos membros de uma sociedade como problemas importantes para toda a coletividade”.

Durkheim (2001), no clássico “As regras do método sociológico”, ao definir a sociologia como a ciência das instituições, expõe que se chama instituição todos os modos e comportamentos e ainda as crenças instituídas pela coletividade. Para o autor, o objetivo da existência das instituições se dá para que se tenha um bom desenvolvimento social, ou seja, para que cada indivíduo cumpra sua função de forma adequada. No entendimento desse autor, para que a sociedade tenha um bom funcionamento é necessária a harmonia entre o funcionamento das instituições que a constituem, pois estas são as que regem as normas, condutas, valores e moral social que passam a fazer parte de uma consciência coletiva.

De acordo com Souza (2013), considera-se instituições sociais tudo o que for indispensável ao funcionamento da sociedade, sendo por meio dessa organização que os indivíduos se inserem no mundo da linguagem, da cultura e da produção. Para a autora, o fato de as instituições sociais ocidentais atualmente terem suas bases fundamentalmente mantidas pelo predomínio da lógica capitalista, faz com que seja necessário a existência de complexas instituições formadoras dos sujeitos sociais. Ainda, segundo Souza (2013, p. 29), “a vida em sociedade implica o contato com o outro, implicando, na maioria das vezes, desconsiderar nossos interesses particulares em favor de uma causa maior: o interesse coletivo”.

Cabe destacar que

o termo instituição tem muitas acepções. Na linguagem corrente, aplica-se ao estabelecimento ou criação de algo, a organizações dedicadas a diferentes áreas de atividades e até mesmo a pessoas [...]. Na área das ciências sociais registra-se imprecisão semelhante relativamente ao conceito. Alguns autores chegam a desaconselhar seu uso sob argumento de que, por aplicar-se a diferentes aspectos da realidade social, acaba por não ter valor como categoria de descrição e análise dos fenômenos sociais. [...] Entre sociólogos registram-se tentativas de dar precisão ao conceito. Porém, suas definições nem sempre coincidem. Para alguns a palavra instituição se refere essencialmente a estrutura, e como tal se aplica a organizações ou grupos dotados de certa estabilidade estrutural assentada em normas e valores dos próprios grupos ou organizações; ou então em valores da sociedade onde se inserem (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1987, p. 612).

De acordo com Berger (1994), a historicidade é relevante para o entendimento da necessidade de se constituir uma instituição, pois existem instituições para a vida coletiva/social, como por exemplo, o Estado e instituições para a vida privada, como por exemplo, a família. No entendimento do autor características fundamentais das instituições sociais são: a objetividade, a coersitividade, a autonomia moral e a historicidade. No entendimento de Dequech (2011, p. 607) “as instituições são entendidas de modo amplo, como padrões socialmente compartilhados de comportamento e/ou pensamento”.

A conexão entre as instituições e as relações de poder é uma via de duplo sentido. As instituições são em parte mantidas por relações de poder; no caso específico das organizações, trata-se de instituições que são definidas por essas relações de poder, na forma de relações hierárquicas (DEQUECH, 2011, p. 608).

Entende-se que a instituição engloba não apenas organizações formais, mas também grupos constituídos por crenças e valores comuns. Assim, cabe salientar que nesta pesquisa as instituições a serem abordadas são a cooperativa e a família, a primeira como a instituição ligada à vida social e à coletividade, já a família à vida privada. A escolha de ambas as instituições é fundamental para analisar a forma como vêm se desenvolvendo os processos sucessórios no espaço rural contemporâneo.

2.2 A Família e seus conceitos

Historicamente, nos pressupostos de Adorno e Horkheimer (1981), a família aparece como uma relação espontânea-natural que com o tempo diversificou-se até que se configurou na forma monogâmica e caracterizou-se como uma instituição de esfera privada. Devido ao contexto de modernização, constataam os autores, baseados em estudos da sociologia da família, que esta seria uma instituição em crise, ou então pautados no desenvolvimento social global referem-se à uma transformação desta instituição.

Nesse mesmo aspecto da historicidade da família, Zamberlan (2001) evidencia que ao longo do tempo a conceituação do termo sofreu profundas mudanças, considerando a totalidade das transformações ocorridas no mundo como um todo. Hoje, segundo a autora, os indivíduos são ligados muito mais pelos laços afetivos do que o próprio matrimônio ou ainda pelos laços biológicos. Para Zamberlan (2001, p. 36) “a família mostra-se um agrupamento humano cambiante e sua estrutura e funções estão intrinsecamente vinculadas às mudanças de paradigma sócio-cultural ao longo do processo civilizatório”.

Família, por sua complexidade, é um termo de difícil definição, em especial nos tempos atuais, pois o entendimento do termo varia segundo fatores como o contexto, cultura, relações, crenças entre outras peculiaridades dos grupos. Com base no que Silva (2008) apresenta, é consenso na literatura sobre família que seu conceito não é absoluto, pois o significado renova-se a cada ponto de referência em que o indivíduo se baseia, além dos fatores contextual e histórico. O autor considera que a humanidade se organiza socialmente, desde os tempos mais remotos, de acordo com a estrutura que impõe as adaptações ambientais, sendo assim a instituição

familiar é o reflexo das mudanças ocorridas na sociedade, organizando-se em modelos diversos. De forma conceitual para Silva (2008, p. 14), a família “representa um grupo social primário que influencia e é influenciado por outras pessoas e instituições”.

Prado (1988) apresenta o sentido popular e ainda dos dicionários, nos quais família significa um conjunto de pessoas aparentadas, geralmente pai, mãe e filhos, que vivem em uma mesma residência. Outros pressupostos expostos por Dessen e Junior (2005), como o de Nass e McDonald, conceituam família como um grupo social que apresenta funções específicas, dividindo uma mesma casa e cooperando economicamente uns com os outros, sendo ainda unidos por casamento, laços de sangue ou ainda por adoção. Os mesmos autores mencionam família na conceituação de Zamberlan, como um grupo afinado por parentesco e por entre os membros apresentar relações interpessoais caracterizadas por afeição, cuidados específicos com a prole, cooperação nas tarefas domésticas e em outras atividades.

Para Donati (2008, p. 51) “a família é um grupo social humano primário, mas não um grupo qualquer”. O autor sugere que o resultado de uma observação interpretativa acerca dos limites do que seria legítimo ou admitido, demarcados por uma cultura ou subcultura, especialmente no que se refere às relações entre os sexos e ainda entre as gerações, é o que possibilita definir o que seria família e não-família. “Em resumo, a família é aquele “sistema social vivente” que preside a reprodução primária da sociedade” (DONATI, 2008, p. 51). Logo, Donati (2008, p. 60) enfatiza que no contexto de sociedade contemporânea, para compreender a dinâmica da família, é fundamental “observá-la como emergência de formas familiares que são produtos de um deslocamento contínuo dos limites entre aquilo que, nas relações de casal e entre as gerações, é considerado público ou, então, privado”. Em suma, para o autor a família pode ser representada e vivenciada de forma privatizada, no sentido de ser livre de qualquer conexão com a sociedade, ou seja, sem responsabilidades públicas; já de outro lado, a família é também considerada sujeito de interesses formados coletivamente, o que caracterizaria sua dimensão pública.

Losacco (2005, p. 64) entende família como:

a célula do organismo social que fundamenta uma sociedade. *Locus nascendi* das histórias pessoais, é a instância predominantemente responsável pela sobrevivência de seus componentes; lugar de pertencimento, de questionamentos; instituição responsável pela socialização, pela introjeção de valores

e pela formação de identidade; espaço privado que se relaciona com o espaço público (LOSACCO, 2005, p. 64).

No entanto, Bertrand et al. (1973) considera que a família não é apenas um tecido fundamental de relações, mas ainda um conjunto socialmente definido de funções e papéis estruturados diferentemente de acordo com cada organização familiar. Para o autor, uma das funções da família é a institucional, conta com outras instituições sociais para que exerçam suas funções de forma geral. O autor afirma também que é por meio da família que o Estado pode exercer certo controle sobre os indivíduos de acordo com seus interesses. Nesse sentido, Donati (2008) considera que quando se pensa em família como uma instituição, não se trata do pensamento de uma estrutura que sobreponha o indivíduo de tal forma a reprimi-lo, mas sim sugere pensá-la como algo que capacite o indivíduo a tornar-se uma pessoa madura. “As normas que o “eu” encontra, antes da família e depois no cenário social, são a aposta na própria identidade pessoal” (DONATI, 2008, p. 84). Ainda, segundo o autor,

Em um contexto de sociedade complexa, a família é ainda mais procurada como relação social que dá um significado próprio a todas as dimensões da vida da pessoa humana. Torna-se o único espaço da sociedade realmente intergeracional, já que nela as gerações compartilham sua existência cotidiana. Tendo de manter relações significativas com outras esferas sociais, a família deve reelaborar seus caracteres institucionais contra as pressões que tendem a reduzi-la a mera esfera privada dos afetos. Ela não pode tornar-se uma “relação contingente”, porque é necessário saber o que é possível esperar de um casal, dos pais, dos filhos, pra além das situações provisórias. (DONATI, 2008, p. 147).

No entendimento de Rocha-Coutinho (2006, p. 96) “por um lado o conceito de família está atrelado a um grupo social concreto e empiricamente delimitado, por outro, é perpassado também pelos discursos sociais e construções ideológicas vigentes no meio cultural mais amplo em que esse grupo se insere”. Dessa forma, segundo o autor, todo o estudo que tenha o foco na família demanda consciência das práticas sociais realizadas e ainda as ideologias no conjunto de suas representações e valores. Família, para Rocha-Coutinho (2006, p. 96), é definida como “unidades de relações sociais e de reprodução tanto biológica quanto ideológica, no sentido de que é nelas que os hábitos, costumes, valores e padrões de comportamento são transmitidos e questionados”.

Gonçalves e Coimbra (2007, p. 3), ao estudarem a construção de trajetórias dos jovens afirmam que “dentro dos múltiplos contextos onde ocorre o

desenvolvimento vocacional, a família apresenta-se como o primeiro e o mais significativo com incidências determinantes nas trajetórias vocacionais das gerações mais novas”. Carvalho e Taveira (2009) pactuam desta ideia, inferindo que não se podem analisar isoladamente os fatores familiares, mas sim considerá-los associados a outros fatores contextuais que influenciam no desenvolvimento da trajetória e na escolha profissional. Gonçalves e Coimbra (2007), baseados na perspectiva de Campos (1992), apontam que

o contexto familiar, principalmente, os pais como figuras significativas, influencia, directa ou indirectamente, as trajetórias vocacionais dos adolescentes e jovens – como, a opção por um projecto de formação profissional –, nas mensagens verbais ou atitudinais, implícitas ou explícitas que intencionalmente ou não, se transmitem na vida quotidiana familiar, contribuindo decisivamente para a construção dos projectos dos seus filhos (CAMPOS, 1992 apud GONÇALVES; COIMBRA, 2007, p. 4).

Nesta dinâmica, os autores mostram que a trajetória de vida dos jovens é construída a partir do “resultado das relações significativas” estabelecidas com o meio em que vivem e o contexto social no qual estão inseridos, destacando que “da qualidade destas relações e das oportunidades que os contextos naturais de vida lhes proporcionam ou não, dependerá a sua forma de situar-se face aos desafios do presente e do futuro” (CAMPOS, 1992 apud GONÇALVES E COIMBRA, 2007, p. 4). Seguindo essa perspectiva, Leite e Mahfoud (2013) defendem a teoria de Stein (1922/2005), na qual o ser humano não é um ser dissociado, encontrando-se em um processo constante de transformação e desenvolvimento, processo esse que está alicerçado na interação contínua entre o interior e o exterior do sujeito. Portanto, para esses autores,

peessoa é, por definição, ser de relações, de abertura para “dentro” e para “fora”. A abertura para dentro configura-se pela capacidade de perceber a si mesmo, o saber vivo que atravessa a própria vivência em ato; enquanto a abertura para fora descreve a insociabilidade entre a individualidade e o mundo circundante, que é físico, social, comunitário, cultural, histórico (STEIN 1922/2005 apud LEITE; MAHFOUD, 2013, p. 327).

É relevante destacar que a coletividade tem papel fundamental nas relações constantes entre o interior e o exterior, “pois é somente por crescer como membro de um grupo (ou de vários) que a pessoa pode ver florescer aquilo que é mais característico” (STEIN, 1930/2003b apud LEITE; MAHFOUD, 2013, p. 327). Mas

não se pode excluir a tensão existente nesse vínculo entre coletividade e as relações do indivíduo, “pois a coletividade pode sufocar e inibir o desenvolvimento da natureza individual, assim como a pessoa pode reconhecer seu grupo de pertença como demasiado estreito e optar por se desvincular dele” (STEIN, 1930/2003b apud LEITE; MAHFOUD, 2013, p. 327).

Salienta-se o exposto por Rocha-Coutinho (2006, p. 96), que “como espaço de convivência, a família é o lugar das trocas afetivas e de informações e das decisões coletivas, como as que dizem respeito aos interesses comuns, como lazer e consumo”. O autor considera que

as transformações sociais produzem, sem dúvida, consequências importantes na estrutura e na dinâmica familiar. Ao mesmo tempo, é na vida em família que são trabalhadas novas ideias, novos hábitos, levando ao questionamento da ideologia dominante. Em decorrência, nela podem ser criadas condições para a transformação da sociedade. Uma vez que a família está inserida em uma sociedade, ela não pode ficar à parte das alterações sociais, do mesmo modo, a sociedade não pode ficar alheia às mudanças no meio familiar. (ROCHA-COUTINHO, 2006, p. 97).

De acordo com Carvalho (2005), a família, como a expressão máxima da vida privada, é onde se constroem as expressões dos sentimentos, e ainda, o local onde estão as relações íntimas necessárias para o socializar-se dos indivíduos. Dessa forma, o autor considera que “assim desenvolvem o sentido de pertença a um campo relacional iniciador de relações includentes na própria vida em sociedade. É um campo e mediação imprescindível” (CARVALHO, 2005, p. 271). Para o autor é nessa esfera da vida íntima que se faz a construção da história de vida, é onde se dá o encontro humano, é o local onde se reproduzem os valores de exercício moral com a necessária interface com a esfera pública.

No mesmo sentido, Araújo (2013, p. 371) traz a discussão sobre a “consciência de pertencer” do indivíduo e afirma que ela “tem seu início na responsabilidade com a comunidade em que o sujeito se encontra na medida em que, integrando a esta, em seus diversos âmbitos, se sente chamado a construí-la”. “Nesse sentido, a compreensão do viver “conscientemente” a pertença refere-se ao fato objetivo de uma pessoa encontrar-se dentro de uma comunidade, receber dela uma formação e desempenhar determinadas funções” (STEIN, 1932-3/2003, p.737, apud ARAÚJO, 2013, p. 369).

A partir dessa discussão, Araújo (2013) também relaciona a consciência de pertença do indivíduo com o desenvolvimento da sua tradição, explicando que

Se por um lado temos as tradições, que informam sobre a existência da pessoa e que oferece um repertório cultural, servindo de parâmetro para o sujeito se guiar no presente, por outro lado se torna necessário que o herdeiro estabeleça uma ligação com sua história que lhe permita se apropriar e transmiti-la aos seus sucessores. Esta, portanto, se configura em uma relação de pertença e a forma como ela incide na vida pessoal e na de comunidade dependerá da consciência com a qual o indivíduo a vive (ARAÚJO, 2013, p. 368).

Ao remeter a tradição do sujeito com o seu repertório cultural, Leite e Mahfoud (2013) apresentam em seu estudo uma inter-relação do “mundo-da-vida” com a cultura e baseiam-se no conceito de cultura proposto por Ales Bello, sendo este “constituído pela mentalidade, pela forma de orientação, pelas expressões e pelos produtos próprios de um grupo humano” (ALES BELLO, 1998, p. 42 apud LEITE; MAHFOUD, 2013, p. 330). Os fatores necessários para se manter a cultura estão vinculados “aos juízos e crenças daqueles que a compõem, de modo que sem as pessoas ela não se constitui e não se pode compreendê-la” (idem).

Rossi e Bertoncello (2007, p. 8) em seu estudo, compartilham da perspectiva de Lane que “esclarece que a subjetividade é construída na relação dialética entre o indivíduo e a sociedade e as suas instituições, sendo que estas relações são mediatizadas pelas emoções, pela linguagem e pelo pensamento que orientam o processo de subjetivação/objetivação da psique humana. Desta forma, não se pode falar de um sujeito descolado da realidade em que se constitui”. Seguindo a ideia das autoras, é fundamental compreender o processo pelo qual o ser humano (re)produz a realidade, bem como conhecer quais os processos são inerentes à constituição do sujeito num determinado momento histórico-político-cultural. Nessa perspectiva, faz-se destaque no que diz Losacco (2005) ao referir-se à configuração familiar na contemporaneidade:

vemos hoje a configuração familiar modificar-se profundamente. Muito embora os meios de divulgação e mesmo alguns profissionais da área da infância e da juventude enfatizarem que a instituição família encontra-se em processo de desestruturação, de desagregação ou de crise, temos que ter claro que, mesmo aquelas que apresentam problemas, ela é ainda um “porto seguro” para os jovens e as crianças. (LOSACCO, 2005, p. 64).

Em conformidade, Vasconcellos (2013), em sua pesquisa que compara as percepções geracionais acerca do termo “família”, percebe que atualmente cada vez mais as famílias estão configuradas por menos componentes, caracterizando um fenômeno da atualidade e confirmando as transformações, somando esse fato ao das diferentes formas de constituir família. Um fato relevante para esta pesquisa é que a autora, por meio das percepções dos jovens de seu estudo, constatou que eles têm um sentimento de que atualmente não mais reúnem-se em família como ocorria em suas infâncias. O cotidiano agitado e as ocupações diversas auxiliam na preferência dos jovens em utilizar seu tempo livre para estar entre os amigos e não mais em família.

O exposto até o momento refere-se de forma geral à instituição família, para tanto direciona-se aqui uma breve noção teórica sobre esta instituição considerando o contexto rural. Dessa forma, Guigou ao se referir a família rural considera que:

a família rural constitui um domínio de pesquisa dos mais delicados, por encerrar clichês, lugares-comuns, estereótipos literários e políticos, que falseiam irremediavelmente os resultados e extraviam, com muita frequência, pesquisadores e pesquisados, num palavreado pseudo-sociológico (GUIGOU, 1968, p. 82).

Assim, o autor propõe três temas de estudo para que sejam observados com mais atenção e que auxiliam a não cair na situação supracitada. São elas:

- as relações, dentro da família rural, entre as gerações e a mudança atual dos papéis atribuídos a cada um dos membros da família [...];
- A concepção da família nos jovens rurais antes do casamento, oposta a vida familiar real do jovem casal, isto é, a distância psicológica e sociológica entre a opinião e o vivido, entre as aspirações e sua realização;
- O papel da autoridade familiar na escolha das profissões dos jovens rurais; os diferentes valores econômicos, sociais e morais, concedidos as diversas profissões com que os jovens se defrontam; o prestígio social atribuído, no meio familiar, aos empregos não-agrícolas e às motivações desse estado de espírito (GUIGOU, 1968, p. 83).

Loreto (1996) considera que a família rural, em especial aquela vinculada à pequena produção, é caracterizada por ser produtora e consumidora, ao mesmo tempo. Para a autora, é na família que as atividades a serem desenvolvidas são organizadas e distribuídas, bem como a família constitui-se como local de tomadas de decisão, o centro de onde são desenhadas as regras e conduzidos os modos de se viver. Referindo-se à economia familiar da pequena produção rural, Loreto (1996, p. 200) enfatiza que “a família constitui a unidade social de trabalho e de exploração da

terra, [...] As relações sociais são, fundamentalmente, interfamiliares ou com vizinhos”. Ainda,

o trabalho é a base da produção, daí ser de fundamental importância a manutenção (reprodução) da força de trabalho, o que significa a satisfação das necessidades básicas essenciais à reprodução da vida humana. É da relação entre a penosidade do trabalho e a satisfação das necessidades que vai depender a escolha da família rural, com respeito a venda da produção, formação e uso do capital e insumos modernos (LORETO, 1996, p. 202).

Tais reflexões da autora condizem com a década de 1990, sendo assim ela expõe que:

a combinação terra-trabalho tende a proporcionar ao pequeno produtor uma renda baixa, sem poder de acumulação, já que a realização da produção tem por finalidade primordial garantir a satisfação das necessidades básicas decorrentes da reprodução e subsistência de todo o conjunto familiar (LORETO, 1996, p. 202).

Nesse sentido, de acordo com José de Souza Martins (2012, p. 111) nas famílias rurais, o primado do trabalho representa o primado da família, pois é este que a reproduz, garantindo “a ampliação da propriedade na extensão das necessidades de sobrevivência de todos os seus membros. É assegurando a existência da propriedade que o pai de família cumpre o seu dever de garantir aos filhos a terra suficiente para que possam, por sua vez, constituir família”. Ainda, de acordo com o autor, o empreendimento familiar é resultante do “familismo” que é interligado à economia, porém salienta que de forma primordial não é esta última o fator principal de reprodução da unidade, elucidado pela expressão *família que trabalha*. Nesse sentido para Martins (2012),

[...] essas combinações definem o âmbito e o modo de constituição do futuro. Definem, portanto a realidade e as possibilidades da infância. Assim se produz a condição de *herdeiro* – o filho é o herdeiro. *A infância é o período da vida em que a criança se prepara para herdar*. É nesse sentido que ir à escola é, também, um tempo de trabalho e tempo de necessidades que prepara o herdeiro para o salto social, econômico e técnico que constitui a nova escala da agricultura familiar, sua dependência em relação ao grande capital e à tecnologia. O destino de cada um é o *destino do herdeiro* e a vida é uma estratégia de adultos e crianças para constituir o patrimônio dos herdeiros. Desse modo, a vida real e cotidiana do agricultor [...] move-se permanentemente ao redor de um eixo de tempo que é a presunção do futuro, o *tempo do herdeiro*, da geração seguinte. Mas um *futuro finito*: o ponto de chegada ainda é o ponto de partida, o recomeço da agricultura

familiar do pai provedor. *O tempo é circular*. Ao fim de um período, está-se de novo no ponto de partida. Porém, assinalo, esse ponto já não é o mesmo da geração anterior. O recomeço já incorporou técnica, conhecimento, bens equipamentos, produzidos pela expansão do capital, que se tornou a mediação fundamental no processo de reprodução da agricultura familiar. (MARTINS, 2012, p. 112).

No entanto, independente do contexto onde a família está inserida é importante atentar para o que expõe Amartya Sen (2010, p. 226), “diante da desconfiança existente em várias instituições da sociedade para com os jovens, a família continuou a representar o seu reduto afetivo, o lugar onde eles podem se expressar plenamente, onde podem expor suas confidências e encontrar parâmetros e orientação”.

2.2.1 Sucessão familiar na agricultura

Até o final dos anos 60 os agricultores no sul do país produziam, além de alimentos, novas unidades de produção familiar, o que para eles era ainda mais importante. As novas unidades de produção se reproduziam por meio da repartição da terra, fato este, que geralmente ocorria. Na época, pela falta de melhores oportunidades, havia uma pressão moral muito grande para a continuidade da produção agrícola por parte dos herdeiros nas propriedades familiares. Dessa forma, os objetivos da unidade familiar e dos anseios de seus membros se fundiam. Na medida que isso se dilui, por exemplo, por falta de terras, emerge a questão sucessória nessas unidades de produção (ABRAMOVAY et al., 1998).

De acordo com Silva (2012):

O sistema de herança, dando continuidade à reaquisição e à posse da terra e doutros recursos, constitui o principal mecanismo de reprodução social. Deste modo, sendo os herdeiros os garantes da continuação da casa, cada geração propriamente usufrui a terra e a transmite-a à geração seguinte, transferindo para esta os bens e o controlo de gestão sobre eles. Embora os termos ‘herança’, ‘sucessão’ e ‘devolução’ de bens com a respectiva ‘retirada’ impliquem uma ideia de transferência e sejam utilizados indiferentemente, convém contudo distingui-los. Assim, enquanto ‘herança’ se refere à transferência, em regra por força de lei, de bens móveis, a ‘sucessão’ prende-se mais com a assunção do controlo de gestão e do uso de tais bens e a ‘retirada’ representa a saída do velho gestor em favor da sua substituição pelo novo, enquanto sucessor (SILVA, 2012, p. 76).

Até o final dos anos 60 o domínio paterno na propriedade e a instalação dos filhos eram basicamente assegurados de quatro formas: 1. pela instituição do *minorato*, que é a transmissão ao filho mais novo; 2. dotando os filhos mais velhos de condições para a reprodução da condição de agricultores; 3. pela valorização da agricultura em uma perspectiva de realização na vida adulta e 4. pela dinamicidade do mercado de terras entre os agricultores que gerava uma grande mobilidade espacial. Porém, a partir dos anos 70, pelo fato de a partilha das propriedades diminuir de forma considerável e ainda o fato de os jovens cada vez menos reproduzirem os papéis de seus pais, a sucessão tornou-se um momento delicado. O processo sucessório deixou de ser automático e foi ameaçado pelas oportunidades fora da agricultura e ainda pela falta de investimentos para a produção agrícola (ABRAMOVAY et al., 1998).

Battestin e Costa (2007) salientam que a organização da agricultura familiar se dá por meio do trabalho realizado em conjunto dos membros familiares. Todos os integrantes assumem papéis fundamentais nos processos, incluindo as mulheres, tanto as mães quanto as filhas, essas por sua vez não se restringem apenas ao âmbito doméstico, pois desempenham funções nos espaços produtivo e comunitário. Os autores, referindo-se ao processo sucessório, salientam que “se a origem do trabalho rural está na posse ou outra forma de acesso à terra, tê-la ou não contribui para definir, muitas vezes, a posição social de homens e mulheres, jovens e adultos” (BATTESTIN; COSTA, 2007, p. 87).

Silva (2012), ao distinguir os padrões de herança em Portugal, apresenta dois sistemas diferentes a saber: a herança divisa – há a repartição dos bens por todos os herdeiros – e a herança indivisa –é escolhido um herdeiro único ou principal.

O sistema de herança indivisa, praticado mais frequentemente em sociedades agrárias patrimonialistas, tem em vista a preservação do patrimônio através de um herdeiro único ou principal (o mais velho, o mais novo ou o mais querido), restando aos demais ou trabalhar na casa do herdeiro-mor, ocupar-se noutra atividade (sacerdócio, carreira militar) ou simplesmente emigrar. O sistema de herança indivisa ou mesmo avantajada, mais que revelar uma contradição, em termos abstractos, entre a lógica patrimonial e a matrimonial, exprime uma forma de desigualdade e de subsequente tensão entre os pais transmissores, eventualmente em sintonia ou convivência com o(a) filho(a) favorecido(a) casado ou casável e sucessor-mor, e os filhos(as) excluídos do casamento e/ou desfavorecidos na herança. Se é certo que a casa paterna e, seguidamente, do irmão/irmã herdeiro-mor, em regra,

proporcionava aos irmãos e irmãs celibatárias o direito de uso dos bens, uma relativa participação nos afazeres da casa e, sobretudo, as condições mínimas de segurança, o preço de uma tal factura tornava-se bastante elevado na medida em que eram destituídos do poder de dispor sobre uma fracção dos bens e, conseqüentemente, de condições para casar (SILVA, 2012, p. 5).

Em relação às empresas familiares e processos sucessórios há um grande e considerável arsenal literário, porém quando se trata desse mesmo tema na agricultura, há uma defasagem e a impressão que se tem é que as famílias rurais tomam suas decisões sem nenhum tipo de orientação profissional (SILVESTRO et al., 2001). Antonialli (1998), ao refletir sobre os problemas de sucessão e a sobrevivência de empresas familiares, salienta a necessidade do preparo do sucedido, do sucessor, da família e da empresa, pois

a sucessão em empresas familiares caracteriza-se como um período importante e delicado do ciclo de vida dessas organizações. Inevitavelmente, irá ocorrer em todas as empresas familiares, independente de seu porte ou ramo de atividade. Envolve o sucedido, o sucessor, a família, a empresa, o mercado e a comunidade (ANTONIALLI, 1998, p. 9).

De acordo com Silvestro et al. (2001, p. 27) “tanto a quantidade de unidades familiares no campo, como a relação entre o destino da ocupação social no meio rural e os processos sucessórios, deveriam ser razões suficientes para que as organizações que lutam pela valorização do interior do país se debruçassem sobre o assunto”.

Segundo Stropasolas (2011, p. 26), “o tema da sucessão geracional e, especificamente, da reprodução social da profissão de agricultor(a) vem emergindo como uma das principais preocupações das instituições do setor público, bem como das entidades representativas da agricultura familiar do Sul do Brasil, particularmente em Santa Catarina”. Porém, Stropasolas (2013) afirma que

nem as famílias individualmente, nem mesmo os movimentos sociais rurais, costumam dialogar sobre as conseqüências das (in)definições implícitas nesse processo. A invisibilidade social deste debate e a lacuna existente nas pautas das instituições públicas e das entidades representativas não impedem que esta problemática aflore a cada vez que oportunizamos esse debate ou em todos os momentos em que os jovens e as mulheres, público mais afetado pelas desigualdades e hierarquias de poder existentes no meio rural, possam expressar o que pensam a respeito destas questões (STROPASOLAS, 2013, p. 8).

Para Abramovay et al. (1998), os processos sociais que perpassam a formação de uma nova geração de agricultores abarcam temas como a sucessão profissional, a transferência hereditária e a aposentadoria. Conforme colocam Silvestro et al. (2001) a sucessão é composta por três componentes, deixando de caracterizar apenas “um momento”: a transferência patrimonial, a continuação da atividade profissional paterna e ainda a saída do comando dos negócios das gerações mais velhas. Diante disso, os autores expõem que o processo de transição sobre a gestão da propriedade se dá de forma gradativa, passando por etapas até que se faça a passagem completa da gestão para o sucessor.

Abramovay et al. (1998, p. 16) suscitam um questionamento importante para o entendimento da sucessão: “quem serão os responsáveis pela gestão da agricultura e do meio rural daqui para a frente?” e a resposta dada para essa pergunta é relevante para entender os efeitos disso:

deixar que as próprias unidades familiares de produção respondam a esta questão é perder a oportunidade de utilizar socialmente vocações e capacidades profissionais e, sobretudo, encarar como fatalidade inelutável a desertificação social, econômica e cultural que ameaça tantas regiões brasileiras hoje (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 16).

O questionamento dos autores instiga uma reflexão acerca do que vem acontecendo no meio rural, pois “diferentemente do que ocorreu com a geração anterior, em que ser agricultor era [...] um compromisso moral com um certo modo de vida, a agricultura aparece cada vez mais como escolha entre outras possibilidades, inclusive a migração” (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 44). Confirmando essa questão Mello et al. (2003) indicam que

o atual processo sucessório deixa claro que acaba a naturalidade que existia entre o destino da unidade de produção e o destino dos membros da família. A demora na definição do sucessor e a ampliação do horizonte profissional dos jovens implicam o atraso da discussão de questões fundamentais para a unidade de produção, como a preparação profissional do herdeiro, a passagem gradativa do poder paterno, a definição dos novos investimentos na propriedade e as formas de remuneração dos irmãos não sucessores. A discussão prévia e organizada dessas questões é essencial para a reprodução social e econômica das unidades familiares (MELLO et al., 2003, p. 23).

Para Silvestro et al. (2001), sob o ângulo econômico pode-se falar de um problema sucessório, no sentido de que muitos filhos deixam o negócio familiar em

grande parte das vezes por oportunidades de geração de renda melhores e essas se encontram, geralmente, fora do meio rural. Ainda nesse sentido, Abramovay et al. (1998, p. 51) afirmam que “na maioria dos casos, o que foi colocado como problema é a falta de capital para investimento e custeio”. Esse fator é relevante quando o assunto é sucessão em propriedades rurais, pois segundo Silvestro et al. (2001, p. 81), “a ausência de perspectivas na unidade familiar de produção, pode significar também o início do afastamento da atividade agrícola”. Nesse sentido, Stropasolas (2013) argumenta que

depoimentos coletados em pesquisas de cunho qualitativo realizadas pelo autor em determinadas comunidades rurais de SC indicam que nos estabelecimentos familiares sem sucessores (ou em vias de) – como também nos casos em que os pais percebem a completa desmotivação dos filhos(as) em permanecer na propriedade - há uma tendência de se “frearem” os novos investimentos produtivos com estagnação ao longo do tempo das tecnologias empregadas e da produtividade das atividades desenvolvidas, considerando as dificuldades de mão de obra e as incertezas quanto à continuidade do funcionamento da propriedade no momento em que houver o afastamento (por idade, aposentadoria, doença, venda da propriedade ou qualquer outro motivo) das pessoas que efetivamente “tocam” (como se referem os próprios agricultores) a propriedade (STROPASOLAS, 2013, p. 5).

Baseando-se em pesquisas de Gasson e Errington (1993), Gonzáles (1995) e Munton et al. (1992), todas na Europa, Abramovay et al. (1998) expõem que quanto maior a precariedade em termos econômicos a propriedade estiver, menor o interesse por parte dos jovens em permanecer na atividade agrícola. Os autores salientam que conforme as pesquisas na União Européia, a preocupação com a sucessão é muito presente, pois metade dos agricultores que tinham mais de 50 anos não possuía sucessores. Nessa mesma perspectiva, nos resultados encontrados na pesquisa realizada por Abramovay et al. (1998)

o contraste entre a opção que muitos jovens gostariam de fazer pela agricultura e as precárias possibilidades de sua realização profissional no campo define parte importante da **questão sucessória** entre nós. O outro aspecto central refere-se ao envelhecimento dos atuais responsáveis pelas unidades produtivas e ao retardamento dos **processos sucessórios** (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 60).

Silvestro et al. (2001, p. 25) afirmam que “não existe atividade econômica onde as relações familiares tenham tanta importância como na agricultura”. Os

autores mencionam que em países capitalistas centrais, a maior parte do trabalho agropecuário, a gestão e ainda o patrimônio estão alicerçados na família. Nesse sentido, como apresentam Abramovay et al. (1998), uma característica importante quando se trata do exercício da sucessão em propriedades rurais com base na agricultura familiar é que estão envolvidos processos além da gestão de um patrimônio. São processos desenvolvidos pela família, onde o jovem está inserido desde sua infância e essa dinâmica abarca um duplo conteúdo social para o patrimônio, ou seja, a base material e a organização da vida familiar.

Para Silvestro et al. (2001), vem desaparecendo uma característica que era bastante presente dentro da organização familiar tradicional, o poder quase absoluto da figura paterna. Essa mudança estaria abrindo espaço para a formação de um ambiente onde se tenha maior participação de todos os membros da família resultando em uma configuração familiar mais “democrática”. Cabe salientar que esses espaços de diálogo abrangeriam preferencialmente os rapazes dessas famílias, mas “embora aqui também esteja presente o viés masculino dos processos sucessórios, está havendo maior incorporação dos jovens nos espaços de decisão familiar, sobretudo dos rapazes, nas discussões sobre as questões ligadas ao gerenciamento da propriedade” (SILVESTRO et al., 2001, p. 77).

Contrariando essa perspectiva de que estariam aumentando os espaços de diálogo dentro das unidades familiares, Stropasolas (2011) em estudo recente, realizado no mesmo Estado da pesquisa citada acima (Santa Catarina), afirma que além dos conflitos gerados pelos diferentes interesses dentro do grupo familiar, um grande gerador de conflitos dentro dessas unidades de produção familiar é o modelo de gestão centralizado no pai e a grande dificuldade deste em aceitar inovações nos processos gerenciais. Nessa mesma linha, Ahlert (2009, p. 15) percebeu em sua pesquisa no Alto Taquari, no Rio Grande do Sul, que “o tema sucessão, na prática, não faz parte do planejamento e da discussão na maioria das propriedades familiares, sendo que muitos proprietários não pretendem se desfazer da propriedade enquanto tiverem condições de trabalhar ou não tiverem uma renda garantida”.

Ainda nesse sentido, Spanevello et al. (2011), em pesquisa realizada na região central do Rio Grande do Sul, constataram que são variados os fatores que fazem com que o jovem decida por não seguir na atividade que até então vem sendo desenvolvida pela família, dentre os quais as dificuldades encontradas no trabalho rural, falta de abertura dos pais para diálogo, busca de autonomia financeira e outros

fatores ligados a projetos de vida que incluem a saída do campo. Na pesquisa realizada com jovens em Santa Catarina, Silvestro et al. (2001) observam que mesmo quando há maior participação juvenil nas decisões sobre a propriedade familiar, elas

não vem acompanhadas de novas possibilidades de realização profissional oferecidas no âmbito das políticas de apoio. Existe um enorme e crescente isolamento social dos jovens que vivem nas comunidades rurais. Verificou-se preocupante ausência das organizações representativas e de apoio, sobretudo no segmento dos agricultores em transição e descapitalizados (SILVESTRO et al., 2001, p. 103).

Uma conclusão de Abramovay et al. (1998) chama a atenção para o estudo que aqui se propõe, pois segundo os autores os agricultores e as organizações que os representam não estariam prontos para enfrentar os desafios que envolvem os processos sucessórios. Outra conclusão importante é que a permanência dos jovens na propriedade familiar se efetiva quando esses são valorizados, assumindo papéis dentro das unidades e contando com oportunidades de melhorias na produção. Contrapondo essa ideia, Stropasolas (2004) aponta “uma débil participação dos jovens no processo decisório da agricultura familiar e, particularmente, um viés de gênero presente nessas questões, em prejuízo das moças”.

As modificações econômicas provocadas pela globalização, criando conexões entre mercados locais, regionais e globais acabam por exigir, mesmo das unidades familiares, alterações dos processos produtivos e gerenciais. Diante disso, Stropasolas (2011) afirma que

entrar nesse jogo implica não apenas abordar o processo de transferência patrimonial familiar e a retirada das gerações mais idosas do gerenciamento da propriedade agrícola, como também incorporar na análise as redefinições em curso, sobretudo nas gerações mais jovens, no que diz respeito ao lugar e ao papel ocupado por quem exerce a profissão de agricultor(a) na família, no meio rural e na sociedade. Ou seja, estamos diante de uma problemática social que envolve um sistema cultural com raízes históricas continuamente reproduzido e/ou redefinido pelos diversos segmentos da agricultura familiar (STROPASOLAS, 2011, p. 29).

Weisheimer (2005), ao mapear as pesquisas sobre juventude rural no Brasil dividindo-as por grupos temáticos, salientou no grupo sobre juventude e reprodução social da agricultura familiar pelo menos quatro formas de participação juvenil nesses processos: a) por meio da sucessão profissional, da transferência hereditária e

das aposentadorias; b) por meio da problematização dos projetos individuais e familiares; c) por meio do acesso dos jovens filhos de agricultores à cidadania e ainda d) por meio da pluriatividade. Nesse sentido, o autor salienta que:

Esse processo inicia-se durante a socialização primária na infância e é intensificado durante a juventude. As diferenças nos processos de socialização de rapazes e moças no meio rural, e particularmente na agricultura familiar, constituem-se em função das expectativas dos pais em relação ao futuro dos filhos e das filhas, sendo decisivas, por exemplo, na elaboração dos projetos profissionais dos jovens e nos processos sucessórios no interior das famílias agricultoras. [...] A continuidade da profissão agrícola depende da reprodução social com base familiar, isso porque a sucessão tende a ser endógena, com pelo menos um filho sucedendo o pai na administração da unidade produtiva, sendo pouco frequente a adesão a essa atividade por pessoas sem vivência familiar nesse ramo. Há um reconhecimento da diversidade não apenas regional, mas principalmente cultural, social e econômica entre os diferentes setores que compõem a juventude rural brasileira (WEISHEIMER, 2005, p. 27).

Essas observações são importantes, principalmente quando se focalizam contextos sociais em transformação, pois esse processo afeta não só as perspectivas das famílias, mas de várias outras instituições que os indivíduos utilizam como referências subjetivas e objetivas.

2.3 Cooperativas: historicidade e conceituação

A preocupação no que tange à sucessão em propriedades rurais e a permanência dos jovens no campo é latente e habitualmente são vistos na academia debates sobre políticas públicas acerca desse tema e ainda sobre o papel das instituições para o estímulo na melhoria da produção e minimização do êxodo rural. Nesse sentido, de acordo com Spanevello, Drebes e Lago (2011), as cooperativas representam uma dessas instituições que devem estar presentes na sucessão das propriedades de seus associados, sendo que a continuidade das atividades agropecuárias e a permanência da juventude rural nessas atividades constituem os principais fatores que fundamentam a própria existência das cooperativas como instituições.

O cooperativismo tem suas raízes históricas na Europa e surgiu das inquietações provocadas pelo cenário da Revolução Industrial, no qual os

trabalhadores não tinham direitos básicos, o trabalho era desempenhado em locais insalubres e eles eram excluídos de qualquer acesso à educação (PINHO, 1982). Antes mesmo de Rochdale⁵, os precursores do pensamento cooperativo, os chamados socialistas utópicos⁶, tais como Owen, Fourier e Blanc, procuravam uma solução para os problemas observados na realidade em que viviam. A preocupação com a sociedade, bem como com a educação é uma inquietação que existe desde antes do surgimento do chamado Movimento Cooperativista. Souza e Kirst (2012) apontam que

a importância das sociedades cooperativas está historicamente relacionada e intrínseca aos aspectos sociais. Razão pela qual existem ainda hoje dificuldades de compreensão da proposta de uma empresa cooperativa e dos conceitos de cooperativismo, gerando um desentendimento quanto ao objetivo final dessas organizações (SOUZA; KIRST, 2012, p. 60).

Para Sheneider e Hendges (2006, p. 34), “se pudéssemos conceituar o Movimento cooperativo em apenas uma palavra, diríamos **solidariedade**”. Com essa perspectiva, Bialoskorski Neto (2012, p. 11), afirma que uma organização cooperativa se caracteriza “por princípios discutidos pelos socialistas utópicos associacionistas, influenciados também pelo pensamento da época, em que o ideário da fraternidade, da igualdade, de liberdade e da solidariedade são colocados de modo muito nítido”. Franke (1973) considera que, em um primeiro momento, esses princípios são fundamentados nos valores de solidariedade, ajuda-mútua e cooperação, com intuito de resgatar os interesses coletivos.

No Brasil o cooperativismo surgiu com o grande número de imigrantes que chegavam para a substituição da mão-de-obra escrava, no final do século XIX. Alguns imigrantes mudaram-se para o sul do país formando propriedades agrícolas de pequeno porte, onde constituíram as primeiras cooperativas de crédito rural, assim como as cooperativas agropecuárias (GONÇALVES, 2012). Rech (2000), ao considerar o cooperativismo brasileiro, afirma que:

a nossa doutrina cooperativista nada bebeu das saudáveis contribuições sobre as possibilidades de construir comunidades felizes de Robert Owen, nem dos sentimentos humanistas de

⁵Em 1844, na Inglaterra, consolidou-se com êxito a primeira experiência pautada no cooperativismo. Os precursores fundaram a primeira cooperativa de consumo – Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (PINHO, 1982).

⁶Esses pensadores influenciaram o modelo cooperativo criado em Rochdale (PINHO, 1982).

Friedrich Raiffeisen e muito menos das propostas de cooperação comunitária de Philippe Bushez e Louiz Blanc. Passamos longe dos *falanstérios* (organizações comunitárias) de Charles Fourier e das cooperativas de trabalho de Ferdinand Lasalle. Não chegamos nem perto do formalismo da Escola de Nimes, sonhando com a possibilidade da *república cooperativa* defendida por Charles Gide e, ao final das contas, principalmente com a legislação das décadas de 1960 e 70, consolidamos o modelo conservador dos Pioneiros de Rochdale, apenas agregando-lhe, por interesse das elites no poder preocupadas com a possibilidade dos pobres se organizarem, “a mão que afaga, controla e bate” do nosso persistente Estado autoritário” (RECH, 2000, p. 20)

O cooperativismo brasileiro

existe juridicamente desde 1903, através do decreto nº 979. Consolidou-se em 1932, pelo Decreto nº 22.239 e foi regulamentado em 1971, pela Lei nº 5.764/71 “Lei das Sociedades Cooperativas”, vigente na atualidade e em consonância com o Código Civil. A Constituição Federal de 1988 concedeu autonomia às sociedades cooperativas vedando a interferência estatal no seu funcionamento, ficando reservado ao governo compromisso de incentivar e estimular o seu exercício. (SILVA; LEMOS, 2012, p. 126).

Para Rodrigues (2008, p. 245) “o cooperativismo é uma doutrina que tem princípios dogmáticos universais, como controle democrático, retorno das sobras, remuneração limitada do capital. Na realidade, são princípios que orientam a ação das cooperativas e que lhes dão um perfil diferenciado de qualquer outro tipo de empresa”.

Segundo Silva e Lemos (2012), baseando-se nos pressupostos da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – OCERGS, há diferença entre sociedade cooperativa e cooperativismo. Para os autores, o cooperativismo é um sistema econômico e social, onde todas as atividades (econômicas, industriais e comerciais) são pautadas na cooperação, focando o alcance de um bem comum (SILVA; LEMOS, 2012). Já uma organização cooperativa é:

uma sociedade de natureza civil, formada por pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns e cujos aspectos legais e doutrinários são distintos das outras sociedades (SILVA; LEMOS, 2012, p. 127).

De acordo com Valadares (1999, p. 17) “a organização cooperativa é um sistema impulsionado por metas individuais, metas organizacionais e metas do marco institucional da sociedade em geral”. No entendimento de Schmidt e Perius (2003, p.

63) "as cooperativas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais". Cabe destacar ainda que

por se tratar de uma associação de pessoas as cooperativas não irão possuir, do ponto de vista econômico, uma existência autônoma e independente do seus membros, como ocorre nas sociedades de capital, mas deverão existir como organização econômica intermediária, posta a serviço da satisfação das necessidades das economias particulares dos cooperados. Portanto a sociedade cooperativa é uma empresa de propriedade em comum regida pelos princípios e valores de cooperação (SOUZA; KIRST, 2012, p. 61).

Em uma perspectiva legal, a Lei das Sociedades Cooperativas define “as cooperativas como sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (Lei 5.764/71, capítulo II art. 04). Ao seguir esse horizonte, a especificidade das cooperativas é assim definida por Antonialli (2000):

Essencialmente, a cooperativa é uma associação de pessoas, em bases democráticas, que se unem com o objetivo de atender a certas necessidades econômicas fundamentais, manifestando duas dimensões básicas: de instituição política, interessada na organização e promoção social de seus membros e, ao mesmo tempo, um empreendimento econômico que se obriga a produzir algum bem ou serviço dentro de um grau relativo de eficiência econômica. A propriedade de articular, dentro de uma mesma organização, essas duas dimensões (a política e a econômica) confere às cooperativas seu caráter específico (ANTONIALLI, 2000, p. 136).

Como exposto por Pinto (2009, p. 78), ao interpretar as cooperativas vislumbram-se dois polos bastante diferentes, “por um lado, a cooperativa pode ser considerada exclusivamente do ponto de vista econômico; e, por outro, pode ser encarada apenas do ponto de vista meramente sócio-político e ideológico”. Para o autor, separar tais aspectos faria com que o entendimento desses empreendimentos se perdesse ou pelo caminho de “um mercantilismo desumano e selvagem ou para uma utopia fisiológica e sonhadora” (PINTO, 2009, p. 78).

De acordo com Gonçalves (2012)

o objetivo da cooperativa não pode ser a maximização de lucros tal qual uma empresa capitalista e sim, a busca por uma integração social de seus participantes e a melhora da qualidade de vida de todo o grupo cooperado. [...] A busca por uma melhor eficiência e aumento das sobras não seria a finalidade da cooperativa, mas sim

o meio de manter a instituição “saudável”. Os objetivos principais, de melhores condições sociais para os associados, continuariam sendo o foco das cooperativas agropecuárias (GONÇALVES, 2012, p. 48).

Direcionado por uma ótica de pensamento próxima a de Gonçalves, Bialoskorski Neto (2006, p. 39) entende a cooperativa “como uma forma de organização empresarial e econômica mais ampla, que pode estar proporcionando uma melhora do bem-estar de diversos agentes ou grupos em determinadas situações de mercado”. Para Franke (1973),

a cooperativa é sociedade de pessoas, de tipo singular: sociedade-instituição, em que o interesse da pessoa não só transcende ao interesse do capital, como, ainda, em que a pessoa, membro da sociedade, na medida em que participa da sua vida interna, como sócio e utente, cria uma “consciência cooperativa”, através da qual identifica, na empresa social, um instrumento de justiça distributiva, que permite a todos, sem sacrifício indevido de outrem, melhorar seu *status* econômico e social em função do seu próprio esforço e da necessidade de sua colaboração na realização dos objetivos comuns (FRANKE, 1973, p. 73).

É relevante destacar aqui, que segundo Valadares (2002, p. 19), a “busca de uma definição concisa do termo “cooperativa” é improdutiva em virtude da multiplicidade de aspectos que tal definição deve incorporar. Em outras palavras, existe um número excessivo de aspectos que devem ser considerados e que não caberiam em um único conceito”.

A despeito da multiplicidade de definições, das diferentes interpretações do que sejam os “princípios cooperativos”, da infinidade de características e orientações na teoria cooperativista, alguns aspectos da realidade cooperativa são motivos de concordância entre os estudiosos: (i) na sua essência a cooperativa é uma empresa econômica; (ii) a empresa cooperativa deve servir aos interesses dos seus membros; (iii) por extensão, a cooperativa beneficia a comunidade de um modo geral; (iv) como empreendimento econômico a cooperativa realiza a intermediação dos interesses dos seus membros com o mercado; (v) e nesse caso prevalecem as questões imperativas de eficiência, produtividade e competitividade com seus cooperados, quanto no que se refere às relações externas com o mercado (VALADARES, 2002, p. 21).

Salienta-se que no movimento cooperativista mundial, o órgão máximo que o representa é a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), constituída em 1985 com objetivo de preservar e defender os princípios cooperativistas (OCB, 2014). No Brasil as cooperativas são representadas pela Organização das Cooperativas

Brasileiras (OCB), fundada em 1969 e apresenta como missão: “representar o sistema cooperativista nacional, respeitando sua diversidade e promovendo a eficiência econômica e social das cooperativas”, e ainda como visão: “ser reconhecida como entidade de excelência, responsável pela sustentabilidade do cooperativismo nacional e pela promoção socioeconômica das pessoas que o integram” (OCB, 2014). Vale destacar que filiadas ao órgão máximo no país estão as instâncias estaduais, que representam o movimento cooperativista em cada estado.

Até 1937 os princípios utilizados pelo Movimento Cooperativista eram os princípios formulados pelos Pioneiros de Rochdale, quando esses foram reformulados na realização do XV Congresso da Aliança Cooperativa Internacional – ACI (SCHNEIDER; HENDGES, 2006). Em 1995 no Congresso Centenário da ACI, ao serem reafirmados os valores do cooperativismo, de ajuda mútua, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, foram rediscutidos os princípios cooperativistas. Foram fixados os sete princípios seguidos até hoje (BIALOSKORSKI NETO, 2012).

Os princípios doutrinários que regem as cooperativas auxiliam o entendimento da importância destas. Os sete princípios do cooperativismo, baseados nos princípios delineados pelos precursores deste movimento, conforme o Quadro 2 são:

Princípio	Descrição
Adesão livre e voluntária	As cooperativas são organizações abertas a todas as pessoas aptas para usufruir de seus serviços e ainda, aquelas que estejam dispostas a arcar com as responsabilidades que lhes couber. Sem discriminação social, racial, política ou religiosa.
Gestão democrática e livre	Há o controle democrático pelos sócios que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas. Nas assembleias cada sócio equivale a um voto.
Participação econômica dos membros	Todo capital depositado e gerido na e pela cooperativa é de responsabilidade de todos os associados, sendo ainda, quando no final do exercício contábil (anual) distribuídas as sobras ou ainda direcionadas às reservas (conforme decisão em conjunto).
Autonomia e independência	As cooperativas caracterizam-se como empreendimentos econômicos, autônomos, pois estas são regidas por lei própria não sendo vinculadas ao Estado. Ainda podem acordar com organizações privadas.

Educação, formação e informação	Com o intuito de contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento de seus associados, assim como dos envolvidos diretamente ao seu quadro social, as cooperativas devem proporcionar educação, treinamento e informação sobre a natureza e os benefícios da cooperação, bem como sobre todos os assuntos e temas relevantes para a sustentação do empreendimento.
Cooperação entre cooperativas (Intercooperação)	As cooperativas apresentarão melhores resultados se entre elas houver cooperação. Sendo assim é sugerido que cooperativas de mesmo ramo ou não, façam acordos e negócios em conjunto, fortalecendo assim o Movimento Cooperativista.
Preocupação com a Comunidade	As organizações cooperativistas, por sua própria natureza, devem se preocupar não apenas com seu quadro social, mas ainda com o entorno onde o empreendimento está alocado. Sendo assim, deve-se pensar em ações/projetos/políticas que englobem esse contexto.

Quadro 2 - Princípios cooperativistas.

Fonte: Dados OCB (2014); Ricciardi e Lemos (2000). Elaborado pela autora.

Como exposto por Presno Amodeo (1999) nos valores que fundamentalmente originam as cooperativas fica evidente o compromisso que essas organizações têm, que não é apenas com seus cooperados, mas também com a comunidade onde estas se desenvolvem. A autora salienta que isso é perceptível ao se analisar os princípios que as regem, pois daí é que surgem os seus valores. Para tanto, dois princípios tomam destaque nesse sentido, são eles: Educação, formação e informação e ainda, Preocupação com a Comunidade.

Atualmente, de acordo com a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) existem treze segmentos cooperativos, conforme observado no Quadro 3:

Ramo	Características
Agropecuário	Reunindo produtores rurais, agropastoris e de pesca, este ramo foi por muitas décadas sinônimo de cooperativismo no país, tamanha sua importância e força na economia. As cooperativas caracterizavam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização, além da assistência técnica, educacional e até social. Ainda é o ramo de maior expressão econômica no cooperativismo, com significativa participação na economia nacional, inclusive na balança comercial.
Consumo	Inicialmente formado por cooperativas fechadas (exclusivas para atender a funcionários de empresas), chegou a ter centenas em meados do século 20. Porém, o início da incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a partir do Decreto-Lei 406/68, atingiu duramente o ramo. Os preços deixaram de ser

	competitivos e a maioria das cooperativas fechou as portas. As que resistiram tornaram-se abertas (atende a toda a comunidade). Hoje, o ramo busca fortalecimento e competitividade, modernizando sua administração e investindo em capacitação e treinamento de funcionários.
Crédito	Um dos primeiros ramos a se organizar no país, atua no crédito rural e urbano. Foi praticamente extinto pelo governo entre as décadas de 1960 e 1980. Nos anos 90 o ramo se reestruturou. Com o objetivo de facilitar o acesso dos associados ao mercado financeiro com melhores condições que as instituições bancárias tradicionais, hoje o ramo está consolidado e é um dos que mais crescem no país. Possui três sistemas - Sicredi, Sicoob e Unicred - e dois bancos cooperativos - Bansicredi e Bancoob.
Educacional	A primeira cooperativa educacional do Brasil surgiu em 1982, quando o primeiro grupo de pais se reuniu e decidiu formar uma escola. O objetivo das cooperativas educacionais é unir ensino de boa qualidade e preço justo. Assim, pais de alunos ou professores formam e administram as escolas cooperativas, promovendo a educação com base na democracia e na cooperação, sem estimular a competição.
Especial	Fundamentado pela Lei 9.867/99, este ramo se constitui de cooperativas formadas por pessoas em situação de desvantagem, como deficiência física, sensorial e psíquica, ex-condenados ou condenados a penas alternativas, dependentes químicos e adolescentes a partir de 16 anos em situação de vulnerabilidade familiar, econômica, social ou afetiva. As cooperativas atuam visando à inserção no mercado de trabalho dessas pessoas, geração de renda e à conquista da cidadania.
Infraestrutura	Formado hoje por cooperativas de eletrificação rural, este ramo existe desde 1941 e atende principalmente às pequenas e médias propriedades rurais. É especialmente forte no Sul do país. As cooperativas preenchem uma lacuna das concessionárias de energia nas regiões de baixo consumo. Além da construção de redes, as cooperativas são responsáveis pela produção, geração, manutenção, operação e distribuição da energia elétrica.
Habitacional	As cooperativas habitacionais têm como objetivo viabilizar moradia aos associados. Seu diferencial é a construção de habitações a preço justo, abaixo do de mercado, pois não visam ao lucro. Inseridas num contexto social que aponta déficit nacional de mais de seis milhões de moradias, as cooperativas habitacionais podem se constituir em todas as classes sociais. A primeira cooperativa surgiu em 1951, mas o ramo se organizou como tal em 1992.
Mineral	Previsto na Constituição Federal de 1988, este ramo atua na pesquisa, extração, lavra, industrialização, comércio, importação e exportação de produtos minerais. De grande alcance social, está presente principalmente nas pequenas e médias jazidas, que não despertam interesse das grandes mineradoras.
Produção	Estimula o empreendedorismo em que um grupo de profissionais com objetivos comuns na exploração de diversas atividades produtivas se reúne para produzir bens e produtos como donos do seu próprio negócio. A ênfase maior desse ramo está nos setores da agropecuária e industrial.
Saúde	As cooperativas médicas existiam há três décadas quando o ramo, genuinamente brasileiro, foi desmembrado do ramo Trabalho em 1996 devido à sua força e representatividade. Reúne profissionais especializados na promoção da saúde humana, como médicos,

	dentistas, psicólogos e outros profissionais. Um dos maiores operadores de planos de saúde do país é um sistema cooperativo (Unimed).
Trabalho	Associação de profissionais de atividades afins para a prestação de serviços. Tem muito espaço para se fortalecer com o cenário de enxugamento de vagas no mercado formal de trabalho e forte expansão da construção civil do país nos últimos anos. É a saída contra a informalidade, mas ainda luta por uma legislação regulamentadora.
Turismo e lazer	Em processo de estruturação, foi criado em 2000, durante Assembléia Geral Ordinária da OCB. Respalado no enorme potencial turístico brasileiro, visa à prestação de serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, esportes e hotelaria por profissionais dessas áreas.
Transporte	Composto por cooperativas de transporte de carga e passageiros - táxis e vans inclusos - é outro desmembramento do ramo Trabalho. Mais novo dos ramos, foi criado em 2002. Já nasceu forte e estruturado, com uma frota que cresce a cada ano no país.

Quadro 3 - Ramos do cooperativismo.

Fonte: Dados OCB (2014). Elaborado pela autora.

Para esta pesquisa destaca-se o ramo agropecuário e de acordo com a OCB (2014) as cooperativas deste segmento são constituídas por

produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem ao cooperado. Caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização, além da assistência técnica, educacional e social (OCB, 2014).

Conforme Davis e Bialoskorski Neto (2010, p. 13), “uma cooperativa agropecuária, por exemplo, é criada quando um grupo de produtores rurais percebe que pode ter ganhos de escala na aquisição de insumos, acesso a novas tecnologias e elevação do preço de seus produtos”. De acordo com Barasuol, Boessio e Wakulicz (2013) “as cooperativas agropecuárias possibilitam aos seus associados a agregação de valor ao seu produto e a sua inserção no mercado, pois elas oferecem serviços como ganhos de escala para a comercialização da produção, industrialização da matéria-prima e ainda acesso à assistência técnica”.

Como elucidado por Presno Amodeo (1999),

essas organizações são uma alternativa para os produtores poderem participar do sistema agroalimentar, obtendo melhores resultados econômicos que lhes permitam melhorar seu bem-estar. Nos referimos, de forma particular, ao pequeno e médio produtor familiar sem volume de comercialização suficiente para obter benefícios especiais em suas transações com as empresas fornecedoras de insumos ou com as que compram sua produção. Acreditamos que através de um bom funcionamento das

cooperativas, esses produtores têm acesso a uma escala que os habilita a melhorar sua participação no preço pago pelos consumidores (PRESNO AMODEO, 1999, p. 3)

Com base no exposto, cabe salientar a importância de entender o papel das cooperativas, em especial no meio rural e vinculadas à produção agropecuária. Levando em conta que os processos sucessórios não apenas abarcam a sucessão de dirigentes, gestores contratados e também no quadro social da cooperativa, ainda se destaca o papel dessas instituições nos processos sucessórios das propriedades familiares de seus cooperados.

2.3.1 Sucessão em cooperativas agropecuárias

O sucesso ou insucesso das organizações cooperativas está associado a sua capacidade de adequação permanente às transformações globais. Atualmente, é bastante presente a preocupação com a gestão e com a manutenção desses empreendimentos. Além de preocuparem-se com todos os fatores comuns às demais organizações, as cooperativas dedicam atenção, em especial, à sua relação com os associados, que além de donos, muitas vezes são fornecedores e consumidores da mesma. Aqui se caracteriza o que Valadares (1999) define como a dupla natureza das cooperativas, onde o associado ao mesmo tempo é dono do empreendimento e usuário de seus serviços. Essa característica das cooperativas por vezes é o maior desafio enfrentado pela gestão dessas organizações.

Como exposto por Pinho (1991),

a diversidade da produção cooperativada, bem como seu importante volume, atestam o dinamismo econômico do Sudeste/Sul do Brasil: utilizam-se da entreatajuda cooperativista [...]. Pequenos, médios ou grandes produtores, usam as cooperativas para processamento, transformação, classificação, padronização, embalagem, transporte e comercialização de seus produtos; assistência agrônômica e veterinária; compra de insumos, repasse de recursos e outros serviços técnicos (PINHO, 1991, p. 105).

Como exposto por Albuquerque e Cirino (2001), órgãos governamentais e não-governamentais vêm incentivando as cooperativas, pois como afirmam, essas têm condições de dar suporte ao desenvolvimento econômico do país, em especial nas zonas rurais. Nesse mesmo sentido, Bialoskorski Neto (1991, p. 16) considera, referindo-se às cooperativas agropecuárias, que “dada as suas bases doutrinárias, é

um fator de importância para o crescimento da renda nos agronegócios de forma mais equitativa. Isso ocorre em decorrência da promoção da agregação de valor, como também, do incremento do poder de barganha do produtor rural em mercados imperfeitos”.

Nessa lógica, de acordo com Presno Amodeo (1999) as cooperativas necessitam se organizar para que se tenha uma gestão eficiente, principalmente por caracterizar-se um modelo de gestão coletiva. Corroborando com essa perspectiva, Chaddad (2007, p. 78), referindo-se às cooperativas do agronegócio do leite, salienta que “as cooperativas possivelmente continuarão a desempenhar importante papel no futuro, se solucionarem seus problemas organizacionais e adotarem estratégias competitivas alinhadas com a nova realidade da economia mundial”.

Antoniali (2000) afirma que o duplo papel assumido pelos cooperados como donos gera conflitos de interesses, principalmente entre as estratégias institucionais e as estratégias individuais. O autor expõe que nas cooperativas a origem da estrutura de poder está predominantemente vinculada ao desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira, que visa atender aos interesses do Estado, expandindo o capitalismo no campo.

Existem decisões empresariais que fogem ao âmbito direto do agricultor, mas que afetam, substancialmente, a sua performance econômica. Entre estas estão as decisões gerenciais das cooperativas, como exemplifica a aquisição de insumos que muitas vezes definem a tecnologia a ser adotada pelo agricultor, comercialização dos produtos, definição de estratégias e diversificação da produção, formas de crescimento via integração vertical e horizontal, entre outras. Na verdade o produtor agropecuário delega grande poder para a diretoria da cooperativa, sempre com a expectativa de que esta atuará defendendo os seus interesses (ZYLBERSTAJN et al., 1996, p. 1).

Como elucidado por Zylberstajn et al. (1996), todas as organizações enfrentam o problema sucessório, sejam as empresas familiares, as sociedades anônimas, ou mesmo as cooperativas. De acordo com o autor, nas cooperativas encontrar um sucessor, em especial para o cargo de presidente, é uma tarefa difícil.

De acordo com as definições de Davis (2004), apresentadas por Davis e Bialoskorski Neto (2010), são vistos no movimento cooperativista alguns modelos diferentes de gestão: alguns seguem uma lógica próxima das organizações públicas, que o autor denomina de “funcionalismo público”; outras, um modelo no qual a base da gestão é um “líder carismático fundador”; ou ainda, um modelo que o autor chama

de “gestão coletiva”, que geralmente é presente em organizações onde os trabalhadores são sócios-proprietários.

Desses modelos descritos o problema encontrado no modelo chamado de “líder carismático fundador” é que o líder não permite que ocorram opções de liderança e, frequentemente, o líder fundador da cooperativa tem um problema de desempenho tanto na delegação de poder como na indicação sucessória. Esse modelo é frequente no Brasil e ocorre nas grandes cooperativas agropecuárias nos sistemas agroindustriais de grãos, de café e de leite. Essas normalmente são administradas por um líder, geralmente participante da fundação da cooperativa, que permanece no poder por um longo período de tempo, apresentando problemas significativos no processo de delegação de poder e de sucessão (DAVIS; BIALOSKORSKI NETO, 2010, p. 8).

Ainda de acordo com os autores, a gestão em cooperativas vem sendo praticada com ideias inadequadas administrativamente, o que por sua vez, acaba gerando falta de visão da gestão dessas organizações. Outro resultado dessas más práticas de gestão é o afastamento dos associados dos processos de tomada de decisão dentro da cooperativa. “A ideia de que a democracia representa a responsabilização institucional ao invés da participação dos membros acaba por deixá-los sem influência e os gestores sem informação” (DAVIS; BIALOSKORSKI NETO, 2010, p. 15).

Segundo Antonialli, Fishmann e Souki (2004, p. 78) “as cooperativas agropecuárias vêm enfrentando dificuldades para se adaptarem à crescente competição entre as organizações que atuam nas cadeias produtivas. Para sobreviverem no mercado elas têm sido impelidas a buscarem alternativas para incrementar a sua competitividade”.

O grande desafio das cooperativas é encontrar o equilíbrio entre os três diferentes níveis de interesses de seus associados: o econômico, o social e o político. No nível econômico, os interesses residem no crescimento mútuo do patrimônio do associado e da cooperativa; no nível social, os interesses estão ligados ao leque de prestação de serviços no qual os associados e famílias possam ser beneficiados e, finalmente, no nível político, os interesses estão ligados tanto às disputas internas pelo poder como também à representatividade da cooperativa e de seus associados na sociedade (ANTONIALLI; FISCHMANN; SOUKI, 2004, p. 78).

No cooperativismo é cada vez mais perceptível a preocupação no que diz respeito à juventude presente no movimento. De acordo com Rodrigues (2008), sem os jovens um dia não mais existirá o cooperativismo, daí a importância de aproximá-

los de forma mais intensa às atividades das cooperativas e do movimento cooperativista.

Nesse sentido, de forma geral, as cooperativas vêm se preocupando em investir em ações ligadas à educação e capacitação de seus agentes diretos e indiretos. Segundo Schneider et al. (2010), a educação cooperativa é um tema muito amplo, não se concentra apenas em membros associados e funcionários, mas também deve se preocupar em envolver as famílias dos associados, proporcionando e estimulando a participação das esposas e dos filhos no dia-a-dia da cooperativa. De acordo com Petarly (2013)

a educação cooperativista cumpre ainda com um processo de aprendizagem das práticas produtivas e gerenciais das propriedades rurais e da própria organização cooperativa, consolidando a mentalidade empreendedora dos cooperados com vias à sua eficiência econômica e garantias de sua efetiva participação na organização, inclusive nas instâncias diretivas (PETARLY, 2013, p. 23).

Salienta-se também a importância da Organização do Quadro Social – OQS – da cooperativa, principalmente quando se menciona a participação dos membros e da comunidade. De acordo com Valadares (1995, p. 29) “Sob a denominação Organização do Quadro Social (OQS) se incluem diversas práticas que têm por objetivo a formação de uma nova instância de exercício de poder nas cooperativas, além das instâncias usualmente encontradas”. Segundo Petarly (2013), nesses espaços se realizam capacitações como palestras técnicas ou dias de campo, que promovem melhorias nas técnicas de produção utilizadas pelos cooperados. Ainda segundo a autora “nas reuniões de OQS também são realizadas explicações e discussões sobre mercado agropecuário, preços, custos e requerimentos das cadeias produtivas, que possibilitam aos cooperados o entendimento de sua atividade produtiva também como um empreendimento econômico” (PETARLY, 2013, p. 40).

Presno Amodeo (1999) ao relatar essa questão, coloca que:

No caso brasileiro, existem experiências com Comitês Educativos, órgãos intermediários entre o Conselho de Administração e os cooperados, que se reúnem nas diferentes localidades para discutir os problemas das cooperativas. Essas atividades consomem tempo e podem tornar mais complexa a tomada de decisões; porém, consideramos que essa descentralização das discussões deve ser vista como um insumo organizacional que pode melhorar a competitividade. Essas instâncias podem ser igualmente um instrumento idôneo para melhorar o fluxo de informações e as

potencialidades das cooperativas em articular segmentos do sistema agroalimentar (PRESNO AMODEO, 1999, p. 164).

A autora enfatiza que a relação entre a cooperativa e seus membros é fundamental para que suas potencialidades sejam alcançadas. Nesse sentido, expõe que o aumento do tamanho das cooperativas e ainda a diminuição da homogeneidade do seu quadro social são fatores agravantes e dificultam a otimização dessa relação. Quanto a relação cooperado – cooperativa, é salientado pela autora, que “o oportunismo por parte dos cooperados da cooperativa será maior quanto menor seja a intensidade da relação entre ambas as partes” (PRESNO AMODEO, 1999, p. 215).

É importante mencionar que ao considerar a necessidade de melhorias na relação cooperado – cooperativa, Presno Amodeo (1999, p. 215) destaca o reforço que se deve ter quanto à capacitação e à educação cooperativa, assim como dito pela autora: “da mesma forma que apareciam desde os alvares destas organizações”.

Os programas de educação e capacitação desenvolvidos e geridos pelas cooperativas tendem a funcionar de forma mais efetiva quando se tem um quadro social organizado e articulado, sendo assim, a participação dos associados e do núcleo familiar pode se tornar mais intensa.

Cabe aqui destacar o que expõe Presno Amodeo (1999):

A educação e os valores cooperativos são determinantes para a função social que estas organizações desempenham. [...] As cooperativas são simplesmente ferramentas que, dependendo do uso que lhes dermos, obteremos resultados diferentes. Acreditamos que elas possam ser uma ferramenta idônea, se utilizadas devidamente para facilitar os produtores na obtenção de maior participação no preço final que pagam os consumidores por seus produtos ou derivados, embora não acreditamos que possam ser a solução para todos os problemas dos produtores. Elas têm a potencialidade de ser também, instrumentos de desenvolvimento. Esse é seu grande desafio (PRESNO AMODEO, 1999, p. 222).

Porém, para que a empresa cooperativa possa superar tal desafio, é importante entender o que a autora elucida, que “é inegável que a existência de qualquer cooperativa está condicionada à existência dos seus cooperados, já que ela é uma organização dependente dos seus membros” (PRESNO AMODEO, 1999, p.86). Como destacado por ela, “tanto a participação como a falta dela afetam a cooperativa”.

Nesse sentido, para a sobrevivência dessas organizações, entende-se que não apenas é necessária a participação dos cooperados, mas também a continuidade por

parte de seus filhos, assumindo papel de sucessores nas unidades produtivas, para que possam tornar-se futuros cooperados, garantindo a continuidade do empreendimento.

Memlak e Dewes (s.a.), em pesquisa no norte do estado do Rio Grande do Sul, com jovens de famílias associadas a uma cooperativa da região, com objetivo central de verificar a intenção da continuidade destes nas atividades que seus pais desempenham, constatam esse interesse quando há uma valorização do trabalho e ainda uma boa rentabilidade. Assim, ao concluírem a pesquisa, os autores destacam que:

a cooperativa deveria [...] adotar uma política de inclusão dos jovens na mesma para também dar-lhes a oportunidade de mercado, e, assim, prepará-los para uma possível sucessão nas propriedades. Pois se estes jovens não permanecerem no campo, quem serão os associados do futuro? Os sócios de hoje estão em uma faixa de idade entre 40 e 60 anos e, portanto, já é hora de começar a preparar seus sucessores (MEMLAK; DEWES, s.a., p. 366).

Com base no exposto, a forma como as cooperativas agropecuárias estão enfrentando o desafio da preparação dos sucessores é, justamente, o tema desta pesquisa, e para contribuir com o debate optou-se por investigar uma realidade ainda não estudada, ou seja, uma instituição cooperativa no contexto mineiro.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA E O UNIVERSO EMPÍRICO

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada para a coleta e análise dos dados da pesquisa. Em seguida, são apresentadas informações sobre a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e sobre o município de Patrocínio, com o objetivo de situar o contexto econômico e social no qual a pesquisa foi realizada. Ainda, de forma descritiva, apresenta-se a estrutura organizacional da Cooperativa Agropecuária de Patrocínio – COOPA.

3.1 Metodologia

Ao levar em conta o problema e os objetivos propostos nesta pesquisa, utilizou-se para coleta de dados a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. O desenvolvimento desta pesquisa apresenta abordagem qualitativa do tipo exploratória. A pesquisa documental objetivou o conhecimento sobre as ações desenvolvidas pela Cooperativa no que tange à sucessão, à aproximação dos jovens e também às iniciativas que indiretamente possam estar relacionadas com esses processos.

É importante mencionar que por ações e iniciativas que auxiliem nos processos de sucessão foram entendidos os programas de educação, de capacitação, eventos que aproximem os jovens e as mulheres nas atividades diárias da cooperativa, projetos que auxiliem na gestão da propriedade familiar não apenas tendo como foco o cooperado, mas também considerando as relações familiares na produção. Faz-se necessário entender essas ações de forma global e interligadas, pois isoladamente essas podem não apresentar foco na sucessão.

Para a realização da pesquisa de campo foi utilizado como ferramenta de coleta de dados a entrevista, como exposto por Quivy e Campenhoudt (1998) a entrevista apresenta-se como um instrumento rico em relação a obtenção de informações, pois ocorre uma troca no momento em que o investigador recolhe certos dados que se apresentam bastante sutis, tais como uma simples expressão, gestos, quando o sujeito da pesquisa é questionado.

A pesquisa documental foi fundamental para identificar como vem sendo organizado o quadro social da cooperativa, bem como para ter um panorama geral de ações que de forma institucionalizada tivessem como foco a sucessão geracional. Em outubro de 2014 foi realizada a primeira etapa do trabalho de campo, além da pesquisa documental. Foram realizadas 13 entrevistas conduzidas por um roteiro, com dirigentes, gestores da cooperativa e com alguns colaboradores (extensionistas, agentes de OQS, marketing e RH). As entrevistas foram devidamente registradas por meio de gravação das conversas e posteriormente transcritas. Salienta-se que as entrevistas complementaram a pesquisa documental e possibilitaram entender o desenvolvimento das ações e a percepção dos representantes da instituição sobre a sucessão. Ainda, na primeira etapa de campo foi possível participar de uma reunião na Comunidade Cooperativista Santo Antônio do Quebra Anzol.

A segunda etapa da pesquisa de campo foi realizada em fevereiro de 2015, pois nesse mês foram realizadas as Assembleias do grupo de mulheres da COOPA – AMACOOA e do grupo e jovens – COOAJOVEM, bem como é neste período do ano que acontecem as reuniões das Comunidades Cooperativistas com a temática da pré-assembleia, quando geralmente é maior o número de cooperados presentes. Durante o período de campo, foi possível participar das Assembleias dos dois grupos acima mencionados, de três reuniões de Comunidades Cooperativistas: Lagoa Seca, Coromandel e Macaúbas de Cima, de um Dia de campo realizado na Comunidade da Serra do Salitre e ainda foram realizadas visitas nas propriedades dos cooperados juntamente dos técnicos de campo (extensionistas).

Para coleta de dados os respondentes foram separados em três grupos divididos por faixa etária e em concordância com a OQS da COOPA, sendo eles: cooperados adultos sem limite de idade, jovens filhos de cooperados com idade entre 18 e 29 anos e ainda os jovens presentes na reunião do grupo COOAJOVEM.

Inicialmente a intenção era de aplicação de questionários nos momentos das reuniões, porém os cooperados ficaram pouco à vontade em responder sozinhos e menos ainda em responder na presença de outras pessoas. Portanto, percebeu-se a necessidade de utilizar o questionário como um roteiro de entrevistas e conversar distante dos outros cooperados com os entrevistados. Como nas reuniões o tempo para conversar com os associados era pouco, foram utilizadas as visitas às propriedades para entrevistar as famílias (pai, mãe ou ainda em alguns casos, ambos). Como a maioria das entrevistas foi realizada na presença do cooperado e da esposa,

optou-se por chamá-los de Família cooperada, entendendo a entrevista como do núcleo familiar. Sendo assim, foram realizadas 41 entrevistas com este público.

É importante informar que para atender um dos objetivos específicos desta pesquisa, tinha-se a intenção de elaborar um panorama geral das características dos associados, baseando-se nas informações disponibilizadas nas fichas de cadastro. Porém, além de os cadastros não estarem atualizados, outros não estavam completos, ou continham apenas informações básicas, sem especificidades da produção, entre outras informações.

Já com os jovens, as entrevistas foram em sua maioria realizadas nas propriedades, e algumas em momentos das reuniões. Ao todo foram realizadas 22 entrevistas com o público juvenil pertencente ao quadro da cooperativa, todos filhos de cooperados e alguns já cooperados.

Quanto à coleta dos dados no grupo COOPAJOVEM, foi possível a aplicação do questionário, pois ao final da reunião (Assembleia) foi disponibilizado um tempo para esse fim. Todos os presentes se disponibilizaram em participar da pesquisa e ainda foi possível conversas informais com os jovens.

Cabe mencionar que durante as entrevistas era perceptível o desconforto de alguns entrevistados enquanto o gravador estava ligado, já quando este era desligado a conversa fluía e era possível entender melhor sua opinião. Desataca-se que foi fundamental a participação nas reuniões e visitas às propriedades, bem como as conversas informais com todos os envolvidos na pesquisa, em especial nos deslocamentos. Por fim, é importante salientar que esses momentos de observação se tornaram alicerce para as análises e um global entendimento das ações analisadas.

3.2 Caracterização da Região de localização da COOPA

O Estado de Minas Gerais, de acordo com dados do IBGE (2010), é composto por 12 mesorregiões e 66 microrregiões. As mesorregiões são: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Campos das Vertentes e Zona da Mata. Destaca-se nesta pesquisa a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Figura 1), que abarca 7 microrregiões, dentre elas a de Patrocínio – também visível

na Figura 1 –, onde localiza-se o municíio com o mesmo nome. Cerca de 15 % do território mineiro é composto pela mesorregião mencionada e em relação à sua população é o terceiro maior contingente do estado de Minas Gerais e corresponde à sua segunda maior área. Como caracterizado por Frederico (2009)

o Triângulo Mineiro se destaca por reunir diversos fatores produtivos vinculados ao agronegócio. Além de possuir uma agropecuária moderna – as cidades de Uberlândia, Uberaba e Frutal possuem o primeiro, o terceiro e o quarto maior PIB agropecuário do estado, respectivamente –, a região concentra diversas indústrias vinculadas ao agronegócio (produtos alimentícios, indústria química, produtos inorgânicos e defensivos agrícolas) e um importante comércio atacadista, devido à sua localização estratégica entre as cidades de São Paulo, Brasília e Belo Horizonte. A região também é caracterizada por possuir uma renda per capita e uma escolaridade acima da média estadual e possuir significativa infra-estrutura de transporte (rodoviário, ferroviário e aeroviário) (FREDERICO, 2009, p. 11).

Mesorregiões do estado de Minas Gerais, com destaque às microrregiões do Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba

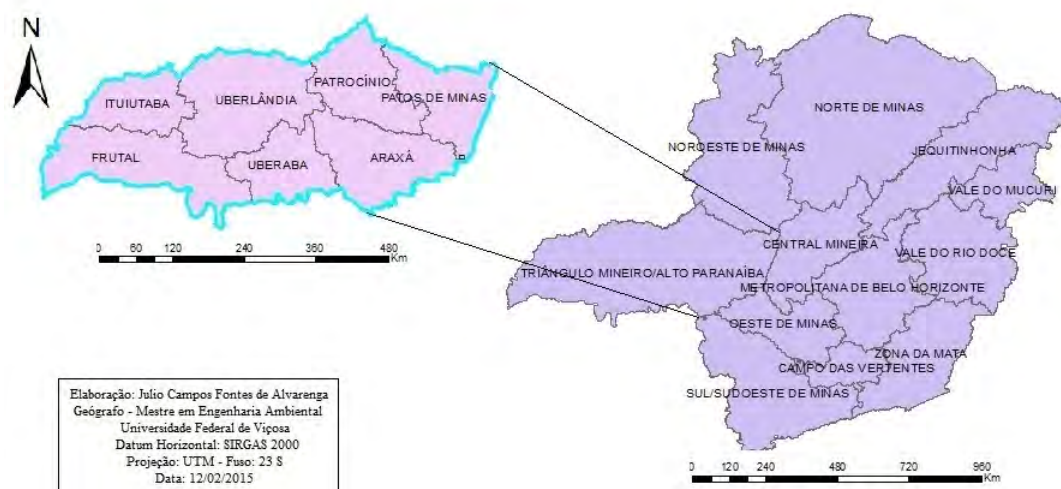


Figura 1 - Mesorregiões do estado de Minas Gerais com destaque às microrregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Fonte: Elaborado por Julio Campos Fontes de Alvarenga.

Em seu processo histórico, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba teve sua ocupação territorial atrelada às bandeiras paulistas que em busca de metais e pedras preciosas desbravaram além das terras próximas ao litoral. Foi com a decadência da mineração que se iniciou efetivamente a ocupação de algumas áreas mais a oeste dessa região, basicamente com atividades de agropecuária de subsistência. Com o

desenvolvimento econômico da cafeicultura em São Paulo e com a expansão ferroviária que vinha ocorrendo, a região do Triângulo apresentou outra geografia econômica (MELO, 2005).

O marco decisivo para a economia do Triângulo Mineiro foi a construção de Brasília: a região passou a estar localizada estrategicamente entre a principal área econômica do País – São Paulo – e a administração central – Brasília. Para a história do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a construção da capital federal e do sistema rodoviário que ligou a nova capital ao núcleo dinâmico do País promoveu uma expansão agrícola mais vigorosa nas áreas dos cerrados, sobretudo no Centro-oeste onde ocorreu um grande aumento da produção interna dos alimentos (MELO, 2005, p. 36).

Por ser caracteristicamente uma região agrícola, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba desde os anos 1970 vem se modernizando, por meio de intensos investimentos governamentais. Economicamente, a região vem tendo destaque tanto no que tange a seu complexo agroindustrial de processador de grãos e carne, pela constante modernização na pecuária extensiva, bem como por ser uma região com grande potencial para empresas que disponibilizam bens de consumo, sendo assim, polo regional de comércio atacadista (OLIVEIRA; SOARES, 2001).

As origens das transformações da produção agropecuária no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba remontam às primeiras décadas do século XX, em que se verificou a passagem de uma atividade essencialmente voltada a subsistência, para uma agropecuária comercial, cuja produção destina-se ao mercado nacional. Mas foi a partir da década de 1970, com a “incorporação dos cerrados” aos circuitos agroindustriais mais dinâmicos, é que se materializaram as transformações nas características dessa atividade, em um contexto mais amplo de modernização agrícola brasileira. (MARTINS; SILVA; ORTEGA, 2014, p. 3).

Esta é uma das regiões do país que melhor se adaptou ao “novo padrão agrícola” (BRANDÃO, 1989). De acordo com Martins, Silva e Ortega (2014) foi no período após 1975 que as transformações mais significativas (organização produtiva, gama de produtos e mercados de destino) e a valorização de terras ocorreram nas áreas do cerrado, incluindo a região do Triângulo. Os autores, ao analisarem a distribuição espacial do PIB agropecuário da região nos anos 1996 e 2006, chegaram à conclusão de que a alteração na distribuição entre os dois anos foi pequena. Nas análises apresentadas pelos autores é salientado que os produtos agropecuários da região são competitivos e estão interligados comercialmente aos mercados nacionais

mais dinâmicos e ainda aos mercados internacionais. Isso somente acontece, segundo os autores, pelas mudanças estruturais que resultaram em transformações no padrão intermunicipal de distribuição da produção agropecuária. Dentre os resultados encontrados pelos autores, vale salientar que

no período recente, os municípios da região com os maiores PIB⁷s agropecuários do Estado têm apresentado diminuição no grau de especialização econômica na atividade agropecuária, ao mesmo tempo em que mostram elevação do nível de especialização da produção nas culturas dinâmicas, notadamente o café, a soja e a cana-de-açúcar. Esses dois movimentos simultâneos podem ser explicados pelas características das transformações recentes no setor agropecuário no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, marcadas pela crescente integração vertical e formação de cadeias agroindustriais, e pelas mudanças no processo produtivo rural, com significativa elevação da mecanização (MARTINS; SILVA; ORTEGA, 2014, p. 20).

Rocha et al. (2009) constataram que foi em regiões formadoras do Cerrado Mineiro e seu entorno que ocorreram as principais reduções no nível de pobreza. De forma geral, os autores salientam que em regiões onde predomina agricultura dinâmica os indicadores de pobreza apresentam-se mais baixos no estado de Minas Gerais. Porém como colocado por Silva, Souza e Martins (2012, p. 337) “Minas Gerais é um estado marcado por forte desigualdade regional, com clara concentração espacial de atividades produtivas”. Seguindo essa afirmação vale destacar que, segundo os autores,

houve uma concentração crescente de 1996 a 2006 na parte oeste do estado, envolvendo fundamentalmente três mesorregiões, denominadas Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Sul de Minas e Noroeste de Minas. No período inicial (1996), a distribuição da produção agropecuária mineira já se concentrava principalmente na porção oeste do estado, entretanto, esse processo se intensificou em 2006 (SILVA; SOUZA; MARTINS, 2012, p. 342).

Devido ao processo de territorialização a região aqui descrita apresenta elevados níveis de investimentos públicos em diversos setores, principalmente no setor agropecuário, sendo os municípios que a compõem, em sua grande maioria, representativos em relação ao PIB agropecuário para o Estado, como disposto na Figura 2. De acordo com Silva, Souza e Martins (2012) entre os anos de 1996 e 2006⁷ houve de forma crescente uma concentração do PIB agropecuário em três

⁷ Salienta-se que os períodos de tempo apresentados para esse capítulo não são os mesmos, pois são utilizadas diferentes fontes, que utilizaram recontes temporais diferentes para suas análises.

mesorregiões do estado, sendo o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba uma delas. Vale salientar que os autores, em sua pesquisa envolvendo a produção agropecuária dos municípios de Minas Gerais, elaboraram uma tabela com 50 municípios que apresentam maior distribuição espacial do PIB agropecuário em 2006; dentre eles observou-se a presença de 7 municípios que integram o Quadro social da COOPA, lócus desta pesquisa. Observa-se que o PIB agropecuário na região destacada varia de R\$ 40.548,00 a R\$ 572.188,00.

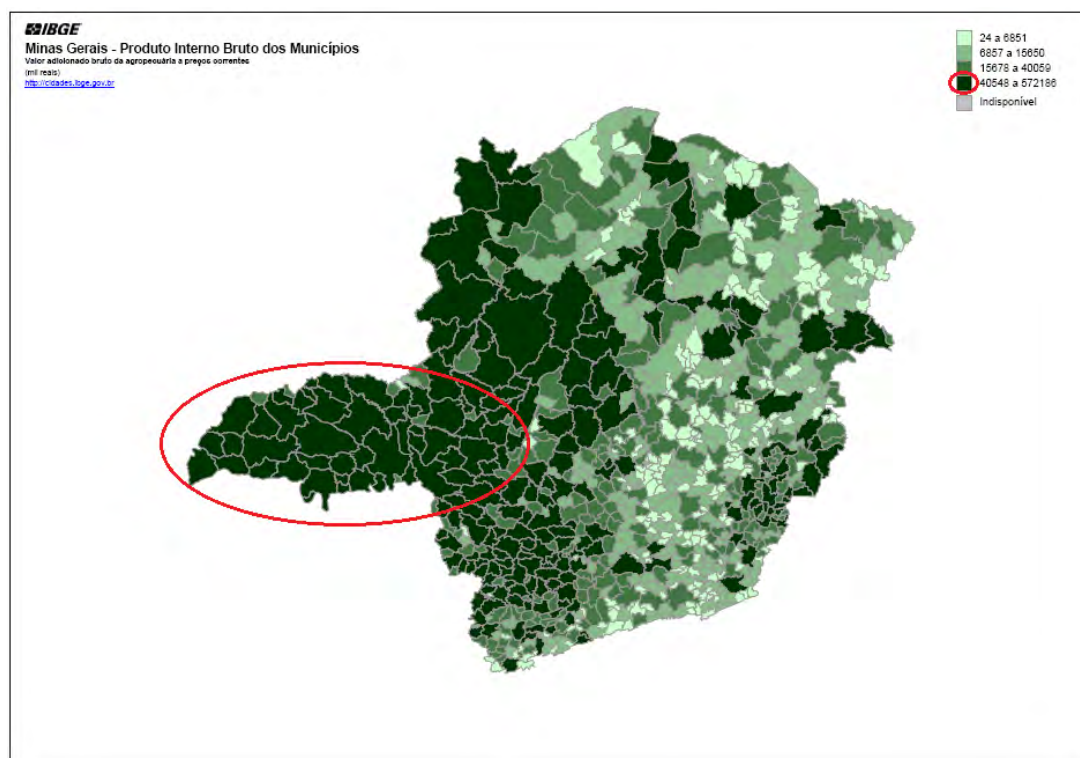


Figura 2- PIB agropecuário dos municípios de Minas Gerais, com destaque para a região do TM/AP.

Fonte: IBGE, 2014.

Ainda, segundo dados do IBGE, analisados pelo Sistema FAEMG (2014), nos anos de 2010 e 2011 os dez municípios mineiros que apresentaram maior PIB agropecuário concentram-se no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, sendo destacados os municípios de Perdizes, Patrocínio e Coromandel, todos eles com sede da COOPA. Abaixo no Quadro 4 pode ser observado o ranking mineiro e ainda o brasileiro do PIB agropecuário em 2011, sendo apresentados apenas os municípios que compõem o Quadro social da COOPA (o quadro original apresentava um total de 23 municípios).

Município	Posição ranking mineiro (PIB agropecuário)	Posição ranking brasileiro (PIB agropecuário)
Perdizes	3º	16º
Patrocínio	6º	24º
Coromandel	10º	38º
Ibiá	14º	48º
Monte Carmelo	10º	80º

Quadro 4 - Ranking mineiro e nacional do PIB agropecuário

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE analisados pelo Sistema FAEMG.

Na educação os investimentos são mais recentes, acompanhando a descentralização do Ensino Superior no Brasil. A região pesquisada apresenta um IDHM⁸ – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal que varia de Médio para grande maioria Alto, conforme Figura 3.

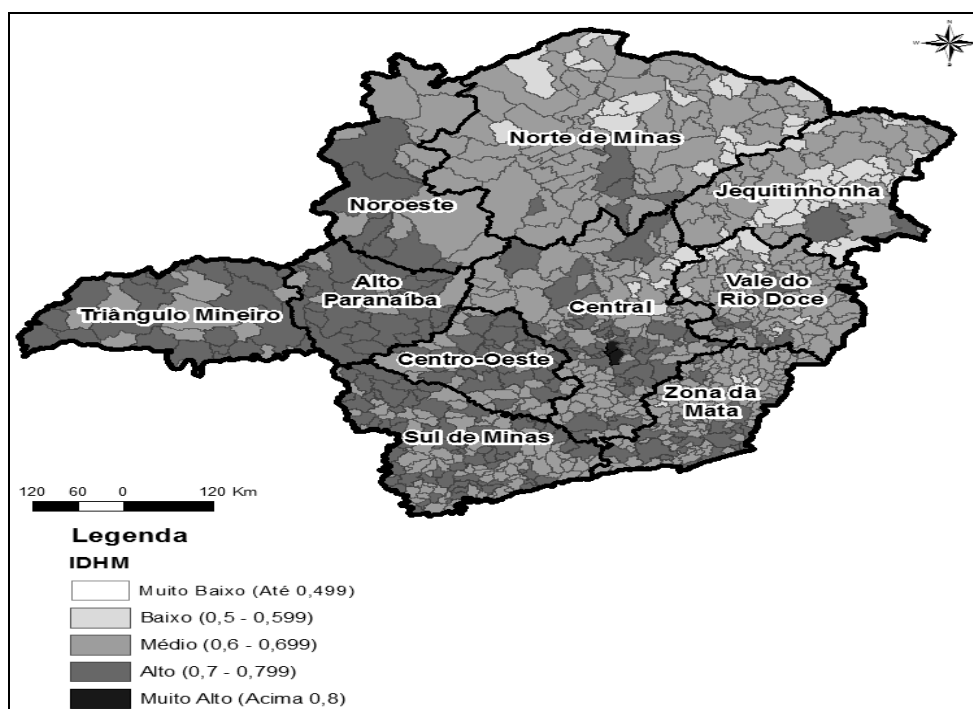


Figura 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Minas Gerais, 2010.

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD elaborado pelo Observatório de Desenvolvimento Social/ SEDESE.

De acordo com Schuls, Gatti e Silva (2000, s.p.) “a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é um centro de referência econômica e cultural para o

⁸ O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/

Centro-Oeste e se constitui em polo de confluência de diferentes demandas científicas e culturais”. No Quadro 5 pode-se observar a oferta de Instituições de Ensino Superior na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com destaque (em vermelho) para as cidades de abrangência da COOPA.

MUNICÍPIO	Nº DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
Campina Verde	1
Carneirinho	1
Rio Paranaíba	1
Sacramento	1
Santa Vitória	1
Carmo do Paranaíba	2
Prata	2
São Gotardo	2
Iturama	3
Frutal	4
Monte Carmelo	4
Patrocínio	5
Coromandel	7
Ituiutaba	8
Araguari	9
Araxá	11
Patos de Minas	11
Uberaba	19
Uberlândia	24

Quadro 5 - Oferta de Instituições de Ensino Superior do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba
 Fonte: e-MEC, 2014. Elaborado pela autora.

Assim como a região, o município de Patrocínio historicamente surgiu como ponto de parada para os bandeirantes que rumavam de São Paulo para Goiás, em busca de ouro no século XVII. Em 7 de abril de 1842 foi elevada à Vila de Nossa Senhora do Patrocínio tornando-se então oficialmente município. Geograficamente, Patrocínio tem latitude: 18°17'00 S; longitude: 46° 59'36 N. Apresenta extensão territorial de 2.874 km². Os municípios que fazem divisa com Patrocínio são: Monte Carmelo, Coromandel, Guimarânia, Cruzeiro da Fortaleza, Serra do Salitre, Perdizes e Iraí de Minas (PATROCÍNIO, 2014). A localização do município pode ser observada na Figura 4.

Localização do município de Patrocínio - Minas Gerais - Brasil

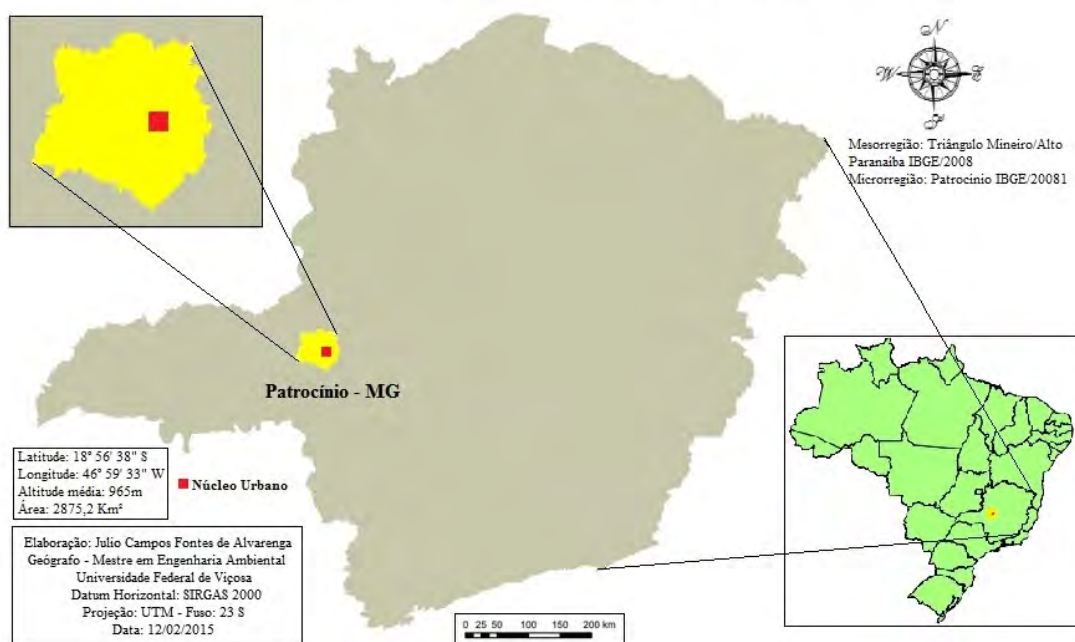


Figura 4 - Localização do município de Patrocínio – Minas Gerais.
Fonte: Elaborado por Julio Campos Fontes de Alvarenga.

O município pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Existem ainda córregos e riachos que banham o município, auxiliando na irrigação das lavouras e na piscicultura. Patrocínio, na região, é o município que tem a maior área inundada pela Represa da Hidroelétrica de Nova Ponte. Destaca-se que não há em Patrocínio uma estrutura organizada no que diz respeito à exploração turística, embora o município apresente opções como: fazendas antigas, cachoeiras, locais para esportes radicais, entre outros (PATROCÍNIO, 2014).

A população total do município é de 82.471 habitantes, sendo que grande parte é composta pela faixa etária entre 5 a 49 anos, havendo equilíbrio entre homens e mulheres, como apresentado no Gráfico 1. Observa-se no Gráfico 2 o total de habitantes do município e o total de habitantes que, de acordo com o censo de 2010, são residentes nas áreas consideradas rurais. Vale destacar que no município não se verifica o processo de masculinização rural (Gráfico 2). Entre os anos de 1991 e 2010 houve uma redução na população total rural e ainda um aumento na taxa de urbanização de 13,48% (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

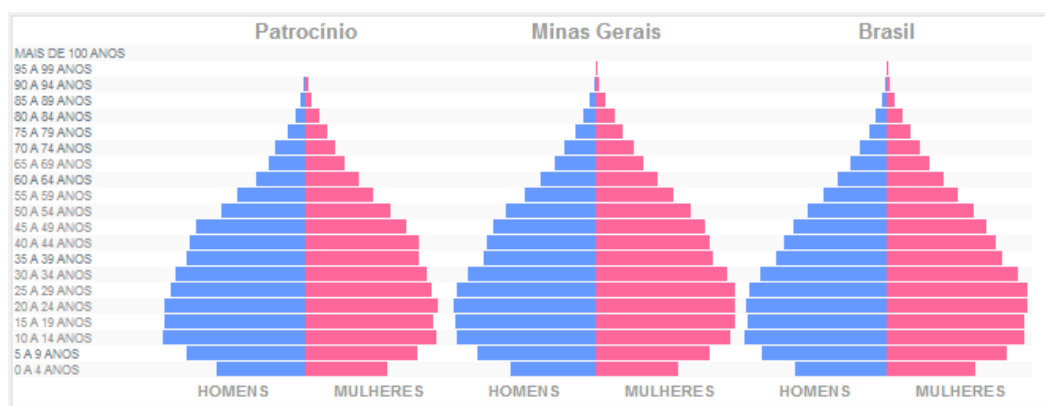


Gráfico 1 - Pirâmide etária de Patrocínio – MG.
Fonte: IBGE cidades.

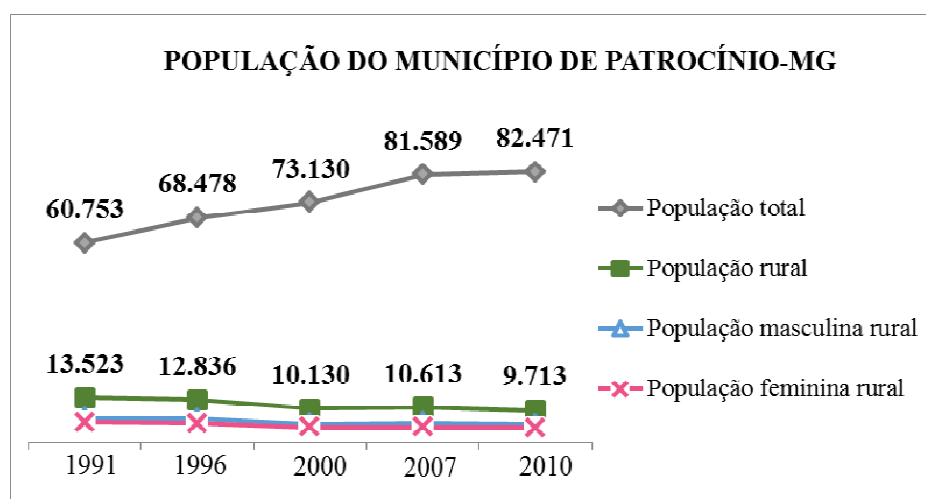


Gráfico 2 - População de Patrocínio/MG – Total e Rural
Fonte: Ipea data, dados IBGE. Elaborado pela autora.

Na área da educação de nível fundamental e médio, Patrocínio conta com 12 escolas na rede municipal, 21 escolas da rede estadual de ensino e ainda 4 escolas particulares (PATROCÍNIO). Na educação de nível técnico e superior, de acordo com o MEC – Ministério da Educação (2014), no município há 5 Instituições de Ensino Superior – IES – sendo elas: Centro Universitário de Maringá – Unicesumar, Faculdade de Patrocínio – IESP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Universidade Paulista – UNIP e o Centro Universitário do Cerrado – UNICERP.

Destaca-se no campo educacional em Patrocínio, a FUNCEP (Fundação Comunitária Educacional e Cultural de Patrocínio) que é mantenedora do UNICERP (Centro Universitário do Cerrado – Patrocínio), da EASFP (Escola Agrotécnica Sérgio de Freitas Pacheco) e ainda da Fazenda Experimental FUNCEP. O UNICERP

tem cursos de graduação como Administração, Agronegócio, Agronomia, Cafeicultura, Ciências Contábeis, entre outros e ainda cursos de Pós-graduação. A EASFP oferece o curso Técnico em Agropecuária em modalidades Concomitante e Subsequente. A Fazenda Experimental FUNCEP tem o intuito de dar suporte aos cursos do UNICERP, em especial aos cursos de Agronomia e Agronegócio; conta com estruturas para as criações de gado, porco e granja de aves, para os cultivos e novas tecnologias em banana, café, milho, soja, maracujá, entre outros e, ainda, parcerias com empresas ligadas à pecuária leiteira.

A oferta de ensino superior no município, bem como na região (Quadro 5), possibilita que os jovens tenham maior acesso à formação e capacitação, o que por sua vez oportuniza a inserção dos jovens no mercado de trabalho com melhor qualificação.

Vale ainda salientar aqui que no Instituto Federal presente no município são oferecidos os cursos Técnicos em informática, eletrônica e contabilidade e ainda o Curso Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Para o presente estudo observa-se também a oferta dos cursos superiores de Administração e Agronegócios na Faculdade de Patrocínio – IESP.

Patrocínio é um município que apresenta um IDHM em crescimento, analisando-se os anos de 1991, 2000 e 2010 (Gráfico 3). Observa-se no ano de 2010 um índice de 0,729, considerado alto de acordo com o Ipea. Embora todos os aspectos tenham apresentado melhorias, salienta-se um crescimento nas últimas décadas no que tange à educação.

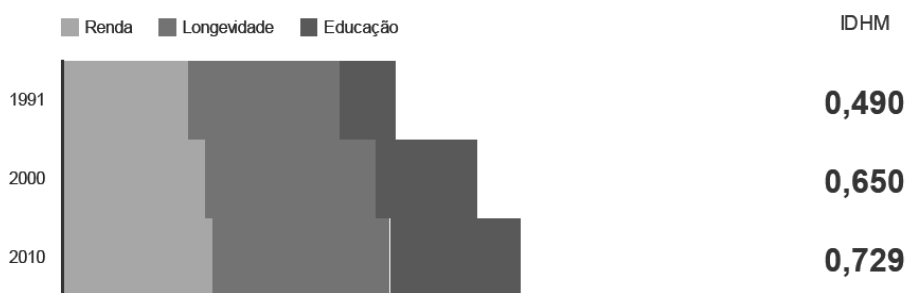


Gráfico 3 - IDHM de Patrocínio – MG.

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano, 2013.

Considerando o aumento populacional nos últimos anos, visível no Gráfico 2, e ainda observando o aumento do IDHM, em especial no que tange à educação,

salienta-se no Gráfico 4 os percentuais do Fluxo Escolar⁹ em Patrocínio nos anos de 1991, 2000 e 2010.

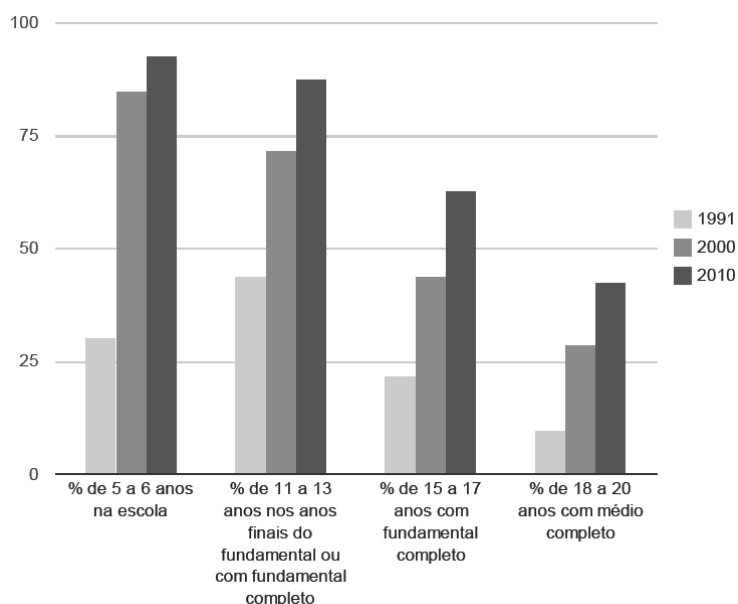


Gráfico 4 - Fluxo Escolar por Faixa Etária – Patrocínio/MG.

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano, 2013.

Observa-se no Gráfico 4 que os jovens entre 15 e 17 anos em sua maioria completaram o ensino fundamental; esse dado se justifica quando se percebe na mesma faixa etária um alto percentual ainda cursando o ensino fundamental, como mostra o Gráfico 5. Já na faixa etária entre 18 e 20 anos percebe-se no Gráfico 4 que menos da metade têm o ensino médio completo, já na faixa etária entre 18 e 24 anos é exposto no Gráfico 6 que apenas 14,09% destes estão cursando algum curso superior e um elevado percentual de jovens que não está estudando (73,37%).

Salienta-se que no município e na região existe uma grande oferta de Instituições de Ensino Superior, destacado no Quadro 5 e ainda uma quantidade significativa quanto à diversidade de cursos técnico e superior, como já mencionado anteriormente. Como não há nos dados disponíveis o percentual de jovens na faixa etária que engloba os jovens até 24 anos que já tenham ensino superior completo, não se sabe ao certo se esses jovens pararam de estudar antes de completar o ensino superior ou ainda um curso técnico.

⁹ O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/

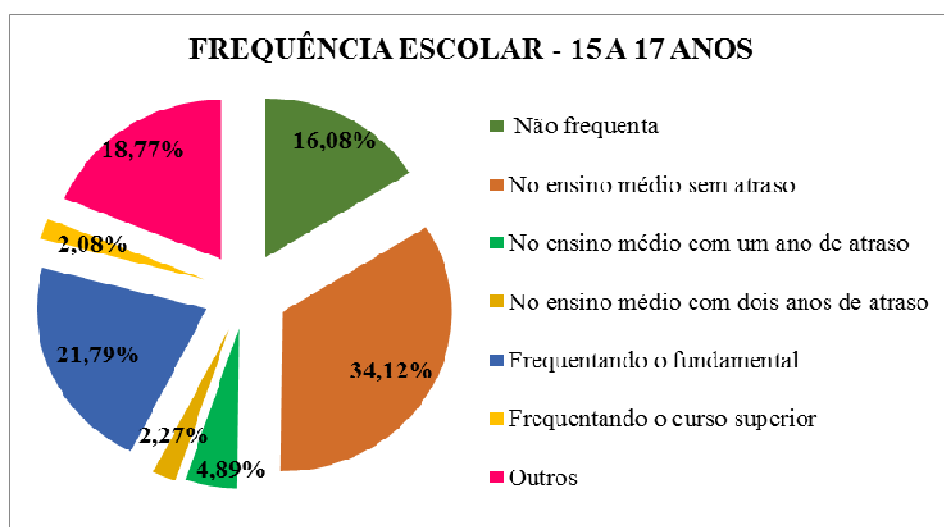


Gráfico 5 - Frequência escolar de 15 a 17 anos – Patrocínio/MG – 2010
 Fonte: Atlas de desenvolvimento humano, 2013.

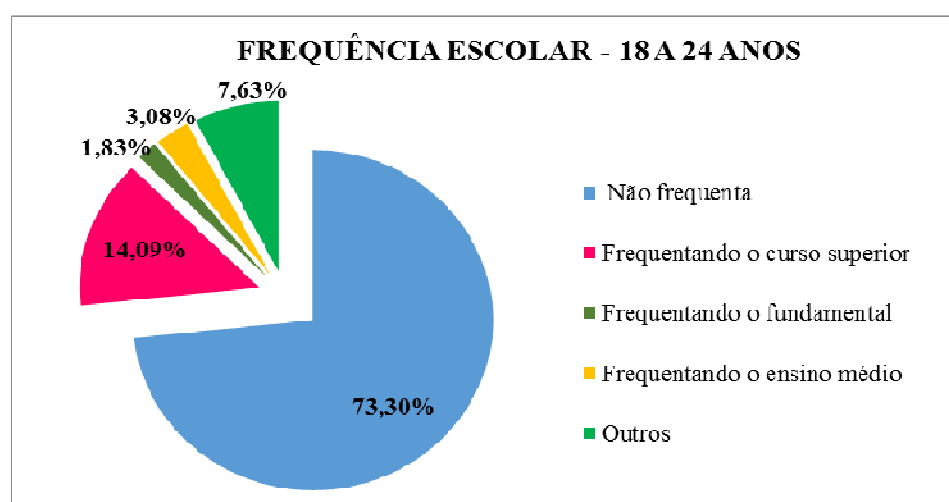


Gráfico 6 - Frequência escolar de 18 a 24 anos – Patrocínio/MG – 2010
 Fonte: Atlas de desenvolvimento humano, 2013.

Economicamente o município baseia-se na agricultura e o cultivo que se destaca neste ramo é o café. O município é grande produtor ainda de milho, soja, feijão, algodão, arroz, batata inglesa, banana, mandioca, cana-de-açúcar, frutas e hortifrutigranjeiros, que são comercializados no abastecimento do CEASA (Centrais Estaduais de Abastecimento) de Uberlândia e ainda em São Paulo, Paraná, Manaus e Rio de Janeiro. Destaca-se que Patrocínio é a segunda bacia leiteira do Estado de Minas Gerais, concentrando a maior produção entre os associados da Cooperativa Agropecuária de Patrocínio - COOPA. Aqui se menciona ainda a Associação dos

Suinocultores do Triângulo e Alto Paranaíba, responsável pelo projeto “Merenda Forte” que, abrangendo mais de seis municípios da região, inclui carne suína na merenda escolar. Ainda são presentes no município associações como a Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado – Expocaccer e Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio – Acarpa (COOPA, 2014).

Como pode ser observado no Gráfico 7, a produção de café no município de Patrocínio acompanha a mesma importância na microrregião, na mesoregião do Triângulo e também no Estado. No período apresentado a produção de café no município cresceu de 36.936 para 60.228 toneladas. Ainda é perceptível no Gráfico 8 a importância da produção leiteira na região pesquisada. Em Patrocínio, a produção de leite no período de 2003 – 2007 foi de 76.753.000 para 80.185.00 litros. Salienta-se tanto no Gráfico 7 como no Gráfico 8 que ambas as produções foram crescentes nos anos apresentados.

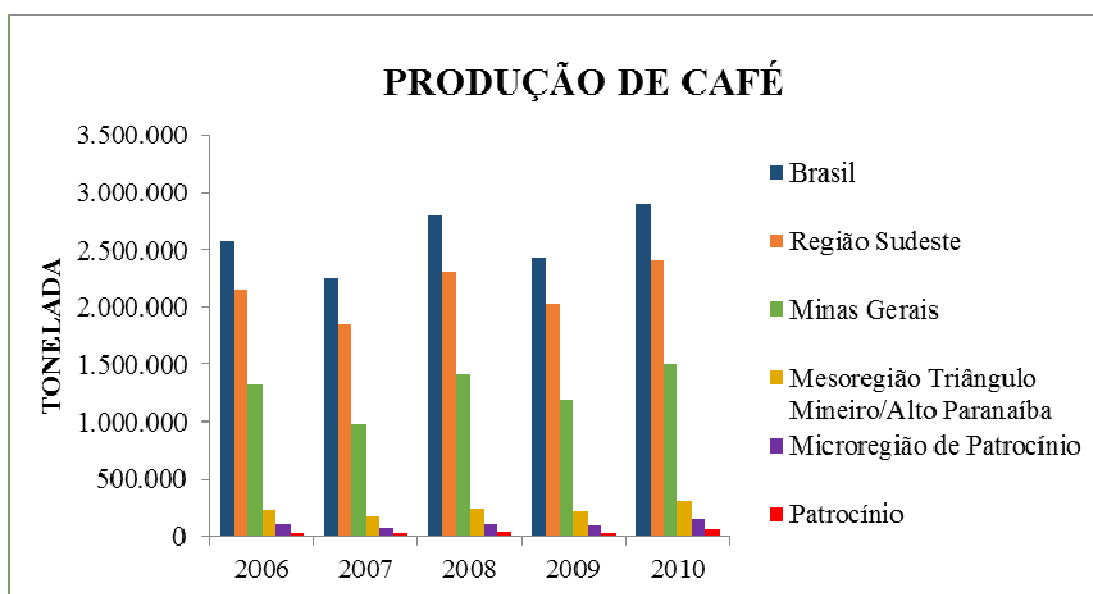


Gráfico 7 - Produção de Café, 2006 -2010.

Fonte: Ipea data, dados IBGE. Elaborado pela autora.

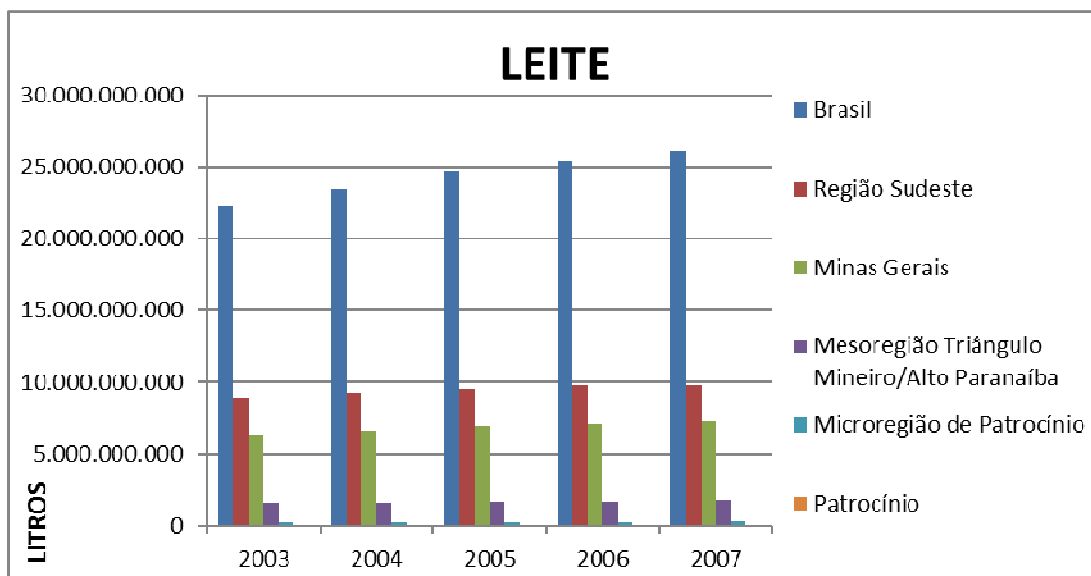


Gráfico 8 - Produção de Leite, 2003-2007.

Fonte: Ipeadata, dados IBGE. Elaborado pela autora.

O PIB do município de Patrocínio é destacado pelo setor terciário (serviços), porém assim como a região em que se localiza, apresenta uma expressiva participação do setor primário (agropecuária). Em contraste com o PIB de Minas Gerais e com o do país, percebe-se relevância do setor agropecuário no município que ultrapassa o setor industrial (Gráfico 9).

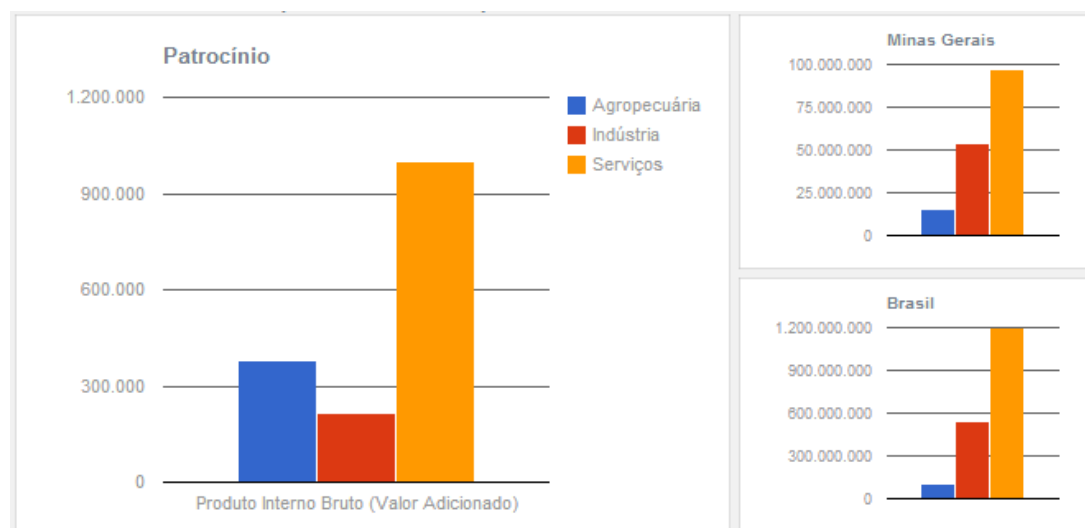


Gráfico 9 - PIB do município de Patrocínio/MG – Valor adicionado em R\$ 1.000,00 - 2010.

Fonte: IBGE cidades.

Embora o município apresente relevante participação de seu PIB no setor agropecuário, não é perceptível a mesma expressividade quando se trata de população economicamente ativa, residente do meio rural. Tal fato pode ser

observado desde os anos 1980 até 2000 (Gráfico 10) e pode ser justificado em parte pela redução da população rural apresentada no Gráfico 2, desde 1991 até 2010. Ainda pode-se atrelar tal fato ao aumento significativo do setor de serviços no município, como pode ser observado no Gráfico 11.

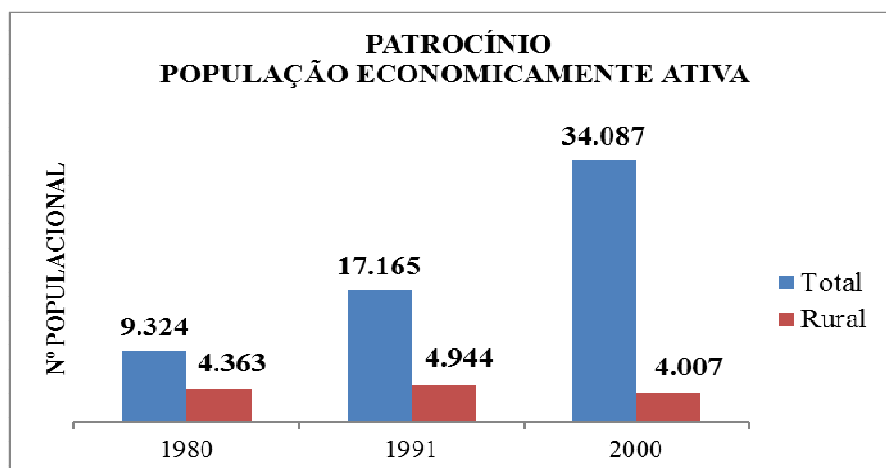


Gráfico 10 - População economicamente ativa do município de Patrocínio/MG.
Fonte: Ipea data, dados IBGE, 2013. Elaborado pela autora.

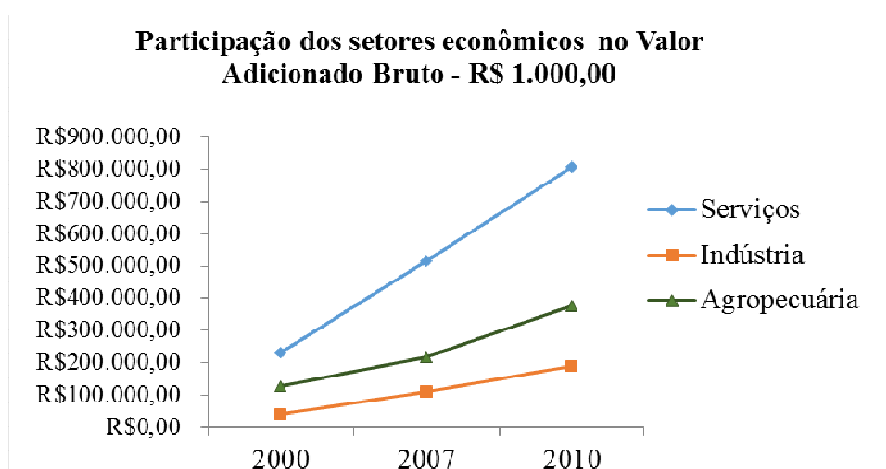


Gráfico 11 - Participação dos setores econômicos no Valor Adicionado Bruto – R\$1.000,00.
Fonte: Ipea data, dados IBGE, 2013. Elaborado pela autora.

Vale destacar que o município de Patrocínio, de acordo com dados do último CENSO agropecuário, apresenta o 3º maior PIB agropecuário da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Ainda, salienta-se que do total de municípios da microrregião de Patrocínio (11 municípios), 7 são pertencentes à área de atuação da COOPA.

3.3 A Cooperativa Agropecuária de Patrocínio – COOPA

O universo de investigação empírica é constituído pela Cooperativa Agropecuária de Patrocínio – COOPA, localizada na mesorregião do Triângulo Mineiro, com sua sede em Patrocínio/MG. A COOPA em 2013 tinha 2.898 associados e aproximadamente 350 colaboradores contratados. Além de referência na região em que atua, é também uma das três cooperativas associadas da Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. (CEMIL). Este empreendimento vem tendo destaque no Movimento Cooperativista Mineiro por sua atuação, principalmente pela organização do quadro de associados e sua preocupação com os jovens ligados a ela.

A COOPA, segundo o capítulo II, art. 2º de seu estatuto “com base na cooperação recíproca a que se obrigam seus cooperados, tem por objetivo promover e estimular o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas de caráter comuns” (ESTATUTO DA COOPA, 2013, p. 6). Dessa forma, a Cooperativa apresenta como Missão “promover e apoiar o desenvolvimento sustentável dos produtores rurais associados, oferecendo tecnologia, serviços e condições adequadas à melhoria de sua renda e qualidade de vida”. E seus valores são: “Ética, transparência, foco no associado participativo, união, democracia/participação, competência, sustentabilidade/solidez, qualidade, respeito ao Meio Ambiente, inovação e representatividade” (COOPA, 2014).

Cabe aqui mencionar como historicamente surgiu a COOPA. Com o intuito de melhorar os repasses de insumos e produtos agropecuários no município de Patrocínio, em 1961 um grupo de agricultores fundou a COOPA – Cooperativa Agropecuária de Patrocínio. Hoje a Cooperativa conta com quatro unidades físicas, estando elas nas cidades de Patrocínio (sede), Serra do Salitre, Coromandel e Ibiá. Sua área de atuação abrange 14 municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, conforme pode ser visualizado na Figura 5.

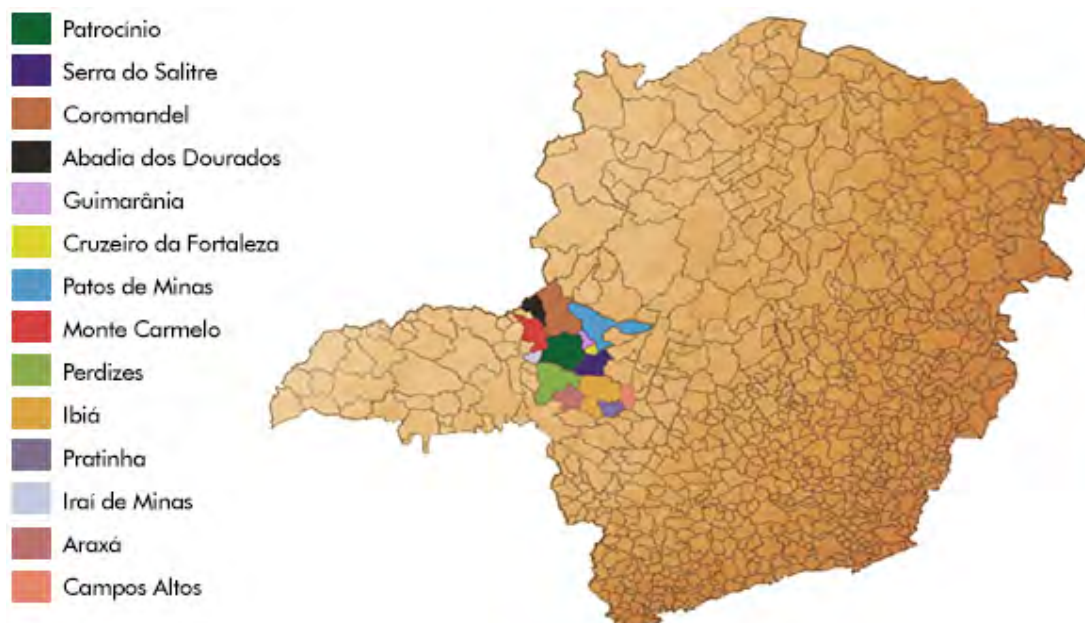


Figura 5 - Área de atuação da COOPA

Fonte: Material disponibilizado pela COOPA. Pesquisa documental, 2014.

A COOPA atua principalmente na atividade leiteira, prestando assistência técnica e fornecendo insumos e tudo aquilo que o associado precise para desenvolver sua produção. Porém, grande parte dos cooperados atua na atividade cafeeira, o que por sua vez, sendo uma necessidade do associado, é oferecido serviço de assistência técnica para essa atividade. É importante mencionar que o leite é entregue na cooperativa para que a mesma o comercialize, já o café é utilizado como moeda de troca na aquisição dos insumos para a produção. A cooperativa também possui unidades de supermercado (Figura 10), postos de combustíveis (Figura 11), loja agroveterinária (Figura 6) e lojas agrícolas (Figura 9), o que facilita a aquisição desses bens de consumo, pois a cooperativa facilita o crédito do associado, sendo realizadas as compras por meio de um cartão que desconta diretamente na conta do associado (a conta é vinculada à entrega do leite). Outras estruturas como armazém para grãos (Figura 7) e para laticínios (Figura 8) também são disponibilizadas para os associados.



Figura 6 - Loja Agroveterinária e Sede da COOPA.
Fonte: Material disponibilizado pela COOPA. Pesquisa documental, 2014.



Figura 7 - Armazém graneleiro da COOPA
Fonte: Material disponibilizado pela COOPA. Pesquisa documental, 2014.



Figura 8 - Laticínio da COOPA
Fonte: Material disponibilizado pela COOPA. Pesquisa documental, 2014.



Figura 9 - Loja Agrícola da COOPA, em Patrocínio.
Fonte: Material disponibilizado pela COOPA. Pesquisa documental, 2014.



Figura 10 - Supermercado da COOPA.

Fonte: Material disponibilizado pela COOPA. Pesquisa documental, 2014.



Figura 11 – Posto de combustível da COOPA.

Fonte: Material disponibilizado pela COOPA. Pesquisa documental, 2014.

A Organização do Quadro Social — OQS – da COOPA, de acordo com o capítulo XV de seu Estatuto, organiza-se a partir de Comunidades Cooperativas. Segundo o artigo 64:

A COOPA deverá fomentar a organização de Comunidades Cooperativistas, agrupando os associados em propriedades rurais que tenham localizações geográficas próximas, ou produto, ou tecnologia de produção semelhante, de modo a facilitar a sua melhor integração e participação na vida da cooperativa (ESTATUTO DA COOPA, 2013, p. 25).

A OQS, de acordo com Valadares (1995, p. 29) “inclui diversas práticas que têm por objetivo a formação de uma nova instância de exercício de poder nas cooperativas, além das instâncias usualmente encontradas”. Segundo Petarly (2013), nesses espaços se realizam capacitações como palestras técnicas ou dias de campo, que promovem melhorias nas técnicas de produção utilizadas pelos cooperados. Ainda segundo a autora “nas reuniões de OQS também são realizadas explicações e discussões sobre mercado agropecuário, preços, custos e requerimentos das cadeias produtivas, que possibilitam aos cooperados o entendimento de sua atividade produtiva também como um empreendimento econômico” (PETARLY, 2013, p. 40).

O formato de organização em Comunidades Cooperativistas iniciou-se na COOPA a partir dos debates que se tornaram presentes em 1993, junto às discussões em assembleia com representantes da OCEMG (Organização e Sindicato das Cooperativas do Estado de Minas Gerais) e conselheiros. Após esse momento de debates o modelo foi aprovado, pois seria um facilitador de divulgação do cooperativismo no meio rural, bem como representaria uma melhor integração e participação dos associados na vida da Cooperativa. Em 1998 o projeto foi concretizado por meio de sua inserção na reforma estatutária.

Hoje, cada comunidade promove reuniões a cada 60 dias, organizadas pelos próprios cooperados com o auxílio do colaborador designado para esta tarefa (Extensionista – agente de OQS). Ainda se encontra sempre presente nessas reuniões algum membro da diretoria da Cooperativa. O tema das reuniões é escolhido pela própria comunidade em reuniões anteriores, dois temas são fixos e acontecem todo ano, sendo eles: Pré-assembleia (início do ano) e palestra sobre a qualidade do leite. As demais temáticas variam, em especial quanto à produção predominante da região onde a comunidade está inserida. Quanto ao local das reuniões, cabe destacar que algumas são realizadas em centros comunitários e ainda nas casas dos cooperados, sendo este último local fator de maior participação, como salientado por um dos entrevistados.

Atualmente são 21 comunidades, distribuídas entre os seis municípios da OQS da COOPA, sendo elas: em Patrocínio (Barra do Salitre, Boa Vista, Boqueirão, Divisa, Lajinha, Macaúbas de Baixo, Macaúbas de Cima, Mata da Bananeira, Mata do Silvano, Pirapitinga, Santa Luzia dos Barros, Santo Antônio da Lagoa Seca, Santo Antônio do Quebranzol e Suinocultores); em Guimarães (Capoeirinha e Papagaios); em Coromandel (Coromandel, urbana, e Santa Rosa); em Serra do Salitre (Serra do Salitre, urbana); em Cruzeiro da Fortaleza (Cruzeiro da Fortaleza, rural/urbana); e em Ibiá: (Ibiá, urbana).

Segundo dados fornecidos pelo setor de marketing da cooperativa, tem-se verificado um crescimento na realização das reuniões nas Comunidades Cooperativistas da COOPA nos últimos anos. Em 2010 foram realizadas 105 reuniões, em 2011 um total de 110, no ano de 2012 realizaram-se 113 reuniões e em 2013 esse número subiu para 134. No Gráfico 12 observa-se a participação nas reuniões realizadas no ano de 2013, que apresentaram uma média geral de 158 participantes em reuniões durante o ano. Salienta-se que do número de pessoas presentes, são contabilizados não apenas os associados, mas também filhos, cônjuges, técnicos de campo, entre outros, o que torna esse número não proporcional ao número total de associados. Considera-se a participação em reuniões bastante baixa, pois não chega à 5% em relação ao total de associados, em especial, por ser uma cooperativa com a OQS presente nas comunidades dos associados.

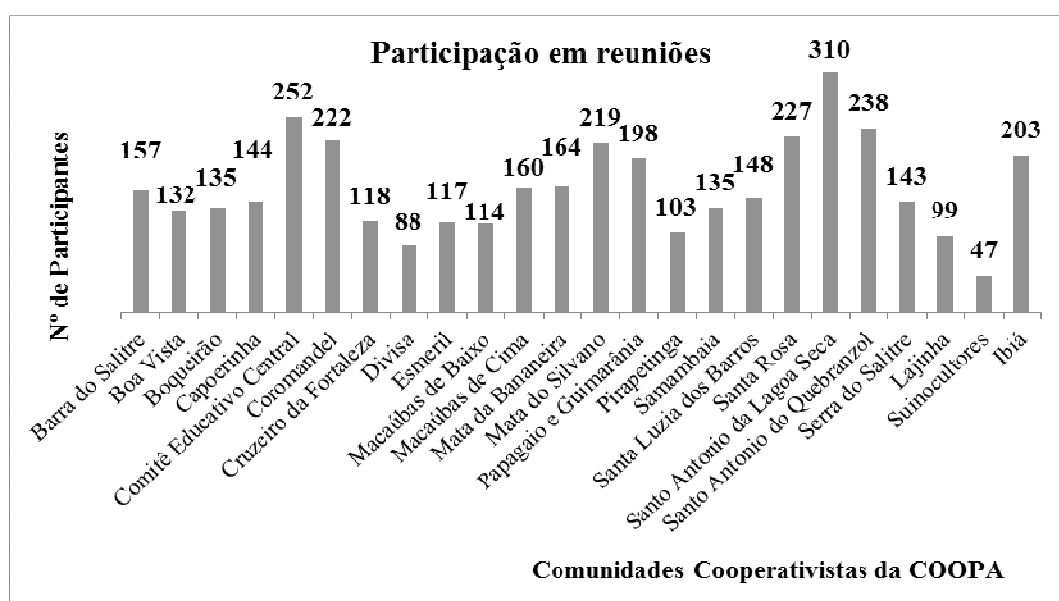


Gráfico 12 - Participação em reuniões nas Comunidades Cooperativistas da COOPA em 2013.
 Fonte: dados disponibilizados pela COOPA. Pesquisa documental, 2014.

Sobre o funcionamento das comunidades, em cada uma são eleitos entre seus membros um coordenador e um secretário, para que então funcione o Comitê Central Educativo, órgão que tem função de assessoria educacional, conscientização e desenvolvimento dos cooperados como usuário e dono da cooperativa. O Comitê Central Educativo é um órgão assessor do Conselho de Administração e seu funcionamento é acompanhado pela diretoria executiva com o auxílio do coordenador desses Comitês. Além dos Comitês, as Comunidades Cooperativistas são facilitadoras da realização das Assembleias. Desde 2002 a COOPA realiza pré-assembleias nessas Comunidades que objetivam a apresentação prévia aos associados dos resultados e ações desenvolvidas durante o ano; além disso, são discutidos os planos e metas para os anos seguintes. Após a realização de todas as pré-assembleias nas Comunidades é realizada a Assembleia Geral Ordinária.

Além das Comunidades Cooperativistas, a COOPA conta com um Núcleo de Mulheres, como indicado no capítulo XV, artigo 73 de seu Estatuto: “A COOPA deverá fomentar a organização dos grupos de interesses da família cooperativista, organizando Núcleo de Mulheres Cooperativistas, de modo a facilitar a sua melhor integração e participação na vida da cooperativa” (ESTATUTO DA COOPA, p. 27). O Núcleo de Mulheres da COOPA é formado pela Associação de Mulheres Cooperativistas da COOPA – AMACOPA. A associação é composta por mulheres associadas da Cooperativa e mulheres das famílias de cooperados. O objetivo principal dos encontros realizados por elas é promover espaços onde possam expressar suas opiniões e pensamentos, fomentando ainda a integração da família cooperativista nas atividades da Cooperativa. Uma das principais atividades do grupo é a organização e elaboração de Pratos Típicos durante a FENICOOPA – Feira de Negócios e Integração da COOPA. Realizam frequentemente feiras artesanais que auxiliam na renda familiar. As atividades da AMACOPA tiveram início em 2002 após um encontro promovido pelo SESCOOP/MG – II Encontro Estadual das Mulheres Cooperativistas de Minas Gerais. Em 2011 o grupo foi convidado pela OCEMG – Organização e Sindicato das Cooperativas de Minas Gerais – para apresentar durante o Encontro Estadual o sucesso de suas ações e em 2012 foi publicado o livro de receitas do Festival de Pratos Típicos Quitandas da Fazenda.

Há ainda o Núcleo de Jovens Cooperativistas que será explicado ao final deste capítulo. Para a caracterização da COOPA é importante apresentá-la em alguns

números, como por exemplo a evolução do quadro de associados. Segue no Gráfico 13 a evolução do número de cooperados desde 2006 até 2013.

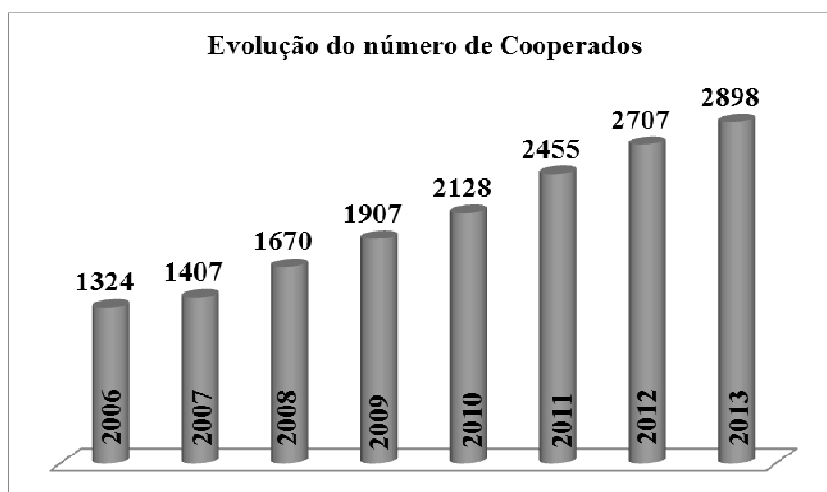


Gráfico 13 - Evolução do número de cooperados da COOPA, 2006-2013.
Fonte: Dados disponibilizados pela COOPA. Pesquisa documental, 2014.

Salienta-se que em 2013 a COOPA, em volume de negócios, obteve um crescimento de 23,73% em relação a 2012. Diretamente ao produtor, era pago R\$ 0,847 por litro de leite em 2012, já em 2013 o litro de leite passou para R\$ 1,0467. A COOPA cresceu 300,13% nos últimos 5 anos no volume de suas operações (RELATÓRIO DE ATIVIDADES COOPA, 2013, p. 11). Em 2013 o índice de endividamento bancário foi de 5,38%; no mesmo ano o repasse aos cooperados cresceu 24,01% e ainda em 2013 houve um crescimento de 23,73% nas receitas da Cooperativa. Quanto à participação, “em 2013, houve um aumento de 13,64% na participação dos cooperados e familiares nas comunidades” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES COOPA, 2013, p. 13).

No Quadro 6 pode-se visualizar nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 o número total de cooperados, colaboradores (funcionários) e ainda a média de cooperados por colaborador. De acordo com o Relatório de 2013, “a COOPA procura manter a estabilidade na relação cooperado/colaborador, garantindo uma qualidade de atendimento, sem perder o foco em eficiência” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES COOPA, 2013, p. 17). Observa-se que há um crescimento proporcional entre o número de cooperados pelo número de colaboradores da cooperativa, o que pode ser justificado pelo aumento da área de abrangência da COOPA nos últimos anos, que exigiu abertura de novos supermercados, postos de

combustíveis e lojas agropecuárias, bem como a necessidade do aumento de oferta de assistência técnica como será percebido no Quadro 6.

Ano	2010	2011	2012	2013	Orçado 2014
Número de Cooperados	2.128	2.455	2.707	2.898	3.098
Número de Colaboradores	239	318	358	396	446
Número de Cooperados por Colaboradores	8,90	7,72	7,56	7,32	6,95

Quadro 6 - Número de cooperados por colaborador.

Fonte: Relatório de atividades COOPA, 2013, p. 17.

Observa-se no Quadro 7 o número de cooperados, o número de técnicos¹⁰ e ainda a média de cooperados por técnico de campo. Considera-se o índice como excelente, tendo até 80 produtores por técnico de campo. A COOPA tem foco especial na Assistência Técnica, pois considera que por meio do crescimento do cooperado a cooperativa apresentará melhores resultados podendo atingir suas metas empresariais e sociais.

Apoio Técnico – A COOPA sempre teve como princípio oferecer assistência aos cooperados. Nos últimos anos, com o crescimento de seu quadro social, o número de técnicos foi ampliado para 51 técnicos que estão à disposição dos associados. Para 2014, a proposta é que 60 técnicos estejam em campo (RELATÓRIO DE ATIVIDADES COOPA, 2013, p. 13).

Ano	2010	2011	2012	2013	Orçado 2014
Número de Cooperados	2.128	2.455	2.707	2.898	3.098
Número de Técnicos no Campo (Com Educampo)	29	39	46	51	60
Número de Cooperados por Técnico de Campo	78,81	62,95	58,84	56,82	51,63

Quadro 7 - Número de cooperados por número de técnicos de campo.

Fonte: Relatório de atividades COOPA, 2013, p. 17.

É fundamental que os produtores rurais tenham acompanhamento especializado no que tange à produção, pois eficiência produtiva gera rentabilidade e torna a produção mais eficiente. Além de essa ser uma necessidade do cooperado, para a cooperativa é primordial, pois de forma geral, aquilo que seus associados produzem passará pela comercialização dela, sendo assim qualidade é imprescindível.

¹⁰ Técnicos (extensionistas) – profissional com formação em cursos como: Agronomia, Veterinária e Zootecnia, que tem por objetivo prestar assistência técnica para os cooperados. Salienta-se que na COOPA com o cargo de extensionista têm-se duas profissionais com formação em Gestão de Cooperativas – vinculadas ao setor de marketing e responsáveis pela OQS.

De acordo com o Relatório de Atividades COOPA (2013), a Cooperativa implantou a Loja Agrícola com ênfase em máquinas agrícolas, pois esta era uma necessidade dos cooperados. Ao contrastar com o mercado regional, “a COOPA tem os melhores preços médios na área de sua atuação [leite], muito em função da nossa Cooperativa Central – CEMIL, que tem tido uma política de preços iguais ou, acima dos concorrentes, assim, a COOPA tem condições de pagar bons preços ao seu cooperado” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES COOPA, 2013, p. 10).

No que tange à Assistência técnica, a COOPA conta com o Projeto EDUCAMPO, que nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás é desenvolvido em parceria com o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – e outros parceiros. Basicamente o projeto se propõe a utilizar um modelo de assistência técnica que une a forma tradicional com o complemento da gestão de negócios, com o objetivo de ampliar a capacidade gerencial do produtor rural. Atualmente na COOPA há seis grupos do EDUCAMPO Café e outros cinco de EDUCAMPO Leite; há que se mencionar que o número de cooperados participantes de cada grupo não foi informado pela cooperativa.

Na esfera social, a COOPA tem participado desde 2009 do “Dia C” – Dia de Cooperar, um Projeto elaborado pela OCEMG/SESCOOP-MG, que visa desenvolver atividades locais que priorizem o trabalho voluntário e possam fomentar a cooperação e a solidariedade. Em parceria com outras cooperativas do município e juntamente com entidades educacionais, hospitais e órgãos públicos, foram desenvolvidas iniciativas com esse propósito. No ano de 2009 a ação foi em prol do Meio Ambiente; houve plantio de árvores com intuito de recuperação de uma nascente que abastece a cidade de Patrocínio e pretendeu-se sensibilizar a comunidade sobre a importância dessas áreas para a melhoria da qualidade de vida.

Ainda com o foco ambiental, em 2010 a ação foi voltada ao recolhimento de óleo vegetal (óleo de cozinha) já usado, que era trocado por um litro de leite da COOPA. Nessa atividade objetivou-se instruir a população acerca do correto descarte do produto e ainda informar sobre opções de reaproveitamento do óleo de cozinha. Já no ano de 2011 foi realizada a “Cavalgada pela Vida”, que visou a arrecadação de recursos financeiros para o Hospital do Câncer Dr. José Figueiredo. Essa ação estendeu-se pelos municípios de Patrocínio, Serra do Salitre, Iraí de Minas, Monte Carmelo, Guimarães, Cruzeiro da Fortaleza, Coromandel e Ibiá. Para o “Dia C” no ano de 2012, que foi o Ano Internacional das Cooperativas, instituído pela

Organização das Nações Unidas – ONU, o slogan que norteou a ação foi “Cooperativas constroem um mundo melhor”. No ano de 2013 a ação desenvolvida foi com o slogan “Pedalar pela vida” que objetivava a sensibilização sobre a utilização do uso da bicicleta e a promoção de bem-estar físico.

Para finalizar a caracterização da COOPA, destaca-se o Núcleo de Jovens Cooperativistas, que de acordo com o capítulo XV, artigo 78 do Estatuto da Cooperativa, “a COOPA deverá fomentar a organização dos grupos de interesses da família cooperativista, organizando os Núcleos de Jovens Cooperativistas, de modo a facilitar a sua melhor integração e participação na vida da cooperativa” (ESTATUTO DA COOPA, 2013, p. 28). Neste mesmo capítulo do Estatuto, no artigo 79 é salientado o papel do Núcleo de Jovens da COOPA: “é objeto do Núcleo dos Jovens Cooperativistas representar os interesses dos jovens cooperativistas, desenvolver neles o espírito e o ideal cooperativista, apoiar as atividades da COOPA, estreitar os laços entre a mesma e a família dos associados” (ESTATUTO DA COOPA, p. 28). Sobre aqueles que podem participar do Núcleo, o artigo 80 esclarece que “poderão participar dos Núcleos de Jovens Cooperativistas as pessoas com idade mínima de 15 anos e máxima de 35 anos¹¹: 1 – Associados da COOPA; 2 – Filhos ou netos de associados; 3 – Funcionários da COOPA; 4 – Filhos ou netos de funcionários da COOPA” (ESTATUTO DA COOPA, 2013, p. 28). Complementando o artigo 80, o Parágrafo Primeiro informa que: “poderão participar dos Núcleos de Jovens Cooperativistas outras pessoas que se enquadrem nos seus objetivos mesmo quando não se enquadrem nas classificações do caput desse Artigo” (ESTATUTO DA COOPA, 2013, p. 29).

Nas oportunidades de encontro com esses jovens, um dos principais objetivos é abrir espaços de participação para que eles apresentem ideias e sugestões para buscar o crescimento e o desenvolvimento da Cooperativa. De forma geral, esses encontros, por meio de ambientes de reflexão, têm o intuito de formar as novas lideranças e os futuros associados. O COOPA Jovem, em 2008, estruturou e elaborou um regimento e estatuto próprios, sendo assim, elegeram as lideranças do grupo. Foi a partir de 2010 que esses jovens começaram a ganhar visibilidade a nível nacional dentro do Movimento Cooperativista, destacando-se aqui a participação do grupo no Encontro Estadual de Jovens Cooperativistas promovido pela OCEMG/SESCOOP.

¹¹ As Políticas Públicas no Brasil têm como recorte etário para a categoria juventude de 15 a 29 anos.

CAPÍTULO 4

OS PROCESSOS SUCESSÓRIOS NA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PATROCÍNIO - COOPA

Este capítulo apresenta a discussão dos resultados desta pesquisa, divididos em quatro partes. A primeira é focada em demonstrar a forma como a instituição percebe os processos sucessórios; a segunda parte se detém em entender o COOPAJOVEM a partir de seus integrantes, bem como mostrar suas percepções sobre a sucessão na COOPA e nas propriedades de seus pais; a terceira parte analisa o discurso dos cooperados (família cooperada) a respeito dos seus sucessores; por fim, apresenta-se o perfil dos jovens filhos de cooperados entrevistados e suas interpretações sobre os processos sucessórios.

4.1 Processos sucessórios: o olhar institucional

Não tem jeito de falarmos em sucessão rural, em cooperativas, se nós não tivermos o campo remunerando, para poder criar um ambiente com expectativas para nossos filhos (DIRETOR 1).

Ao consultar autores como Zylberstajn et al. (1996) e Rodrigues (2008), estes demonstram grande preocupação ao tratar da sucessão em organizações cooperativas, em especial no que tange os cargos de gerência, diretoria e ainda, envolvendo a reprodução social do movimento cooperativista como um todo. Diante disso, somada a questão sucessória nas unidades familiares de produção no meio rural, os dirigentes, os extensionistas (técnicos de campo e agentes de OQS), bem como o setor de Marketing e RH da COOPA, foram igualmente questionados sobre as ações que a cooperativa vêm desenvolvendo no intuito de auxiliar os processos sucessórios tanto dentro da instituição, quanto nas propriedades dos cooperados.

Ao analisar o perfil desses entrevistados, verificou-se que 5 são do sexo feminino e 8 do sexo masculino. Quanto ao tempo de trabalho na cooperativa a média ficou em 3,28 anos, sendo que variam entre 1 ano e 11 anos. Vale salientar que para os membros da diretoria foi considerado apenas o tempo destes no Conselho de administração e não o tempo de filiação na cooperativa. Referindo-se aos cargos

ocupados pelos entrevistados: 3 são da diretoria da cooperativa (diretores e superintendente); 3 dos setores administrativo e financeiro (RH e cadastro); 2 dos respondentes ocupam cargos de gestão (Assistência técnica e Marketing) e os demais 5 entrevistados ocupam cargos de técnicos de campo e agentes de OQS (formação em agronomia e gestão de cooperativas).

Duas principais questões foram apresentadas para os entrevistados quanto às ações desenvolvidas na COOPA vinculadas aos processos de sucessão, uma referindo-se à sucessão na cooperativa e outra sobre a sucessão nas propriedades familiares dos associados. Salienta-se que em ambas as perguntas os entrevistados, de forma geral, responderem-nas interligadas, por vezes com respostas que se complementavam. Abaixo seguem trechos das entrevistas:

Eu acho que uma das coisas são as bolsas, porque o auxílio educação é uma oportunidade, assim o menino tem condição de estudar e cria um vínculo com a cooperativa. Nas reuniões de comunidades, temos falado muito – só falado – a questão dos pais darem abertura, evoluírem tecnologicamente na propriedade. Só agora no último ano focamos com palestras nesse sentido. Antes era falado somente na diretoria. [...] Em função da COOPA ter tido uma rentabilidade legal, temos valorizado a cota do associado, então temos estimulado os pais a associarem os filhos quando eles completam 18 anos (DIRETOR 1).

Se fala a pouco tempo sobre sucessão, é um termo novo e estruturado. Mas nós estamos trabalhando dessa forma a muito tempo. Mas projeto específico para isso nós não temos (DIRETOR 2).

O COOPAJOVEM eu acho que é um programa interessante, tenta trazer esses jovens pra dentro da cooperativa, conhecer o modelo, chama atenção pra alguns eventos que eles gostam de participar, de certa forma mostrando pra eles a importância de ter uma cooperativa aqui na região e de eles fazerem parte da cooperativa. E acho que é interessante também o trabalho que a gente faz também no campo, eu pelo menos tento quando tá o filho junto, principalmente quando a gente vê que tem vontade de continuar na fazenda, hoje a gente vê que tem muitos que gostam de trator, dizem que vão ser agrônomo, veterinário, então tentar trazer esses jovens pra perto da gente também, mostrar pra eles o tanto que é importante eles continuarem na zona rural, na fazenda. Hoje na cidade é tudo muito caro, tem uns que acham que vão sair da fazenda e arrumar um emprego na cidade e ganhar rios de dinheiro, aí eu digo pra eles, que nem eu, eu sou valorizado e ganho até bem, mas o custo de vida aqui é muito alto. Lá eles têm condição de criar um porquinho, uma galinha né, e no final as vezes a renda é menor, mas o patrimônio que eles conseguem juntar é muito grande. E hoje em dia pra eles ficar tá mais fácil né, antigamente o serviço era muito braçal, muito bruto e hoje em dia

com a mecanização tem facilitado de mais. E tem também acesso às informações, internet, celular, computador, pode ter na fazenda a mesma coisa que os meninos tem aqui na cidade. Ó, que nem eu vejo aqui na região que eu tô andando, tem bastante filho entre uns 13 e 18 anos, que tão naquele momento mesmo de definição, que tem interesse em ficar. E vejo também muita gente de 25, 27 anos voltando, que nem, lá aonde você foi ontem [Comunidade Santo Antônio do Quebra Anzol] tem pelo menos uns 3 que o pai veio trabalhar na cidade e eles foram pra cuidar da fazenda. E tem jovens com 22, 23 anos começando a cuidar da fazenda. O que eu vejo é que eles conseguiram enxergar que lá é mais vantajoso pra eles. Quase todos eles hoje têm o celularzinho lá e mexem na internet com ele, agora essas torres que facilita o 3G, ajuda de mais. Eu vejo que eles olham previsão do tempo e o mais legal disso é que lá aonde eles tão eles acessam tudo. [E ainda] Eu acho que hoje a gente tem um projeto interessante que é a questão das bolsas, pros filhos de associados né, mas acho que a gente tem que criar ferramentas do tipo: tá você ganhou a bolsa, mas eu preciso de você aqui perto. Começar por aí né, acho que no próprio COOPAJOVEM a gente tem que começar a fazer alguns cursos ou uns eventos diferentes, pra tentar mostrar a importância da cooperativa pra eles. Esses que ganham bolsa e tão no COOPAJOVEM deveriam ser mais participativos e não são (EXTENSIONISTA 3).

Todos os entrevistados afirmaram não haver ações específicas para tal questão, fato que está de acordo com o encontrado nas pesquisas realizadas no sul do país (ROSA; SILVA, 2010; SPANEVELLO; DREBES; LAGO, 2011). Porém, todos indicaram o COOPAJOVEM como uma ação que aproxima os jovens da cooperativa e ainda mencionaram que esta pode ajudar a estimular o jovem a ficar no campo, mas a justificativa disso se dá para eles pelo jovem estar mais próximo da COOPA. Foi percebido por meio das falas dos entrevistados que no início das atividades do COOPAJOVEM, os jovens eram mais participativos e engajados, o que atualmente vem sendo menor. O fator desmotivador teria sido a troca de diretoria do grupo, o que por sua vez teria desestimulado a participação de um grupo que era coeso.

Como percebido no trecho acima do Extensionista 3 e nos relatos dos demais extensionistas entrevistados, eles se consideram ferramenta de estímulo para que o jovem rural, filho de associado da cooperativa, permaneça nas atividades já desenvolvidas pelos pais. Foi unânime nesse sentido a tentativa de mostrar o quanto o campo, juntamente com as atividades vinculadas ao agronegócio são rentáveis e menos penosas do que em épocas passadas. Os extensionistas, bem como os entrevistados em cargos de diretoria, deram ênfase às novas tecnologias, em especial ao maquinário que auxilia a vida do produtor rural. Ainda cabe mencionar que todos

os entrevistados consideram a cooperativa como um facilitador para a aquisição de tais implementos agrícolas/agropecuários.

Quando questionados sobre como a COOPA poderia aproximar o jovem filho de cooperado das atividades da cooperativa, destacam-se abaixo alguns trechos:

Não sei, nós já tentamos diversas coisas. Nós já criamos nosso grupo de jovens cooperativistas, mas ele em alguns momentos já teve uma ação maior, participação maior, nesse momento ele tá fraco. O que nós poderíamos fazer? Sei lá, trazer esse jovem aqui pra dentro mas trazer como? O COOPAJOVEM foi uma iniciativa da COOPA, não dos jovens. Hoje tem também um problema que ninguém tem tempo pra nada, então por exemplo: vamos fazer uma reunião de jovens, mas vou fazer que horas? Ah vou fazer isso de dia, de dia tem um monte de gente que trabalha e tal, tem alguns que tão lá no meio rural, tão trabalhando. Ah vou fazer de noite, mas de noite tem muitos que estudam. Ah vou fazer sábado, aí alguns viajam, sábado é cansativo... então essa questão do tempo, das prioridades, ela é um grande dificultador. E também talvez não se tenha conseguido encontrar algo que encantasse essa turma pra que participassem mais ativamente. Mas também a distância possa ser um dificultador dessa participação do jovem. Hoje a gente vê uma participação bem legal dos jovens com os pais nas reuniões, nos eventos e tal. O do COOPAJOVEM também tá lá, mas você vê mais jovens nos eventos com os pais e que não estão participando do COOPAJOVEM (DIRETOR 3).

Ações como a mencionada acima são similares às visualizadas nas pesquisas já mencionadas, onde os autores perceberam que as ações em geral aproximam os filhos dos cooperados à identidade da cooperativa. Isso contrasta com a característica do COOPAJOVEM, que tem baixa adesão por parte dos jovens envolvidos com o quadro social da cooperativa, fato esse não entendido globalmente pelos gestores. Ao ter contato com os materiais disponibilizados pela cooperativa observou-se que mais do que instigar os jovens a permanecerem no campo ou na atividade agropecuária, essa ação estimula formar lideranças para possíveis sucessores no quadro social e não sucessores nas unidades familiares. Assim, parece contraditória a relação dos objetivos do COOPAJOVEM, pois a instituição desconsidera, mesmo que de forma não intencional, que para ser um sucessor no quadro organizacional é necessário que este seja um cooperado, ou seja, um produtor rural.

A outra ação amplamente mencionada é a existência de bolsas de estudo, concedidas pela COOPA em parceria com a CEMIL e ainda com a Escola Agrotécnica do município de Patrocínio. As bolsas para o nível médio (técnico em agropecuária) são no total de 10 e sempre todas estão preenchidas. Já as bolsas para

nível superior são 50, das quais em nenhum ano se preencheu o total ofertado, justificado nas entrevistas, pelas exigências de acesso – tais como ser cooperado fidelizado da COOPA. O total de 60 bolsas são oferecidas anualmente, porém no ano de 2014 havia apenas um total de 87 bolsistas.

Para ter acesso à bolsa de estudo, não é necessário ser de filho/filha de cooperado, as bolsas são concedidas tanto para cooperados, como para esposas, filhos, sobrinhos, netos. Quanto aos requisitos específicos para ser contemplado não foi informado por nenhum entrevistado, muito menos havia material explicativo para tal. Vale mencionar que não existe especificação no que tange ao curso pleiteado para bolsa, apenas no caso do curso técnico (este sim vinculado às atividades desenvolvidas nas propriedades), porém em entrevista com a direção e ainda em momentos de conversas, foi dito que são priorizados cursos como Agronomia, Veterinária, Administração e Agronegócios.

Salienta-se que as bolsas estão presentes nas ações da cooperativa há pelo menos 20 anos. Segundo a diretoria, e de acordo com o setor de RH (setor responsável pela gestão do convênio), o bolsista recebe o valor de R\$ 350,00 mensais durante todo o período do curso, desde que tenha frequência e notas mínimas exigidas pelo convênio. Na pesquisa de Spanevello, Drebes e Lago (2011) também foi encontrada a existência de bolsas, porém nas cooperativas pesquisadas por eles, as bolsas representam uma ação recente e são todas para cursos vinculados às atividades agropecuárias. Cabe aqui colocar o exposto por uma das entrevistadas do setor responsável pela gestão das bolsas, pois esta, além de elucidar o objetivo desse convênio, esclarece também o intuito da outra ação mencionada como possível estimuladora para a permanência do jovem no campo.

O objetivo das bolsas é auxiliar o cooperado a qualificar profissionalmente seus filhos. Se for na linha que ele trabalha, do agronegócio, ótimo como a grande maioria é, mas também é aberta pra farmácia, engenharia, ele não tem realmente essa fidelização de ser do agronegócio, de sucessão. É um programa que auxilia o cooperado a profissionalizar os seus filhos. [...] Nós temos o COOPAJOVEM que é criado nessa linha, pra promover a sucessão dentro da cooperativa (RH 2).

A entrevistada salienta que a maioria dos cursos têm vínculo com as atividades do agronegócio, porém a cooperativa não tinha o registro completo da relação de cursos e também da relação de parentesco dos beneficiados para com os cooperados. Como observado na fala da entrevistada, ambas as ações não apresentam

de forma institucionalizada a intenção de promover a permanência dos jovens no campo ou gerar auxílio nos processos sucessórios da unidade de produção familiar. O que se observa no convênio das bolsas é uma ação mais voltada para o bem-estar e benefício dos cooperados e seus dependentes e no caso do COOPAJOVEM nota-se claramente, como já mencionado, uma ação direcionada para desenvolver o espírito de liderança nos jovens e ainda, aproximá-los da identidade da cooperativa.

Quando se questionou os entrevistados sobre o que a COOPA poderia fazer para incentivar os jovens a permanecerem no campo e na atividade agrícola, em grande parte das entrevistas foi percebido um silêncio acompanhado de uma fisionomia preocupada. A maioria respondeu que se soubessem a resposta, já estariam fazendo. Porém, foi unânime nas respostas os aspectos de infraestrutura e de se ter um “campo rentável”, o que remete ao que autores como Silvestro et al. (2001) e Abramoway (1998) concluem quando se trata da permanência dos jovens em atividades nas propriedades familiares. Para os autores, assim como para os entrevistados desta pesquisa, a falta de capital financeiro, a ausência de perspectivas na unidade familiar de produção e ainda as dificuldades de infraestrutura encontradas no meio rural são fatores desmotivadores para a permanência dos jovens no campo e nas atividades agrícolas.

Nas entrevistas foi absoluto o entendimento de que não se pode falar em sucessão rural, e menos ainda na sucessão de gestão nas cooperativas agropecuárias, se não houver neste meio um ambiente que possa gerar oportunidades futuras para os jovens. Nas falas dos entrevistados é presente o discurso de que o jovem de hoje, independentemente do local de moradia (rural ou urbano) é um jovem tecnologicamente inserido e interligado com o mundo. Dessa forma, é salientado que este necessita de tecnologia tratando-se, em especial, da atividade desempenhada na propriedade, o que se pode observar nos trechos abaixo apresentados:

Nossos filhos, jovens de hoje, são da era da tecnologia. Não adianta chegarmos lá na propriedade e o cara tá lá tirando leite na mão, sentando no barro, trabalhando na enxada, arado de boi, não adianta o filho não vai ficar lá. Porque hoje ele tá lá com o celular na mão falando com o mundo inteiro, o pai não sabe nem como liga o celular, mas o filho tá conectado. Ele precisa ter acesso a um trator, a uma ordenha mecânica, uma colheitadeira, como que ele vai aplicar o conhecimento dele? Os produtores que alertaram e andaram nas oportunidades do agronegócio nesses últimos 15-20 anos, tão fazendo com que os filhos voltem pras suas propriedades, e esse exemplo estamos vendo aqui na região, como

a meninada voltou pra roça. Temos vários filhos estudando na cidade, cursos de especialização, mas mora na roça. (DIRETOR 1).

Precisamos fazer com que o filho do cooperado participe da cooperativa, pra que ele perceba o valor do negócio. Na verdade, por muito tempo nós vimos o empresário rural, o produtor rural, como uma profissão de segunda categoria, o ideal era você ir pra cidade, arrumar um emprego na cidade. No meio rural você tem uma condição de trabalho, talvez dependendo da situação, mais sacrificante do que na cidade. Mas o cara muitas vezes deixava a empresa dele no meio rural, pra ir ser empregado no meio urbano, então eu acho que essa tem que ser uma das coisas que nós (cooperativa) temos que ajudar a mudar, essa visão, e eu acho que já tá mudando, mas seria ajudar a mudar essa visão do herdeiro/sucessor da atividade rural. Mostrar que ele tem uma empresa rural, que ele pode crescer como produtor rural. E nós podemos fazer isso trazendo ele pra participar do grupo de jovens pra ele começar a entender a cooperativa, incentivando ele a participar das palestras pra ele não só entender a cooperativa mas também a atividade, no sentido dele estar agregando tecnologia, conhecendo tecnologia. Pra que ele não faça como o avô dele, pra que ele introduza mais tecnologia, pra que ele agregue mais conhecimento, melhore a qualidade de vida e aumente a renda e tudo mais. [Ainda] Eu acho que a COOPA pode fazer sim, temos que fazer. Talvez desde a iniciação técnica, bolsas de estudos na área e tal, que se tenha um incentivo de continuar na atividade. Olha bem, qualquer um só vai ficar numa atividade qualquer se ele perceber que aquela atividade ela é compensadora – Ah vou ficar aqui e não vou ganhar dinheiro! – ninguém faz isso. Outra forma é nós conseguirmos levar tecnologia para o produtor rural de forma que ele tenha crescimento econômico, financeiro e também social e que o sucessor perceba isso, que na hora que ele percebe que esse negócio aqui é bom, que esse negócio aqui dá dinheiro, vai ajudar muito na hora dele decidir ficar. Claro que não é só isso que interfere, mas vai ajudar muito, porque na hora que ele tá lá na fazenda e vê que trabalha muito e tal, mas que vê que tá conseguindo ter uma vida financeira legal, uma condição social legal e na hora que ele compara isso na cidade, que pode não ter isso tudo, eu acho que é um incentivo. De qualquer forma acho que é levarmos tecnologia pro produtor e darmos condições pra ele, porque o sonho dele é ter crescimento (DIRETOR 3).

Sabe que isso é uma coisa interessante. Por exemplo o workshop da CEMIL esse ano foi uma palestra sobre sucessão rural e ele falou uma coisa que eu nunca tinha parado pra pensar, um dos primeiros “culpados” do jovem sair da zona rural, são os pais, eles dizem: ah tadinho do meu filho não vai ficar sofrendo aqui não, ele vai ir pra cidade pra estudar, vai lá pra ser médico, pra ser não sei o que e não sei o que. Já começa lá, alguns pais às vezes com a cabeça muito fechada, a gente tem muitos né, com a cabeça muito fechada, não querem desenvolvimento, então às vezes podia tá evoluindo, mas não deixa nem o filho participar, dizem assim: ah você não sabe de nada não menino. E ainda, não melhora as condições de trabalho, que eu acho que é aí o

principal. E nesse sentido a cooperativa ajuda muito, hoje tem a loja agrícola que já domina a cidade, tem todo um maquinário pra ajudar o produtor. Eu acho sim que a cooperativa tem que fazer um trabalho com os filhos, mas primeiro é com os pais. E na verdade o que pode manter o jovem na atividade e na propriedade é a tecnologia, porque ninguém quer ter que ficar no cabo da enxada, nem quer carregar peso, nem tirar leite na mão (EXTENSIONISTA 3).

Complementando essa visão, um membro da diretoria salientou que:

O homem do campo hoje não é mais aquele “cara” jeca tatu do Montero Lobato, ele é um cara muito mais consumidor do que qualquer outro urbano (DIRETOR 1).

Referindo-se ao mesmo questionamento, acerca do que se fazer para estimular o jovem a permanecer no campo e na atividade já desempenhada por seus pais, os dois entrevistados da diretoria responderam:

Eu não sei te falar, sabe porquê? Qual a dificuldade do jovem? Eu chamo o jovem pra cá, aí ele tá no segundo grau, e quando vê ele passa na faculdade lá longe, aí ele fica 4, 5 anos recebendo outro tipo de informação. A dificuldade é a continuidade. O negócio é trabalhar com o jovem que tá lá na roça, não esse que tá aqui na cidade, isso nós temos que conversar mais [dentro da COOPA]. Falta gente qualificada pra mexer com esse público, inclusive já pedi socorro pro pessoal da OCEMG. O pessoal vem da formação e cai na prática sem saber como funciona [referindo-se a formação superior ligada às cooperativas]. Tá faltando um upgrade na OQS, pois ela tem o poder de transformar o quadro social da cooperativa, eu sinto que a formação tá falha. E nós não estamos qualificados pra trabalhar com jovens. O jovem urbano tá intratável, já o da roça aquele que tá lá com o pai, se você fizer um trabalho legal você consegue fidelizar ele. Precisamos de uma atitude urgente para isso, mas eu não tenho a ferramenta e nem formação para criar isso hoje (DIRETOR 1).

Uma coisa que nós podemos fazer na prática é dar o exemplo, e tentar trabalhar o meio rural, se você ver, os professores do meio rural tão lá ávidos e não tem estrutura. A falta de experiência prática dos professores na faculdade atrapalha na formação dos alunos, eles chegam aqui sem ter noção do que acontece. [...] Os nossos técnicos poderiam ajudar os professores lá da escola rural a fazer uma horta orgânica, ensinar os meninos a cuidar do meio rural. [...] O conflito de geração entre nós aqui é pesado, entre eu e você nem se fala (DIRETOR 2).

As falas mostram que as condições tecnológicas do trabalho no campo não são atrativas para os jovens contemporâneos, por isso há uma desvalorização das atividades inclusive por parte dos pais, que incentivam a saída dos jovens. Essa seria

então, uma área importante na qual a COOPA poderia atuar. Visto o que foi dito até então, percebe-se relação com o que Memlak e Dewes (s.a.) concluem em sua pesquisa no extremo norte do Rio Grande do Sul, a cooperativa deveria adotar uma política de inclusão dos jovens com o intuito de prepará-los para uma possível sucessão nas propriedades, conseqüentemente no quadro organizacional e ainda na gestão das cooperativas. Da mesma forma, os resultados até então visualizados vão ao encontro dos resultados apresentados por Spanevello, Drebes e Lago (2011), em sua pesquisa realizada no Noroeste do mesmo estado, de que não é possível ainda a realização de ações mais específicas pela falta de pessoal qualificado para o desempenho destas.

Ao serem questionados sobre os principais problemas que poderiam estar afetando a juventude na região, de forma geral não foram mencionados problemas além da necessidade de terem de sair do meio rural para estudar na cidade, mais especificamente quando relacionado as más condições das estradas, pois dificulta em especial aqueles que residem no campo e necessitam realizar o deslocamento diário. Porém, houve uma colocação bastante relevante de um dos entrevistados sobre esse assunto, pois elucida um problema de saúde pública, além de expor a questão de falta de acesso à internet em algumas localidades:

Na nossa região nós temos um problema sério de entorpecente, qualquer comunidade pequenininha, arraiais, tem isso. Tem lugar que não pode passar a noite. Isso é um dos problemas mais sérios. A questão do não acesso a internet na fazenda é um problema, para ele ficar lá na roça. A oportunidade de conhecimento é ainda muito imitada. A questão cultural do pai de não ver nos filhos um sucessor e de não ver que pode crescer economicamente. Hoje com a falta de mão de obra o discurso mudou, agora eles querem que os filhos continuem no campo. Agora os pais também são mais novos, são aqueles que tão voltando, que provocaram o êxodo lá em 80. Alguns cooperados eram urbanos e voltaram pras fazendas que herdaram nos pais (DIRETOR 1).

Por fim, questionou-se sobre o papel da família na cooperativa e o que se destacou em totalidade das entrevistas foi a vinculação do termo família com os termos esposas/mulheres dos cooperados, que por vezes também são associadas. Abaixo são destacados trechos que além de confirmar tal dado, complementam o entendimento do papel desta instituição dentro da cooperativa.

Aqui na COOPA nós tentamos fazer uma assembleia separando o associado da família, para render mais, mas aí o associado não

queria entrar sem a esposa. A mulher tá sempre junto, os filhos estão juntos. Tem parquinho pra meninada, as mulheres levantam e falam. Hoje eu não vejo a mulher não participar junto nas reuniões (DIRETOR 1).

Eu acho que se não tiver família não tem COOPA né. Hoje a gente vê que a esposa toma mais conta da propriedade do que o próprio marido, eu vejo muitas esposas aí que administram a fazenda, com os filhos auxiliando. E o que eu acho é que as vezes a maior aliada pra uma mudança no pensamento é a esposa, ela é mais flexível (EXTENSIONISTA 3).

A mulher hoje ela já não é só uma dona de casa, ela é a dona do trator, a dona do curral, ela é uma produtora rural igual o marido. Isso dificulta ela de participar, porque ela tira leite de manhã, tira leite meio dia, tira leite de tarde. Além da questão cultural, do famoso a mulher ter dois empregos, durante o dia tá num e vai chegar de noite ela vai chegar em casa e vai ter que cuidar da casa e isso acontece também com a mulher produtora rural (DIRETOR 3).

Quando esta pergunta foi incluída no roteiro de entrevista, interpretou-se como o conjunto da esposa e prole, porém no decorrer das entrevistas as respostas haviam sido todas relacionadas com esse outro termo (esposa e/ou mulher). Vale destacar que o mesmo não ocorreu quando da entrevista com as Famílias cooperadas, o que será visível na terceira seção deste capítulo.

Nesta seção, o que se propôs, com a percepção institucional da cooperativa, foi mapear as ações que vêm sendo desenvolvidas com o intuito de auxiliar os processos de sucessão na COOPA, sendo elas, em especial, os processos vinculados às propriedades dos cooperados. Sendo assim, verificou-se a ausência dessas ações quando analisadas de forma institucionalizada na cooperativa. Porém, por meio das falas dos entrevistados e de suas vivências no dia-a-dia organizacional, puderam ser constatadas algumas ações que, segundo eles, podem auxiliar no processo sucessório, mesmo que de forma não plenamente satisfatória.

Evidencia-se que o programa de bolsas da COOPA, além de abranger não apenas os filhos dos cooperados e seus netos (sucessores diretos), não é um programa específico para custear formação nas áreas de abrangência dos negócios dos associados da cooperativa, embora, como mencionado nas entrevistas tenha uma tendência em priorizar essa demanda. O valor oferecido por vezes pode não ser suficiente para que o jovem, que ainda depende do sustento dos pais, consiga manter seus estudos, considerando ainda custos como: mensalidade, deslocamento e materiais necessários para complementar a formação.

Quanto ao COOPAJOVEM, o que se percebe é uma ação que foca em desenvolver lideranças cooperativistas, porém sem necessariamente que isso ocorra no quadro da cooperativa. Pode-se considerar esse grupo como uma ação de caráter mais social do que propriamente uma ação vinculada aos processos sucessórios, pois suas atividades têm o foco em desenvolver indivíduos mais coletivos, cooperativos e com responsabilidades sociais. Já a presença constante dos técnicos nas propriedades e ainda a participação dos mesmos nas reuniões de comunidades, dias de campo e palestras técnicas poderiam estimular o jovem no dia-a-dia das atividades, pois estes esforçam-se para demonstrar como o campo pode ser um local rentável para o agronegócio.

4.2 O COOPAJOVEM e os processos sucessórios

Nesta seção apresentam-se os dados oriundos dos questionários aplicados na reunião de Assembleia geral do COOPAJOVEM. Como apresentado na sessão que caracteriza a COOPA e ainda complementado por trechos de entrevistas dos representantes da cooperativa, o grupo objetiva desenvolver lideranças para futura sucessão no quadro social e ainda instigar o espírito cooperativista nos jovens. Dessa forma, além dos eventos realizados em conjunto com a COOPA, como por exemplo: a participação dos jovens na FENICOOPA, realização da Cavalgada, campanhas sociais, entre outros, anualmente é realizada a Assembleia Geral Ordinária específica para o COOPAJOVEM com o intuito de apresentar o que foi realizado no ano anterior, a realidade da Cooperativa e ainda traçar as metas para o ano seguinte.

Em 2015, a primeira reunião realizada, sendo esta a Assembleia, ocorreu no dia 7 fevereiro. Estiveram presentes 14 jovens (familiares de cooperados), 2 extensionistas (agentes de OQS), o presidente da COOPA e ainda duas pesquisadoras (a autora dessa dissertação e a outra, membro do Grupo de Pesquisa – Observatório da Juventude Rural). Inicialmente o presidente da cooperativa fez uma apresentação referente à situação atual da instituição, considerando em especial o balanço contábil do último ano (2014). Na sequência ele enfatizou a importância do agronegócio e da produção familiar para que a cooperativa seja forte e competitiva, levando mais tecnologia, informação e conforto para os cooperados e suas famílias. Finalizando, ele mencionou a importância dos presentes para que a reprodução do agronegócio se

dê, enfatizando a necessidade de que os filhos dos cooperados entendam o meio rural de uma forma rentável e que dessa forma traga qualidade de vida para seus futuros.

Em apresentação sobre o que é o COOPAJOVEM, as atividades desenvolvidas no ano anterior e ainda sugerindo plano para dar seguimento no ano corrente, o até então presidente do grupo fez referência à necessidade de se montar a nova chapa para sucessão da diretoria anterior. Porém, como salientado por ele e ainda pelo presidente da COOPA e pelas agentes de OQS, não haviam jovens suficientes interessados em assumir tal responsabilidade. O principal fator mencionado nesse momento foi a distância, pois os nomes sugeridos e que eram pessoas com interesse em participar de forma mais ativa do grupo, eram jovens que residem em municípios vizinhos, necessitando de deslocamento (em torno de uma hora para que estivessem presentes nas reuniões, necessitando dos pais para tal). Porém, como as reuniões têm sido realizadas em sábados, salienta-se que este costuma ser um dia que os jovens estão auxiliando os pais na propriedade. Referente a isso, vale considerar ainda que alguns estão em fase escolar, principalmente em curso superior, o que torna mais difícil o envolvimento com este compromisso.

Ao final das explicações todas as pessoas que estavam na reunião se apresentaram, mencionando nome, idade e comunidade de origem, momento que gerou descontração e possibilitou diálogo entre os presentes. Após esse momento, o presidente da COOPA se retirou da reunião, restando apenas os demais participantes. Nesse momento as agentes de OQS realizaram uma dinâmica de grupo que se desenrolou no decorrer da tarde. Houve momento de reflexão sobre o objetivo da dinâmica e todos foram bastante participativos. Depois da finalização foi permitido um momento para que os questionários fossem aplicados com todos os presentes – Figura 12.



Figura 12 - Assembleia Geral Ordinária do COOPAJOVEM

Fonte: Material disponibilizado pela COOPA. Pesquisa documental, 2015.

A idade dos participantes da reunião pode ser visualizada no Gráfico 14, a maioria com idades que variam entre 17 e 23 anos. Em relação ao gênero dos participantes, pouco menos da metade (42,85%) era do sexo feminino. Quanto ao local de moradia, observa-se no Gráfico 15 que metade declarou residir na cidade. Vale destacar que uma pequena parcela informou morar na cidade nos dias de semana e aos finais de semana “morar” na fazenda. O grau de parentesco dos jovens do COOPAJOVEM com os associados da Cooperativa varia entre filho, neto e sobrinho, como observado na Figura 13, sendo que apenas um dos jovens declarou ser cooperado, sendo ainda este, filho de cooperado. Salienta-se que todos os presentes na reunião são residentes do município de Patrocínio, onde localiza-se a sede da COOPA.

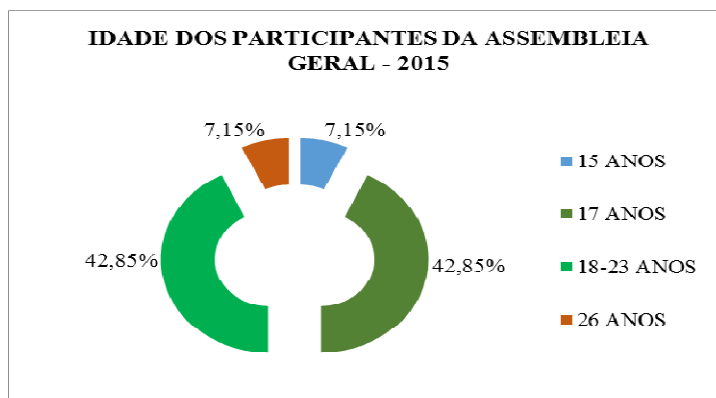


Gráfico 14 - Idade dos participantes da Assembleia Geral Ordinária do COOPAJOVEM.
 Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

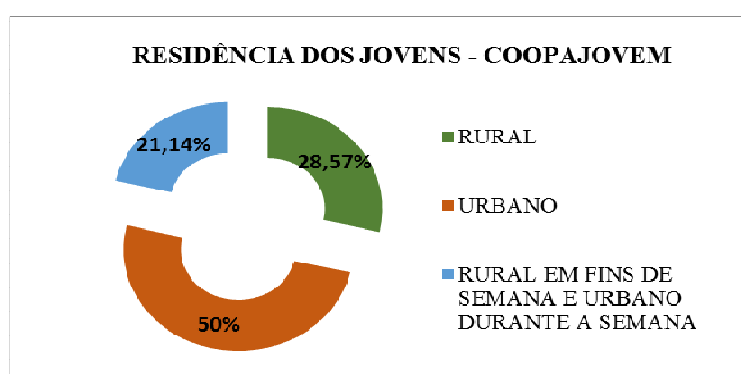


Gráfico 15 - Residência dos jovens participantes da Assembleia Geral Ordinária do COOPAJOVEM.
 Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

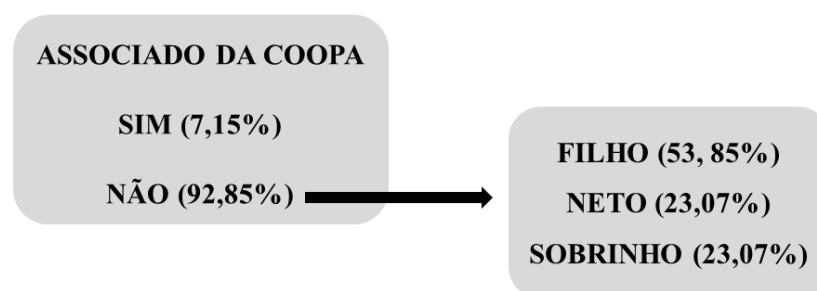


Figura 13 - Percentual de jovens participantes da Assembleia Geral Ordinária do COOPAJOVEM que são associados da COOPA.
 Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Relacionado à formação desses jovens, atualmente, como apresentado abaixo na Figura 14, 10 estão estudando, sendo 3 cursando o Ensino Médio, 1 frequentando o Técnico em Agropecuária e 6 estão em curso superior. No mesmo quadro observa-se os cursos superiores que estes últimos estão cursando. A maioria dos jovens respondentes realiza os estudos fora de Patrocínio, porém em municípios vizinhos.

Quando questionados sobre estarem atualmente trabalhando, a maioria (57,2%) respondeu de forma negativa; já para os demais que estão inseridos no mercado de trabalho, os locais mencionados são observados na Figura 15. Um dado que merece destaque é que apenas um dos jovens, com 18 anos e estudante de administração (em uma faculdade localizada no próprio município) já está atuando na parte administrativa da fazenda, juntamente com seu pai.

JOVENS ESTUDANDO NO MOMENTO DA PESQUISA	Nº DE RESPOSTAS
ENSINO MÉDIO	3
ENSINO TÉCNICO (AGROPECUÁRIA)	1
ENSINO SUPERIOR	6

ADMINISTRAÇÃO
ARQUITETURA E URBANISMO
MEDICINA VETERINÁRIA
PSICOLOGIA

Figura 14 - Jovens participantes da Assembleia Geral Ordinária do COOPAJOVEM que estavam estudando no momento da pesquisa e seus respectivos cursos.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

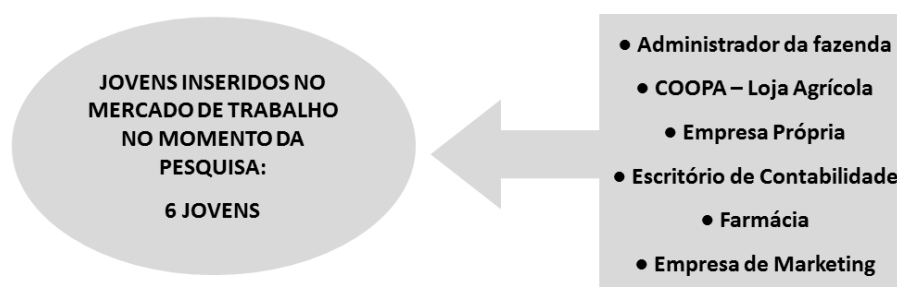


Figura 15 - Inserção no mercado de trabalho, jovens participantes da Assembleia Geral Ordinária do COOPAJOVEM.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Na visão dos jovens presentes na Assembleia, de forma geral o objetivo do grupo perpassa: a permanência dos jovens na produção e no meio rural, auxiliando o crescimento não só da Cooperativa, mas também dos próprios jovens, a participação na Cooperativa e principalmente ensinar sobre o cooperativismo. Observa-se abaixo,

as principais respostas quanto ao objetivo do COOPAJOVEM, na percepção dos participantes da reunião:

Fazer com que jovens permaneçam na produção do meio rural (COOPAJOVEM 2).

Trazer os jovens mais cedo para a cooperativa, conhecê-la melhor e praticar o cooperativismo (COOPAJOVEM 3).

Ajudar no crescimento não só da COOPA, mas dos jovens (COOPAJOVEM 5).

Na área agrícola e desenvolver os jovens a confiar em si mesmo sobre as suas decisões (COOPAJOVEM 6).

A participação dos jovens (COOPAJOVEM 7).

Integrar melhor, filhos e parentes de cooperados para uma interação sadia (COOPAJOVEM 8).

Incentivar jovens a acreditarem nos valores éticos de honestidade, responsabilidade social e preocupação com o próximo (COOPAJOVEM 9).

Envolver os jovens na agropecuária e ter um saber cooperativista (COOPAJOVEM 10).

Nos ensinar mais sobre o cooperativismo, visando levar para a família (COOPAJOVEM 11).

Entre os jovens, ao depararem-se com a questão sobre a participação nos processos de decisão na propriedade da família, apenas 2 deles afirmaram ter alguma participação, os demais declararam que não participam de nenhuma decisão na propriedade/negócios dos pais. Quando questionados se a família incentiva a permanência na propriedade familiar e ainda na atividade já desenvolvida por seus pais, menos da metade dos jovens disse receber esse tipo de incentivo. Já quando a pergunta foi em relação a esse mesmo incentivo por parte da COOPA, mais da metade dos respondentes respondeu de forma positiva, como observado no Quadro 8:

INCENTIVO PARA A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO/ATIVIDADE AGROPECUÁRIA	%
DA FAMÍLIA	42,8
DA COOPA	64,3

Quadro 8 - Incentivo para a permanência no campo e na atividade agropecuária (dos pais e da COOPA), jovens participantes da Assembleia Geral Ordinária do COOPAJOVEM.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Salienta-se, como exposto no Quadro 8, que os jovens apontaram um incentivo maior por parte da cooperativa quanto à permanência no meio rural e ainda na atividade agropecuária. Considerando que menos da metade desses jovens destacou um não incentivo dos pais, esse fato pode ser justificado porque 50% (Gráfico 15) dessas famílias residirem na zona urbana e ainda por 46,14% (Figura 13) dos jovens participantes do COOPAJOVEM não serem filhos de cooperados, não tendo envolvimento direto com as atividades em questão. Retoma-se também que os interesses profissionais dos jovens não estão vinculados ao meio rural. Porém, mesmo com tais considerações, quase metade dos pais incentivam seus filhos a permanecerem nas atividades desenvolvidas, o que coincide com as famílias que residem no meio rural, mesmo que parcialmente.

Dos jovens que mencionaram que seus pais incentivam para que permaneçam, as formas mencionadas foram: o incentivo a melhorias e o trabalho como um negócio próprio. Duas jovens afirmaram que os pais as incentivam, mas ambas salientaram que eles não as convencem, pois não há interesse por parte delas em desenvolver a mesma atividade mantida por seus pais.

Quanto à forma como a COOPA tem incentivado, destaca-se entre as respostas: palestras, reuniões, eventos e grupos e ainda, pelo fato de a COOPA disponibilizar técnicos de campo (extensionistas) para assistência técnica, bem como por salientar a importância de se “tocar” a propriedade, resposta que vem ao encontro com as falas dos entrevistados na seção anterior.

Sobre o que a COOPA poderia fazer para incentivar os jovens a permanecerem nas atividades já desenvolvidas pelos núcleos familiares, as respostas mais citadas foram:

Valorizar mais os produtores rurais (COOPAJOVEM 2).

Mostrar ao público jovem a importância da agropecuária no mundo (COOPAJOVEM 5).

Continuar mostrando a importância dessa atividade (COOPAJOVEM 8).

Fazendo palestras, pesquisas no campo e reuniões (COOPAJOVEM 9).

Valorizar financeiramente os produtores rurais (COOPAJOVEM 10).

Incentivando o campo (COOPAJOVEM 12).

Mostrar o quanto ela é rentável (COOPAJOVEM 13).

Palestras, cursos, divulgações de mercado (COOPAJOVEM 14).

Quando questionados sobre o que a COOPA poderia fazer para incentivar a participação dos jovens na Cooperativa, as respostas mais presentes foram:

Dando auxílio, bolsas, etc. (COOPAJOVEM 1).

Incentivar mais o COOPAJOVEM (COOPAJOVEM 2).

Coisas mais animadas (COOPAJOVEM 3).

Renovar, fazer coisas mais produtivas e jovens (COOPAJOVEM 4).

Alertar sobre as oportunidades que já são dadas aos jovens (COOPAJOVEM 5).

Interagir jovem ao meio ambiente (COOPAJOVEM 6).

Dando auxílio, incentivo por meio de bolsas de estudo (mais), etc. (COOPAJOVEM 7).

De certa forma já incentiva através do COOPAJOVEM (COOPAJOVEM 8).

Nos ajudando a buscar mais o cooperativismo (COOPAJOVEM 12).

Divulgar e incentivar as pessoas (COOPAJOVEM 13).

Ao citarem problemas que interferem na articulação entre a juventude e a Cooperativa, os jovens elencaram o desinteresse juvenil, a falta de compromisso, maturidade, desmotivação e preguiça. Dois jovens relacionaram os problemas com o êxodo rural, distância de centros urbanos e desvalorização das mercadorias rurais.

Em uma questão que os indagava sobre a participação no COOPAJOVEM, destaca-se que apenas dois participam desde o início das atividades do grupo, dois foram pela primeira vez e os demais variam entre 1 e 4 anos de participação, assim como pode ser visualizado no Quadro 9. Portanto, observa-se que além do número de participantes ser baixo, considerando um universo de 2.898 associados em 2013, ao somar tais dados aos relatos dos entrevistados da cooperativa, percebe-se que os participantes têm alta rotatividade, o que compromete o andamento das atividades.

TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO COOPAJOVEM	Nº DE RESPOSTAS
1 ANO	2
3 ANOS	1
4 ANOS	3
7 ANOS	2
PRIMEIRA VEZ	2
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	4

Quadro 9 - Tempo de participação no COOPAJOVEM, jovens participantes da Assembleia Geral Ordinária do COOPAJOVEM.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Quanto as principais motivações mencionadas por esses jovens, observa-se nos fragmentos abaixo, a diversidade de tais respostas, embora a maioria esteja vinculada às questões cooperativistas.

Me interessa os princípios do cooperativismo (COOPAJOVEM 4).

Porque acho legal (COOPAJOVEM 5).

Participo por promover a integração do jovem com a cooperativa (COOPAJOVEM 7).

Porque acredito ser um grupo de grande capacidade (COOPAJOVEM 8).

Por diferenciar dos demais tipos de sociedade, ao mesmo tempo uma associação de pessoas e negócios (COOPAJOVEM 9).

Para aprender a ser cooperativista (COOPAJOVEM 11).

Por fim, os jovens ao responderem se têm a intenção em permanecer no meio rural e também nas atividades desenvolvidas na unidade familiar, cinco declararam não gostar de atividades agropecuárias e apenas uma demonstrou interesse em

manter a propriedade familiar no futuro para usufruí-la como um local de lazer. Porém, de um total de quatorze jovens, oito demonstraram gosto por permanecer tanto na propriedade da família quanto em dar continuidade nas atividades já desenvolvidas na unidade familiar. As principais motivações para tal intenção variam: não perder as “raízes”, por ser vocação, por ser uma atividade rentável e ainda por ser tradição familiar.

Porém, dos jovens já inseridos no mercado de trabalho, apenas um está na propriedade da família e outra na loja agropecuária da COOPA, os outros quatro estão desenvolvendo atividades que não têm vínculo com o espaço rural. Dos que já terminaram o ensino médio e ainda estão estudando (7 jovens), um está cursando técnico em agropecuária. Dos que estão no curso superior, um cursa Medicina Veterinária e dois Administração, destes um é o jovem que já assumiu, junto de seu pai, a administração da propriedade e o outro trabalha em um escritório de contabilidade. Ou seja, mesmo que pouco mais da metade dos jovens do grupo tenha demonstrado intenção em permanecer nas atividades da família, destaca-se que além de três jovens que estão estudando cursos que tenham relação com as atividades da propriedade, outros três jovens estão cursando o ensino médio e não decidiram qual profissão seguir e ainda quatro jovens estão em idade de decisão de futuro no que tange à profissão.

Nessa seção destacou-se que o COOPAJOVEM, no seu atual momento, é caracterizado como um grupo em que parte de seus membros não apresenta vínculo de possível herança (direta) da terra com os cooperados da COOPA. Isso se observa naqueles que são, por exemplo, sobrinhos dos cooperados. Quando se pensa nos jovens do grupo, netos de cooperados, pode-se pensar que esses sejam possíveis sucessores, caso tenham interesse em permanecer na atividade, porém isso não foi perceptível no caso dos que estavam presentes na reunião, pois aqueles que declararam interesse na permanência, em maioria não são filhos de cooperados.

Como mencionado ao iniciar essa seção, o COOPAJOVEM é um grupo que teve seu surgimento por iniciativa da cooperativa e esse pode ser um fator importante ao analisar a baixa adesão por parte dos jovens. Como exposto por Redin (2012) ao estudar a Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre – AJURITI, esta foi uma necessidade percebida pelos jovens deste município gaúcho, sendo apoiada por órgãos governamentais após a mobilização juvenil. No caso desta associação, os jovens eram todos rurais, trabalhadores das propriedades familiares e a necessidade

da associação surgiu para suprir demandas além do trabalho, em especial o lazer, diferentemente do caso aqui apresentado.

4.3. A sucessão familiar sob as lentes dos cooperados

Nessa seção da dissertação enfatiza-se a percepção dos cooperados em relação à sucessão familiar nas unidades familiares de produção, bem como a sucessão no quadro da cooperativa. Serão apresentados ainda suas opiniões acerca das ações que a cooperativa desenvolve que possam estar vinculadas a essa questão, como também o papel da cooperativa no dia-a-dia dos associados e de sua família. As respostas apareceram como “Família cooperada”, pois no momento das entrevistas sempre estavam presentes o cooperado e a esposa, que ainda por vezes também era cooperada. Ambos participaram na elaboração das respostas, porém algumas apresentaram a referência de sexo (F – feminino ou ainda M – masculino) pois em determinados momentos as opiniões eram divergentes, ou chamaram a atenção da pesquisadora no momento da análise justamente pela divisão de gênero.

A faixa etária dos respondentes varia entre 27 e 79 anos, salienta-se tal amplitude, em decorrência da opção em entrevistar os cooperados que estivessem disponíveis tanto em suas propriedades no momento da visita técnica (Figura 20), na realização das reuniões das Comunidades Cooperativistas – pré-assembleia de 2015 (Figuras 16, 17 e 18) e ainda no Dia de Campo (Figura 19).



**Figura 16 - Reunião Pré-assembleia na Comunidade Cooperativista Lagoa Seca.
Fonte: Material disponibilizado pela COOPA. Pesquisa documental, 2015.**



**Figura 17 - Reunião Pré-assembleia na Comunidade Cooperativista Coromandel.
Fonte: Material disponibilizado pela COOPA. Pesquisa documental, 2015.**



Figura 18 - Reunião Pré-assembleia na Comunidade Cooperativista Macaúbas de Cima.
Fonte: Material disponibilizado pela COOPA. Pesquisa documental, 2015.



Figura 19 - Dia de campo na Comunidade Cooperativista Serra do Salitre.
Fonte: Material disponibilizado pela COOPA. Pesquisa documental, 2015.



Figura 20 - Propriedade de Família cooperada da COOPA.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Verifica-se no Quadro 10 que a grande maioria (68,29%) dos entrevistados são adultos com idade entre 40 e 59 anos. Nesta faixa etária apenas uma Família cooperada não possui filhos.

IDADE	Nº DE ENTREVISTADOS
27 – 29	3
40 – 49	16
50 – 59	12
60 – 69	5
70 – 79	5

Quadro 10 - Idade dos cooperados entrevistados, COOPA.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Em relação à quantidade de núcleos familiares entrevistados, é perceptível um número expressivo na reunião do grupo AMACOOA (Figura 21), pois no momento da reunião foi possível realizar entrevista com quase totalidade dos presentes.



Figura 21 - Reunião do Grupo de mulheres – AMACOOA.
Fonte: Material disponibilizado pela COOPA. Pesquisa documental, 2015.

Na sequência, com maior número de entrevistas com grupo familiar, visualiza-se no Gráfico 16 a Comunidade Cooperativista Lagoa Seca. Vale destacar que como já apresentado no Gráfico 12 (seção 3.3), esta é a comunidade que apresenta maior participação dos cooperados.

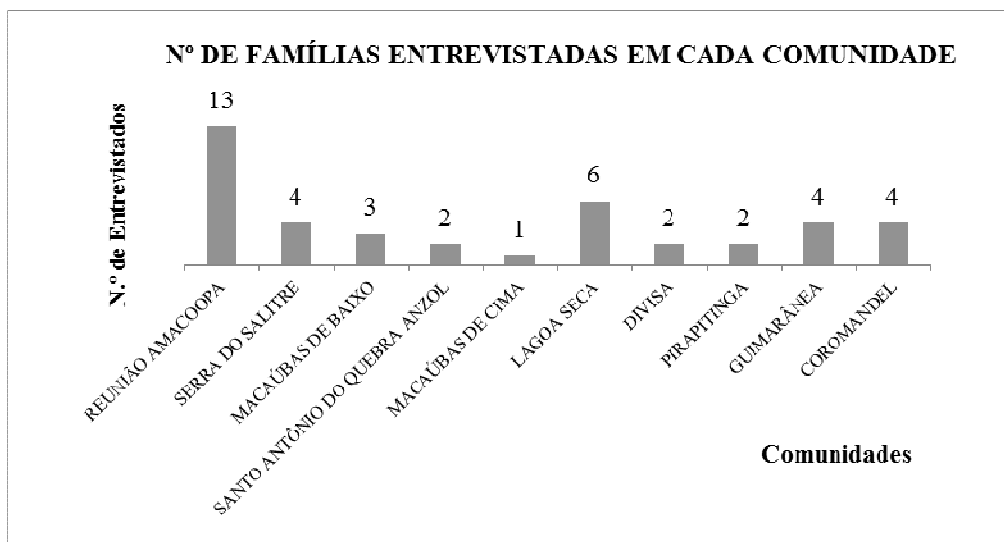


Gráfico 16 - Comunidades de residência das famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Em reuniões de Comunidades Cooperativistas foram ainda realizadas entrevistas nas localidades de Coromandel e Macaúbas de Cima – nesta última

comunidade houve apenas um respondente, pois em função das condições climáticas os presentes não puderam dispor de tempo para realizar a entrevista. Em momento de agrupamento dos cooperados, foram realizadas entrevistas com Famílias cooperadas na Comunidade Serra do Salitre. Ainda, foram realizadas 15 entrevistas em oportunidades de visitas técnicas nas propriedades. Vale destacar que destas, 4 foram com famílias da Comunidade Lagoa Seca.

Ao visualizar o Gráfico 17, percebe-se um grande número de Famílias cooperadas constituídas entre 2 e 5 pessoas, no caso, esse é o número de pessoas que moram na residência. Salienta-se que das famílias compostas por 2 indivíduos, apenas 3 não possuem filhos e as que possuem 3 pessoas residentes na propriedade, apenas 1 tem um único filho, ou seja, os demais filhos residem ou em outras propriedades ou ainda migraram para a cidade. O que se observa em relação à quantidade de filhos é que a maioria (68,41%) dos respondentes possui entre 2 e 3 filhos, conforme o Gráfico 17. Cabe aqui destacar que em 32 famílias cooperadas, pelo menos um filho reside na propriedade, ainda, apenas 12,19% não possuem herdeiros, o que por sua vez demonstra que os demais possuem possíveis sucessores para a unidade familiar, considerando apenas o fato de se ter um herdeiro direto.

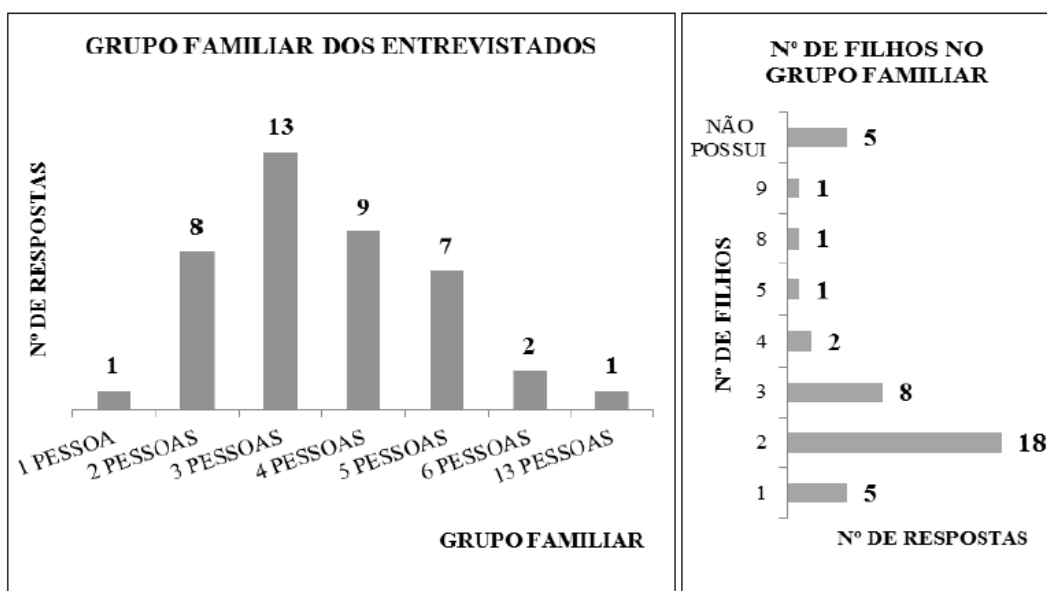


Gráfico 17 - Grupo familiar e número de filhos das famílias cooperadas entrevistadas, COOPA. Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Abaixo, no Quadro 11, são apresentados o número de filhos de cada Família cooperada separadas por faixas etárias. Salienta-se que entre 16 e 20 anos – momento em que os jovens tendem a decidir suas profissões e projetos futuros – e ainda a faixa etária entre 21 e 29 anos – momento em que os jovens estão em finalização do curso superior e iniciando a concretização dos projetos anteriormente traçados – é onde concentra-se o maior número de filhos. Tal fato revela que quase metade (46,73%) das Famílias cooperadas entrevistadas têm filhos em faixas etárias de possíveis processos sucessórios.

IDADE DOS FILHOS	Nº DE FILHOS
ATÉ 1 ANO	1
2 – 9	3
10 – 15	11
16 – 20	17
21 – 29	26
ACIMA DE 30	34
NÃO RESPONDEU	1
NÃO SE APLICA	5

Quadro 11 - Idade dos filhos das famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Relacionado ao tempo de associação das famílias à COOPA, é perceptível que grande parte (58,53%) se concentra entre 4 e 8 anos – Quadro 12 –, já a média ficou em 5,16 anos. Destaca-se que o tempo de associação da maioria dos entrevistados encontra-se no novo formato do Quadro Social, e são sócios que desde sua associação já recebem assistência técnica entre outros benefícios da cooperativa. Vale ressaltar que 7 respondentes não souberam informar a quanto tempo a família havia se tornado cooperada e ainda se observa famílias pertencentes ao Quadro Social da cooperativa há mais de 9 anos.

ANOS	Nº DE RESPOSTAS
1	2
2	1
3	3
4	4
5	2
6	5
7	5
8	4
9	1
10	2
15	3
20	2
NÃO RESPONDEU	7

Quadro 12 - Tempo de associação na cooperativa, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Quanto à situação da propriedade familiar, foi percebido que quase totalidade (40 Famílias cooperadas – 97,56%) dos respondentes afirma que a propriedade pertence à família. Salienta-se que dessas famílias, 7 declararam arrendar parte da propriedade de seus familiares. Com relação ao tamanho da propriedade, observa-se no Gráfico 18 um número expressivo de propriedades de Famílias cooperadas que possui entre 21 – 40 hectares, representando 46,34%. Vale destacar que a Família cooperada que possui mais de 300 hectares está localizada na Comunidade Cooperativista do município de Coromandel; este por sua vez caracteriza-se por ter propriedades maiores e produtores de maior renda em relação aos municípios vizinhos, conforme informado pelos extensionistas.

Tradando-se do tipo de mão-de-obra na propriedade, é visível no Gráfico 18 que a maioria afirmou ser exclusivamente familiar, logo na sequência aparece a opção de predominantemente familiar e apenas 12,2% das unidades familiares de produção responderam que em suas propriedades a mão-de-obra é predominantemente contratada, fato que está atrelado ao tamanho das propriedades, pois 14,64% possuem extensões de terra acima de 100 hectares. Vale aqui mencionar que das Famílias cooperadas que possuem entre 100 e 200 hectares, apenas uma declarou possuir mão-de-obra exclusivamente familiar.

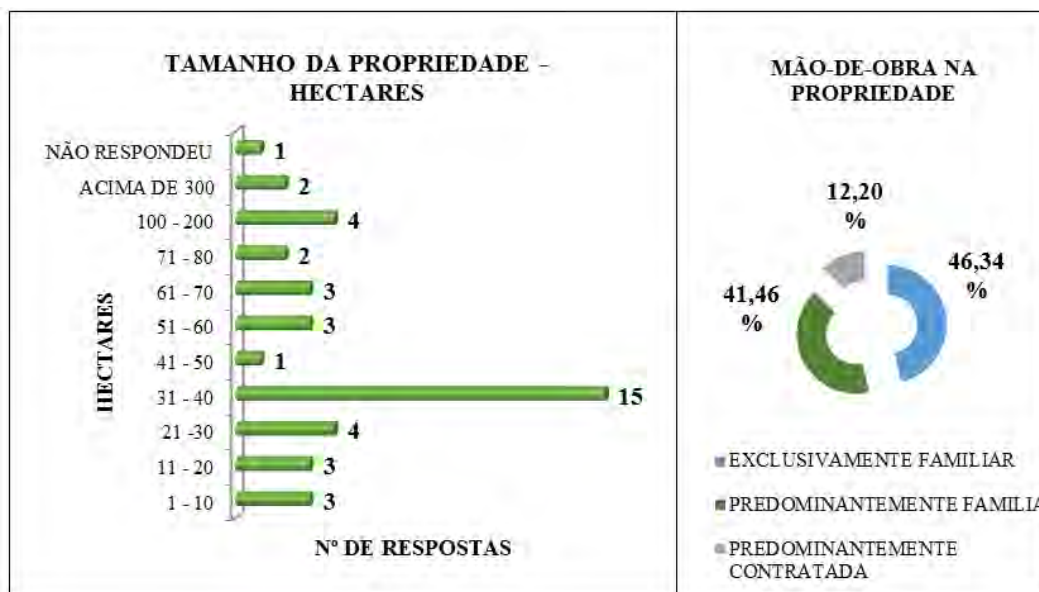


Gráfico 18 - Tamanho da propriedade e mão-de-obra, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Quanto à atividade principal na unidade familiar, percebe-se que a maioria das Famílias cooperadas (56,09%) responderam ser o leite, seguidas da produção de leite e café e por fim, a de café. Como pode ser observado no Gráfico 19, apenas 6 propriedades afirmaram não produzir leite. Vale mencionar ainda, que as propriedades que apresentam lavoura branca e pecuária de corte são aquelas de maior extensão de terra.

Como atividade secundária, observa-se no Quadro 13 que um número expressivo (41,46%) de Famílias cooperadas destacou o cultivo do milho. Aqui, torna-se necessário explicar que houve grande parte dos entrevistados que não respondeu essa pergunta, pois consideravam não haver atividade produtiva secundária, porém o que se observou foi que para estes o milho é considerado como produção atrelada ao leite, pois é utilizado para produção de silagem.

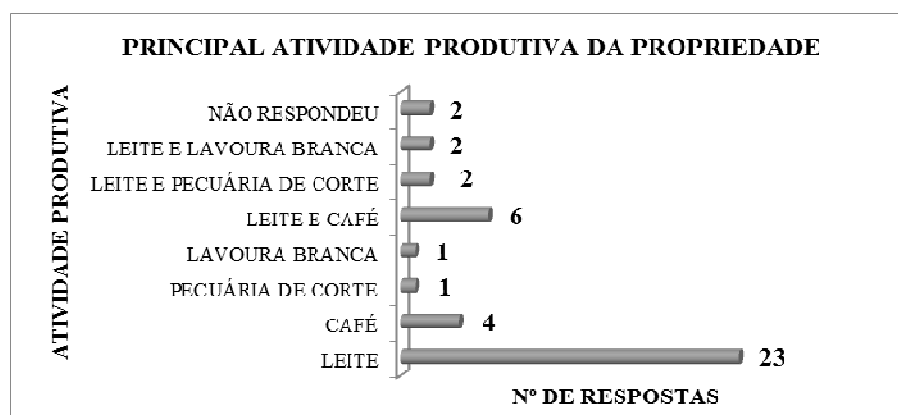


Gráfico 19 - Principal atividade produtiva, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.
 Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

ATIVIDADES PRODUTIVAS SECUNDÁRIAS DA PROPRIEDADE	Nº DE RESPOSTAS
MILHO	17
MILHO E CAFÉ	3
CAFÉ	2
CAFÉ E LAVOURA BRANCA	2
MANGA	1
LEITE	1
FUMO	1
NÃO RESPONDEU	14

Quadro 13 - Atividades produtivas secundárias, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.
 Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Com relação à produção, foi perguntado aos entrevistados, quanto da produção da unidade familiar era comercializado por meio da COOPA. Como exposto do Gráfico 20, pouco mais da metade das Famílias cooperadas declarou que 100% do que produzem é escoado via cooperativa. Em relação à troca, foi mencionada por apenas 9,75%, porém cabe destacar que todos os cooperados que produzem café, mesmo que como atividade secundária, utilizam desse mecanismo para aquisição de insumos.

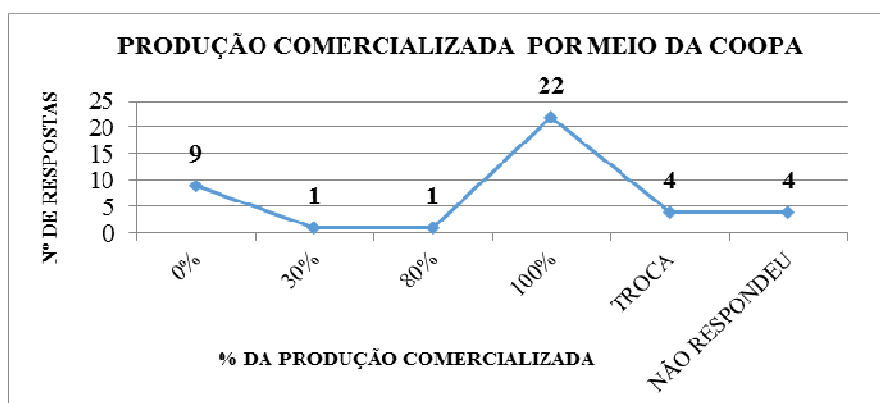


Gráfico 20 - Produção comercializada por meio da cooperativa, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

As Famílias cooperadas foram questionadas sobre os benefícios em ser associadas da COOPA, apenas um respondeu de forma negativa. Dos que afirmaram haver benefícios, apenas 6 não os citaram, para os demais (34 Famílias cooperadas) as respostas sobre quais seriam as vantagens em ser associado foram sintetizadas abaixo, no Quadro 14:

BENEFÍCIOS	Nº DE VEZES CITADO
COMPRAS (MERCADO, POSTO, FARMÁCIA)	20
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	19
PRAZOS DE COMPRA/PAGAMENTO	10
PRODUTOS/INSUMOS	10
PALESTRAS/CURSOS	9
FINANCIAMENTOS	7
PREÇO	5
VENDA DA PRODUÇÃO/SEGURANÇA DE MERCADO	5
COMODIDADE	3
TROCAS (CAFÉ)	3
NOVAS TECNOLOGIAS	2
AGREGAÇÃO DE VALOR AO PROCESSO	1
BOLSA DE ESTUDOS (FILHOS)	1
NEGOCIAÇÃO EM GRUPO	1
PLANO DE SAÚDE	1
SOCIALIZAÇÃO	1

Quadro 14 - Benefícios em ser associado da cooperativa, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Como observado no Quadro 14, os benefícios mais mencionados encontram-se no acesso à bens de consumo, tais como aqueles adquiridos no supermercado, farmácia e posto de combustível da COOPA, e ainda com grande expressividade os insumos fornecidos pela loja agropecuária. Salienta-se que em segundo lugar destacou-se a assistência técnica fornecida pela cooperativa, além das palestras e cursos que em sua maioria ocorrem nas reuniões das Comunidades Cooperativistas. Foram selecionados ainda, trechos das entrevistas que elucidam os benefícios mencionados pelos entrevistados:

Encontro lá produtos de qualidade e com preço bom e também tem tudo que eu preciso na propriedade (Família cooperada 8).

Com ou sem dinheiro se compra (Família cooperada 27).

As compras, máquinas, tudo sem burocracia. Ah, a assistência dos veterinários e agrônomos né, isso que segura nós na cooperativa, não o preço do leite (Família cooperada 18).

Tem a assistência técnica e as compras também, só não compra o que não acha lá (Família cooperada 18).

A abrangência de benefícios vislumbrados pelos cooperados está além do que basicamente o ramo agropecuário se propõe, como apresentado no Quadro 3, pois no caso da COOPA, a cooperativa não se limita apenas em atender a comercialização da produção e assistência técnica, mas tenta suprir outras necessidades de seu Quadro Social. Tal postura corrobora com o que Presno Amodeo (1999) infere ao afirmar o papel das cooperativas como atreladas às necessidades dos cooperados, sendo estas vinculadas também ao bem-estar.

Ainda, observa-se no Quadro 14 que apenas 3 famílias entendem como benefícios da cooperativa a possibilidade de acesso a novas tecnologias e a agregação de valor ao processo produtivo. Salienta-se que os próprios dirigentes da cooperativa ressaltaram que o jovem necessita de avanços tecnológicos na propriedade para permanecer na atividade. Para tanto, é importante inferir que investimentos no que tange à assistência vinculada ao acesso tecnológico pode ser um motivador de permanência juvenil no campo.

Ao serem questionadas se a COOPA incentiva a permanência do jovem no campo e ainda na produtividade agropecuária, 36 Famílias cooperadas responderam de forma positiva, 3 disseram que não e 2 não responderam à questão. Para aqueles que responderam positivamente, foi perguntado como a cooperativa tem feito isso,

para tanto as respostas foram variadas e organizadas abaixo, no Quadro 15. Destacou-se o COOPAJOVEM, representando 29%, pois vale mencionar que apenas 31 Famílias cooperadas responderam como isso vem ocorrendo. De forma equilibrada, aparecem as palestras técnicas/dias de campo e os encontros/reuniões/atividades e ainda com o mesmo número de citações as bolsas de estudo, que na ótica das famílias é um benefício apenas para os jovens (filhos de cooperados), em contradição com o que foi exposto pela instituição.

TIPOS DE INCENTIVOS	Nº DE VEZES CITADOS
COOPAJOVEM	9
PALESTRAS TÉCNICAS/ DIAS DE CAMPO	6
ENCONTROS/REUNIÕES/ATIVIDADES	6
BOLSAS DE ESTUDO (FILHOS)	6
ORIENTAÇÃO PARA OS JOVENS	4
FORMAÇÃO/INFORMAÇÃO	3
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	3
RÁDIO	1

Quadro 15 - Incentivos da Cooperativa para a permanência dos jovens no campo e na atividade agropecuária, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Com relação às respostas positivas desta questão, podem ser observadas nos trechos abaixo algumas formas percebidas pelas Famílias cooperadas que possam estar estimulando os jovens, filhos de cooperados a permanecerem no campo e nas atividades desenvolvidas pela família. A Família cooperada 26 menciona algo que não aparece nas demais entrevistas, pois salienta a valorização por parte da COOPA dos filhos de cooperados que estão em formação nas áreas de atuação da cooperativa.

Com assistência técnica boa, porque melhora as condições da fazenda, melhora a produtividade. Ah, também com palestras e dias de campo, o produtor gosta de ser bem assistido (Família cooperada 15).

Eu vejo é que os filhos que estudam cursos ligados ao campo têm oportunidades na COOPA (Família cooperada 26).

Abaixo, o trecho selecionado menciona o COOPAJOVEM, porém no que tange à doutrina cooperativista e ainda sugere que a cooperativa deveria utilizar das

tecnologias para a aproximação dos jovens, fala que está intimamente relacionada com a opinião institucional, vista na seção anterior.

Tem o COOPAJOVEM, que vai direcionando o jovem dando um seguimento ao cooperativismo. Mas também a cooperativa devia usar da tecnologia para despertar o jovem e a participação (Família cooperada 28).

Como visto, apenas 3 respondentes disseram que a cooperativa não tem incentivado o jovem na permanência no campo, porém apenas uma Família cooperada justificou sua resposta. Segue o trecho da entrevista:

Atuação direta não tenho percebido. Ela até tem o COOPAJOVEM, mas direto assim eu acho que não tem não, uma política ou um projeto. Fica amarrado naquele COOPAJOVEM e não ajuda em nada (Família cooperada 22).

Retoma-se o exposto por Stropasolas (2011) sobre a importância das instituições que representam a agricultura familiar e não apenas o setor público, em preocuparem-se com o processo sucessório. Para ele e outros autores, como Abramovay et al. (1998), a inexistência de espaços de diálogos dentro das famílias dificulta o processo sucessório. Vale aqui inferir que as cooperativas, considerando seu 7º princípio – Preocupação com a Comunidade e ainda que a organização depende da sucessão nas unidades familiares de seus cooperados para sua sobrevivência, torna-se um agente e uma instituição co-responsável juntamente com a instituição familiar no esforço de melhorias nesses processos.

Relacionado a participação das famílias nas reuniões, assembleias e atividades em geral da COOPA, 40 Famílias cooperadas afirmaram frequentar tais eventos, apenas uma disse não ser assídua. Os motivos que os levam a participar foram sintetizados a seguir, no Quadro 16:

MOTIVOS DE PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DA COOPA	Nº DE VEZES CITADOS
APRENDIZADO	5
ATUALIZAÇÃO/INFORMAÇÃO (PRODUÇÃO)	4
SABER O QUE ESTÁ ACONTECENDO NA COOPA	19
INTEGRAÇÃO COOPERATIVA-COOPERADO	6

Quadro 16 - Motivações para a participação nas atividades da Cooperativa, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Como observado acima, estar informado acerca dos acontecimentos da organização é o que mais motiva seus cooperados à participarem das atividades. Além disso, há justificativas vinculadas à integração cooperativa-cooperado, de tal forma que estejam em exercício do seu papel de cooperados. Abaixo seguem três trechos de entrevistas que elucidam alguns dos motivos:

São momentos de compartilhamento de informações importantes pro negócio que temos (Família cooperada 8).

Pra exercer minha função como cooperada (Família cooperada 11).

Pra reunir com o povo e pra ficar mais informada porque sou muito desligada (Família cooperada 36).

Quanto à participação da família em treinamentos e capacitação, o número de respondentes de forma positiva foi um pouco menor que na questão anterior, sendo este de 31 Famílias cooperadas. Dos que responderam que habitualmente participam dessas atividades, apenas 17 mencionaram os motivos, que podem ser observados no Quadro 17:

MOTIVOS DE PARTICIPAÇÃO NOS TREINAMENTOS/ CAPACITAÇÃO	Nº DE VEZES CITADOS
CONHECIMENTOS NOVOS/ APRENDIZADO	10
INFORMAÇÃO	2
APRIMORAMENTO DAS TÉCNICAS (PRODUTIVIDADE)	6

Quadro 17 - Motivações para a participação em treinamentos /capacitações da Cooperativa, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Como destacado no quadro acima, as respostas concentraram-se em adquirir conhecimentos novos, aprender e ainda aprimorar as técnicas de produção. Destaca-se que a Família cooperada 35 mencionou vontade em participar de capacitação com a temática de orçamento e planejamento estratégico. Como explicado na seção 4.1, as temáticas das reuniões nas Comunidades Cooperativistas envolvem de forma geral a produção, mas em nenhum momento até então foram realizados cursos com intuito de melhorias na gestão da propriedade. As frases abaixo salientam as justificativas visualizadas no Quadro 17:

O objetivo é saber mais e desenvolver melhor as atividades (Família cooperada 5).

Pra cada vez mais estar aprendendo e saber os direitos e deveres (Família cooperada 12).

Pra aumenta o conhecimento, na roça não se fica sabendo muito, mais é nas reuniões (Família cooperada 27).

Uai, eu gosto de sempre tá indo pra me informar e conversar, porque eu quase não saio de casa (Família cooperada 18 F).

Abaixo, o trecho selecionado destaca que aqueles que não participam, ou que apresentam baixa assiduidade nas atividades, em especial as capacitações, estão atrelados à rotina de trabalho vinculada à produção de leite:

Participo muito pouco, quase não tem jeito de ir por conta do leite, a vontade é boa (Família cooperada 19).

Ao tratar de participação, nesta seção considera-se que as famílias cooperadas são bastante participativas, salientando ainda que estas costumam frequentar as reuniões e capacitações juntamente de filhos e esposa. Esse dado contraria a participação em reuniões de comunidades, apresentado na seção 3.3, onde foi enfatizada a baixa participação dos cooperados. Isso pode ser justificado, pois as famílias cooperadas entrevistadas são aquelas que estavam presentes em reuniões de comunidades, dia de campo e sendo apenas 38,58% em propriedades no momento da visita técnica.

Ao analisar a participação, Bordenave (1983) considera que é por meio dela que se consegue chegar à resolução de problemas que podem parecer sem solução quando não se está em grupo. Para esse autor, a participação, por vezes, é mediadora de conflitos de forma pacífica e satisfatória para os envolvidos. Porém, para o autor, a participação é dividida em passiva e ativa, sendo esta última entendida como aqueles que “tomam parte” e ainda pelos que consideram “tendo parte” nos interesses dos envolvidos. Mas, cabe destacar que nessa pesquisa não se tem o intuito de classificar a participação, apenas objetivou-se entender caracteristicamente as famílias cooperadas no que tange à presença nas atividades da cooperativa.

Na sequência, as famílias foram questionadas se percebem que a cooperativa busca envolver a família dos cooperados nas atividades de lazer, educação, capacitação e integração. Quase totalidade (95,12%) dos respondentes afirmou tal preocupação por parte da instituição, como é perceptível nos trechos a seguir:

Não é uma cooperativa só pra o cooperado, mas também pra toda a família (Família cooperada 28).

É uma das empresas que mais ajuda a incluir a família nas atividades (Família cooperada 31).

As atividades percebidas pelas Famílias cooperadas como aquelas que promovem o envolvimento das famílias são as seguintes:

ATIVIDADES QUE ENVOLVEM A FAMÍLIA DO COOPERADO	Nº DE VEZES CITADAS
FENICOOPA	14
REUNIÕES (COMUNIDADES COOPERATIVISTAS)	10
DIAS DE CAMPO	7
CURSOS	5
COOPAJOVEM	5
BOLSAS DE ESTUDOS (FILHOS)	5
AMACOOA	4
FESTIVAL DE PRATOS TÍPICOS	3
ENCONTRO TECNOLÓGICO DO MILHO	2
CAVALGADA	2
CAMPANHAS SOCIAIS	1
GRUPO DE ARTESANATO	1
SHOWS	1
TORNEIO LEITEIRO	1
MISSA SERTANEJA	1

Quadro 18 - Atividades que envolvem a família do cooperado na Cooperativa, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Como visto no Quadro 18, a principal atividade é a FENICOPA, o que está em concordância tanto com o exposto pela instituição, quanto pelos participantes do COOPAJOVEM. Foi possível verificar que este evento é considerado por todos como de união, lazer e negócios, onde existem atividades para todos os membros da família. A esposa de um dos cooperados, no momento da entrevista comentou que o horário da missa sertaneja poderia ser mudado pois em função do trabalho com o leite ficava difícil ir, acabava privilegiando o pessoal da cidade.

A citação abaixo vale ser destacada pois gera uma inquietação em relação às muitas vezes em que os cooperados e jovens mencionam o COOPAJOVEM e outras atividades da COOPA quando entrevistados, mas a Família cooperada tem

conhecimento das atividades às vezes por meio do jornal e não necessariamente conhecem o que é desenvolvido na cooperativa.

Gosto de ler o jornal da COOPA e lá fala do COOPAJOVEM, da AMACOOPA, dos pratos típicos, ah... tem um punhado né (Família cooperada 36).

Uma das questões objetivava saber se os filhos dos cooperados já são associados e quais os motivos que o levaram à associação e ainda, porque os demais não são associados. No Gráfico 21 observa-se que 65,85% dos filhos dos cooperados não são associados da COOPA. Os principais fatores se concentram principalmente por o filho ainda não ter idade (Quadro 19), seguido de não ter vínculo com a produção, sendo este último o caso de apenas 14,63% do total de Famílias cooperadas. Salienta-se ainda que somente 7,31% das famílias têm filhos que residem fora da região. Os principais motivos mencionados pelas Famílias cooperadas cujos filhos já são sócios, concentram-se na sucessão da propriedade com 62,5% (observado no trecho a seguir). A outra justificativa se dá pelo filho trabalhar na propriedade da família e de não haver necessidade em mais de um cooperado (esta última foi mencionada por apenas uma Família cooperada).

Pela continuidade da sucessão familiar, crescimento e formação de conhecimentos (Família cooperada 1).

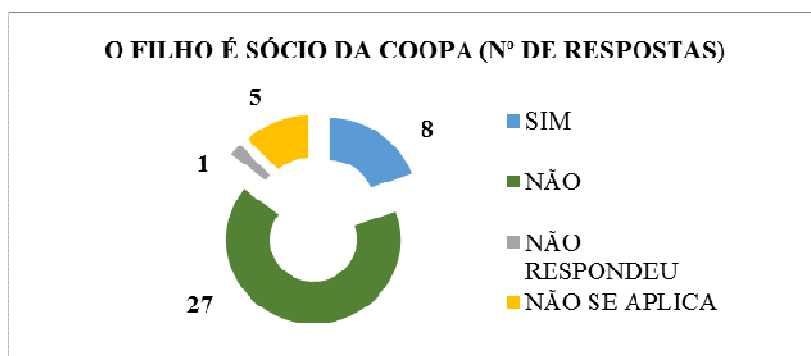


Gráfico 21 - Filhos associados da cooperativa, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

MOTIVOS PARA O(S) FILHO(S) NÃO SER SÓCIO	Nº DE RESPOSTAS
IDADE	13
NÃO SER DO RAMO AGROPECUÁRIO	6
MORA FORA	3
PRETENDEM NO FUTURO	2
TRABALHAM NA PROPRIEDADE	1

Quadro 19 - Motivos para a não associação dos filhos na cooperativa, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Quando questionadas se conheciam alguma atividade oferecida pela cooperativa, exclusivamente para o público jovem, observa-se no Gráfico 22 que a maioria (68,29%) das Famílias cooperadas declararam ter conhecimento. Das que afirmaram conhecer alguma atividade, 3 famílias não souberam especificar quais, nas demais, predominaram o COOPAJOVEM (Quadro 20), seguida da cavalgada, que por sua vez é uma realização do grupo de jovens. Vale desatacar que por mais que a grande maioria das famílias entrevistadas tenha mencionado o COOPAJOVEM, alguns desconhecem as atividades e objetivos do grupo, como pode ser observado nos seguintes trechos:

Tem o COOPAJOVEM, mas eu não sei o que é (Família cooperada 18).

O COOPAJOVEM, mas nem sei que fazem lá. Acho que isso é um movimento não uma atividade (Família cooperada 22).

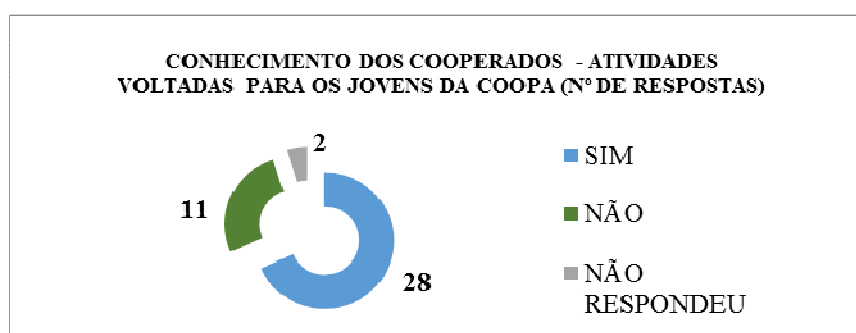


Gráfico 22 - Conhecimento dos Cooperados a respeito das atividades da cooperativa voltadas para os jovens, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

ATIVIDADES PARA OS JOVENS	Nº DE VEZES CITADAS
COOPAJOVEM	24
CAVALGADA	3
CURSOS/PALESTRAS	2
BOLSAS DE ESTUDO (FILHOS)	1

Quadro 20 - Tipos de atividades oferecidas pela cooperativa para os jovens, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Quanto à importância da participação da família nas atividades da COOPA, quase totalidade (38 Famílias cooperadas) respondeu de forma positiva, os demais optaram por não responder. Os motivos que tornam importante tal participação na ótica das Famílias cooperadas foram divididos em três grupos, destacados abaixo, seguidos de trechos das entrevistadas para melhor entendimento:

A – A importância da participação por integrar a família do associado, com a “família” COOPA.

[Para] Estar integrada na Família COOPA, buscando crescimento e conhecimentos de toda a família (Família cooperada 1).

Porque todos ficamos cada vez mais integrados na Família COOPA (Família cooperada 11).

Pra ter integração das famílias (Família cooperada 13).

Saber o que acontece na COOPA (Família cooperada 24).

Pra conhecer melhor a cooperativa e seus produtos oferecidos (Família cooperada 8).

Ficar a par de todos os movimentos, atividades e desenvolvimento (Família cooperada 10).

Muito importante, a força do trabalho que é familiar e a participação do negócio lá. Entender como funciona. Dividir as tristezas e alegrias, os fracassos e as vitórias (Família cooperada 22).

B – A união familiar e a oportunidade do aprendizado em conjunto.

Ter a união da família e dos negócios (Família cooperada 12).

Formação do grupo familiar cada vez mais unido e assistência na produção (Família cooperada 9).

Quanto mais trabalhar unido melhor é, dá mais retorno e incentivo. Aprende mais né (Família cooperada 27).

Aprendizado, pois cada um vai aprender de um jeito (Família cooperada 26).

Pra aprender a trabalhar junto (Família cooperada 2).

Ter união, conhecimento. Meu filho mais velho sempre vai com nós na FENICOOPA, nos torneios (Família cooperada 18).

C – As motivações vinculadas à sucessão geracional.

Pra saber desenvolver a própria vida [filhos] (Família cooperada 25).

É uma forma de fazer com que eles deem sequência, passar para nova geração (Família cooperada 28).

Porque eles vão suceder né (Família cooperada 33).

Faz com que apanhá gosto com a atividade, envolve pra conhecer o que é a cooperativa (Família cooperada 34).

Vai preparando pro futuro, daqui a pouco eles que vão participar (Família cooperada 37).

Aprender a trabalhar em sociedade, desenvolver o social (Família cooperada 38).

Incentivar o filho a ficar na propriedade (Família cooperada 41).

A presença da família toda nos eventos mencionados, bem como nas reuniões, dias de campo e outras capacitações é caracteristicamente explicável pela própria forma como as famílias rurais são pautadas. Retoma-se Loreto (1996) e Martins (2012), quando estes explicam a família rural em função das atividades da propriedade, sendo totalmente interligado o entendimento de seu conceito por seu vínculo com a atividade.

Quanto à participação dos jovens, as Famílias cooperadas foram questionadas sobre o que a COOPA poderia fazer com o intuito de incentivar os jovens a participarem da cooperativa. Dos entrevistados, vale mencionar que 10 preferiram não responder à esta questão. Foram selecionados trechos que demonstram a opinião das famílias que responderam a esta pergunta. Salienta-se que os cooperados sugeriram um maior incentivo ao cooperativismo e mostrar o crescimento da cooperativa. A Família cooperada 25 destacou a necessidade de reformulação do COOPAJOVEM, fato já mencionado anteriormente tanto por Famílias cooperadas

como também pelos diretores e extensionistas da cooperativa (seção 4.1). Abaixo, os trechos em destaque:

Reuniões específicas com jovens, encontros técnicos e cursos sobre o cooperativismo (Família cooperada 1).

Dar mais atenção e incentivar mais o cooperativismo. Tem que fazer mais treinamento e valorizar mais o jovem com oportunidade (Família cooperada 12).

Tinha que incentivar a participação nas reuniões, mostrar o crescimento da COOPA. Pra dá seguimento aqui na roça, tinha é que melhorar esse COOPAJOVEM (Família cooperada 25).

Reforçar ainda mais o convite, porque eles são futuros cooperados. E tem que continuar com a representatividade da COOPA, ela que demonstra viabilidade e desperta interesse aos jovens (Família cooperada 28).

Ao serem questionadas sobre o que a COOPA poderia fazer com o intuito de incentivar a permanência dos jovens na propriedade familiar e ainda nas atividades já desenvolvidas na unidade, apenas 6 famílias optaram por não responder. Das famílias que emitiram sua opinião, as respostas mencionam a necessidade de uma maior informação para os jovens, no que tange os negócios familiares, pois para os associados, mostrar a importância das atividades desempenhadas nas propriedades é fundamental para o jovem se interessar em assumir o patrimônio familiar. É destacado também que há necessidade em proporcionar melhorias para os negócios da família. Tais posicionamentos estão intimamente ligados aos já apresentados na seção 4.1, quando foi apresentada a visão institucional.

Vale destacar que algumas respostas foram vinculadas aos estudos dos jovens, mencionando que estes precisam estudar para estar na roça; foi enfatizada ainda a necessidade de aprimoramento das bolsas de estudo oferecidas pela cooperativa, fato também percebido por alguns colaboradores da COOPA. Abaixo seguem trechos que elucidam o exposto:

Tinha que incentivar mais na produção do leite (Família cooperada 30).

Levar mais informação pro jovem. Pode incentivar mais a melhoria da qualidade de vida (Família cooperada 13).

Mostrar a importância dos jovens e as oportunidades para o

futuro (Família cooperada 4).

Com palestras, encontros e outras atividades específicas. Mostrar para o jovem o quanto a agropecuária é importante (Família cooperada 5).

Continuar incentivando através das atividades proporcionadas. Oferecer condições para que sua família oportunize o seu negócio através da busca e ajuda do desenvolvimento do seu trabalho (Família cooperada 8).

Falta cooperados mais unidos, atrações na reunião pra chamar a atenção e participação dos jovens. Tem que fazer cursos que incentivem (Família cooperada 9).

Já tem os técnicos que incentiva bastante (Família cooperada 23).

Acho que poderia ter um grupo dos cooperados mais velhos que ajudasse os jovens. Na roça acho que a COOPA podia ajudar com trator, ensiladeira, as coisas tão muito difícil hoje em dia (Família cooperada 32).

Tem que incentivar mais, fazê convites. Precisa remunerar melhor os produtos, facilitar mais os estudos (agronomia) (Família cooperada 33).

Ah não sei, porque tem um punhado de coisa que incentiva, a cavalgada, a FENICOOPA... já pra continuar na roça os jovens tem que estudar coisas ligadas ao meio rural, então tinha que melhorar o programa de bolsa, que tem mas é muito pequenininho, porque aí o jovem sai estudar e volta de novo (Família cooperada 36).

Já se faz pelo COOPAJOVEM, mas tinha que fazer atividades pra despertar mais o interesse deles. Na fazenda precisa ajuda dando mais informação e condição pro jovem permanecer na propriedade, tem que ver os financiamentos (Família cooperada 38).

As ideias são pouco difundidas e divulgadas. Precisa pro jovem é curso de formação pra ele ficar no campo (Família cooperada 39).

Relacionado ao mesmo questionamento, apenas 5 Famílias cooperadas disseram que esse incentivo em primeiro lugar deve vir da família, alguns complementando que dessa forma seria necessário melhorar as condições de vida dos pais para que esses tenham subsídios para proporcionar maior conforto e qualidade de vida para os filhos. Os trechos a seguir demonstram tais posicionamentos:

Pra trabalhar na atividade a influência mesmo é da família (Família cooperada 14).

Incentivando nós os pais, dando mais condições de vida, o pai tando bem o filho vai querer ir. Os jovens hoje eles que mais a vida mais mansa, eles que mais trator, coisa eletrônica. Se não tiver como comprar eles não fica pra substituir a gente. Eles que é qualidade de vida (Família cooperada 18).

A COOPA tem feito o que pode pro jovem ficar na roça, acho que o que tá faltando é interesse por parte do cooperado (Família cooperada 41).

Pro jovem querê fica, os pais tem que darem o apoio, oportunidade. É a família (Família cooperada 26).

Na cooperativa o que ela tem feito já tá bastante atrativo. Já na fazenda, muitas das vezes o filho reflete os passos dos pais, se eles estão satisfeitos os filhos vão seguir e continuar na atividade (Família cooperada 31).

Ainda, 2 Famílias cooperadas responderam que esse incentivo deve ser interligado entre família e cooperativa:

Não deixar eles quieto, fazer movimentos para eles não ficar pra trás. A COOPA e a gente é que tem que incentivar eles de ficar, os dois lados (Família cooperada 19).

A bolsa de estudo já é um incentivo pra aproxima da COOPA. Mas tinha era que ajudar a ver a cooperativa e a família como uma coisa de futuro (Família cooperada 37).

Foi solicitado aos respondentes que elencassem problemas que em sua visão prejudicam o relacionamento juventude – cooperativa e do total de famílias entrevistadas, 8 preferiram não emitir opinião à esta questão. As respostas puderam ser divididas em três principais eixos:

A) Falta de interesse do jovem (em geral):

Falta interesse na continuidade das atividades rurais. Falta de interesse em participar de reuniões (Família cooperada 1).

Desinteresse; outra visão de trabalho; falta de oportunidade (Família cooperada 4).

Falta de interesse dos jovens porque não veem a cooperativa interessante (Família cooperada 9).

Uns jovens estão distantes, mas isso é falta de incentivo da família (Família cooperada 26).

Falta interesse do jovem (Família cooperada 27).

A cooperativa precisa mostrar vantagens aos jovens se não eles não vão se interessar (Família cooperada 37).

Não tem participação dos jovens (Família cooperada 39).

Falta de interesse por parte dos jovens (Família cooperada 41).

B) Falta de interesse do jovem em permanecer na propriedade:

Os jovens não querem continuar nas fazendas, outras áreas são mais atrativas, isso é a vida moderna (Família cooperada 10).

Falta de interesse dos jovens na sucessão familiar – Os jovens não gostam de participar de reuniões. Falta de interesse dos jovens em continuar nas atividades rurais (Família cooperada 11).

Falta de tecnologia não deixa que fique na propriedade (Família cooperada 38).

C) Problemas vinculados à cooperativa.

[Por parte] do jovem é a falta de comprometimento; a COOPA não tem muito atrativo para o jovem (Família cooperada 2).

Não aceita muito a forma de gerenciamento, não é valorizado e não foi envolvido ainda no conselho de administração (Família cooperada 12).

Falta de incentivos, informação, liderança (Família cooperada 13).

Cabe destacar que duas Famílias cooperadas disseram não visualizar problemas entre os jovens e a cooperativa:

Pelo contrário, a cooperativa incentiva os jovens a conhecerem as atividades agropecuárias (Família cooperada 35).

Não tem, eles (jovens) participam bastante (Família cooperada 17).

Por fim, foi perguntado às Famílias cooperadas se é esperado que algum filho assuma a propriedade da família, dando continuidade às atividades da unidade familiar. Visualiza-se no Gráfico 23 que a maioria (75,6%) dos respondentes gostariam que seus filhos assumissem os negócios da família.

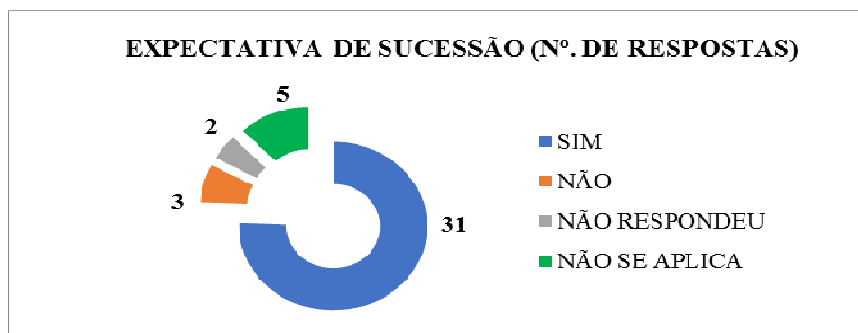


Gráfico 23 - Expectativa de sucessão, famílias cooperadas entrevistadas, COOPA.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Vale mencionar que foram percebidas justificativas diversas, perpassando a tradição familiar (avô, pai e hoje os filhos) e ainda a aptidão dos filhos; desses, aqueles que os filhos estão estudando em cursos como agronomia e veterinária, demonstraram abertura para a participação dos sucessores nos negócios da família. Cabe destacar que foi mencionada a vontade de um dos filhos em permanecer, porém para cultivar café, pois o leite é mais penoso. O que chamou a atenção ainda foi o relato de uma das famílias sobre o fato de esperar que a filha, mesmo médica, um dia venha a assumir a propriedade. Abaixo, podem ser visualizados os trechos de respostas das famílias entrevistadas:

Acho que eu como cooperada tenho que incentivar meus filhos e os jovens todos no processo de sucessão (Família cooperada 13).

Ah, era do meu bisavô, passou pro meu avô, já é a 4ª geração que tá lá e foi muito investido em tecnologia, tem uma estrutura boa lá. Tem que continuar (Família cooperada 14).

Aqui na fazenda a filha é que gosta muito mais que o rapaz e quer continuar mesmo fazendo medicina (Família cooperada 17).

Eu acho que deve assumir sim, mas mais o café né. O mais velho eu sei que vai, porque quando pode ele tá sempre aqui, mas o leite eu acho que não, mais difícil né (Família cooperada 18).

A gente quer né e o filho gosta, quer fazer veterinária (Família cooperada 21).

O mais novo vai ficar sim, os outros já tem as profissão na cidade. Esse aqui nem quis estudar por conta de gostar disso, tem interesse e é trabalhador (Família cooperada 23).

Pelo jeito que nós criamos eles acho que sim, quando não podemos mais espero que ele assuma (Família cooperada 26).

Espero não, eu quero! É pra dar sequência nas gerações. Passou

de avô para pai, nas minhas veias correm terra também (Família cooperada 28).

Seguir o trem pra frente, tô ficando cansado já, tem que deixar eles dá os pulos deles já (Família cooperada 30).

Pra dar sequência no que lutamos tanto pra conseguir. Pro pai e pra mãe que não vê no filho essa sequência acho que é muito triste né! Todos meus filhos tem uma ligação muito forte com a terra (Família cooperada 31).

Isso aqui vai ficar pros filhos mesmo, eu penso que um deles vai ficar aqui, mexer com gado ou alguma outra coisa que gosta. É um patrimônio construído e vai ficar aí, é pra eles. Eu já tô com 62 anos, daqui uns dias eu não tô mais aqui (Família cooperada 32).

Eu assumi do meu pai. E ele estudou foi pra isso, espero que ele assuma. (Família cooperada 33) – tem filhos de 24 e 10 anos, o mais velho formou recentemente em agronomia.

Ah espero sim, eles gostam de mais de roça (Família cooperada 37) – tem filhos de 17 e 22 anos, o mais velho está terminando zootecnia e pretende assumir os negócios da família.

Ah, pra ter continuidade né, inclusive tem uma que não larga do meu pé de tanto que gosta (Família cooperada 40) – tem filhas de 12 e 15 anos, na fala referiu-se a mais nova.

Os que esperam que seus filhos assumam a fazenda mencionaram alguns fatores que podem dificultar esse processo, como por exemplo, a propriedade ser pequena,

Ah, a gente não é eterno. Vontade tem né, mas o sítio é pequeno não tem como dar assistência pra toda vida (Família cooperada 19).

Outro argumento foi o desinteresse do filho pela produção do leite, aliado à pouca rentabilidade da lavoura

Eu esperava, mas vai ser difícil viu. O menino não gosta do que faz (leite) mas na lavoura ele gosta, só que aí não é rentável na pequena propriedade. Já a menina é professora e não mora na propriedade mais (Família cooperada 34). O tamanho da propriedade é de 34 hectares.

E ainda a não aptidão ao trabalho da propriedade:

Acho difícil pela aptidão dos filhos, tudo trabalham na cidade já (Família cooperada 39) – tem filhos de 30, 32 e 33 anos e o tamanho da propriedade é de 450 hectares.

Como apresentado no Gráfico 23, apenas 3 Famílias cooperadas responderam negativamente quanto ao desejo de que seus filhos assumam a propriedade. Destas, destaca-se uma Família cooperada que em sua resposta deixa evidente a questão de gênero vinculada aos processos sucessórios, desconsiderando que as filhas mulheres pudessem assumir esse papel. Como observado no trecho abaixo:

Por ser mulher tem que ver se o marido dela vai querer. Pra assumir tem que ser filho homem, se fosse um filho homem sem dúvida. Mas se ela quiser, querendo ou não tá lá né (Família cooperada 35 F) – tem duas filhas mulheres, uma de 25 e a outra com 28 anos, ambas moram e trabalham na cidade.

Nesse sentido, ainda vale mencionar que em visita a uma propriedade familiar, o pai afirmou a vontade de que o filho homem assuma a propriedade, mas foi nítida a vontade da filha em ser a sucessora. De acordo com o técnico de campo que realizou a visita juntamente com a pesquisadora, foi informado que a menina, que tem 18 anos, é extremamente participativa e além de “gostar da roça”, é muito interessada, porém ela pretende realizar um curso superior que não apresenta ligação com o rural, parte em função da falta de apoio da família para que continue na fazenda. Já o irmão não demonstra interesse em permanecer na atividade. Esse que vai ao encontro com o que a literatura (STROPASOLAS, 2006; BRUMER, 2006; BATTESTIN, COSTA, 2007) vem mostrando na questão de gênero da discriminação das jovens, em especial no que tange a sucessão, pois estas não seriam consideradas sucessoras. No caso desta pesquisa não foi maioria, porém foi perceptível tal posicionamento.

Ainda para este questionamento, vale mencionar que em duas propriedades a sucessão já foi realizada. Destas, destaca-se a Família cooperada 22 que justificou ter agido desta forma, pois seu pai o ensinou assim, já realizando a transição dos negócios ainda em vida. Foi selecionado um trecho dessa entrevista que elucida a forma como a família tem realizado as atividades juntamente com o filho:

O pai desde cedo tem que mudar o comportamento inclusive ajudar monetariamente, dar voz, discutir. Aqui se eu tirar 500 litros de leite, metade é meu e metade é dele. Qualquer decisão é nós dois que toma. É uma atividade familiar mas tratamos como uma sociedade. A falta de informação atrapalha muito. Tem gente

na família que não fazia acerto, aquela coisa preto no branco, sabe? Aqui não, tudo é anotado e assim as despesas e as sobras é tudo dividido. No café, nós (pai e mãe) não opinamos, é ele que decide. Mas o que é separado é de cada um, mas o resto é dividido. Tem que tratar como empresa, porque é uma empresa familiar, tem que ter clareza. E quando vai chegando os netos tem que ir dando mais espaço (Família cooperada 22).

Embora este caso seja de realização da sucessão ainda em vida pelo pai, sem conflitos (aparentes) por conta da abertura de diálogo do antecessor, não foi o que se percebeu na maioria das propriedades. Portanto, o que se nota é que os pais em sua maioria, por mais que desejem que seus filhos futuramente assumam as unidades de produção, não estão preparando seus filhos para isso, ou pelo menos não estão dialogando sobre o tema.

A base utilizada nesta pesquisa para o entendimento da conceituação de família, abarca de forma explícita a importância desta instituição na formação do desenvolvimento vocacional de seus filhos, bem como reflete em suas interações sociais (GONÇALVES, COIMBRA, 2007; CARVALHO, 2002). Quanto à tradição e herança, os autores sobre o tema mostram a família como agente, pois a partir dela, das relações geracionais e ainda com sua interação com o mundo é que o jovem faz suas escolhas.

No entanto, percebe-se que não apenas o sucessor precisa estar preparado para assumir esse papel, mas principalmente a família precisa estar pronta para ser sucedida. Nesse sentido, entende-se a instituição cooperativa como uma ferramenta de auxílio para a instituição familiar, pois ela pode agir na abertura dos canais de diálogos entre as gerações e ainda mostrar para os seus cooperados a importância do preparo de um sucessor.

4.4 Os jovens da COOPA e suas percepções sobre a sucessão geracional

[Sobre a sucessão familiar] Tomar conta do que é da família da gente né, continuar a atividade e se conseguir passar pra próxima geração (JOVEM 22).

Para que fosse possível a percepção global das ações desenvolvidas pela cooperativa relacionadas aos processos sucessórios, tornou-se fundamental compreender o posicionamento dos jovens filhos de cooperados que desenvolvem a atividade nas propriedades familiares. Dessa forma, inicialmente é importante saber

quem são esses jovens, caracterizá-los dentro do contexto da cooperativa e ainda do meio em que vivem.

A idade dos jovens entrevistados pode ser visualizada no Quadro 21, a maioria (63,63%) com idades que variam entre 18 e 24 anos. Quanto ao estado civil desses jovens, 86,36% são solteiros, sendo apenas 2 casados e 1 em união estável. Em relação ao gênero a minoria (27,27%) dos jovens corresponde ao sexo feminino. Não se pode afirmar que o fato de a maioria dos entrevistados serem homens é uma tendência à masculinização rural, pois além da amostra ser reduzida considerando a totalidade de jovens da região, o estado de Minas Gerais e a cidade de Patrocínio não demonstram tal característica. Porém, como pode ser percebido em campo, existe uma inclinação para que a sucessão seja realizada pelos filhos homens, mesmo que não seja unanimidade. Tal fato é percebido de forma mais abrangente em estudos como de Abramovay et al. (1998), Silvestro et al. (2001), Stropasolas (2011) entre outros que destacam um esvaziamento do campo por parte das meninas, sendo estas praticamente inexistentes nas atividades rurais. Já nesta pesquisa foram encontradas meninas trabalhando nas unidades, porém em período de decisão sobre seus projetos futuros, ou ainda, como em um caso específico, ser a filha que ficou – trabalha na cidade e ajuda na fazenda, sendo que sua outra irmã não mora mais na região.

IDADE	Nº DE RESPOSTAS
18 ANOS	4
19 ANOS	2
20 ANOS	1
22 ANOS	4
24 ANOS	3
25 ANOS	1
26 ANOS	2
27 ANOS	2
28 ANOS	2
29 ANOS	1

Quadro 21 - Idade dos jovens filhos de cooperados, COOPA.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Quanto ao local onde residem, destaca-se que 72,73% dos jovens moram nas propriedades familiares, sendo que os demais residem na cidade pois em grande parte, trabalham como técnicos de campo e conciliam tal função com as atividades na unidade produtiva. Ao considerar o tempo de moradia, os respondentes que

residem no meio rural desde que nasceram totalizam 15, sendo apenas 1 residente a 3 anos – desde que assumiu os negócios familiares. Já aqueles que estão morando na cidade, observa-se no Quadro 22 que apenas 1 nunca morou no campo – este caso específico, corresponde à um jovem que residiu 10 anos fora do país e retornou para assumir a propriedade da família, porém apenas vincula a propriedade à atividade e não como local de moradia.

TEMPO DE RESIDÊNCIA NA CIDADE	Nº DE RESPOSTAS
DESDE QUE NASCEU	1
1 ANO	2
10 ANOS	1
14 ANOS	1
NÃO RESPONDEU	1

Quadro 22 - Tempo de residência no meio rural, jovens filhos de cooperados, COOPA.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Em relação à comunidade de origem dos jovens filhos de cooperados, percebe-se no Gráfico 24 que 5 são da Comunidade de Lagoa Seca. Entende-se um número maior nessa comunidade pois foi notória a tendência em ocorrer a sucessão nesta comunidade, pois como relatado pelos jovens, os pais estão influenciando seus filhos para que continuem, inclusive, proporcionando porções de terra para que eles desenvolvam suas atividades em conciliação com o trabalho na propriedade familiar, como pode ser visualizado no trecho a seguir:

Meu pai deu 5 hectare pra mim e mais 5 pro meu irmão, aí isso é nós que cuida, o resto é do meu pai e aí eu ajudo ele (JOVEM 2).

Outra característica que se percebeu em relação às demais comunidades é que nesta existe maior relação de parentesco dentre os membros, conforme fala abaixo:

Agora a vida ta boa né, melhorou de mais, prefiro morar no campo, aqui a gente mora só família, aí nós reúne faz trilha, os primo, aí é bom de mais.



Gráfico 24 - Comunidades de residência dos jovens filhos de cooperados, COOPA.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Outra comunidade que se destacou no número de jovens entrevistados foi a de Guimarães, que se justifica diferente da supracitada, pois nesta comunidade de forma geral as famílias têm mais filhos e estes estão com idade de decisão futura, sendo a maioria com 18 e 19 anos. Nas outras duas comunidades que apresentam 3 participantes, as entrevistas foram realizadas uma em dia de campo e outra em reunião de comunidade. Cabe destacar que foram realizadas apenas 1 entrevista nas demais comunidades, em sua maioria em função da presença do jovem na propriedade em que o técnico estava visitando naquele dia, pois em alguns casos o filho havia saído para a cidade no momento da visita.

Dos filhos de cooperados participantes da pesquisa, apenas 3 já são associados da COOPA, os demais justificaram a não associação pois conseguem realizar tudo no nome do pai e demonstraram interesse em se associar futuramente. Vale mencionar que dos entrevistados, 90,9% não participam de atividades da cooperativa voltadas para o público jovem (COOPAJOVEM), apenas dois já foram nas reuniões, mas atualmente não estão presentes nessa ação. Já em relação à participação dos jovens nas atividades sem foco no segmento juvenil, 68,18% informou ter o hábito de ir com os pais e ainda, 72,72% costumam participar de capacitações e dias de campo.

Quanto ao trabalho, destaca-se que 100% são jovens trabalhadores rurais. Observa-se no Quadro 23 que aqueles que trabalham somente na propriedade familiar totalizam 15 jovens, percebe-se 1 jovem que além de trabalhar na propriedade familiar, ainda é contratado como tratorista em uma propriedade vizinha,

bem como têm-se 6 filhos de cooperados que trabalham na COOPA como técnicos de campo ou ainda nas lojas agrícolas. Salienta-se que estes foram entrevistados por já serem sucessores ou ainda por alguns conciliarem seu trabalho na cooperativa com o auxílio nas propriedades, inclusive sendo uma atividade complementar para eles. Vale mencionar que apenas 8 jovens possuem carteira assinada, destes, 6 por trabalharem na cooperativa, 1 que assumiu a propriedade e outro por prestar serviço à propriedade vizinha.

ONDE TRABALHA	Nº DE RESPOSTAS
NA PROPRIEDADE DA FAMÍLIA	15
NA PROPRIEDADE DA FAMÍLIA E COMO TRATORISTA NA PROPRIEDADE VIZINHA	1
COOPA	6

Quadro 23 - Local de trabalho, jovens filhos de cooperados, COOPA.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Quanto à participação nos lucros oriundos da propriedade, menos da metade (40,9%) declarou que tem parte no que rende a produção; os demais em parte inclusive demonstraram desconforto ao responder tal pergunta, pois a participação é apenas para o sustento, sem autonomia do uso do dinheiro. Esse fato confirma o que a literatura vem destacando quando o assunto é a inserção do filho nos negócios familiares, pois em grande parte, os filhos, como salientado por Spanevello (2011), têm dificuldades em adquirir autonomia financeira. Esse fator está intimamente interligado com a relação de abertura com os pais, para tanto os jovens quando indagados sobre sua participação nos processos de decisão da propriedade, surpreendentemente respondem de forma positiva, sendo um total de 18 jovens. Porém o que se percebeu na fala desses entrevistados é que não necessariamente exista abertura para as decisões, mas sim, conversas familiares a respeito do que se fazer em determinadas situações cotidianas, sendo em grande parte a “palavra final”, paterna. Abaixo, seguem trechos de entrevistas que elucidam tal situação:

Participo sim, sempre com minha mãe. As coisas assim, a hora de planta, de colhe e também algum investimento, mas a palavra final é sempre dele (JOVEM 6).

Um pouco, assim mais é na parte de ideia, tentar trazer algo que eu aprendi na faculdade aqui pra fazenda. Mas aí tem muitas vez que meu pai não aceita, como que fala? Pessoa mais velha sabe? Mas até que ele aceita um cado (JOVEM 9).

Ainda houve jovens que disseram de forma aberta o quanto a relação com a geração anterior é mais difícil:

Ah foi, foi difícil, eu tinha duas ruas de café, tinha 0.3 ha, hoje já to com quase 4,5 ha, mas até chegar, convencer foi difícil. Ele mexia muito com gado, meu pai gosta mais de gado, aí pra convencê-lo plantar café foi difícil viu. Eu gosto também, mas café é melhor né, menos penoso (JOVEM 1).

Que nem, ele toca o gado lá e nós dois o café. Esses meus dois irmão mais velho são só por parte de pai, então aí na parte do lado da minha mãe eles não interfere em nada não [os dois irmãos trabalham na propriedade da mãe]. Aí na parte do meu pai ninguém mexe, só o meu pai. Meu pai é bem complicado, assim, eu como agrônomo eu indico, mais uma consultoria mesmo. Mas meu pai é cascudo, com ele não tem muita conversa não sabe? Então tanto que é isso que fez eu mais meu irmão trabalha fora, pra ter mais liberdade, mesmo que fosse pra tomar umas ferrada... meu pai não dá tanta liberdade não. Trabalhamo demais com ele, mas ele é complicado, gosto demais dele, mas pra trabalha junto é complicado (JOVEM 14).

Ta meio difícil ultimamente. Diálogo a gente tem, mas tem muito conflito. A gente quer fazer uma coisa, meu pai quer fazer outra e não entende a gente. Ele fala que quer que a gente toma conta, mas na hora que a gente vai tomar as decisão sozinho ele não deixa, aí cê vai fazê o que? [...]O fator de eu pensar em sair é eu não ter o meu dinheiro e a compreensão do pai, isso aí é o que mais ajuda nós a quere sai. Porque a gente tem vontade de ter o dinheiro da gente né, pra poder gerenciar as coisa né (JOVEM 22).

Porém, há que se mencionar que houve casos em que os filhos descreveram situações tranquilas no que tange à relação com o pai, os trechos selecionados demonstram tal fato:

Toda tomada de decisão que a gente tem lá na propriedade é definida entre eu e o meu pai. Se fosse ter um parâmetro é meio a meio, tipo, cada um tem uma ideia, nós senta, troca ideia e chegamo num meio termo. A vida inteira o nosso relacionamento foi assim, muito bõo. Depois que eu formei aí ficou foi mais profissional, digamos assim (JOVEM 8).

Tem o agrônomo que vem orientar né, aí a gente segue as instrução dele, mas aí pra serviço é eu e ele mesmo. Mas graças a Deus ele deixa eu resolve as coisas aqui. Mas é difícil isso aí viu, muita gente reclama de não ter essa abertura aí (JOVEM 10).

Participo sim, apesar de não tá lá todo dia, quando dá e todo final de semana eu tô junto deles lá. As decisões lá são em conjunto, todo mundo troca ideia e chega na decisão a ser tomada. Meu

irmão mais novo também, um pouco menos que eu. Meu pai é tranquilo, sempre foi bem aberto, deu espaço pra gente tá dando opinião e tá ajudando nas decisões (JOVEM 16).

No caso daqueles que relataram dificuldade no diálogo com a geração anterior, nota-se concordância com o que expõe Satropasolas (2011), no sentido de haver interesses diversos no grupo familiar. O que se percebeu em algumas falas da presente pesquisa no que tange ao tipo de atividade – gado/leite e café – concorda com o autor, em especial, pelo fato de a gestão da propriedade estar ainda nas mãos do pai, assim a diferença de interesses na esfera produtiva é um dificultador na relação e um gerador de conflitos. Esse fato desmotiva os jovens a continuarem na propriedade familiar, pois como apontado em diversos estudos com o segmento juvenil, os jovens querem mais autonomia.

Cabe aqui mencionar o que se percebeu na pesquisa de Abramovay et al. (1998), quando estes enfatizam que a permanência dos jovens na propriedade familiar se efetiva quando são valorizados, assumindo papéis dentro das unidades e contando com oportunidades de melhorias na produção. Em concordância com esse fato, retoma-se Battestin e Costa (2007) ao enfatizarem como principais fatores para a saída dos jovens do campo o conflito familiar, relacionado essa situação à falta de liberdade e autonomia. Ainda, Brumer (2006) corrobora com esse posicionamento, pois evidencia a necessidade da participação dos jovens nos processos de tomada de decisão e também a importância de se abrir espaços para maior atuação dos jovens.

Em relação aos estudos, os jovens pesquisados em sua maioria (77,27%) não estão mais estudando, porém isso se justifica por já terem concluído o curso superior e estarem trabalhando na área. No Quadro 24 é possível visualizar a formação desses jovens, sendo 10 com formação na área das atividades desenvolvidas e destes, 9 com ensino superior. Vale destacar que 5 são formados em áreas administrativas, bem como uma jovem possui pós-graduação. Dos jovens que estão estudando (apenas 5), 3 estão cursando agronomia, 1 é formado em técnico agrícola e ainda uma jovem que iniciou o curso de engenharia civil. É importante acrescentar que dos jovens entrevistados, quase metade (45,45%) usufrui ou está utilizando do benefício da bolsa oferecida pela cooperativa, sendo ainda que para os demais, houve casos em que os irmãos foram ou são bolsistas.

ESCOLARIDADE DOS QUE NÃO ESTAVAVAM ESTUDANDO	Nº DE RESPOSTAS
ENSINO MÉDIO	4
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	1
AGRONOMIA	5
AGRONOMIA E PÓS EM CAFEICULTURA	1
ZOOTECNIA	1
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	2
CIÊNCIAS CONTÁBEIS E AGRONOMIA	2
ADMINISTRAÇÃO E MBA	1

Quadro 24 - Escolaridade, jovens filhos de cooperados que não estavam estudando no momento da pesquisa, COOPA.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

Esse fato reflete a importância dessa ação da cooperativa para o auxílio nos estudos desses jovens, que sem ele possivelmente não teriam a oportunidade de especializarem-se na área. Ainda, o fato de se ter oferta de instituições de ensino superior na região e na cidade possibilita que esses jovens deem continuidade aos estudos, capacitando-se sem necessitar mudar ou migrar para a cidade. Como foi observado nessa pesquisa, quase totalidade dos jovens deslocam-se diariamente para realizarem os estudos, com transporte público ou ainda próprio (em minoria).

Tais situações são consideradas ímpares quando analisadas em conjunto das literaturas sobre o assunto, pois sabe-se da dificuldade dos jovens rurais em adentrar ao ensino superior, pois são poucas as ofertas em regiões mais interioranas, portanto, a região estudada é um diferencial nesse sentido. Assim, ao rever a pesquisa de Doula et al. (2014), de maneira geral foi percebida uma baixa oferta de cursos de nível superior e técnico para as capacitações juvenis em outras regiões e municípios de origem dos jovens mineiros. Também foi enfatizada por Redin (2012), a oferta deficitária de cursos superiores nas regiões de origem dos jovens rurais, fazendo com que o jovem tenha facilidade em migrar para as cidades, realidade contrária a esta pesquisa, como mencionado anteriormente.

Quando os jovens desta pesquisa foram indagados se a família incentiva a permanência na propriedade familiar e ainda na atividade já desenvolvida por seus pais, quase todos, como observado no Quadro 25, responderam de forma positiva. Já quando a pergunta foi feita direcionada para o incentivo por parte da COOPA, por mais que se tenham respostas em maioria positivas, o número cai. Essa queda, pode ser justificada por alguns jovens terem mencionado que conhecem o

COOPAJOVEM, porém que este não estimula tal situação e ainda por não perceberem claramente um discurso da cooperativa (em reuniões) no que tange o estímulo do jovem para que se torne sucessor. Porém, salienta-se que de forma geral os jovens percebem incentivo da cooperativa, em especial na presença dos técnicos de campo nas propriedades.

INCENTIVO PARA A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO/ATIVIDADE AGROPECUÁRIA	%
DA FAMÍLIA	90,90
DA COOPA	68,18

Quadro 25 - Incentivo da família e da cooperativa para a permanência no campo e na atividade agropecuária, jovens filhos de cooperados, COOPA.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Elaborado pela autora.

É importante observar que a percepção dos jovens em relação ao incentivo para permanência no campo/atividade agropecuária destoa com o que foi observado nos jovens participantes do COOPAJOVEM, onde apenas 42,8% (Quadro 8) respondeu positivamente a esta questão. Tal fato pode estar atrelado a questão de moradia e trabalho, pois os jovens entrevistados dessa seção quase em sua totalidade são trabalhadores nas propriedades de seus pais, enquanto apenas um respondente do COOPAJOVEM está trabalhando na unidade produtiva.

Abaixo seguem trechos que evidenciam esse estímulo familiar:

Meu pai nasceu aqui na fazenda né, o meu vô tinha as terra aí pegou e passou pra eles, aí tinham 5 hectares de café, ele pegou e plantou, mas o sonho dele era planta 15 hectares, 5 pra cada filho. Aí ele plantou esses 5 e vinha cuida e foi mexendo com leite. E a cada ano começou a plantar mais um pouquinho, mais um poquinho e tá com 120 hoje. Aí a gente foi vendo que o negócio tava crescendo de mais e deixar na mão de funcionário não dava certo e foi a experiência que nós tivemos aqui, aí largou de mexer com leite porque deixando nas mãos dos funcionário tavam acabando com tudo que tinha. Aí eu resolvi largar o escritório de contabilidade que a gente tinha lá e trabalhava lá pra vim toma conta e trabalha aqui na roça (JOVEM 10).

Eles incentivam de mais de nós fica. Se fosse pelo meu pai eu tava mais lá plantando uma lavoura a mais de café (JOVEM 14).

Foram selecionados trechos de entrevistas que demonstram o incentivo da COOPA em relação à permanência dos filhos de cooperados nas atividades desenvolvidas nas unidades de produção, são eles:

Ajuda muito né.. Se não fosse pela Cooperativa acho que não fazia esses curso não né. Aqui é fácil, vem pra comunidade aqui, é tudo pertinho de casa né, agora se nós tivé que sair daqui pra ir pra cidade aí já acho que é mais difícil né (JOVEM 1).

Incentiva sim, deixando o jovem participar das atividades. Incentiva também auxiliando o jovem que ele estude dentro do meio agropecuário, só existe bolsa pra quem estuda no meio, por exemplo se você for fazer artes cênicas não tem. Acho que isso é uma coisa que incentiva muito (JOVEM 12).

Ah, incentiva sim, por exemplo, quando eu fiz técnico, a cooperativa que me deu a bolsa de estudos pra fazer, eu acho que isso já é um tipo de incentivo que ela dá (JOVEM 13).

A cooperativa ajuda sim, estimula. Igual, tendo assistência técnica, trabalhando direitinho e vendo que dá lucro que tem rentabilidade incentiva muito (JOVEM 14).

Assim, esse negócio de permanência depende muito de incentivo familiar, mas a COOPA tem vários instrumentos dentro dela que ajudam a ter um norte, tem muito treinamento, bastante palestra, que eu acho que estimula o jovem, o adolescente a querer ficar na área rural. Porque daí a criança começa a participar das reuniões, adolescentes, aí vai gostando daquela atividade né, eu acho que isso tendencia a querer permanecer (JOVEM 17).

Sobre o que a COOPA poderia fazer para incentivar os jovens a permanecerem nas atividades já desenvolvidas pelos núcleos familiares, houve posicionamentos interessantes, principalmente considerando que a cooperativa já atua nesse sentido e algumas vinculadas à novas capacitações, novas formas de incentivar o jovem, como podem ser observadas nos trechos a seguir:

Tentar demonstrar a importância que é né, o produtor rural, porque aqui gira o mundo inteiro né, alimentação, tudo. Eles podem reunir os jovens, fazer palestra, mostra que a maioria do pessoal da roça quer ir tudo pra cidade trabalha em outro serviços, e que isso não é tão bão (JOVEM 2).

Acho que o que mais ta faltando agora é curso mesmo, que nem, vai numa reunião é um assunto, trata dele mas aí depois vai na outra reunião e fala de outra coisa. Se eu quero agora fazer um curso de inseminação, não tem. Aprimorar as técnicas sempre ajuda o jovem a querê ficar (JOVEM 9).

Tem que incentivar a pessoa a enxergar a fazenda com um lugar diferente pra viver, porque quem vive lá não é mais bobo, nada disso. Tem que enxergar ela como uma empresa rural, até expandir mais os negócios, não só leite e café (JOVEM 12).

A cooperativa já faz, mas tem que intensificar de mostrar pro jovem que é uma atividade rentável, que se fizer direitinho pode ganhar até mais que qualquer outro emprego na cidade. Tem que levar é muito exemplo, mostrar dos jovens que começaram a tocar a mesma atividade do pai, que já tá sendo o sucessor do pai e que tá dando muito certo. Porque nesses caso o filho tá empregando mais tecnologia que o pai e aí tá tendo mais sucesso ainda, isso aí é certo que incentiva o jovem (JOVEM 16).

Os jovens entrevistados foram questionados sobre o fato de já haver sucessor para a propriedade, apenas 4 mencionaram já serem sucessores, os demais afirmaram nunca terem conversado com seus pais sobre esse assunto. Ainda, foram indagados sobre a intenção em permanecer na propriedade familiar dando continuidade aos negócios familiares; destaca-se que grande maioria (86,36%) dos jovens gostaria de manter a propriedade e os negócios da família, considerando sua permanência no meio rural. Nesse sentido, foram elencados alguns trechos que exemplificam tal posicionamento, são eles:

Eu quero continuar aqui, trabalhar pra gente é melhor. Minha família incentiva, por vontade deles eu fico aqui sim. Eu até ia ir pra cidade, trabalha na Syngenta, mas aí não deu e eu fiquei. Pelo meu pai e pela minha mãe eu fico aqui, eu que cuido do café das coisa aqui (JOVEM 1).

Eu gosto de trabalhar na roça e tando aqui eu posso ajudar o meu pai, minha mãe e os 5 hectare que tá lá, o lucrinho é bão aí eu fico satisfeito (JOVEM 2).

Ah, eu gosto desse meio, eu me sinto nesse meio. Igual, eu faço curso de agronomia porque eu quero continuar, mesmo que não for assim na mesma fazenda, mas eu quero continuar (JOVEM 3).

O que eu tenho de plano é trabalhar aqui [COOPA] até uma certa idade e dali então ficar só lá na propriedade mesmo (JOVEM 8).

Eu to fazendo o que eu gosto, cada dia mais eu aprendo, o que eu aprendi na faculdade eu to podendo emprega aqui no meio rural, aqui em casa na fazenda. Eu to colhendo o que eu to plantando (JOVEM 9).

Eu tenho vontade de ficar, mas é mais por amor mesmo, porque é uma pequena propriedade. Eu enxergo que tem como ganhar dinheiro mas às vezes acaba que é mais fácil enxergar mais oportunidade na cidade. Mas eu queria mesmo era por uma questão de sucessão. Eu acho que é um pecado não continuar aquilo que o meu pai tem e trabalhou a vida inteira e meu avô também (JOVEM 12).

Tem sim lógico e adquirir mais. Uai eu gosto da fazenda, gosto do lugar, gosto da atividade. Eu gosto muito de café, minha

especialidade dentro da agronomia mais é o café mesmo, então eu tenho vontade de abrir mais lavora assim que der. Eu gosto, é paixão mesmo, mas eu não gosto muito de leite (JOVEM 14).

Eu tenho interesse em continuar sim, eu acredito que seja uma atividade rentável, atividade tranquila de trabalhar né, apesar de depender muito de clima, ter algum contratempo, mesmo assim você tem resultados bons, por isso que eu sempre invisto lá (JOVEM 16).

Por fim, os jovens responderam às perguntas que questionava o que falta no meio rural para que o jovem permaneça nele. Destaca-se que de forma geral o que falta é tecnologia e em dois casos aparece também a visão negativa sobre o agricultor, porém específicas quando se trata da mídia e desvalorização do governo. O que pode ser observado nos trechos a seguir:

O transporte é muito complicado, o meu irmão, ele tá estudando na cidade, pra ir ele sai daqui 10 horas da manhã e ele só vai chegar de volta umas 7 e 15 da noite. Então, tipo assim, a locomoção é muito difícil, aí fica muito difícil de você trabalhar na cidade e morar na roça. Porque aí fica caro e que nem, em dia de chuva atola, tem uma série de complicação (JOVEM 6).

Principal coisa que falta eu acho que é do governo, incentivo e valorização da profissão (JOVEM 11).

O problema em geral é que a agricultura é vista ainda como uma atividade que denigre a imagem, e isso é cultural, não vai ser só a cooperativa que vai mudar. Enquanto a mídia não exaltar o produtor como um fornecedor de comida, de alimento, enquanto ficar exaltando só montadora de carro e coisa assim, não vai adiantar. É visto ainda como atividade rustica, tosca (JOVEM 12).

Tá faltando lucratividade, porque ninguém guenta só por paixão. Sem dinheiro não dá pra fazer nada. Eu acho que principalmente o ganho financeiro, porque se o cara tá ganhando bem ele vai pensar duas vezes antes de ir pra cidade, agora se tá muito ruim ele vai procurar outros ganhos. Eu mesmo já procurei, saí da fazenda com 17 anos falando eu não vou mexer com isso aqui mais não. Sai, fui pra cidade, trabalhei e decidi volta, mas eu sai, porque não tava dando nada (JOVEM 14).

Vale mencionar que alguns jovens não consideram que esteja faltando algo no meio rural para que o jovem permaneça nele, porém apenas um mencionou sua opinião a respeito:

No meu ponto de vista não tá faltando nada. Que nem o seguinte, oportunidade pra vim tem, porque na fazenda tem serviço de mais, no meio rural serviço não falta, de qualquer lado. Mas também aqueles que não tem acesso à tecnologia é mais fácil de ir embora.

É que a mecanização ela te dá oportunidade de fazer um serviço melhor, você trabalha mais com a cabeça e menos com o corpo. O tamanho da área não interfere, porque em 10 hectare cabe 10 pessoas trabalhando tranquilamente, porque não é pouco serviço. Mas também vai muito da vontade da pessoa de querê ficar né. Que nem aqui ó, eu conheço vizinho de 30 e poucos anos que não quis ficar porque o pai não dava liberdade, se ele fosse ficar ele não tinha oportunidade de tomar decisão, era do jeito que o pai dele queria, aí ele desanima mais fácil né (JOVEM 10).

Já relacionado à realização pessoal em estar neste meio, em geral citaram fatores positivos do rural, afirmando sentirem-se realizados no campo. Seguem os trechos que demonstram os posicionamentos em relação a isso, alguns inclusive mencionando a presença tecnológica:

Sinto, porque eu gosto demais, que nem... planto o cafezinho novo e ocê vê ele crescer, isso é bom demais. Aqui os amigos é tudo primo, a comunidade é quase tudo parente, junta final de semana, aí é bom demais (JOVEM 1).

O meio rural hoje tá muito evoluído, hoje o mundo gira ao redor da tecnologia, no campo hoje isso tá muito acessível, tem todo tipo de tecnologia. Ah, que nem eu te disse, eu não gosto muito de cidade, muito movimento, aquela correria, fazenda é muito mais tranquilo (JOVEM 3).

Eu gosto e tá na roça, de trabalha né. Porque eu tive assim, um tempinhozinho na cidade e não gostei, eu gosto mais de mexer na roça. A tranquilidade, a fartura de coisa e eu gosto demais de serviço de roça (JOVEM 2).

Porque tudo que a gente conseguiu até hoje na vida é do meio rural e também futuramente tudo que vamos conquistar vai ser do meio rural, isso me deixa muito satisfeito (JOVEM 4).

Sinto sim, porque a vida inteira que sustentou pagou os meus estudo foi o meio rural. E hoje eu ganho a vida no meio rural (JOVEM 8).

Diante disso, com base no que se vê na literatura sobre o assunto, o jovem rural é permeado de suas vivências e valores, o que por sua vez interfere nas escolhas e projeção futura. A percepção acerca do que o rural representa para eles e ainda seus sentimentos de realização neste meio, são formulados por meio das relações, tanto familiares quanto com o que os circunda. A juventude rural pesquisada percebe um rural tranquilo, vincula sentimentos de pertença familiar e amor à terra. O que chama a atenção também, é que esses jovens não sentem vergonha de serem rurais, ao

contrário eles entendem que existe a necessidade de maior valorização externa em relação à profissão de agricultor.

Para tanto, são perceptíveis as formas como a instituição cooperativa pode adentrar no auxílio da sucessão familiar nas unidades produtivas, considerando que esses jovens pretendem suceder seus pais. Sente-se muito mais uma falha comunicativa entre os segmentos, pois os discursos são próximos, o que se distancia e é mostrado com mais afinco pelos jovens é o conflito entre eles e seus pais, mais precisamente quanto aos espaços de diálogos dentro da família.

O que se nota, é que a instituição familiar como se sabe, passa por transformações em seu modo de agir internamente e desde tempos mais remotos o conflito é presente. Considerando que as cooperativas têm em seu princípio básico atender as necessidades de seus membros, cabe colocar que mesmo a questão sucessória não sendo de sua responsabilidade, pois é uma questão social, existem mecanismos que ela pode utilizar para amenizar tais falhas comunicativas em relação às unidades familiares.

Percebe-se que existe uma falha quanto às capacitações tanto dos cooperados, quanto juvenis no que se refere à gestão da propriedade, pois, como exposto pelos segmentos entrevistados, ninguém quer ficar em um “rural” não rentável. Almeja-se tecnologia, conforto, certa estabilidade, qualidade de vida, tudo aquilo que se tem em outros espaços. Dessa forma, a cooperativa torna-se fundamental ferramenta para o fomento da aprendizagem no que diz respeito à educação financeira de seus cooperados, pois sem tal conhecimento acaba por ser não perceptível de forma clara, a rentabilidade do campo na ótica de seus cooperados. O que por consequência será transferido para seus filhos, dificultando uma eficaz sucessão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo texto, por mais objetivo que se tente torná-lo, é incapaz de separar a subjetividade do autor e as escolhas que o construiu. Quando da necessidade de se “findar” uma dissertação, ou etapa de uma pesquisa, percebe-se que não há como executá-la por inteiro, pois nenhum trabalho está por si concluído e nem mesmo é possível realizar tal fato. Então, ao chegar nesse momento são possibilitadas algumas considerações e reflexões que são finais apenas neste texto, afinal abrem um leque de indagações e futuras interpretações a partir de novos horizontes em relação às escolhas feitas até aqui.

Tendo em vista a complexidade que envolve o processo de sucessão familiar das unidades produtivas rurais e os diferentes atores sociais imersos nessa conjuntura, as cooperativas agropecuárias destacam-se neste período de transição enfrentado pelas unidades familiares como um elemento que interfere diretamente na qualidade de vida das áreas rurais ao oferecer melhores condições de saúde financeira como forma de manter uma relação saudável com seus cooperados. Assim, as cooperativas agropecuárias podem desempenhar papel importante na promoção de espaços onde os filhos dos cooperados possam se sentir parte da propriedade de seus pais, o que por sua vez, pode auxiliar em melhorias na produção e na gestão dos negócios familiares, melhorando a renda e possivelmente a qualidade de vida, que são fatores importantes para os jovens tomarem sua decisão de permanecer no campo.

A natureza da instituição cooperativa, do duplo aspecto do cooperado ser dono e ao mesmo tempo usuário dos serviços da organização, por si só gera conflitos de interesses significativos na gestão desses empreendimentos. Considerando ainda a complexidade das atividades desenvolvidas pelos agricultores (cooperados), torna-se ainda mais dinâmico gerenciar a cooperativa, pois é imprescindível considerar o cooperado, além de dono e usuário da cooperativa, agricultor e gestor de sua propriedade rural.

Nessa lógica, apoiou-se na premissa de que a cooperativa somente existe enquanto houver propriedade familiar e esta, por sua vez só se mantém ativa se tiver pelo menos um sucessor e ainda, este se manter na atividade agropecuária.

Agora, é fundamental retomar o que se propôs nesta dissertação. O que instigou tal pesquisa surge na primeira questão apresentada ao iniciar este trabalho: como as cooperativas agropecuárias enfrentam o desafio da sucessão geracional? Cabe mencionar que não foi objetivo determinar que elas tenham a responsabilidade de promover a sucessão, ao contrário, entende-se a sucessão como uma questão sociológica que envolve diversos fatores. Porém, o cenário em que as cooperativas agropecuárias se encontram é o meio rural, que por suas diversas modificações e ressignificações – espacial, social, econômica entre outras – vem sofrendo significativamente com o problema sucessório das unidades familiares de produção. Dessa forma, na cooperativa estudada nesta pesquisa observou-se um esforço no sentido de amenizar os atuais e futuros impactos, mesmo que de forma insuficiente e ainda objetiva. Porém, todos os segmentos entrevistados na pesquisa sugerem que a cooperativa atue nesse sentido, mesmo não sendo sua responsabilidade direta, pois é uma instituição que poderia auxiliar nesses processos.

Retoma-se aqui as outras duas questões norteadoras desta pesquisa: como as cooperativas agropecuárias podem contribuir para os processos sucessórios nas propriedades familiares de seus cooperados e que mecanismos as cooperativas agropecuárias estão criando para atrair os jovens para seus quadros institucionais e organizativos. A partir dessas indagações buscou-se analisar as ações desenvolvidas pela Cooperativa Agropecuária de Patrocínio – COOPA – em relação aos processos sucessórios nas propriedades dos cooperados e no próprio quadro social da organização.

Para tanto, foram analisados: o posicionamento da instituição cooperativa, da instituição familiar – por meio da fala das famílias cooperadas –, do grupo de jovens da cooperativa e ainda dos filhos dos cooperados. Duas foram as principais ações notadas, porém nenhuma delas tem o intuito, em sua essência, de focar nos processos de sucessão, em especial nas unidades produtivas familiares. São elas: o grupo de jovens da cooperativa – COOPAJOVEM e as bolsas de estudo. Porém, nas falas dos participantes da pesquisa, pode-se notar a importância do técnico de campo, pois além de ser uma extensão da instituição, tornando-a próxima das famílias cooperadas, é um instrumento de estímulo para os produtores rurais, bem como para seus sucessores. É por meio desse profissional que ocorre grande parte do incentivo de crescimento de produção, melhorias nos processos, inclusão de tecnologia e como visto na literatura, sabe-se que estes são fatores importantes no momento de decisão

dos jovens, em permanecer ou não, tanto no campo quanto nas atividades já desenvolvidas pelos seus pais.

A primeira ação percebida por todos os entrevistados, como já mencionado, foi o COOPAJOVEM, que por sua vez, mesmo objetivando o desenvolvimento de lideranças para possível sucessão nos conselhos da cooperativa e assim na gestão, não apresenta envolvimento direto no que tange à sucessão geracional nas propriedades e muito menos quando o assunto é a atividade produtiva desempenhada nas mesmas. Percebe-se muito mais uma ação voltada às lideranças, fortalecendo os jovens que já têm envolvimento no quadro organizacional da cooperativa, aproximando de forma insuficiente os demais jovens pelo próprio fato do desconhecimento de quem são estes e de quais seus anseios. É importante mencionar que os jovens participantes (apenas 14 jovens) desse grupo, além de não serem representativos pelo tamanho da organização, são jovens em grande parte urbanos e com intenções futuras distantes de atividades agropecuárias.

A outra ação é a oferta das bolsas de estudo, mesmo sendo afirmado pelo setor que as administra, que estas não têm o intuito de manter os jovens no campo e que não há restrição na idade e nem quanto ao vínculo com a cooperativa (filho, neto, cônjuge) do bolsista. Foi confirmado tanto pela diretoria quanto pelo próprio setor em questão, que quase totalidade dos beneficiados encontra-se em faixa etária entre 16 e 30 anos, bem como aqueles que estão cursando o ensino superior, estão vinculados aos cursos ligados às atividades agropecuárias. Salienta-se que quase metade dos jovens – filhos de cooperados – entrevistados utiliza, utilizou ou tem irmão que fez uso do benefício, e que essa foi a ação mais percebida pelos jovens como incentivadora no que tange à permanência nos negócios. Os jovens destacam que as bolsas estimulam a continuidade dos estudos e que isso auxilia a continuidade deles nas propriedades familiares.

Ações indiretas e ainda a justificativa dada pelos dirigentes da cooperativa, de não se ter programas específicos para os processos sucessórios, em parte pela falta de profissionais qualificados para tal, também foram percebidos nas pesquisas consultadas. A contribuição aqui foi envolver na análise tanto a instituição cooperativa, quanto as famílias cooperadas e seus filhos, pois possibilitou uma visão ampla quanto aos discursos dos envolvidos. As ações desenvolvidas na COOPA vão ao encontro das observadas nas pesquisas apresentadas inicialmente nesta

dissertação, porém o que se observa é que as ações de forma isoladas não apresentam resultados totalmente eficazes.

Salienta-se que em entrevista com a diretoria da cooperativa foi evidenciada a grande importância da OQS nas organizações cooperativas, pois esta pode ser uma ferramenta de elo entre as ações que ocorrem de forma não interligadas. Quanto à participação dos cooperados nas reuniões que ocorrem nas comunidades cooperativistas – forma como organiza-se a OQS da cooperativa – é relativamente baixa, considerando que a cooperativa é bastante ativa nas propriedades dos cooperados, justificando-se em partes por sua larga extensão em relação ao número de associados e ainda territorial. Porém, levando em conta os entrevistados nesta pesquisa, considera-se as reuniões como locais relevantes no trabalho de conscientização da questão sucessória, pois é local onde não apenas o associado participa, mas sim toda a família. Ademais, notou-se significativa importância nas ações que envolvem o quadro social da cooperativa no que tange ao estímulo dos filhos, porém foi observado que a maior desmotivação parte dos próprios pais.

Um fato que merece relevância é a expectativa das famílias cooperadas quando o assunto é a estima por um filho tornar-se sucessor, pois 75,6% dos entrevistados demonstrou que gostariam que seus filhos assumissem a propriedade. O que surpreende é que dos jovens entrevistados, 86,36% têm intuito de permanecer nas propriedades familiares, dando continuidade aos negócios, mesmo aqueles que trabalham prestando assistência técnica, pois conciliam as atividades que são afins.

O que se percebeu foi que os filhos de cooperados que desejam permanecer nas unidades produtivas são aqueles que os pais investiram em melhorias na propriedade, principalmente com tecnologia. Mesmo nesses casos, os jovens em sua maioria, demonstraram interesse em suceder seus pais, porém migrando para o café, pois consideram de forma geral que o leite representa um trabalho penoso, mesmo que tecnificado. Vale inferir que o anseio em ser sucessor somente se dará se a atividade proporcionar rentabilidade, além disso, constatou-se também que os jovens estudados querem um “rural” que possibilite conforto e qualidade de vida e ainda, um trabalho que não seja penoso como foi na época de seus avós.

Considera-se fundamental dispor do fato de que a cooperativa está inserida em um local que oferece oportunidade de estudos e capacitação para esses jovens, sem que precisem se deslocar de região e em alguns casos nem mesmo de município. Os jovens participantes quase em sua totalidade continuam residindo na zona rural e

deslocam-se diariamente para a cidade onde realizam seus estudos, o que possibilita o trabalho na unidade de produção familiar. Destaca-se que o segmento juvenil pertencente à amostra desta pesquisa reconhece-se como rural e ainda expõe um desejo no que se refere à necessidade de reconhecimento das profissões ligadas ao campo, pois consideram que a sociedade ainda o vê como atrasado, em especial pelo posicionamento da mídia e descaso governamental. Vale mencionar que em diversos momentos, tanto pelos jovens quanto por seus pais, percebe-se um posicionamento positivo em relação à profissão e à continuidade das atividades, considerando que não mais se tem um trabalhador rural “matuto” e sim um trabalhador vinculado às tecnologias.

Detectou-se fragilidade nos diálogos intrafamiliares, bem como entre a cooperativa e seu quadro social quanto à temática da sucessão geracional, caracterizando falhas nos canais de diálogos entre os segmentos e as instituições sociais. É evidente nesta pesquisa, que os discursos são similares e seguem um mesmo norte, porém o diálogo fica comprometido, resultando então em ações que em suas próprias estruturas são geradas sem concretude condizente com suas reais necessidades. Portanto, há que se pensar em ações que rompam com tal ciclo vicioso e que a partir destas, os sujeitos percebam-se agentes do desenvolvimento local.

É fundamental expor a necessidade de abertura nos canais de diálogos, pois a partir daí torna-se possível que os indivíduos se entendam parte desse todo e ainda visualizem suas competências e responsabilidades definidas de forma transparente. Dado o grau de confiança que a cooperativa desperta entre os cooperados é o fato de que os filhos acompanham seus pais em reuniões promovidas por ela, sugere-se que o tema da sucessão comece a ser abordado nesses momentos, aproveitando-se a oportunidade de incluir esse debate entre a cooperativa, os pais e seus filhos.

É essencial esclarecer os limites desta pesquisa, que por ser um estudo de caso não possibilita generalizações, porém apresenta-se como um “pontapé” inicial nas pesquisas do tema no estado de Minas Gerais. O local de realização da pesquisa de campo se deu pelo fato de a cooperativa em questão ser destaque no movimento cooperativista por sua ação com a juventude, porém essa atividade não se mostrou na importância entendida inicialmente, sendo percebida como ineficiente no que tange à sucessão e pouco expressiva quanto ao que se propõe. Quanto aos objetivos específicos desta pesquisa, destaca-se que a identificação da composição do quadro social da cooperativa não foi possível, pois a mesma não possuía em seu cadastro as

informações pertinentes, como escolaridade, produção entre outros, bem como estava em atualização do cadastro e do sistema utilizado.

Finalmente, como mencionado no início desta seção, tal pesquisa não pretende ser finalizada aqui, nem mesmo encerram-se as indagações acerca do tema. É neste momento que emergem inquietações e que possibilitam novos roteiros a serem pensados e escritos. Portanto, essa dissertação ao contribuir para o debate da sucessão geracional, em especial nas cooperativas agropecuárias, torna-se um convite para futuras pesquisas que aprofundem, por meio de outros estudos de caso em diferentes regiões do país, as análises sobre os desafios que a sucessão vem colocando no cenário rural contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5-6, p.25-36, 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo, et al. . Juventude e agricultura familiar. Brasília: Edições da UNESCO, 1998. 101p .

ABRAMOVAY, Ricardo, et al.. **Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios**. 2007. Disponível em:
<http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2014

AHLERT, Lucildo. A sucessão das atividades na agricultura familiar. In: 47ª SOBER, 2009, Porto Alegre, RS. **Anais de Desenvolvimento rural e sistemas agroalimentares: os agronegócios no contexto de integração das nações**, SOBER, 2009.

ALBUQUERQUE, F.J.B. e CIRINO, C.S. “Expectativas e crenças dos usuários sobre as cooperativas agrárias”. **Pot Psicologia: Organizações e Trabalho**, v.1, n.2, p.73-96, jul/dez, 2001.

ANTONIALLI, L. M. Problemas de sucessão e a sobrevivência de empresas familiares. **III SemeAd**. São Paulo: outubro, 1998.

ANTONIALLI, L. M. . Influência da mudança de gestão nas estratégias de uma cooperativa agropecuária. **RAC. Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro-RJ, v. 4, n.1, p. 135-159, 2000.

ANTONIALLI, L. M. ; FISCHMANN, A. A. ; SOUKI, G. Q.. Influência da eleição dos dirigentes na continuidade das estratégias em cooperativas agropecuárias. **Revista de Administração da FEAD-Minas**, Belo Horizonte-MG, v. 1, n.1, p. 77-96, 2004.

ARAÚJO, Renata Amaral. Uma tradição viva, raízes para a alma: análise fenomenológica de experiências de pertencer em uma comunidade rural de Minas Gerais. In: MAHFOUD, Miguel; MASSIMI, Marina (org.). **Edith Stein e a psicologia: teoria e pesquisa**. 1. ed. Artesã Editora, Belo Horizonte: 2013. p. 359-380

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Perfil do município de Patrocínio/MG**. Disponível em:
<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_print/patrocinio_mg>. Acesso em: 05 de ago. 2014.

BALANDIER, Georges. **Antropo-lógicas**. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

BARASUOL, Aline; BOESSIO, Amábile Tólio; WAKULICZ, Gilmar Jorge. Cooperativismo e profissionalização da gestão: uma análise dos gestores contratados da COTRIJUC. In: 51º SOBER, Belém, PA. **Anais de Instituições e desenvolvimento social na agroindústria**, SOBER, 2013.

BARROS, M. M. Lins de. Gênero, cidade e geração: perspectivas femininas. In: BARROS, Myriam Lins de. (Org.). **Família e gerações**. 1ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 17-37.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. Agricultura na indústria no desenvolvimento brasileiro. IN: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século 21**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 79-116

BATTESTIN, S.; COSTA, W. T. Casamento e trabalho dos jovens no meio rural. **Revista Oikos**. Viçosa, v.18, nº 2, número especial, 2007.

BERGER, Peter; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, Marialice; MARTINS, José de Souza (Org.). **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia**. 21 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1994.

BERTRAND, Alvin L. et al.. **Sociologia Rural: uma análise da vida rural contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1973.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Aspectos Econômicos das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Economia e gestão de organizações cooperativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 2ª. ed., São Paulo: Editora Brasiliense. 1985. (Coleção 95: Primeiros Passos).

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, C. A. **Triângulo: Capital Comercial, Geopolítica e Agroindústria**. 1989. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Regional) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

BRASIL. Lei 5764/71, de 16 de dezembro de 1971. Base da Legislação Federal do Brasil, Brasília, DF. 1971. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

BRUMER, A.. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: VII CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 2006, Quito (Equador). **Anales del VII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural**, 2006.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos et al. (Org.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Famílias e políticas públicas. IN: ACOSTA, Ana Rojas, VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. 2ª ed. São Paulo: CORTEZ, 2005. p. 267-276

CARVALHO, Marisa; TAVEIRA, Maria do Céu. Influência de pais na escolha de carreira dos filhos: visão de diferentes autores. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 33-41, dez. 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005 380 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, 2005.

CASTRO, E. G. . Juventude Rural "Mais Que Uma Palavra"- uma problematização da construção de categorias sociais. In: MOREIRA, J. R. ; BRUNO, R. (Org.). **Interpretações, Estudos Rurais e Política**. Rio De Janeiro: EDUR MAUAD, 2010.

CASTRO, Elisa Guaraná de Castro et al.. **Os jovens estão indo embora? : Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: MAUAD X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CHADDAD, F.R. . Cooperativas no Agronegócio do Leite: Mudanças Organizacionais e Estratégicas em Resposta à Globalização. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 9, p. 69-78, 2007.

COOPA. Cooperativa Agropecuária de Patrocínio. Disponível em: <<http://www.coopa.coop.br/>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

DAVIS, Peter; BIALOSKORSKI NETO, S.. Governança e Gestão de capital social em cooperativas: uma abordagem baseada em valores. **ESAC - Economia Solidária e Ação Cooperativa**, UNISINOS, v. 5, p. 1-24, 2010.

DEQUECH, D.. Instituições e a relação entre economia e sociologia. **Estudos Econômicos**, USP (Impresso), v. 41, p. 599-619, 2011.

DESSEN, Maria Auxiliadora e JUNIOR, Áderson Luiz Costa. **A Ciência do Desenvolvimento Humano**. São Paulo: Artmed, 2005.

DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA. Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: GLOBO, 1ª ed., 2ª imp., 1974. (Enciclopédias e Dicionários Globo)

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 1987.

DONATI, P. **Família XXI**: abordagem relacional. São Paulo: Paulinas, 2008.

DOULA, S. M. ; BOESSIO, A. T. ; PAULA, D. B. ; SOUZA, S. B. CARMO, P. M.. Jovens que ficam - projetos e concretização da vida profissional da juventude rural da Zona da Mata Mineira. In: V SITRE, 2014, Belo Horizonte. **Anais do V Simpósio Internacional Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Identidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. v. 1. p. 1-18.

DOWBOR, Ladislau. A economia da família. IN: ACOSTA, Ana Rojas, VITALE, Maria Amalia Faller (Orgs.). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. 2ª ed. São Paulo: CORTEZ, 2005. p. 293-316

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 16.ed.São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

EISENSTADT, S. N.. **De geração a geração**. Editora Perspectiva, 1956.

E-MEC. Instituições de Educação Superior do Estado de Minas Gerais – Ministério da Educação. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

ESTATUTO DA COOPA. Cooperativa Agropecuária de Patrocínio. 2013. Disponível em: <<http://www.coopa.coop.br/>>. Acesso em: 18 jul. 2014

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu, Fapesp, 2007.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, Brasília, mai./ago. 2010. 18

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 33, p. 45-54, 2000.

FORACCHI, M. M.. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo, Livraria Pioneira, 1972.

FRANKE, Walmor. **Direito das sociedades cooperativas: direito cooperativo**. São Paulo: Saraiva, 1973.

FREDERICO, Samuel. Formação territorial de Minas Gerais. In: II ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 2009, São Paulo. **Anais do II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico**, 2009.

GONÇALVES, Ricardo Carvalho. **A evolução do cooperativismo agropecuário no Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/69983>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

GONÇALVES, Carlos Manuel; COIMBRA, Joaquim Luís. O papel dos pais na construção de trajetórias vocacionais dos seus filhos. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 1-17, jun. 2007.

GRAZIANO, J. S.. **A nova dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1996. 217 p.

GRAZIANO J. S.. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova Economia**. Belo horizonte. 7(1), p. 43-81, maio 1997.

GUEDES, Antonio Carlos; TORRES, Danielle Alencar Parente; CAMPOS, Silvia Kanadani. Sustentabilidade e sustentação da produção de alimentos e o papel do Brasil no contexto global. IN: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século 21**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 117-146

GUIGOU, Jacques. Problemas de uma Sociologia da Juventude Rural. In: BRITTO, Sulamita de (Org), V. 2, **Sociologia da Juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

HAYASHI, M. C. P. I.; HAYASHI, C. R. M.; MARTINEZ, C. M. S. Estudos sobre jovens e juventudes: diferentes percursos refletidos na produção científica brasileira. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, v. 27, p. 131-154, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 10 de ago. 2014.

KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel Angelo. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda?. IN: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século 21**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 1011-1046

KRAUSKOPF, Dina. Juventudes na América Latina e no Caribe: dimensões sociais, subjetividades e estratégias de vida. THOMPSON, Andrés A (org.). **Associando-se à juventude para construir o futuro**. [revisão e tradução do espanhol Fernando Legoni]. São Paulo: Peirópolis, 2005. p. 149-196

LEITE, Roberta Vasconcelos; MAHFOUD, Miguel. Posicionamento pessoal, continuidade da tradição e transformação da escola na comunidade rural de Morro Vermelho. In: MAHFOUD, Miguel; MASSIMI, Marina (Org.). **Edith Stein e a psicologia: teoria e pesquisa**. 1. ed. Artesã Editora, Belo Horizonte, 2013. p. 321-358

LIMA, Cristina Rodrigues. **Programas intergeracionais: um estudo sobre as atividades que aproximam as diversas gerações**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. (Coleção velhice e sociedade)

LORETO, Maria das D. Saraiva de. A economia familiar na pequena produção. IN: I Simpósio de Economia Familiar. **Economia familiar: uma olhada sobre a família nos anos 90**. Viçosa: UFV, 1996. p. 187-215

LOSACCO, Silvia. O jovem e o contexto familiar. IN: ACOSTA, Ana Rojas, VITALE, Maria Amalia Faller (Orgs.). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. 2ª ed. São Paulo: CORTEZ, 2005. p. 63-78

MAIA, Alexandre Gori. O esvaziamento demográfico rural. IN: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século 21**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 1081-1100

MANNHEIM, Karl. "O problema sociológico das gerações". IN: FORACCHI, Marialice M. (org.). **Col. Grandes Cientistas Sociais 25**. São Paulo: Ática, pp. 67-95, 1982.

_____. O problema da juventude na sociedade moderna. **Sociologia da Juventude, I: da Europa de Marx à América Latina de Hoje**. Zahar Editores, 1968

MARTINS, Humberto Eduardo de Paula; SILVA, Guilherme Jonas Costa da; ORTEGA, Antonio César. Transformações da Produção Agropecuária no Cerrado: Distribuição espacial e especialização em nível municipal na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. In: XX Encontro Nacional de Economia Política. **Anais eletrônicos: Economia Agrária, Espaço e Meio ambiente**. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

MARTINS, José de Souza . **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. 2 ed. SÃO PAULO: Contexto, 2012. v. 1. 190 p .

_____. A crise do imaginário rural brasileiro: da roça à tapera. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 3, n. 1, p. 7-23, 2014.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Dilemas na conceituação do campo e do rural no Brasil. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, Glaucio José (Orgs.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011. 412p.

MELLO, Márcio Antonio; ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton Luiz; DORIGON, Clovis; FERRARI, Dilvan Luiz; TESTA, Vilson Marcos. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 50, n.1, p. 11-24, 2003.

MELO, Renata Faria de. **Análise do desenvolvimento rural na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**: caracterização dos municípios com base em indicadores populacionais, econômicos, ambientais e de bem-estar social. 2005 138 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

MEMLAK, Adriana Fátima; DEWES, Fernando. **Cooperativismo e Juventude**: as perspectivas de participação dos jovens das famílias associadas à cooperativa extremo norte. s./a. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Adriana%20Memlak.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014

MENDONÇA, K. F. C. ; RIBEIRO, A. E. M. ; GALIZONI, F. M. ; AUGUSTO, H. A. . Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, REBEP, v. 30, p. 445-463-463, 2013.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em:
<http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp>. Acesso em: 12 fev. 2014.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas cidades da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba/MG junto ao Período Técnico Científico Internacional: um estudo preliminar. **Anais: Encontros Nacionais da Anpur**, v. 9, p. 278-288, 2001.

OLIVEIRA, Sirle Brum de. **Projeto de vida e trabalho dos jovens no contexto das “novas ruralidades”**: o caso dos estudantes da EFA de Tinguá/RJ. 2006 113 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa: UFV, 2006.

PAIS, José Machado. Jovens e Cidadania. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 49, p. 53-70, 2005.

PATROCÍNIO. Site da Prefeitura. Disponível em:<<http://www.patrocinio.mg.gov.br/>> . Acesso em: 03 ago. 2014.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Juventude Rural: Suas construções identitárias**. 1ª. ed. Recife: Editora Universitária: UFPE, 2011. 324p.

PETARLY, Renata Rauta. Assistência técnica e extensão rural para quê? O caso da Cooperativa Agropecuária de Patrocínio. 2013. 134 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2013.

PRADO, Danda. **O que é Família**. São Paulo: Brasiliense,1988.

PRADO JUNIOR., Caio. **A Revolução Brasileira**. 2. ed.São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRESNO AMODEO, Nora Beatriz. As cooperativas agroindustriais e os desafios da competitividade. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

PRESNO AMODEO, N. B. . As cooperativas e os desafios da competitividade. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 17, n.17, p. 119-144, 2001.

PINHO, Diva Benevides. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. 18. ed. São Paulo: CNPq, 1982. 272 p. (Manual de Cooperativismo, v.1).

PINHO, Diva Benevides. As Grandes coordenadas da memória do cooperativismo no Brasil. Vol.II. **Avaliação do cooperativismo e modernização da agricultura cooperativista**. Brasília. OCB/Coopericultura, 1991.

PINTO, F. C.. Uma História do Cooperativismo sob a Perspectiva Utópica. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, v. 1, p. 65-79, 2009.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DPA&A, 2000. 192p.

REDIN, Ezequiel. O futuro incerto do jovem rural. **INTESA** (Pombal - PB - Brasil) v. 8, n. 1, p. 37 - 43, jan. /dez. 2014.

REDIN, Ezequiel. Jovem rural em questão. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 25, n. 01, jan./jun. 2012, p. 123-139

RELATÓRIO DE ATIVIDADES COOPA. Cooperativa Agropecuária de Patrocínio. 2013. Disponível em: <<http://www.coopa.coop.br/>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins. **Cooperativa**: a empresa do século XXI. São Paulo: LTR, 2000.183 p.

ROCHA, Luiz Eduardo de Vasconcelos; SANTOS, Gilnei Costa; FONTES, Rosa; BASTOS, Patrícia de Melo Abrita. Programas oficiais de transferência de renda, pobreza e concentração de renda na agricultura: uma análise para as mesorregiões do estado de Minas Gerais (MG). In: 47 CONGRESSO DA SOBER, Porto Alegre, 2009.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Transmissão Geracional e Família na Contemporaneidade. In: BARROS, Myriam Lins de (Org.). **Família e Gerações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRIGUES, Roberto. **Cooperativismo**: Surfando a segunda onda. São Paulo: [s.n.], 2008. 487 p.

ROSA, C. I. L. F; SILVA, O. H.. Sucessão familiar e cooperativismo: o caso da cooperativa Cooperval. **Revista NUPEM** (Impresso), v. 2, p. 177-187, 2010.

ROSSI, Adriana May; BERTONCELLO, Andressa. “**Minhas perspectivas... O que eu quero... É permanecer no campo e a minha família também quer isso**”: refletindo sobre as subjetividades de jovens envolvidos em movimentos sociais do campo. UNOCHAPECO, 2007. 54 p.

SABER COOPERAR. Brasília: SESCOOP, a. III, n. 7, nov./dez. 2012.

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, A. D.. **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SCHNEIDER, José Odelso; HENDGES, Margot. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação. **ESAC – Economia Solidária e Ação Cooperativa**. Unisinos, v.1, jul/dez 2006, p. 33-48.

SCHULS, Almiro; GATTI JÚNIOR, Décio; SILVA, Jefferson Ildelfonso da. As políticas públicas de educação e as instituições de educação superior do Triângulo

Mineiro e Alto Paranaíba. IN: ANPED . **Anais da ANPED. GT: Política e Educação Superior**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em:
<<http://www.anped11.uerj.br/23/1101p.htm>.> Acesso em: 03 ago. 2014.

SEN, Amartya. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. Tradução Bernardo Ajzenberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.

SILVESTRO, Milton Luiz et al.. **Os impasses da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SILVA, Guilherme Jonas Costa da; SOUZA, Esdras Cardoso; MARTINS, Humberto Eduardo de Paula. Produção agropecuária em municípios de Minas Gerais (1996-2006): padrões de distribuição, especialização e associação espacial. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v.50, n.2, Brasília Abr./Jun. 2012.

SILVA, Manuel Carlos. **Sócio-Antropologia Rural e Urbana**. Fragmentos da Sociedade Portuguesa (1960-2010). Edições Afrontamento, Porto, 2012.

SILVA, Marli Auxiliadora da; NETO, Armindo Quillic. A expansão do ensino superior no pontal do Triângulo Mineiro: uma análise da influência da lei 5.540/68. IN: VI CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Viçosa, 2011. Disponível em:
<<http://www.cch.ufv.br/copehe/trabalhos/ind/Marli.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2014

SISTEMA FAEMIG. Maiores PIBs Agropecuários de Minas. Disponível em:
<<http://www.sistemafaemg.org.br/Noticia.aspx?Code=5074&Portal=2&PortalNews=2&ParentCode=73&ParentPath=None&ContentVersion=R>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

SOUZA, E. R. **A Escola como Instituição Social: Revisitando a função social da escola**. Londrina/PR, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2013.

SOUZA, D.; KIRST, S. A gestão comunicacional das contradições decorrentes do aspecto econômico e social das organizações cooperativas; fortalecendo o posicionamento de mercado. In: **Revista Reflexão Cooperativista. ESCOOP: SESCOOP/RS**. N°1, agosto, 2012.

SPANEVELLO, R. M. . Jovens rurais, identidade social e reprodução geracional. In: XLIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2005. **Anais Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial**, Ribeirão Preto, São Paulo 2005.

SPANEVELLO, R. M.; AZEVEDO, L. F.; VARGAS, L. P.; MATTE, A.. A migração juvenil e as implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, UFSC, v. 45, p. 291-304, 2011.

SPANEVELLO, R. M.; DREBES, L. M.; LAGO, Adriano. A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural. In: II CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2012, Brasília. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**, 2011.

SPANEVELLO, R. ; LAGO, A. . As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. In: XLV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2007. **Anais Conhecimento para a Agricultura do Futuro**, Londrina , PR, 2007.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. . O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, CFH/UFSC, v. 12, n.1, 2004.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas** (Impresso), v. 8, p. 26-29, 2011.

STROPASOLAS, Valmir Luiz.. A crise da sucessão geracional e suas implicações na reprodução social da agricultura familiar. In: XXIX CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA, 2013. **Anais do XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia**, Santiago, Chile, 2013.

SUSTAITA, E. Juventude rural nos países em desenvolvimento e em vias de desenvolvimento. In: BRITTO, S. de. (Org.). **Sociologia da juventude I**. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. (p. 205 a 224).

TURNER, J. H.. **Sociologia: conceitos e aplicações**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

VALADARES, José Horta. **Participação e poder: o comitê educativo na cooperativa agropecuária**. 1995. 81p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1995.

VALADARES, José Horta. Cooperativismo rural. Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior – Curso de Administração Rural (Módulo 9). Brasília: ABEAS, 1999.69 p.

VASCONCELLOS, Karina de Mendonça. A representação social da família: desvendando conteúdos e explorando processos. Tese (Doutorado em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Ed. Autores associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida** – reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Juventude Rural: vida no campo e projetos para o futuro.** 2006. (Relatório de pesquisa).

WEISHEIMER, N.. Juventudes rurais: mapa de estudos recentes. **Estudos NEAD** Número 7. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

ZAGO, N. ; BORDIGNON, C. . **Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos.** In: IX ANPEDSUL – IX SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL. **Anais: A pós-graduação e suas interlocuções com a educação básica.** Caxias do Sul, 2012. v. 01. p. 01-14.

ZAMBERLAN, M. A. T. A família na sociedade e comunidade: direitos e cidadania. In: Zizi Trevisan. (Org.). **Questões de Cidadania.** 1ª ed. São Paulo – SP: Cliper, 2001, v. 01, p. 27-73.

ZYLBERSZTAJN, Decio; LAZZARINI, S. G. ; BIALOSKORSKI NETO, S.; TAKAKI, Fabio Seiji. Cooperativa Coamo: Gerenciando os Conflitos do Crescimento. 1996. Disponível em:<http://www.fundacaofia.com.br/pensa/anexos/biblioteca/2212008132516_ec96_coamo.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2014.

ANEXO A – Organograma

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PATROCÍNIO LTDA

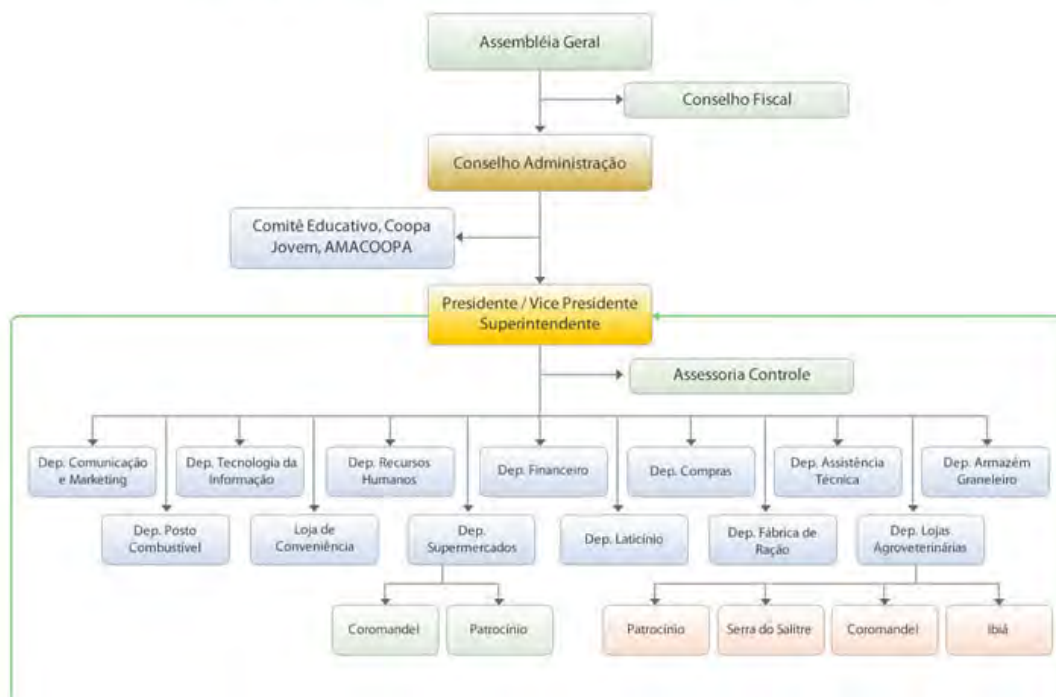


Figura 22 – Organograma da COOPA.
Fonte: Pesquisa documental, 2014.

APÊNDICE A – Apresentação da pesquisa e seus objetivos

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E SEUS OBJETIVOS

Meu nome é Amábile Tolio Boessio. Sou estudante de mestrado na Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural. Estou aqui na Cooperativa Agropecuária de Patrocínio – COOPA para desenvolver uma pesquisa cujo **objetivo principal** é analisar a viabilidade e a eficácia das ações desenvolvidas pela Cooperativa Agropecuária de Patrocínio – COOPA – nos processos sucessórios das propriedades dos cooperados e no próprio quadro social da organização. A pesquisa apresenta como **justificativa** a importância da realização de estudos nesse sentido, que proponham entender as estratégias que as cooperativas vêm desenvolvendo para minimizar os impactos que a dinamicidade do rural pode causar no futuro dos empreendimentos familiares e cooperativos. Entender como as cooperativas interpretam e agem no que tange à juventude e ao futuro da própria organização, bem como, com o futuro das propriedades de seus cooperados, é relevante não apenas para a manutenção dessas cooperativas e do sistema cooperativista, mas também para compreender os mecanismos, as dificuldades ou as possibilidades nos processos de reprodução social que envolvem essas duas instituições.

Para a realização da pesquisa utilizarei os seguintes métodos: para coleta de dados a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e pesquisa de campo. No trabalho de campo, além da pesquisa documental, serão realizadas entrevistas conduzidas por um roteiro, com dirigentes, gestores da cooperativa e com colaboradores ligados diretamente às atividades que possam interessar ao escopo desta pesquisa. Ainda serão aplicados questionários com jovens cooperados e/ou filhos de cooperados, entre 18 e 29 anos e outro questionário com associados da cooperativa, acima que tenham tenham filhos acima de 15 anos. Minhas visitas à COOPA ocorrerão no segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015.

Essa pesquisa não envolve **riscos** à saúde, mas por se tratar de uma pesquisa de cunho social pode gerar desconforto em alguma questão, sendo esta **não** necessária de ser respondida. O nome dos participantes e suas falas/respostas ficarão resguardados com os pesquisadores e os dados provenientes da coleta serão transcritos na pesquisa de forma a garantir o anonimato dos participantes. Aqueles que não se sentirem a vontade em participar da pesquisa terão liberdade total para não participar.

Ninguém receberá nenhum tipo de remuneração, nem pagará nada. Ao final da pesquisa que ocorrerá em 2015, comprometo-me a apresentar os resultados pessoalmente em linguagem adequada para compressão de todos, bem como disponibilizarei um documento com os resultados da pesquisa que ficará em posse da COOPA.

*Obrigada
Amábile*

Título do projeto: JOVENS RURAIS E PROCESSOS DE SUCESSÃO EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

Pesquisador responsável: Sheila Maria Doula (31) 3899-2214/ Amábile Tolio Boessio (31) 8648-8164.

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa: Campus Viçosa, prédio Arthur Bernardes, piso inferior, telefone: (31) 3899-2492, correio eletrônico: cep@ufv.br.

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está convidado (a) para participar, como voluntário nessa pesquisa. Após ter sido informado (a) sobre os objetivos do trabalho e ter esclarecido todas as suas dúvidas, e no caso de aceitar participar do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas cópias. Uma delas é sua e a outra ficará comigo. Fica garantido sigilo das informações. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma. Os dados para contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa e com minha orientadora estão abaixo, caso queira esclarecer alguma dúvida.

Eu, _____, li e/ou ouvi os esclarecimentos dados sobre o estudo do qual participarei. A explicação que recebi esclarece os objetivos, riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo.

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora
Amábile Tolio Boessio
(Mestranda em Extensão Rural – UFV)
amabiletolio@hotmail.com
(31) 8648-8164

Título do projeto: JOVENS RURAIS E PROCESSOS DE SUCESSÃO EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

Pesquisador responsável: Sheila Maria Doula (31) 3899-2214/ Amábile Tolio Boessio (31) 8648-8164.

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa: Campus Viçosa, prédio Arthur Bernardes, piso inferior, telefone: (31) 3899-2492, correio eletrônico: cep@ufv.br.

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista para os colaboradores e direção



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

PROJETO: “Jovens rurais e Processos de sucessão em Cooperativas agropecuárias”.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Cargo do entrevistado.
- Trabalha há quanto tempo na COOPA?
- Para você, quais as vantagens em ser sócio da COOPA?
- O quadro social da COOPA hoje é formado por associados de qual faixa etária? Qual o tamanho das propriedades? Qual o número de associações por gênero?. (Ver documentação, fichas cadastrais...).
- Existem programas de educação/capacitação para todos os públicos da cooperativa (dirigentes, colaboradores, associados, jovens, família...)? Quais? Como Funcionam?
- Quais ações a COOPA têm desenvolvido voltadas para os processos de sucessão na cooperativa? Como são desenvolvidas? Quais são os resultados?
- Quais ações a COOPA têm desenvolvido voltadas para os processos de sucessão nas propriedades familiares dos associados? Como são desenvolvidas?
- Quais ações a COOPA têm desenvolvido voltadas para a aproximação e participação das famílias dos associados? Como são desenvolvidas?

- Como você considera a participação dos associados em reuniões, assembleias e atividades gerais da COOPA?
- Existem avaliações por parte dos participantes ao final de cada Evento promovido pela COOPA? Como têm sido essas avaliações?
- Com que frequência a COOPA realiza treinamentos/capacitação para os cooperados e para a família dos cooperados? Com qual intuito? Que tipo de treinamentos/capacitação acontecem?
- Para você, o que a COOPA poderia fazer para incentivar a participação dos jovens na cooperativa?
- Para você, o que a COOPA poderia fazer para incentivar a permanência dos jovens na atividade agropecuária?
- Para você, qual o papel da família dos associados na COOPA?
- Para você, quais os problemas principais que afetam a juventude rural na região?
- Esses problemas afetam as relações familiares?
- As famílias incentivam os jovens a permanecerem no campo ou a migrarem para as cidades?

APÊNDICE D – Questionário para os jovens filhos de cooperados



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

PROJETO: “Jovens rurais e Processos de sucessão em Cooperativas agropecuárias”.

QUESTIONÁRIO PARA OS JOVENS

Idade: _____

Sexo: F M

Residência: Zona Urbana Zona Rural

Há quanto tempo reside?

Desde que nasci.

_____ meses.

_____ anos.

Estado civil:

Solteiro.

Casado.

Outro. Qual? _____.

1. **Associado:** SIM NÃO **Há quanto tempo?** _____

2. **Trabalha:** SIM NÃO **Onde?** _____

3. **Possui carteira assinada?** SIM NÃO

4. **Atualmente, você está estudando?** SIM NÃO **O que?** _____

5. **Você participa dos processos de decisão na propriedade?**

SIM NÃO **De que forma?**

6. **Você gostaria de permanecer na propriedade da família mantendo a produção agropecuária?**

SIM NÃO **Por que?**

7. A sua família incentiva a sua participação e permanência na atividade já desenvolvida na propriedade?

SIM NÃO

De que forma isso acontece?

8. Para você a COOPA incentiva a permanência do jovem no campo e na atividade agropecuária?

SIM NÃO

Como?

9. Você participa de atividades proporcionadas pela COOPA para a juventude? Quais?

SIM NÃO

10. Você participa de atividades proporcionadas pela COOPA que não sejam específicas para o público jovem? Quais?

SIM NÃO

11. Já participou de treinamentos/capacitação promovidos pela COOPA? Quais e com qual objetivo?

SIM NÃO

12. Para você, o que a COOPA poderia fazer para incentivar a participação dos jovens na cooperativa?

13. Para você, o que a COOPA poderia fazer para incentivar a permanência dos jovens na atividade agropecuária?

14. Para você, a COOPA se preocupa em envolver a família dos cooperados, em atividades de lazer, educação, capacitação, integração?

SIM NÃO

14.1. Cite alguma(s) atividade(s) que você acredita ser desenvolvida com esse intuito.

15. Cite 3 problemas relacionando a Juventude e a Cooperativa:

APÊNDICE E – Questionário para os cooperados



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

PROJETO: “Jovens rurais e Processos de sucessão em Cooperativas agropecuárias”.

QUESTIONÁRIO PARA OS COOPERADOS

Idade: _____

Sexo: F M

Quantas pessoas compõem o grupo familiar? _____

Quantos filhos possui? _____

Qual a idade de cada um: _____

1. Há quanto tempo é associado? _____

2. Qual a situação da propriedade: Propriedade da família Arrendada

3. Qual o tamanho da propriedade? _____

4. A mão-de-obra na propriedade:

Exclusivamente familiar.

Predominantemente familiar.

Predominantemente contratada.

5. Qual o principal tipo de atividade da propriedade (%)? _____

6. Quais atividades secundárias (%)? _____

7. Quanto da produção é comercializado pela COOPA (%)? _____

8. Em sua opinião, ser sócio da COOPA traz benefício para você?

SIM

NÃO

Quais?

9. Para você a COOPA incentiva a permanência do jovem no campo e na produtividade agropecuária?

SIM

NÃO

Como?

10. Você costuma participar das reuniões, assembleias, atividades proporcionadas pela COOPA?

SIM NÃO **Por que?**

11. Você participa de treinamentos/capacitação promovidos pela COOPA? Quais e com qual objetivo?

SIM NÃO

12. Para você, a COOPA se preocupa em envolver a família dos cooperados, em atividades de lazer, educação, capacitação, integração?

SIM NÃO

12.1. Cite alguma(s) atividade(s) que você acredita ser desenvolvida com esse intuito.

13. Seu filho é sócio da COOPA?

SIM NÃO **Por que razão?**

14. Você conhece atividades oferecidas pela COOPA voltadas para os jovens?

SIM NÃO **Quais?**

15. Você considera importante sua família participar das atividades da COOPA?

SIM NÃO **Por que?**

16. Para você, o que a COOPA poderia fazer para incentivar a participação dos jovens na cooperativa?

17. Para você, o que a COOPA poderia fazer para incentivar a permanência dos jovens na atividade agropecuária?

18. Cite 3 problemas relacionando a Juventude e a Cooperativa:

19. Você espera que algum filho assuma a propriedade?

SIM NÃO **Por que?**

APÊNDICE F – Roteiro de entrevista para os jovens



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

PROJETO: “Jovens rurais e Processos de sucessão em Cooperativas agropecuárias”.

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS JOVENS

Idade: _____

Sexo: F M

Tem irmãos? Quantos? Idade e sexo.

Residência: Zona Urbana Zona Rural

Há quanto tempo reside?

Estado civil:

Associado: SIM NÃO Há quanto tempo? _____

Trabalha: SIM NÃO Onde? _____

Possui carteira assinada? SIM NÃO

Atualmente, você está estudando? SIM NÃO O que? _____

Você participa dos processos de decisão na propriedade?

SIM NÃO De que forma? _____

Você tem alguma participação nos lucros da propriedade?

SIM NÃO

Caso sim, como pode utilizar o dinheiro?

Você gostaria de permanecer na propriedade da família mantendo a produção agropecuária?

SIM NÃO Por que?

Sua família incentiva a sua permanência no campo e nas atividades da família?

Caso não, para que há incentivo?

SIM NÃO

Se fosse pela vontade de seu pai você permaneceria na atividade?

Caso pretenda permanecer em atividades agrícolas, pretende fazer isso na propriedade de seus pais? Por que?

SIM NÃO

Para você, o que está faltando no Meio Rural para que você permaneça nele?

Você tem algum Projeto de vida? Qual? Ele pode ser desenvolvido no Campo e na Cidade?

Sente-se realizado no Meio Rural? Por que?

SIM NÃO

APÊNDICE G – Autorização para pesquisa de campo



AUTORIZAÇÃO

Patrocínio, 24 de julho de 2014.

Autorizamos, para os devidos fins que se fizerem necessários, que a pesquisa intitulada: JOVENS RURAIS E PROCESSOS DE SUCESSÃO EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS desenvolvida pela docente Sheila Maria Douia - CPF: 006.956.308-06 e pela estudante de pós graduação Amábile Tólio Boessio - CPF: 014.929.800-56 seja desenvolvida na Cooperativa Agropecuária de Patrocínio – COOPA – CNPJ: 23.405.160/0011-98. Assim, a equipe de pesquisa está autorizada a realizar levantamento de dados em suas dependências, incluindo entrevistas e aplicação de questionários.

Renato Nunes dos Santos

Diretor Presidente